

**Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável**

**Ecoturismo Sociedade Anônima:
Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS**

José Roberto da Silva Lunas
Tese de Doutorado

Brasília - DF, Julho/2006



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS

**Ecoturismo Sociedade Anônima:
Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS**

José Roberto da Silva Lunas

Orientador: Elimar Pinheiro do Nascimento

Tese de Doutorado

Brasília-DF, Julho de 2006

Ficha catalográfica,

Lunas, José Roberto da Silva.

Ecoturismo Sociedade Anônima: Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS/José Roberto da Silva Lunas. Brasília 2006.

309 p., 297 mm.

Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília.

1. Turismo sustentável

2. Políticas públicas e planejamento

3. Desenvolvimento sustentável

4. Serra da Bodoquena

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

José Roberto da Silva Lunas

Universidade de Brasília – UnB
Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS

Ecoturismo Sociedade Anônima:
Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena – MS.

José Roberto da Silva Lunas

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Elimar Pinheiro do Nascimento, Doutor (CDS-UnB)
(Membro interno vinculado ao Programa - Presidente)

Donald Rolfe Sawyer, Doutor (CDS - UnB)
(Membro interno vinculado ao Programa)

Marcel Bursztyn, Doutor (CDS - UnB)
(Membro interno vinculado ao Programa)

Deis Elucy Siqueira, Doutora (Dpto. Sociologia - UnB)
(Membro interno não vinculado ao Programa)

Doris Van de Meene Ruschmann, Doutora (ECA-USP)
(Membro externo não vinculado ao Programa)

Brasília-DF, 28 de Julho de 2006

A

Raymundo Pereira de Lunas (*in memoriam*) que, um dia, há 40 anos, me elevou acima de sua cabeça e disse que eu ainda seria um doutor, à minha mãe e à Belisa, Thalísia, meus eternos amores.

AGRADECIMENTOS

Não são poucos os agradecimentos a iniciar pelo meu mentor intelectual, professor doutor Elimar Pinheiro do Nascimento, orientador e parceiro de futuros projetos. Em extensão a ele devo agradecer a todos os professores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília em especial aos professores Marcel Bursztyn, aos meus queridos amigos professor Drummond, professor João Nildo e Laura Duarte, a todos devotada admiração.

Dirijo um agradecimento muito especial para a acolhida da maravilhosa cidade de Brasília que se torna uma das minhas paixões eternas e de onde jamais deixarei de sentir saudades.

Esta tese não seria a mesma sem a contribuição de Lucilene Costa e Marta Regina de Brito que leram meus originais apontando correções de redação. Agradeço também as contribuições generosas da acadêmica de turismo Maria Cristiane Fernandes da Silva e de minha amiga Regina da unidade da UEMS de Campo Grande.

Reconhecimentos à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por ter me permitido o afastamento para que eu pudesse concluir os créditos, com um débito especial à Unidade de Jardim onde passei boa parte de meu tempo, dedicando-me aos levantamentos de campo, fundamentais para este trabalho. Agradeço ao colega Heros Lobo e aos alunos daquela unidade de ensino que me ajudaram em discussões e nas entrevistas com uma deferência especial ao professor e amigo João Mianutti que, por várias vezes, me hospedou em sua casa e contribuiu para minhas reflexões com seu conhecimento e inteligência.

Minha deferência aos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena, que nunca me negaram acesso a quaisquer informações. Em extensão a todas as organizações associativas e entidades componentes da indústria e da estrutura de apoio ao turismo dos municípios em especial a ATRATUR, na pessoa do Sr. Eduardo Folley Coelho a quem admiro pelo empreendedorismo e, sobretudo, pela preocupação com o patrimônio natural. Meus respeitos também ao Sr. Henrique Ruas um ativo hoteleiro que deixou sua querida Portugal e adotou o município de Bonito como principal motivo de sua atuante vida pública. Um agradecimento especial a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito pelas diversas informações fornecidas.

Por fim resta-me agradecer a meus amigos e familiares pelo apoio que sempre recebi em especial à Rita de Cássia por cuidar e educar nossas filhas, Thalísia e Belisa na minha longa e inevitável ausência.

RESUMO

O sistema turístico da Serra da Bodoquena, composto pelos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena, representa uma surpreendente quebra na monotonia das planas paisagens do estado de Mato Grosso do Sul. Com um relevo cárstico, áreas remanescentes de Mata Atlântica, rios límpidos, cavernas magníficas e fauna diversificada, esta região, incrustada entre as extensas áreas de Cerrado e Pantanal, tem atraído milhares de turistas por ano. O interesse em estudar as condições de desenvolvimento desse sistema turístico guiou o presente estudo, com abordagens fundamentadas nos conceitos de sustentabilidade, ciclo de vida dos sistemas turísticos e análise de jogos de atores, sob o prisma da multidimensionalidade dos seus contextos: ambiental, econômico, social, cultural e político-institucional. As pesquisas se concentraram no levantamento de informações acerca dos impactos do turismo e nos elementos que compõem as dimensões da sustentabilidade, com entrevistas a atores representativos do sistema turístico, além de observações e análise de imagens georreferenciadas. Na análise das informações foram considerados outros casos exemplares de desenvolvimento de sistemas turísticos que ajudaram a estabelecer parâmetros na definição dos pontos mais importantes para a elaboração do panorama atual de sustentabilidade do turismo local e de suas perspectivas de evolução. Verificou-se que este sistema turístico encontra-se em um momento crucial de sua existência, ante o dilema de se encaminhar estrategicamente para o turismo de massa ou adotar condutas que o levem a uma *ecoturistificação*.

Palavras-chave: Turismo sustentável; *Ecoturistificação*; Ciclo de vida do turismo; Serra da Bodoquena; Bonito.

ABSTRACT

In Mato Grosso do Sul state, meets an area with relief that differentiates the landscape of the other areas, the Bodoquena Mountain Range Tourism Systems. Three municipal districts with a carstic relief with surprising beauty: Bonito, Bodoquena and Jardim. Located among the Cerrado – an area with similar vegetation of the African savannas - and the Pantanal, the tourist area of the Bodoquena Mountain Range Tourism Systems has been attracting 70 thousand tourists every year. This work was guided by the interest in studying the phenomenon of the development of a tourist system with analyses based on the sustainability concept and with methods that prioritize the multidimensional vision in the contexts: environmental, economic, social, cultural and political. It was accomplished rising of information concerning the impacts of the tourism with stakeholders interviews, observations and analysis of satellite images of the tourist system. Besides other tourist systems located in Central America and Caribbean was served as parameter for the analysis of the tourism development perspectives in the Bodoquena Range Mountain. At the end, this work established a vision that this tourist system meets in a critical moment. The dilemmas are verified among the direction for the mass tourism or to adopt procedures that take it to an *ecotouristification*, that is to say, for low impact tourism.

Key-words: Sustainable tourism; *Ecotouristification*; Life Cycle of the tourism; Mountain range of the Bodoquena; Bonito.

RESUMÉ

Le système touristique de la chaîne de montagnes de Bodoquena comprend les villes de Bonito, Jardim et Bodoquena. Cette chaîne représente une étonnante rupture avec la monotonie des paysages plats de l'état du Mato Grosso do Sul. Avec un relief karstique, des restes de la forêt atlantique, les fleuves limpides, de magnifiques cavernes et une faune diversifiée, cette région, située entre les surfaces étendues du *Cerrado* et du *Pantanal*, attire des millions de touristes par an. L'intérêt d'étudier le développement touristique a guidé le choix du sujet dont les fondements sont basés sur les concepts de développement durable, de cycle de vie des systèmes touristiques et d'analyses des jeux des acteurs, le tout vu sous divers aspects: environnement, économique, social, culturel et politique du développement. La recherche s'est concentrée dans la lecture des informations au sujet de l'impact du tourisme et dans les éléments qui composent ses dimensions, en entretenant des acteurs représentatifs et diligents du système touristique, en plus des commentaires et de l'analyse des images satellite. Dans l'analyse d'autres cas exemplaires de systèmes de tourisme ont été considérés, d'autres cas exemplaires ont aidé à établir les paramètres définissant les points les plus importants pour l'élaboration du panorama actuel du développement durable, du tourisme local et leurs perspectives d'évolution. On a vérifié que ce système touristique se situe à un moment crucial de son existence face au problème de se conduire stratégiquement pour le tourisme de masse ou adopter des conduites qui l'emmènent à l'*ecoturistificação*.

Mots-clef : Tourisme durable; *Ecoturistificação*; Cycle de la vie du tourisme ; Chaîne de montagne du Bodoquena; Bonito.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE QUADROS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
INTRODUÇÃO	19
PRIMEIRA PARTE-REFLEXÕES SOBRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE	25
1 SUSTENTABILIDADE E TURISMO.....	26
1.1 Introdução.....	26
1.2 O advento do turismo.....	28
1.3 O turismo de massa e as preocupações com a sustentabilidade.....	31
1.4 Convenções internacionais que definem turismo sustentável.....	35
1.5 Conceitos de turismo sustentável.....	38
1.6 Turismo alternativo e ecoturismo	45
1.7 Conclusão do capítulo.....	52
2 OS SISTEMAS TURÍSTICOS E OS SEUS EFEITOS	54
2.1 Introdução.....	54
2.2 Os sistemas turísticos	55
2.3 O turismo na Costa Rica.....	58
2.4 O turismo no México	66
2.5 O ecoturismo em outros sistemas exemplares.....	74
2.6 A questão dos enclaves.....	80
2.7 Conclusão do capítulo.....	83
3 O TURISMO NA ATUALIDADE E AS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA A REGIÃO TURÍSTICA DA SERRA DA BODOQUENA.....	86
3.1 Introdução.....	86
3.2 Macrotendências do setor turístico.....	87
3.3 Dimensões do turismo.....	98
3.4 Conclusão do capítulo.....	110
SEGUNDA PARTE - ANÁLISE DE AMBIÊNCIA DA REGIÃO TURÍSTICA E DO SISTEMA TURÍSTICO DA SERRA DA BODOQUENA.....	113
4 A DIMENSÃO AMBIENTAL DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA.....	114

4.1	Introdução.....	114
4.2	Aspectos dos impactos ambientais do turismo.....	115
4.3	Patrimônio natural da serra da bodoquena.....	118
4.4	Impactos ambientais negativos na região turística da serra da bodoquena.....	128
4.5	Gestão ambiental e ações de proteção do patrimônio natural.....	135
4.6	Conclusão do capítulo.....	141
5	A VISÃO SOCIAL DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA	142
5.1	Introdução.....	142
5.2	Benefícios sociais e sustentabilidade.....	143
5.3	Análise dos efeitos do turismo na serra da bodoquena.....	150
5.4	Conclusão do capítulo.....	165
6	A DIMENSÃO CULTURAL NA SERRA DA BODOQUENA.....	167
6.1	Introdução.....	167
6.2	Cultura e turismo.....	168
6.3	A formação cultural do brasileiro, a hospitalidade e o turismo.....	175
6.4	Cultura em mato grosso do sul e serra da bodoquena.....	180
6.5	Conclusão do capítulo.....	188
7	A AMBIÊNCIA ECONÔMICA DO TURISMO	191
7.1	Introdução.....	191
7.2	Aspectos teóricos introdutórios da economia do turismo.....	192
7.3	Economia da serra da bodoquena e o turismo.....	200
7.4	Conclusão do capítulo.....	212
8	A INTERAÇÃO DOS ATORES E A AMBIÊNCIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL.....	215
8.1	Introdução.....	215
8.2	Atores, conflitos, alianças e seus reflexos no desenvolvimento sustentável do turismo.....	217
8.3	A gestão e os atores do desenvolvimento turístico da serra da bodoquena.....	219
8.4	Conclusão do capítulo.....	238
	TERCEIRA PARTE - PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA.....	239
9	DILEMAS E ATUALIDADES DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NA SERRA DA BODOQUENA.....	240
9.1	Introdução.....	240
9.2	Bases sistêmicas da sustentabilidade do turismo.....	241
9.3	Elementos da sustentabilidade na região turística da serra da bodoquena.....	247
9.4	Dilemas da região turística.....	256
9.5	Conclusão do capítulo.....	263
10	CICLO DE VIDA DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA.....	265
10.1	Introdução.....	265
10.2	Projeção do ciclo de vida do turismo regional.....	266
10.3	Projeção qualitativa das necessidades de elementos de sustentabilidade.....	273
10.4	zoneamento e gestão do ecoturismo com as perspectivas de massificação.....	282

10.4 Conclusão do capítulo.....	284
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	286
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	294
APÊNDICES	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 Interseção da atividade turística e tempo livre.....	39
Figura 1.2 Dimensões da sustentabilidade do turismo.....	40
Figura 1.3 Turismo de massa e turismo alternativo.....	47
Figura 1.4 Distribuição dos segmentos psicográficos no turismo	48
Figura 1.5 O ciclo de vida dos sistemas turísticos e a questão do sustentabilidade	50
Figura 2.1. Sistema de Turismo (Sistur) – modelo empírico.....	57
Figura 2.2 Visão de um dos parques protegidos da Costa Rica.....	60
Figura 2.3 Mapa das zonas turísticas da Costa Rica e localização das principais áreas protegidas públicas.	61
Figura 2.4 Principais sistemas turísticos do México.....	69
Figura 2.5 Embarque de turistas para a visita na Reserva <i>Cuyabeno</i>	76
Figura 3.1 Projeção do crescimento do número de viagens turísticas no mundo 1950-2020.....	99
Figura 3.2 Evolução das mudanças no número de chegadas durante o ano de 2003.....	101
Figura 3.3 Evolução do número de chegadas de turistas estrangeiros no Brasil 1970-2005.....	103
Figura 3.4 Modelo do <i>voucher</i> único que comprova a venda de ingressos nos atrativos.	107
Figura 4.1 Patrimônio Ambiental da região turística da Serra da Bodoquena com seus principais elementos geográficos.	118
Figura 4.2 Localização geográfica da região turística da Serra da Bodoquena.....	119
Figura 4.3 Gruta do Lago Azul.....	123
Figura 4.4 Principais rios do sistema turístico da Serra da Bodoquena.....	123
Figura 4.5 Sinais de assoreamento do rio Perdido.....	123
Figura 4.6 Níveis de qualidade das águas superficiais.....	130
Figura 4.7 Modificação nos hábitos da fauna.	132
Figura 4.8 Análise do impacto sobre a flora local.....	134
Figura 4.9 Pontos de degradação das matas ciliares de uma das nascentes.....	135
Figura 5.1 Visão sistêmica da sustentabilidade social do turismo.....	144
Figura 5.2 Evolução da quantidade de empregos no segmento de alojamentos e alimentação na Região da Serra da Bodoquena.....	153
Figura 5.3 Estimativa de curva de tendência da correlação entre formação e salário médio dos empregados do sistema turístico da Serra da Bodoquena.....	157
Figura 5.4 Avaliação dos serviços públicos no Sistema da Serra da Bodoquena.....	163
Figura 6.1 Componentes da cultura	170
Figura 6.2 Evolução da população Kadwéu.....	183
Figura 6.3 Vaso kadiwéu.....	184
Figura 7.1 Relações da cadeia produtiva do turismo.....	194
Figura 7.2 Célula de produção turística ou célula do processo de agregação.....	196
Figura 7.3 Evolução sazonal do fluxo turístico na região.....	209
Figura 7.4 Gráfico do ciclo de vida do sistema turístico da Serrada Bodoquena.....	211
Figura 8.1 Estrutura do Conselho Municipal de Turismo de Bonito.....	219

Figura 8.2 Gráfico das convergências dos atores da Serra da Bodoquena.....	235
Figura 8.3 Gráfico das divergências dos atores da Serra da Bodoquena.....	236
Figura 9.1 Pressões sobre a sustentabilidade.....	242
Figura 9.2 Opções estratégicas para apropriação do Patrimônio Natural pelo turismo.....	244
Figura 9.3 Opções estratégicas da interferência sobre a comunidade.....	245
Figura 9.4 Opções estratégicas da interferência sobre o patrimônio cultural.....	246
Figura 9.5 Evolução do número de visitantes nos atrativos da região.....	257
Figura 9.6 Carga turística nos atrativos da região.....	260
Figura 9.7 Evolução da venda de ingressos por área turística	261
Figura 10.1 Faixa crítica teórica dos elementos de capacidade na Serra da Bodoquena.....	270
Figura 10.2 Perspectivas de adoção de zonas de impactos e manejos diferenciados na região.....	283

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 Evolução do número de entradas de turistas no mundo.....	33
Tabela 3.1 Evolução das chegadas e das receitas turísticas no mundo – 1960 – 2000.....	100
Tabela 3.2 Estimativa do PIB Regional do Turismo.....	105
Tabela 3.3 Ingressos nos atrativos turísticos da Região turística da Serra da Bodoquena.....	109
Tabela 4.1 Situação da coleta de esgoto e de lixo nos municípios da região turística da Serra da Bodoquena.....	129
Tabela 4.2 Unidades de conservação na região turística da Serra da Bodoquena.....	136
Tabela 5.1 População dos municípios componentes do sistema turístico da região da Serra da Bodoquena.....	151
Tabela 5.2 Participação do Setor de Turismo na geração de empregos em Mato Grosso do Sul.....	152
Tabela 5.3 Empregos diretos gerados pelo Turismo de Bonito.....	154
Tabela 5.4 Diferenças entre os gêneros nos postos de gerência da Serra da Bodoquena.	156
Tabela 5.5 Remunerações médias e formação nas empresas do <i>trade</i> turístico da Serra da Bodoquena.	158
Tabela 5.6 Correlação entre origem e remuneração dos trabalhadores em turismo da Serra da Bodoquena.	160
Tabela 7.1 Evolução do Produto Interno Bruto da região turística da Serra da Bodoquena.....	201
Tabela 7.2 Evolução do impacto econômico do turismo na Serra da Bodoquena.....	203
Tabela 7.3 Quantidade de empresas do <i>trade</i> turístico na Serra da Bodoquena.....	206
Tabela 8.1 Matriz de posições simples atores x objetivos.....	233
Tabela 8.2 Matriz de convergências e divergências.....	234
Tabela 9.1 Análise de valor da sustentabilidade na região turística da Serra da Bodoquena.....	258
Tabela 10.1 Projeção dos números do turismo na região turística da Serra da Bodoquena.....	267

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 Carta para o turismo Sustentável.	36
Quadro 1.2 Princípios e regras para o turismo Sustentável.....	36
Quadro 1.3 Princípios básicos do ecoturismo.....	38
Quadro 4.1 Impactos negativos do fluxo turístico sobre o ambiente.....	115
Quadro 8.1 Matriz estratégica dos atores da região turística da Serra da Bodoquena.....	228
Quadro 8.2 Matriz dos desafios estratégicos e objetivos associados.....	231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- **ABH** Associação Bonitense de Hotelaria
- **APA** Área de Proteção Ambiental
- **BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- **CIDEMA** Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa
- **CMMAD** Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento
- **COMTUR** Conselho Municipal de Turismo
- **CONDEMA** Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
- **CONTURB** Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena
- **DAP** Disposição a pagar
- **ECC** Effective Carrying Capacity
- **EMBRATUR** Instituto Brasileiro de Turismo
- **ERA** Economic Research Associates
- **EUA** Estados Unidos da América
- **FAT** Fundo de Amparo ao Trabalhador
- **FIPE** Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo
- **FUNDATUR** Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul
- **GESTUR** Sistema informatizado de gestão do turismo de Bonito
- **IASB** Instituto das Águas da Serra da Bodoquena
- **IBAMA** Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
- **IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **ICMS** Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
- **IDH** Índice de Desenvolvimento Humano
- **IMAP** Instituto de Meio Ambiente Pantanal
- **IPEA** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- **IPHAN** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- **IQA** Índice de Qualidade da Água
- **IUCN** União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
- **IUOTO** Organização Internacional de Organizações Oficiais de Viagem
- **LAC** Limite Aceitável de Câmbio
- **MACTOR** Método de análise de jogos de atores
- **OCDE** Organização Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento
- **OEMA** Órgão Estadual de Meio Ambiente
- **OMT** Organização Mundial de Turismo
- **ONG** Organização Não Governamental
- **PEA** População Economicamente Ativa
- **PIB** Produto Interno Bruto
- **PRODETUR-SUL/MS** Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil para Mato Grosso do Sul

- **RCC** Real Carrying Capacity
- **ROS** Recreation Opportunity Spectrum
- **RPPN** Reservas Particulares do Patrimônio Natural
- **SECTUR** Secretaria de Turismo do México
- **SEMADES** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- **SIGEP** Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos
- **SISTUR** Sistema informatizado de controle de venda de pax turísticos no município de Bonito
- **TIES** The International Ecotourism Society
- **UH** Unidades Habitacionais nos meios de hospedagem
- **VAMP** Visitor Activity Management Process
- **VIMP** Visitor Impact Management Process
- **WTO** World Tourism Organization
- **WTTC** World Travel and Tourism Council
- **WWF** World Wildlife Fund

INTRODUÇÃO

À primeira vista, o título Ecoturismo Sociedade Anônima, parece estar carregado de todos os aspectos indesejáveis que, do ponto de vista do desenvolvimento sustentável, são associados a uma S.A. Contudo, intenta-se lembrar outras simbologias e a própria natureza da tese. O primeiro aspecto simbólico é que o ecoturismo, como se verá ao longo deste trabalho, se torna um negócio cada vez mais importante para a indústria do turismo e tem provocado uma corrida de investidores e grandes empresas ligadas ao setor para esta modalidade. Um outro aspecto simbólico é a natureza extremamente difusa dos beneficiários do negócio ecoturístico que, mais que em outros setores, atinge cerca de 50 segmentos empresariais. Por fim, também é simbólico o fato de obrigar a adoção de sistemas de gestão em que a organização de conselhos representativos se faz necessária.

Tão ou mais importante do ponto de vista simbólico, é a alusão ao grande dilema a ser discutido: o da *ecoturistificação versus* turismo de massa. O sistema turístico da Serra da Bodoquena usa apelos de preservação da natureza para explorar o turismo em seus ricos ambientes naturais, respeitando em muitos casos o conceito mais puro de ecoturismo, mas, de forma voluntária ou involuntária caminha para uma massificação do turismo, que pode ser uma antítese do conceito. A introdução do neologismo *ecoturistificação* permite a alusão ao direcionamento do negócio turístico para uma exploração que respeite plenamente o conceito de ecoturismo. Mantém-se, dessa forma, um tipo de visitação que cause o menor nível possível de mudanças no ambiente e que, ao mesmo tempo, permita aos seus praticantes o máximo envolvimento com a natureza que anseiam.

O turismo na Serra da Bodoquena existe há muito tempo, não sendo possível determinar uma data precisa para o seu surgimento no formato mais rudimentar permitido pela acepção dessa palavra. Anteriormente, apenas parentes e amigos de pessoas que moravam ou eram proprietários rurais na região, tendo ouvido falar das belezas dos rios e de locais majestosos, como certa gruta do lago azul ou o buraco das araras, se dirigiam para os

municípios de Jardim ou Bodoquena, para visitas motivadas muito mais pelos atrativos turísticos, que pelo interesse de rever os entes queridos.

Até meados da década de 1990, chegavam à região apenas pessoas em viagens para visitar familiares, mochileiros, estudantes em excursão ou esparsos visitantes do próprio estado de Mato Grosso do Sul. A partir dessa época, no entanto, por meio de uma série de reportagens em mídia de massa, o peculiar patrimônio natural da região tornou-se conhecido em todo o Brasil e iniciou-se um movimento incipiente de exploração econômica. Desde então, observa-se uma intensificação do fluxo de visitantes e o aumento da preocupação da sociedade local, do poder público estadual e de entidades ambientalistas para com os efeitos desse crescimento.

O crescimento do turismo e as características dos atrativos, em sua maior parte localizados em propriedades particulares, obrigaram os atores a encontrarem soluções peculiares para a gestão do sistema. Surgiu então um processo de governança envolvendo segmentos direta ou indiretamente interessados no desenvolvimento da atividade que se aproxima do conceito de autogoverno. O Conselho Municipal de Turismo do município de Bonito se tornou uma instância mediadora de conflitos e criadora de mecanismos de gestão e regras para organizar a visitação. Dentre outras particularidades do funcionamento daquele sistema estão a obrigatoriedade de acompanhamento de um guia de turismo habilitado em todos os passeios e a introdução do *voucher* unificado, que centraliza a venda de ingressos em todos os atrativos turísticos da região.

A exploração das instigantes questões que cercam o desenvolvimento e a gestão do turismo e o interesse crescente da academia pela discussão da sustentabilidade do turismo forma quadro delineador do problema de tese. O oportunismo dessa discussão fica mais acentuado com a eminência de um grande aporte de investimentos públicos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil para Mato Grosso do Sul– PRODETUR/SUL – MS, com o objetivo de aumentar ainda mais o fluxo turístico regional, o que, por certo, carrega implicações para a sustentabilidade do turismo regional.

O tema *Desenvolvimento Sustentável* é relativamente novo no meio acadêmico e tem se consolidado com a busca de alternativas que respeitem esse princípio e promovam o desenvolvimento econômico, dentre as quais, pode-se incluir o turismo.

A busca do desenvolvimento sustentável e, particularmente, do turismo sustentável prescreve a contemplação de alternativas para a eficiência econômica, preservação ambiental e inclusão social, amparado por um ambiente político-institucional favorável a uma maior participação dos atores interessados no processo. Assim sendo, este trabalho se propõe a

perseguir a construção de uma análise das perspectivas de sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena, sobretudo de suas perspectivas no futuro, a partir do conhecimento de seu estágio atual e das suas prováveis tendências.

A principal hipótese que orienta este trabalho é a de que a sustentabilidade do turismo pode se modificar, de forma positiva ou negativa ao longo do tempo, dependendo das decisões e interferências dos elementos transformadores do Sistema Turístico. Os impactos das decisões e interferências devem ser, de forma analítica e prospectiva, medidos e avaliados e suas conseqüências devem merecer a atenção de políticas públicas que promovam o equilíbrio do atendimento de necessidades sociais, ambientais, culturais durante o processo de desenvolvimento.

É importante reconhecer o conceito de elementos transformadores em um sistema entendendo-os como todos os componentes que contribuem na transformação de insumos, informações e apropriação dos recursos naturais que são convertidos em serviços turísticos. O reconhecimento das variáveis e possibilidades do fenômeno da modificação das condições de sustentabilidade é útil para o positivo direcionamento do planejamento, a organização e a gestão desses sistemas.

Uma palavra de ordem no presente trabalho é a interdisciplinaridade. Mas como é que alguém pode fazer um trabalho individual interdisciplinar quando carrega as limitações do seu conhecimento na área de origem, a administração empresarial? A resposta para isso só encontrará quem se dispuser a aventura de ler esta Tese e constatar, onde (e quais) ocorreram tais limitações. Os contatos com as ricas e atuais discussões do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) muito contribuíram para que o presente trabalho tenha se obrigado a enfrentar o desafio da interdisciplinaridade e das tentativas, nem sempre bem sucedidas, de contemplação da complexidade que envolve sustentabilidade e turismo.

Esse é o contexto geral do problema objeto do trabalho que mantém como objetivo geral: *Investigar e analisar as condições e elementos que estão interferindo no desenvolvimento sustentável do turismo na região da Serra da Bodoquena, considerando fatores endógenos e exógenos e os interesses, decisões e ações dos atores de um sistema que parece caminhar para a massificação de seu fluxo turístico.*

Como objetivos específicos enumeram-se:

- *Analisar fatores endógenos relativos às dimensões ambiental, social, cultural, econômica e político institucional, com ênfase nos impactos decorrentes da atividade turística e descrevendo a situação atual do sistema turístico regional.*

- *Analisar fatores exógenos que podem impulsionar ou retardar o desenvolvimento do turismo sustentável da Região.*
- *Avaliar e discutir os elementos da sustentabilidade do turismo e seus determinante.*
- *Sugerir alternativas para que o Sistema de Turismo não trilhe o caminho da insustentabilidade.*

A formação dos conhecimentos indispensáveis para a elaboração deste trabalho lançou mão de fontes secundárias e primárias de informações, com ênfase na abordagem qualitativa de elementos constituintes da visão geral da sustentabilidade regional do turismo.

De fontes secundárias foram pesquisadas informações disponíveis sobre impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos já observados na região da Serra da Bodoquena. Trabalhos disponíveis sobre o impacto do turismo em outras regiões do mundo, em sistemas turísticos mais maduros, ampararam as discussões das perspectivas de sustentabilidade do sistema local. Foram de interesse da tese, por exemplo os casos de desenvolvimento do turismo em ambientes naturais na Costa Rica, no México, no Equador e em Belize que apresentam sistemas que já comportam uma grande carga turística e são explorados há mais tempo que a região da Serra da Bodoquena.

As fontes primárias de informações se constituíram de entrevistas com atores representativos, uma pesquisa por amostragem com os trabalhadores do sistema turístico e observação *in loco* de impactos causados pelo avanço da atividade turística em atrativos locais, com uso de técnicas de sistemas de informações georreferenciadas - SIG.

Para a pesquisa de campo, que possibilitou a avaliação da dimensão social do turismo no sistema turístico regional, a amostra foi calculada com base no número estimado de seus empregos diretos tendo sido aplicado um questionário com 23 questões. Uma estimativa baseada em informações da Associação Bonitense de Hotelaria (ABH), indica que existem no turismo da região, perto de 1100 empregos diretos. Com base nesta quantidade de trabalhadores, e admitindo margem de erro de 5% e um intervalo de confiança de 1 sigma (σ), ou seja, 68% da população, o número aproximado de respondentes foi calculado segundo a seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N-1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

Onde:

n= amostra dos trabalhadores do *trade* turístico da Serra da Bodoquena

$\sigma = 1$

p = 50% (0.5)

q = 50% (0.5)

N = 1100 (Número estimado da população)

e = 5% (0.05)
n = 100

O intervalo de confiança de um sigma, apesar de inadequado para uma maior exatidão do ponto de vista quantitativo, é adequado para uma análise qualitativa que constitui a natureza essencial deste trabalho, pois, como se verá nos apêndices, visitou-se 63 empresas em um universo de 128, sendo, em sua maioria, pequenos empreendimentos turísticos. Assim sendo definiu-se que a amostra deveria conter um mínimo de 100 respondentes. A amostra foi estratificada por meio de sorteio considerando-se os cargos de gerência, com 20 entrevistados, sete guias turísticos e 85 ocupantes de cargos intermediários. A estratificação respeitou uma estimativa de aproximadamente 10% do total do universo das funções qualificadas. A amostra foi obtida com sorteios sucessivos das respectivas funções em uma listagem de agências de turismo, hotéis, restaurantes e atrativos, até que se obteve o número de respondentes desejado. Dentro de cada empreendimento a definição do respondente será por cota, dependente da avaliação *in loco* do entrevistador a definição do número adequado de respondentes de acordo com a dimensão da empresa. Ao final da pesquisa, haviam sido entrevistados 112 trabalhadores, cujas respostas foram analisadas com apoio do *software* de análise estatística *SPSS* para Windows. Os resultados da pesquisa compõem a discussão do capítulo cinco do presente trabalho.

O período dedicado à fase de pesquisas de campo, que incluíram as visitas aos atrativos e empresas do *trade* turístico, aplicação dos questionários para os trabalhadores do sistema turístico e entrevistas com os atores representativos foi de fevereiro a dezembro de 2004. A tabulação e análise dos resultados e a elaboração do presente trabalho iniciou-se em dezembro de 2004.

Um cuidado importante a ser relatado diz respeito à alternativa encontrada para redução dos vieses das respostas relacionadas aos salários dos trabalhadores. Nesse caso, se lançou mão de um cartão, que foi entregue ao entrevistado para que ele mencionasse apenas a letra correspondente a sua faixa salarial, sendo avisado que a ordem das letras estava embaralhada para evitar qualquer constrangimento no fornecimento da informação solicitada. A lista dos respondentes, bem como o questionário e cartão resposta utilizado podem ser encontrados no Apêndice I deste trabalho.

Para a discussão da dimensão político-institucional, foram entrevistados 32 representantes do quadro de atores do turismo na Serra da Bodoquena. Nesse caso, um questionário semi-estruturado (Apêndice II) foi aplicado, com seis questões fundamentais que, em algumas entrevistas, foram aprofundadas. As entrevistas foram transcritas e o resumo

de seus resultados distribuídos na matriz estratégica dos atores e depois alimentaram o cálculo das convergências e divergências dos atores (Apêndice III), que se encontra no capítulo oito.

Vários atrativos foram visitados, buscando-se observar indícios de impactos ambientais da atividade turística, com avaliação de evidências dos efeitos da visitação para a fauna e a flora no entorno de trilhas. Estes locais foram georreferenciados e as marcações foram analisadas com uso de imagens de 1997 do satélite Landsat, manipuladas com *software* Spring fornecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. O objetivo dessas imagens foi observar o avanço da destruição de matas ciliares próximas a alguns destes atrativos. Para a elaboração dos gráficos e figura que compõem este trabalho foi utilizado o *software Corel Draw 10*.

A elaboração de uma tese é, evidentemente, um trabalho individual e, o desafio à que se propõem os estudantes e pesquisadores do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, é o avanço sobre a complexidade com abordagens interdisciplinares. Isso se constitui em um desafio considerável com riscos de fragilização dos métodos de pesquisa e análise, bem como da discussão dos resultados. Os métodos aqui utilizados carregam a vantagem de proporcionar uma visão ampla e sistêmica dos elementos de sustentabilidade do turismo, aplicado ao estudo de caso de uma região com instigantes questões a serem investigadas. Todavia, não está isento dos riscos de uma visão apenas parcial de alguns elementos que poderiam ser mais aprofundados e complementares.

A questão da análise dos impactos ambientais, por exemplo, merece um aprofundamento com a utilização de outros mecanismos de detecção que possam, por exemplo, medir o nível de *stress* dos animais nas trilhas utilizadas pela atividade turística ou mesmo os impactos de longo prazo que podem provocar o desaparecimento de algumas espécies em locais onde se pratica o turismo e a predominância de outras, que tem maior capacidade de se acomodar com a presença do homem.

A disponibilidade de tempo e recursos para as pesquisas de campo também limitaram as pesquisas relacionadas à análise da geração de emprego e renda na atividade turística, que se restringiu a avaliação dos empregos diretos, deixando de lado a avaliação da geração de empregos indiretos. Também são limitadas as análises das imagens de satélite, em face das dificuldades de obtenção de outras imagens que pudessem permitir a avaliação da evolução dos efeitos dos desmatamentos até a atualidade. As imagens utilizadas neste trabalho foram fornecidas pelo Instituto de Reforma Agrária e Extensão Rural – IDATERRA, do governo do Estado de Mato Grosso do Sul que mantém um acervo bastante limitado. Também tentou-se,

sem sucesso, a obtenção de outras imagens junto ao escritório regional, em Campo Grande, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Por fim, a análise dos impactos culturais e econômicos poderia ter lançado mão de outros mecanismos de investigação que pudessem aprimorar o estudo, que se fundamentou em muitas fontes secundárias de informações e poucos dados de fontes primárias, o que, certamente, é uma limitação do presente trabalho.

Apesar de suas limitações, a elaboração de uma tese, com elementos tão diversos, deve representar uma efetiva contribuição para o avanço na construção de elementos teóricos do turismo sustentável e, por extensão, para a área emergente do desenvolvimento sustentável.

No desenvolvimento da tese optou-se por uma estrutura com a organização de informações partindo do geral para o particular. De cunho geral e constituindo a primeira parte do trabalho, todos os aspectos teóricos conceituais que cercam o turismo sustentável conjuntamente com a discussão de ocorrências em outros sistemas mais maduros, fechando com a exposição de dados quantitativos significativos para a sustentabilidade do caso em estudo. O objetivo é inferir sobre tendências, oportunidades e ameaças exógenas para o turismo regional.

Na segunda parte, iniciando a focalização dos elementos centrais da tese, está distribuída a análise multidimensional dos elementos de sustentabilidade endógena, com cinco capítulos onde são discutidos os conceitos e avaliadas as condições do contexto: ambiental, social, cultural, econômica e político-institucional da região turística da Serra da Bodoquena.

A terceira parte se constitui na síntese dos elementos e dilemas de sustentabilidade, com uma análise da situação atual e projetiva do turismo regional e a discussão dos impactos das decisões dos atores para os contextos ambiental, social e cultural e suas conseqüências para o futuro do sistema turístico.

Ao final verificar-se-á que, na medida em que um sistema turístico amadurece, aumentam os riscos de maiores impactos sobre o patrimônio ambiental e cultural, o que torna imperativo pensar-se sobre as medidas para mitigar os danos advindos desta atividade econômica. Espera-se, com este trabalho, contribuir positivamente na construção do conhecimento científico da sustentabilidade no turismo e para a racionalidade das decisões dos atores da Serra da Bodoquena. O contorno almejado para isso é o estabelecimento de um negócio turístico mais eficiente economicamente, com equidade social, diversidade cultural e aprimoramento de seu sistema de gestão e governança que já é considerando um modelo para outros sistemas turísticos.

PRIMEIRA PARTE

REFLEXÕES SOBRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE

*“Como a terra ainda pura e o homem vem respirar na floresta da verde mata
que é difícil sol penetrar, com os braços abertos certos, de que em tudo isso é viver.
E as nossas lendas vendas lendas eternas que tenho contato, o Saci, o Boto Branco,
encanto do Cobra Norato. E porque será que homem quer com tudo isso acabar?
Não vê que esta mata verde sobrevive pra nos salvar?
A incoerência tensa do homem vai nos matar.
Esta é a tristeza clara, triste, muda e viva de um fato insensato
Morre pouco a pouco, a corte, esse nosso grande espaço”.*
(Quinteto Violado)

1 SUSTENTABILIDADE E TURISMO

1.1 INTRODUÇÃO

O viajante, recém chegado de sua cidade, de uma cidade grande, penetra na trilha cercada de vegetação típica de mata atlântica e para diante de um *macaco-prego* (*Cebus Apella*) que, sem temor, se exhibe a poucos metros de distância, diante da objetiva de sua prática e potente câmera fotográfica digital.

O viajante olha em volta, respira devagar e profundamente o ar puro e os aromas da mata e, acompanhado de seu guia de turismo, volta a caminhar para vencer os dois mil metros da trilha, cuja calçada composta de pedaços de madeira reutilizada estabelece os limites laterais de sua trajetória.

Ao final do dia, após enfrentar um exaustivo roteiro, que inclui a caminhada e uma prática de flutuação em um límpido rio, onde pôde contemplar uma exuberante vegetação subaquática e diversos peixes que passeiam preguiçosamente, o viajante retorna satisfeito para o seu hotel onde exige os serviços de praxe, aí incluídos banho quente, ar condicionado e outras facilidades tecnológicas.

A descrição da rotina acima é típica de uma parte dos 70 mil visitantes que vêm, anualmente, ao Sistema Turístico da Região da Serra da Bodoquena, composta pelos municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena e de outras localidades turísticas que afirmam explorar o ecoturismo. A análise dessa comum ocorrência em destinos ecoturísticos mais maduros possibilita a reflexão sobre os desafios, as perspectivas e os dilemas que cercam o desenvolvimento do turismo sustentável em ambientes naturais.

Algumas perguntas podem ser extraídas do contexto acima e permitirão balizar este primeiro capítulo do trabalho com a discussão das cercanias teóricas do turismo sustentável:

1) O que faz aquele viajante estar ali e sentir tanto prazer no contato com a natureza e por que não deixa de transportar para aquele local os seus hábitos consumistas? Descobrir este

novo turista e comunicar-se com sua consciência discutindo seu comportamento são os desafios do trabalho.

2) que faz aquele *macaco-prego* permanecer tão perto dos turistas? A discussão acerca dos impactos do turismo sobre a natureza, e quando este pode ser considerado sustentável, é um outro desafio teórico relevante. A interposição de certa distância entre o turista e a natureza é polêmica e interfere em todas as discussões sobre indicadores de impactos ambientais do turismo

3) Quanto aos equipamentos turísticos: a trilha pré-estabelecida e o hotel com ar-condicionado são adequados aos princípios do turismo sustentável?

Nesta tese procurar-se-á aliar o conceito de turismo Sustentável, que permanece cheio de incertezas e imprecisões com o conceito de desenvolvimento sustentável, já exaustivamente explorado por teses como, por exemplo, a defendida na Universidade de Brasília por Maria de Fátima Machado (2005), com o título de “Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92”.

A presente tese não tem a pretensão de reduzir tais imprecisões e incertezas, pois a discussão teórica exaustiva do conceito de turismo sustentável não constitui o foco central do trabalho. No entanto, já que se trata de um estudo de caso, pretende-se acrescentar alguns elementos importantes para a evolução deste conhecimento.

A última pergunta irá amparar os referenciais teóricos mais importantes para a tese, pois cerca a estruturação do sistema turístico e todos os aspectos relativos a seu planejamento e gestão. Com isso, sinaliza-se que a preocupação central não é a de estabelecer a tipologia de turismo ali praticada e, sim, construir um conhecimento que, ao final, tenha contribuído para a análise e definição das condições necessárias à sustentabilidade de um sistema turístico em ambientes naturais, como é o caso do da região turística da Serra da Bodoquena.

Esta primeira parte do trabalho se deterá sobre os aspectos conceituais imprescindíveis para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento turístico na Serra da Bodoquena e procurará lançar luz sobre as questões acima levantadas. A primeira e a segunda pergunta serão respondidas, fundamentalmente, com o desenvolvimento do presente capítulo, em que se discutirá aspectos conceituais das relações entre turismo e o ambiente, bem como os aspectos técnicos que envolvem a exploração deste negócio. Já a terceira e a última pergunta serão exploradas por meio da discussão dos capítulos 2 e 3 da tese, com foco no que está de maneira endógena, nos sistemas turísticos e que aspectos exógenos os estão influenciado.

1.2 O ADVENTO DO TURISMO

Pode-se começar a contar a história do turismo a partir de relatos de algumas jornadas célebres como a de Marco Pólo, o viajante italiano que viveu entre os anos de 1254 e 1324 e viajou à China e à Mongólia, ou com um exemplo mais brasileiro como a de Dom Pedro II, em suas andanças por boa parte do oriente e da Europa. Estes são relatos famosos que servem para instigar o imaginário das pessoas que buscam, elas próprias, o sonho de jornadas épicas reproduzidas e incentivadas em uma indústria fortíssima na atualidade.

O embate entre a ânsia exploratória e os elementos da natureza estiveram desde e sempre presentes nos seres humanos. Tais componentes são ingredientes das atividades turísticas, principalmente nas modalidades de turismo alternativo. Os riscos de uma evolução descuidada da indústria turística merecem atenção de governos, instituições e pesquisadores pois, mesmo com a propalada capacidade do turismo de se manter sustentável sob vários aspectos, ele não está livre de impactos sobre o ambiente e seus riscos são, muitas vezes, ignorados. Uma constatação de como esse risco pode estar presente, parece estar contida no relato de Roald Amundsen (embora este exemplo seja, deliberadamente, exagerado em razão da finalidade didática desta exposição). Na primeira viagem do homem ao Pólo Sul, que durou de 1911 a 1912, em que relata a docilidade com que as focas de *wedell* se deixavam abater por um inimigo até então desconhecido – o homem. Suas defesas haviam sido adaptadas para as orcas, seus inimigos naturais, e para delas fugirem bastava que se retirassem e permanecessem preguiçosamente sobre os bancos de gelo. Esta forma de defesa era inútil contra os humanos (2001 p.133).

Com uma movimentação, em 2003, de aproximadamente 694 milhões de viajantes chegando a diversos destinos turísticos do mundo (WTO, 2004, p.3) a indústria do turismo é responsável por 4.4 %, ou US\$ 3,6 trilhões do Produto Interno Bruto de todos os países e emprega cerca de 255 milhões de pessoas no mundo de 10,7% dos empregos mundiais (THEOBALD, 2002, p.28). É, por isso, considerada uma indústria e que está à frente de outras como a indústria automotiva e a química, aparecendo como principal geradora mundial de divisas.

Para chegar até aqui o turismo atravessou a história tomando forma nas atrações mais remotas como os pólos gregos que promoviam eventos culturais, esportivos, cursos, conferências. Dentre esses eventos destacam-se os jogos olímpicos, em honra a Zeus, que influenciaram, na antiguidade, o grande movimento de pessoas (LAGE & MILONE, 2001, p.35).

Igualmente importante para a história do turismo foi a expansão da civilização romana, que impeliu a construção de estradas e vias de comunicação que facilitavam, não apenas a gestão do vasto império, mas a implantação de locais e atrativos de lazer próximos ao Mediterrâneo, nas proximidades das praias, com finalidades terapêuticas ou de práticas desportivas.

Dentre as vias romanas que se tornaram mais célebres, destacam-se a Via Appia, que ligava Roma ao porto de Brindisi. Partindo para o Oriente; a Via Flamínia, que ligava Roma a Rimini, no mar Adriático, e a Via Aemília, que ligava Rimini a Milão e Atenas. Por esta última, os romanos realizavam viagens com finalidades de enriquecimento cultural e religioso (CASTELLI, 1990, p.14).

O período mais decadente da história das viagens no ocidente europeu encontra-se na Idade Média, após a queda do Império Romano. Com as invasões bárbaras, o trânsito das pessoas era feito sob risco de morte, com assaltos e violência. Os poucos peregrinos que se aventuravam o faziam por motivos religiosos. A carência de meios de transporte mais rápidos e o desmonte dos meios de comunicação anteriormente estruturados pelos romanos transformavam as viagens em um exercício de coragem e ousadia.

Na Idade Média o mundo era menor geograficamente, com restrições de expectativa de vida da população e limitações econômicas do cidadão comum. Invariavelmente o cidadão nascia e morria sem sair de sua povoação de origem, morando geralmente no campo. Paradoxalmente, o mundo se fazia muito maior, devido, principalmente, às incertezas das comunicações. A circulação de jornais era rara e de qualquer forma a maioria das pessoas não sabiam ler. Era muito mais simples a comunicação por mar, que por terra (HOBSBAWN, 1977).

O gosto pelas grandes jornadas renasceu na Europa por volta do século XV, com o renascimento das artes e das ciências. O desenvolvimento de técnicas de navegação ofereceu ao mundo novos horizontes nunca antes descobertos pela civilização ocidental. As grandes navegações provocaram mudanças econômicas que contribuíram para a intensificação de viagens no continente europeu. Em 1552 foi publicado o primeiro guia de estradas de autoria de Charles Estiene, com instruções, mapas roteiros e impressões das viagens. Em 1612, Francis Bacon publicou *of Travel*, com orientações para viajantes (LAGE & MILONE, 2001, p.37).

No século XVII, as estruturas urbanas se tornaram progressivamente mais complexas e ocorreu o surgimento dos primeiros serviços que se relacionam à gênese do turismo como, por exemplo, os albergues e as estalagens, além dos primeiros transportes coletivos

organizados em horários e com itinerários fixos. Ainda que, com essa forma de transporte, os custos se tornassem mais reduzidos, viajar ainda era um luxo para poucos.

Somente se pode falar de fluxo de massa por volta de meados do século XIX, quando se organizaram as viagens religiosas. Contribuiu para isso a transformação social ocorrida com a revolução industrial, que possibilitou o surgimento de uma classe média com novos gastos e necessidades. Destacam-se, neste período, iniciativas como a de Thomas Cook, com a idéia de fretar um trem para transportar 570 pessoas em uma viagem de 22 milhas entre as cidades inglesas de *Leicester* e *Loughborough* para participar de um Congresso Antialcoólico em 1841 (LAGE & MILONE, 2001, p.38).

O advento da Revolução Industrial promoveu o distanciamento de dois elementos antes indissociáveis: o homem e a terra. Contribuiu para isso o surgimento de uma nova modalidade de sobrevivência que se configurou na forma do trabalho como mercadoria. Ao mesmo tempo, difundiu-se que o cultivo da terra era, efetivamente, um “negócio”, uma empresa e, como tal, aqueles que estivessem falidos ou não tivessem tino comercial deveriam abandoná-la.

Essa nova forma de se relacionar com a terra e com o trabalho teve profundas implicações para as condições econômicas de desenvolvimento do capitalismo. As condições de segurança e estabilidade no fornecimento de alimentos viabilizaram a existência dos estados nacionais e demandas que justificaram a produção em escala que os suprissem. Posteriormente, essa relação se ampliou para viabilizar a grande expansão transmarítima com as demandas das colônias, além das da urbanização na Europa (POLANYI, 2000).

A formação de aglomerações urbanas foi fundamental para o nascimento e desenvolvimento do turismo. Ao mesmo tempo em que mudou a forma de vida das pessoas, possibilitando o surgimento da classe média consumidora de serviços turísticos, essa nova estrutura criou, ela mesma, a necessidade de lazer com o aumento da sensação de um aprisionamento urbano cotidiano e a necessidade de afastamentos periódicos.

No século XVIII e XIX surgem, novamente, os balneários como alternativa de ócio, com o atrativo adicional do advento dos cassinos. No século XIX, grandes navios são construídos para realizar viagens transatlânticas e transportar passageiros atraídos por essa modalidade de lazer aliada ao jogo nos cassinos.

Mas é somente no século XX, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, que o turismo atinge o porte de grande indústria, a partir das transformações proporcionadas pela Revolução Industrial e pelo aumento de disponibilidade de um elemento importantíssimo para o seu incremento: o tempo.

1.3 O TURISMO DE MASSA E AS PREOCUPAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE

Antes do capitalismo não era possível pensar no tempo das pessoas como um insumo que pudesse ser acumulado pelos detentores do capital. O aprisionamento do tempo, embora não seja uma invenção recente, pois já havia sido observado por Adam Smith (1988, p.17) no século XVIII¹, apenas foi efetivamente notado, tal como o conhecemos atualmente, no início do século XX, quando os imensos ganhos de produtividade na indústria e efeitos maiores sobre o ambiente permitiram a inclusão dos operários que produziam nas fábricas aos mercados do qual não faziam parte.

Frederick W. Taylor, um engenheiro inglês, experimentou diversas maneiras de otimizar tempos e movimentos de forma a aproveitá-los ao máximo e Henry Ford, inspirado em Taylor, criou a primeira linha de produção onde eram fabricados carros em massa. Surge então o *taylorismo* e o *fordismo*.

O *taylorismo* e o *fordismo* conceberam a otimização da produtividade e, conseqüentemente, do consumo de recursos naturais. Ao mesmo tempo, o aumento da oferta produziu novas relações de conduta na sociedade, transformando-a, literalmente, em uma sociedade de consumo.

Verifica-se uma transformação da relação do homem com a natureza, com a transição de uma interface em que predomina a superação em busca de uma simples sobrevivência (*homo culturalis*), para uma interface em que a tônica passa a ser a superação mecânica e especializada em busca da intensa produtividade (*homo industrialis*), superando e alterando os limites de fornecimento, por parte do ambiente, de bem estar para indivíduo (BARTHOLO, 1984).

O modo de produção *fordista* foi disseminado pela globalização, causando transformações sociais e ambientais nunca antes experimentadas, cujos resultados se fazem sentir, principalmente, no estilo de vida que se tornou um padrão almejado no atual mundo globalizado: o *american way of life*, “apresentado a todos como um modelo digno de ser copiado”. (ALTVATER, 1995, p. 201).

¹ Adam Smith menciona os efeitos da divisão de trabalho na produtividade das manufaturas: “A divisão de trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera em cada ofício, um aumento proporcional da força de trabalho. (...) Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em conseqüência da divisão de trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que abreviam e facilitam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitos.”

Além da transformação da sociedade, que se tornou ávida de produtos a cada tempo mais sofisticados e com o uso intensivo de tecnologia, outro efeito muito importante do *taylorismo* e do *fordismo* foi sentido em nossa forma de ver o tempo:

Com a 'taylorização' do mundo do trabalho este movimento encontra seu paradigma organizacional mais desenvolvido: todos os tempos e movimentos envolvidos nas ações executivas das tarefas produtivas passam a ser objeto da decomposição analítica, de normatização e padronização, o que pressupõe a necessidade de ser desenvolvida uma nova forma de organização, articuladora e recombinaadora da decomposição analítica realizada. (BARTHOLLO, 1986, p.40).

O tempo passa a ser visto como uma mercadoria e os operários são aquartelados para melhor aproveitamento da sua força de trabalho e, da mesma forma, é utilizado como elemento de troca nas relações entre o trabalho e o capital. Os efeitos do *taylorismo* e do *fordismo*, além de uma “desordem fossilista” com implicações nefastas sobre os recursos naturais (ALTVATER, 1995, p.107ss), se fazem sentir também nas oportunidades para a indústria do turismo. A sociedade de consumo ocupa seu lugar no mundo moderno, criando oportunidades de acesso para o indivíduo que, na antiguidade, não conseguia sair, sequer, dos domínios de seu vilarejo: “a grande conquista do turismo de massa é o acesso ao prazer pessoal em escala global e a possibilidade de se conhecer o outro e seus lugares” (TRIGO, 2001, p.13).

As viagens, antes socialmente seletivas, ganharam escala de massa com o surgimento do trem, do automóvel e do navio a vapor, ainda no século XIX, e mais tarde, já no século XX, com a redução da importância daqueles e a invenção do avião. O crescimento das visitas aos balneários marítimos, desde o século XIX, deveu-se à industrialização e o “prazer se estruturou em uma sociedade baseada, em larga escala, nas classes industriais” (URRY, 1996, p.34).

A indústria turística conheceu um rápido crescimento na primeira metade do século XIX, se desenvolveram algumas cidades balneárias. Brighton na Inglaterra, por exemplo, cresceu de sete mil para 65 mil habitantes em cinquenta anos, tornando-se um lugar da moda e reforçando o conceito de turismo de massa a partir dos balneários marítimos. Como ela, outras 48 cidades litorâneas inglesas experimentaram crescimento populacional e concentração de serviços especializados e únicos, destinados a “propiciar inusitados objetos para o olhar do turista” (URRY, 1996, p.36).

A análise sócio-histórica da relação cidades balneárias e turismo constitui-se em uma boa forma de iniciar a discussão de turismo e sustentabilidade. O turismo de massa provocou

todos os efeitos do rápido crescimento das cidades balneárias que se fizeram sentir na forma de aumento de suas populações e conseqüências: marginalidade, violência, alcoolismo, déficit habitacional e segregação social. Populações tradicionais foram deslocadas para outros lugares e se criaram negócios ligados aos interesses da indústria turística, como parques de diversões, salas de concertos, pensões e residências de verão da elite. Efeitos positivos também foram sentidos quando os senhores de terras das cidades balneárias impediram o surgimento de empreendimentos industriais que poderiam prejudicar o bem estar dos veranistas (idem, p.41).

Essas primeiras manifestações da massificação do turismo com suas contradições, no entanto, não podem se comparar ao que ocorre logo após a II Guerra Mundial, a partir da década de 1950. Observa-se no período de 1951 a 1960 a maior taxa de crescimento dentre todas observadas pela OMT. Com o acesso às viagens aéreas e a organização de rotas internacionais, luxuosos navios de cruzeiro, ônibus confortáveis e modernos trens de passageiros, foi possível, para milhões de pessoas, viajar com maior conforto ou rapidez (GOELDNER *et. al.*, 2002, p.19). Observou-se, a partir de então, um grande crescimento nas chegadas de turismo mundial (Tabela 1.1). Entretanto, este crescimento, só foi observado no Brasil a partir da década de 1970 e a partir da década de 1990 na Serra da Bodoquena.

Tabela 1.1 – Evolução do número de entradas de turistas no mundo.

Ano	Chegadas (milhões)	Porcentagem de crescimento
1950	25	-
1960	69	176%
1970	166	141%
1980	288	73%
1990	457	59%
2000	687	50%
2010	1047 ^(*)	52%

Fonte: Organização Mundial do Turismo.

(*) Estimativa da OMT.

Todos os efeitos acima mencionados do turismo, sejam eles positivos ou negativos podem ser sentidos atualmente nos sistemas turísticos que são implantados, como no exemplo do complexo turístico de Cancun no México, que no momento de sua implantação gerou especulação imobiliária, exclusão e marginalização da população local (FUENTES, 1979, p.104ss).

O volumoso fluxo turístico mundial tem causado impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais cujas dimensões só bem recentemente têm sido alvo de preocupações

por parte da sociedade. Medir o impacto do turismo é tão difícil quanto o desafio de definir o que seja a sua sustentabilidade. Na realidade, devido a sua heterogeneidade, existem dificuldades até mesmo para definir o turismo como uma indústria ou mesmo para conceituar o que é turismo e turista (LICKORISH & JENKINS, 2000, p.9).

O turismo pode ser considerado uma indústria sem chaminés, cujos principais produtos são intangíveis, heterogêneos, não podem ser guardados para ser vendidos depois, são consumidos ao mesmo tempo em que são produzidos e, por isso mesmo, são totalmente dependentes das pessoas que o produzem. Isso é conceituado nos compêndios de *marketing* como a *inseparabilidade* dos serviços turísticos (Kahn, 2003, p.110). Devido a essas características e por ser o alvo dos sonhos de muitos consumidores, estes podem facilmente se enganar ou serem enganados no momento da compra de suas férias.

Por esta razão, uma discussão que talvez seja pertinente do ponto de vista de sustentabilidade do turismo seja a inclusão da dimensão ética que, necessariamente, irá permear sua gestão e comercialização. Uma das propostas de conceituação do turismo sustentável manifesta essa preocupação:

Turismo sustentável envolve uma procura mais produtiva e harmoniosa do relacionamento entre o visitante e a comunidade anfitriã e o lugar (e seu entorno imediato), uma situação que pode ser mantida sem exaustão dos recursos, *sem enganar o visitante* ou explorar a população local (GARROD & FYALL 1998, p.201).

A discussão dos conceitos de turismo e turista embute a necessidade prática de padronizar as informações para fins de pesquisa e, nesse sentido, a literatura apresenta várias opções. Para se ter uma idéia, os critérios americanos, por exemplo, conceituam turismo os deslocamentos de viajantes para além de 160 quilômetros de sua residência (THEOBALD, 2002, p.31). Já a Organização Mundial do Turismo o define como sendo “atividades de pessoas que viajam e permanecem em locais fora de seu ambiente usual, por não mais que um ano consecutivo, para fins de lazer, negócios e outros”. Outras fontes excluem as atividades remuneradas da conceituação de turismo como a *Internacional Association of Experts in Tourism* (LICKORISH & JENKINS, 2000, p.53).

Embora, eventualmente, a conceituação da OMT possa produzir distorções nos números dos fluxos turísticos, parece ser a mais adequada, pois o visitante que tem que se deslocar para um destino turístico por razões profissionais também tem dispêndios e, invariavelmente, visita pontos turísticos.

De toda forma, para efeito do presente trabalho, é importante a constatação de que o turismo sofreu uma brutal evolução em termo de fluxo de viajantes, provocando, com isso, inúmeros efeitos positivos e negativos, que serão estudados nesta tese sob uma visão geral do turismo e, em particular, do ponto de vista da análise do sistema turístico da Serra da Bodoquena.

A partir da constatação da importância do setor do turismo para a economia, aumentam, paralelamente, as preocupações da academia com a sua sustentabilidade. A discussão do conceito de desenvolvimento sustentável do turismo tem sido tema de inúmeras pesquisas e estudos.

1.4 CONVENÇÕES INTERNACIONAIS QUE DEFINEM TURISMO SUSTENTÁVEL

Vários esforços, envolvendo governos, organizações internacionais, operadores e o meio acadêmico, têm sido registrados em direção a normalização da atividade turística. São iniciativas que buscam conceituar o turismo sustentável, padronizar a legislação existente, harmonizar conflitos, sugerir metodologias de certificação, entre outras.

Uma das manifestações coletivas mundiais mais importantes para a definição do turismo sustentável talvez seja a declaração de Manila, da Organização Mundial do Turismo – OMT, adotada em 1980, que enfatiza a importância dos recursos naturais e culturais para o desenvolvimento do turismo e a necessidade de sua conservação tanto para o setor turístico como para as comunidades residentes ((THEOBALD, 2002, p. 117).

A Conferência Mundial sobre turismo sustentável realizada nas Ilhas Canárias, Espanha em 1995, resultou na Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote, que apresenta 18 princípios da sustentabilidade do turismo resumidos em quatro, conforme aponta Muller (apud ANDREU, 2003, p.32). O quadro 1.1 apresenta os princípios da Carta de Lanzarote, que podem ser sintetizados como:

- Proteção e recuperação dos recursos naturais;
- Qualidade de vida das comunidades locais;
- Satisfação das necessidades dos turistas;
- Respeito à cultura local.

Quadro 1.1 - Carta para o Turismo Sustentável.

1. Desenvolvimento do turismo que se baseie em critério de sustentabilidade. Deve ser: ecologicamente sustentável; economicamente viável; e, eticamente e socialmente equitativo para as comunidades locais.
2. O turismo deve contribuir para o desenvolvimento sustentável e ser integrado com todos os aspectos do ambiente, respeitando áreas frágeis e promovendo a assimilação dos impactos considerando os limites e capacidades da natureza.
3. O turismo deve considerar seus efeitos na herança cultural e tradições das comunidades locais.
4. A participação de todos os atores no processo de desenvolvimento é essencial.
5. Conservação da natureza e da herança cultural envolve cooperação, planejamento e gestão.
6. A satisfação dos turistas e preservação dos destinos deve ser, sempre, estabelecida às comunidades locais e norteadas por princípios de sustentabilidade.
7. O turismo deve estar integrado ao desenvolvimento econômico local.
8. O desenvolvimento do turismo deve melhorar a qualidade de vida das populações locais.
9. Planejamento do turismo é importante.
10. Equilíbrio de benefícios e de carga do turismo deve ser considerado.
11. Prioridade especial deve ser dada para vulnerabilidades ambientais e culturais e áreas já degradadas.
12. Formas alternativas de turismo compatíveis com princípios sustentáveis devem ser promovidas.
13. A pesquisa deve ser promovida.
14. Sistemas de gestão ambientalmente compatíveis devem facilitar as políticas de turismo sustentável.
15. As indústrias das viagens devem promover o desenvolvimento sustentável, troca de experiências etc.
16. Particular atenção deve ser dedicada para o transporte e uso de energias não renováveis.
17. Códigos de conduta devem ser estabelecidos para os principais atores.
18. Todas as medidas necessárias devem ser implementadas para promover a sensibilização para turismo sustentável em meio a todos que estão envolvidos com o turismo.

Fonte: Lesley France. *The Earthscan Reader in Sustainable Tourism*, (1997, p.13).

Do ponto de vista das preocupações governamentais em busca da sustentabilidade, destaca-se a declaração de Berlim, resultante da Conferência Internacional sobre Biodiversidade e turismo ocorrido em março de 1997, com participação de ministros do turismo e meio ambiente de diversos países, além de organizações internacionais como a OMT e a IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. A declaração define os princípios para o turismo sustentável, destacando a necessidade de cuidados com as dimensões ambiental, econômica, social e cultural, por parte de todos os envolvidos: governos, organizações internacionais, setor privado, grupos ambientais e cidadãos (Quadro 1.2).

Quadro 1.2 – Princípios e regras para o turismo sustentável

1. As atividades turísticas devem ser sustentáveis ambiental, econômica, social e culturalmente. O desenvolvimento e a gestão das atividades turísticas devem guiar-se pelos objetivos, princípios e compromissos estabelecidos na Convenção Sobre a Diversidade Biológica.
2. As atividades turísticas que contribuem, direta ou indiretamente, com a conservação da natureza e da biodiversidade biológica e que beneficiam as comunidades locais, devem ser promovidas por todos os envolvidos.
3. Para conservar a natureza e a biodiversidade biológica como recursos importantes das atividades turísticas, devem tomar-se todas as medidas necessárias para assegurar que a integridade dos ecossistemas e habitats sejam sempre respeitadas. Devem ser evitadas cargas adicionais provocadas pelo desenvolvimento turístico em áreas onde a natureza está sob pressão devido às suas atividades. Deve dar-se preferência a modernização e renovação das facilidades turísticas existentes.

4. Devem ser tomadas medidas inspiradas pelo princípio da precaução para evitar e minimizar o dano causado pelo turismo na diversidade biológica. Tais medidas devem incluir a vigilância das atividades existentes e a avaliação dos impactos ambientais de novas atividades propostas, incluindo a vigilância dos efeitos negativos e a observação da vida silvestre.

5. Deve-se promover, em toda sua extensão, as atividades turísticas que usem tecnologias ambientalmente apropriadas para diminuir o consumo de água e energia, evitar a contaminação e tratar as águas utilizadas, evitar a produção de resíduos sólidos e que favoreçam a reciclagem.

As atividades turísticas que favoreçam o uso de transporte público e não motorizado também devem ser favorecidas, sempre que seja possível.

6. Todos os envolvidos, incluindo governos, organizações internacionais, o setor privado e os grupos ambientais, devem reconhecer suas responsabilidades comuns para alcançar formas sustentáveis de turismo. Devem desenvolver-se políticas e, quando seja apropriado, legislação, instrumentos e incentivos econômicos ambientais para assegurar que as atividades turísticas cumpram com as necessidades de conservação da natureza e da diversidade biológica, incluindo a mobilização de fundos do turismo.

O setor privado deve ser incentivado para que desenvolva e aplique guias e códigos de conduta para o turismo sustentável.

7. Todos os envolvidos devem cooperar local, nacional e internacionalmente para alcançar um entendimento comum sobre o que é requerido do turismo sustentável. Deve-se prestar particular atenção às áreas transfronteiriças e áreas de importância internacional.

8. Devem ser desenvolvidos os conceitos e critérios de turismo sustentável e incorporados nos programas educativos e de treinamento para profissionais de turismo. O público em geral deve ser informado e educado acerca dos benefícios da proteção da natureza e conservação da biodiversidade através de formas sustentáveis de turismo. Os resultados das investigações e dos conceitos de turismo sustentável devem disseminar-se e implantar-se de forma crescente.

Fonte: Declaração de Berlin - Conferência Internacional de Ministros do Ambiente sobre Biodiversidade e Turismo.

Especificamente no caso do ecoturismo, a Conferência Global 1990 estabeleceu, em Vancouver, no Canadá, os princípios que devem permear as atividades de ecoturismo. Incluem-se, entre seus princípios, a questão do caráter educacional da modalidade, as suas perspectivas de inclusão social, a preservação do ambiente, a participação na gestão e os benefícios indiretos, como o aprimoramento dos transportes.

Quadro 1.3 – Princípios básicos do ecoturismo

1. O ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano.
2. O ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos.
3. O ecoturismo gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo como em diversos setores da administração de apoio e de recursos.
4. O ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de guia.
5. O ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente.
6. O ecoturismo busca a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir. O ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.
7. O ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infra-estrutura comunitária local.

8. O ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos.
9. O turismo natural estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural.
10. O turismo cultural aumenta a auto-estima da comunidade local e proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação entre pessoas de diversas origens.
11. O turismo ambientalmente sustentável demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los.
12. O ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

Fonte: Princípios básicos do ecoturismo (adaptado por WEARING & NEIL, 2001, p.13)

1.5 CONCEITOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

As tentativas de definição do que seja turismo sustentável são criticadas pelo perigo, segundo alguns estudiosos, de definir algo de natureza extremamente complexa, cujas implicações e relações não podem ser reduzidas na simplicidade de um conceito traçado em um ou dois parágrafos (SWARBROOKE, 2000, p.20).

Mesmo a definição de turismo tem sido controversa, dificultando a sua mensuração e, conseqüentemente, a discussão de seus efeitos sobre os sistemas turísticos de forma a se falar em sustentabilidade. Wahab ressalta a dificuldade de definir satisfatoriamente o turismo, devido à sua natureza multifacetada. Inicialmente a definição de turismo abrangia todas as pessoas que se deslocavam, incluindo os que o faziam por ocupações remuneradas, pessoas que vinham para fixar residência, estudantes e transeuntes que passam, sem parar, no país receptor, mais tarde excluídos da definição. A partir de 1963, a IUOTO¹, estabeleceu para fins estatísticos, a definição de *visitante*, que inclui duas categorias: (a) *turistas* – visitantes temporários que permaneçam pelo menos 24 horas no país que visitam podem ser classificados como, turistas de lazer, negócios, visita a familiares, missões e conferências; (b) *excursionistas* – visitantes temporários que permanece por um período inferior a 24 horas no país visitado (WAHAB, 1977, p. 25).

Para a indústria turística o mundo ideal seria aquele em que a atividade turística ocupasse todo o tempo livre. O turismo que apresenta uma intersecção progressiva com o tempo livre (Figura 1.1) pode se tornar umas das principais ocupações do tempo livre que é cada vez maior nas sociedades modernas.

¹ Em português: Organização Internacional de Organizações Oficiais de Viagem. Trata-se da antiga denominação da Organização Mundial de Turismo – OMT.

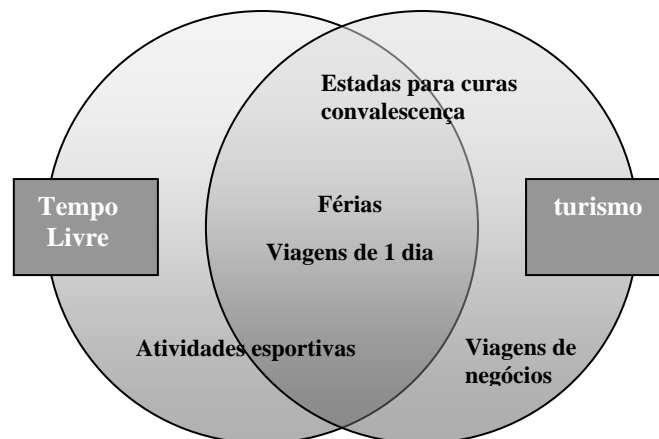


Figura 1.1 – Interseção da atividade turística e tempo livre
 Fonte: Elaborado de Swiss (2004, p. 57).

Atualmente, a definição convencionalizada em 1994, pela OMT assim define o turismo: “atividades de pessoas que viajam e permanecem em locais fora de seu ambiente usual, por não mais de um ano consecutivo, para fins de lazer negócios e outros” (LICKORISH & JENKINS, 2000, p. 54). Esta definição é utilizada para medir o fluxo crescente de viajantes no mundo que, no ano de 2003, registrou um total aproximado de 694 milhões de desembarques¹ (WTO, 2004).

Que convergência é possível notar com respeito à sustentabilidade do turismo? Para se chegar a alguma conclusão é necessário, inicialmente, perceber que por sua natureza complexa, o turismo exige uma análise de sustentabilidade desdobrada em quesitos multidimensionais. O olhar que se lance sobre o desenvolvimento do turismo deve usar prismas ambientais, sociais, econômicos, culturais, políticos e espaciais.

Desenvolvimento sustentável é um conceito estabelecido no Relatório Brundtland: *"aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades"* (CMMAD, 1998:48).

A sustentabilidade é um conceito que depende da harmonia com que se equalizam suas múltiplas partes. É apenas na intersecção de todas as dimensões que se poderá verificar a condição de sustentabilidade de um sistema turístico qualquer (Figura 1.2). A análise compartimentada das múltiplas dimensões do turismo não deve prejudicar a unicidade de visão de sustentabilidade, da atividade integradora na qual ele se constitui, com a biodiversidade e os diversos interesses das pessoas das atuais e futuras gerações.

¹ Trata-se de um indicador do total de desembarques internacionais em diversas entradas que incluem, portos, aeroportos e estações rodoviárias.

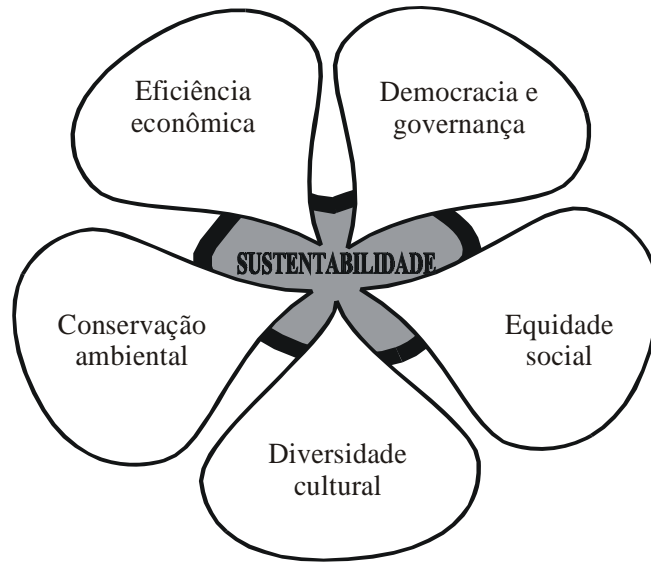


Figura 1.2 – Dimensões da sustentabilidade do turismo

O conceito preconizado por Ignacy Sachs, em 1993 (p.17), estabelece as dimensões: social, econômica, ecológica, cultural e espacial, como referências para a sustentabilidade. Consta-se que o homem é obrigado a conviver com inúmeros problemas que indicam a desarmonia da realidade concreta dessas dimensões, resultado de evoluções desordenadas no âmbito social, legal, econômico e tecnológico.

No meio acadêmico é preponderante a idéia de que, para ser sustentável, se aceita um desenvolvimento que assegure, principalmente, equidade social, eficiência econômica e preservação ambiental de forma equilibrada. Entretanto, no caso específico do turismo e, mais ainda, de ecoturismo, devem ser ressaltadas as questões da inclusão social e da preservação ambiental, antes da questão da eficiência econômica. O conceito de sustentabilidade do turismo, além disso, está intimamente relacionado com outra dimensão mencionada por Goulet (1997, p.78): a dimensão política. Já a dimensão espacial, referida por Sachs, do ponto de vista do turismo, é transversal a todas as outras dimensões, permitindo a análise da configuração territorial e visual das questões sociais, econômicas, ambientais e políticas.

Um ponto importante de análise de sustentabilidade diz respeito aos impactos sociais da atividade turística. Os efeitos, por exemplo, na geração de empregos no turismo são controversos, pois nem sempre ocupam mão de obra local, havendo, em geral, uma importação de recursos humanos especializados. Outra controvérsia é o acesso aos produtos turísticos locais, nem sempre possível ou franqueado para a população local. A questão da inclusão social é um dos pontos frágeis da análise do turismo enquanto atividade sustentável.

As dimensões social e cultural são geralmente tratadas no estudo do desenvolvimento sustentável como uma única dimensão, mas com relação a turismo, parece ser necessária uma dissociação, pela importância que a dimensão cultural tem para a área. Não se trata apenas de buscar uma detida análise da cultura, enquanto produto turístico, mas, sobretudo, das mudanças culturais causadas pelo turismo que são bastante complexas, aspecto que Baptista (1997, p.43) chama a atenção: a natureza do turismo baseada em apelos mercadológicos com a venda da diversidade cultural (autenticidade), ambiental, ideológica e social. Para Baptista, o turismo representa o consumo de serviços, atividades e experiências, ou seja, sinais, símbolos e experiências culturais são tratados como produtos.

Na dimensão ambiental é necessário que se considere o impacto que o turismo provoca sobre o meio ambiente. Depara-se, aqui, com algumas controvérsias acadêmicas sobre as classificações do turismo: existem conceitos definitivos para o turismo? A atividade inclui as pessoas que viajam a negócios e, em suas horas vagas, visitam os atrativos turísticos das destinações para onde viajaram com outro objetivo inicial? Inclui pessoas que estiveram em um destino turístico por um período menor que 24 horas? Existem diferenças conceituais importantes entre o turismo de massa e o ecoturismo? Com tantas indefinições, como é possível estabelecer um eixo central para o conceito de sustentabilidade do turismo? Tais controvérsias têm implicações sobre as definições de objeto de trabalho da tese, impelindo a sua argumentação a deixar de lado as classificações restritivas de turismo ecológico, turismo alternativo ou ecoturismo e se optar pelo uso do conceito e denominação de *turismo sustentável* de forma predominante no texto. A preferência pelo termo turismo sustentável se deve a sua abrangência sobre todas as modalidades de turismo e pela dificuldade de harmonização de outras terminologias e sua classificação.

Para se considerar sustentável a atividade turística da Região, tem-se que levar em conta as inevitáveis transformações no meio ambiente. Lascurain (1999, p.5) afirma que o turismo sustentável se insere no marco geral do desenvolvimento sustentável e deve ser considerado em relação aos padrões de transformações estruturais de índole sócioeconômica, que otimizam os benefícios sociais e econômicos do presente sem pôr em risco o potencial para obter benefícios similares no futuro.

Chama a atenção, também, a importância da dimensão política para a análise da sustentabilidade do turismo devido à complexidade de suas inter-relações e a diversidade de seus atores. A respeito da importância da sustentabilidade política, assim se manifesta Goulet (1997, p.78):

A sustentabilidade necessita ser garantida em quatro domínios: econômico, político, social e cultura. A viabilidade econômica depende de um uso de recursos que não os esgote irreversivelmente e de um padrão de manejo do lixo resultante da produção que não destrua a vida. A sustentabilidade política se baseia em dar a todos os membros da sociedade uma responsabilidade na sua sobrevivência: isto não pode ser conseguido, a menos que todos gozem de liberdade, direitos pessoais invioláveis, algum nível mínimo de segurança econômica e acreditem que o sistema político no qual vivem persegue algum bem comum, e não meros interesses particulares.

A visão da sustentabilidade política contribui com um elemento novo, o da ética que deve permear as relações entre os atores, com conseqüências para todas as dimensões do turismo. Para Weaver (1998, p.5) o conceito de turismo sustentável está umbilicalmente ligado à ética do desenvolvimento sustentável, e suas atividades e processos não devem degradar o meio ambiente, de forma a promover sua viabilidade por um período indefinido.

A dimensão espacial suscita reflexões sobre como se pode preservar as paisagens públicas próximas às cidades e promover a organização social para o desafio de contrapor o interesse individual do morador do entorno e o interesse coletivo da existência de lugares que sejam adequados ao desejo da coletividade na busca de prazer visual, como menciona Yazigi (1999, p.159):

tenha-se em conta que o turismo depende essencialmente do olhar(...) é uma grande mentira que tenhamos que estragar espaços para alimentar as pessoas(...) é preciso estabelecer regras – regras que sejam cumpridas por todos, ou assumirmos que somos farsantes da democracia.

Aplica-se ainda na análise da sustentabilidade do turismo, o estudo das capacidades de carga dos receptivos. Por tudo o que foi dito, o conceito de capacidade de carga parece ter uma importância fundamental para a definição dos sistemas turísticos que se queiram sustentáveis. Esse conceito está relacionado, principalmente, com o impacto que o sistema turístico pode suportar em termos de recebimento de turistas. Ruschmann afirma que a “vulnerabilidade de um atrativo ou local turístico depende da fragilidade dos ecossistemas que compõem o meio e, para preservar sua integridade, é preciso delimitar a capacidade de carga que este pode suportar” (1997, p.39).

A capacidade efetiva de carga constitui-se no cálculo da capacidade real de carga corrigida pela diferença entre a capacidade atual permitida e a capacidade ideal de carga, considerando a capacidade de gestão que é permitida pelo número de pessoas envolvidas na gestão do sistema turístico (MOWFORTH, 1998, p.107). No campo do planejamento, capacidade de carga pode expressar o número ótimo de chegadas de turistas em relação às acomodações existentes. Capacidade de carga é, no entanto, um conceito multidimensional

que deve ser analisado segundo parâmetros sociais, culturais, econômicos e humanos. Como alguns destes parâmetros não são quantificáveis, a mensuração da capacidade de carga se torna um problema de difícil solução (FOKIALI, 2004, p.3).

Teoricamente, os procedimentos para estimar capacidade de carga são baseados nos seguintes passos:

1. Desenvolvimento de indicadores;
2. Determinação dos limites;
3. Quantificação dos indicadores;
4. Avaliação da capacidade global de carga de uma área;
5. Desenvolvimento de planejamento estratégico;
6. Desenvolvimento de correção de estratégias.

Equações e fórmulas para determinação dos limites ideais do turismo não são, obviamente, muito simples de serem fixadas de forma a respeitar os princípios da sustentabilidade, pois, na realidade concreta dos sistemas turísticos, as variáveis são mais plasmáticas ou correlacionadas do que se vislumbra no modelo representado pela figura 1.1. Além disso, as situações de exploração do turismo se apresentam em grande quantidade e diversidade e com complexas inter-relações que se chocam com interesses dos indivíduos, necessidades da sociedade e das futuras gerações. Para muitos autores, apesar de o cálculo de capacidade carga ensejar um grau de subjetividade, ele se mantém importante para produzir:

(...) maior consideração por parte dos promotores da atividade turística para as inter-relações existentes entre os diferentes entornos – social, natural e econômico – e um maior reconhecimento da importância dos recursos sócio culturais e do meio ambiente do desenvolvimento turístico. (OMT, 2001, p. 248).

Persiste, no entanto, a necessidade de uma definição mais genérica para o turismo sustentável, que inclusive abarque o turismo de massa, como o de praias, por exemplo. Para Lascuráin (1999, p.6) o turismo sustentável “é todo aquele turismo (seja ele baseado em recursos naturais ou não) que contribui para o desenvolvimento sustentável.” As respostas para isso parecem estar na delimitação dos critérios de limites ótimos de carga do fluxo turístico, não somente do ponto de vista da vulnerabilidade ambiental, mas também do ponto de vista de eficiência econômica, inclusão social, preservação cultural, organização espacial e participação política.

O conceito de turismo sustentável tem, portanto, correlação com o conceito de desenvolvimento sustentável na medida em que o que se preconiza é que sejam envidados todos os esforços para manter a continuidade de sua atratividade, por meio da manutenção dos recursos naturais, das condições de sobrevivência das populações locais e das chances de continuar recebendo a demanda atual e futura dos turistas, tudo isso com preservação das características naturais e culturais do lugar.

É o que demonstra o resultado do esforço para compilar os conceitos de turismo sustentável, realizado por Garrod & Fyall(1998, p.201), que indicou diversas tentativas de conceituação existentes na literatura, dentre elas, a que invoca a questão intergeracional:

Para ser sustentável o turismo requer o estabelecimento de uma indústria que inclua a consideração dos efeitos em longo prazo das atividades econômicas em relação aos recursos e entretanto considerar as necessidades das atuais e futuras gerações turismo sustentável depende de:

- a) conjugação das necessidades da população anfitriã em termo de provimento de suas necessidade de vida a curto e longo prazo;
- b) satisfação das demandas de crescimento do número de turistas e a continuidade de sua atratividade;
- c) Salva-guarda do ambiente para conseguir manter os dois objetivos anteriores.

No mesmo trabalho, um outro conceito compilado busca incluir a gestão dos recursos naturais e a integração com os interesses das comunidades anfitriãs, meio ambiente e turistas:

Desenvolvimento sustentável do turismo é a concepção de um encontro entre as necessidades dos turistas e regiões anfitriãs, em áreas protegidas ou não e, o aumento das oportunidades para o futuro... a visão adequada da gestão dos seus recursos e um caminho em que se possa atender de forma econômica, social e estética as suas necessidades enquanto se mantém a integridade cultural, processos ecológicos essenciais, diversidade biológica e sistemas vitais de suporte.

Em geral, na busca por um conceito de turismo sustentável, há uma tendência de aproximação com o conceito de ecoturismo, onde existe a valorização das formas mais integradas de exploração da natureza. Dentre as melhores alternativas para um século XXI mais sustentável, Ignacy Sachs (1993, p. 45) inclui o turismo como uma atividade econômica de grande relevância em termos de movimentação de valores e na criação de empregos e cuidados com a natureza.

A idéia de que o turismo seja uma indústria sustentável ou mesmo de que seja possível analisar sua sustentabilidade é combatida por alguns teóricos: McKercher (apud FENNEL, 2002, p.35) afirma:

O turismo é vulnerável à perda da sustentabilidade por quatro razões principais. Primeiro, o turismo não é reconhecido como uma indústria dependente de recursos naturais; segundo, a indústria do turismo é invisível, especialmente nas áreas

urbanas; terceiro, o turismo é fraco eleitoralmente, com pouco apoio governamental; e quarto, há uma ausência nítida de lideranças conduzindo a indústria o que torna o turismo vulnerável aos ataques de outros usuários da terra.

O exame da sustentabilidade do turismo será imprescindível na avaliação dos cenários possíveis que serão construídos pensando-se na evolução do Sistema Turístico da Serra da Bodoquena e em todos os fatores que cercarão o futuro desse Sistema. Que fatores? Que impactos terão? Qual será a natureza desses impactos? São indagações importantes cujas respostas serão buscadas por uma discussão indispensável acerca da sustentabilidade e especificamente, sobre sustentabilidade do turismo.

1.6 TURISMO ALTERNATIVO E ECOTURISMO

O interesse pela volta à natureza parece ser inerente ao *homo industrialis*, que dela se afastou. Sente falta da vida rústica, do contato com os cheiros e ruídos da floresta, da aventura representada pelos riscos de uma caminhada em um lugar em que pode ser surpreendido a cada passo. Esse sentimento não pode ser confundido com o interesse pela subjugação da natureza representada, por exemplo, pelos safáris africanos, que se tornaram uma febre no século XIX e início do século XX e são comuns até hoje. Trata-se de um interesse genuíno pelo contato hedônico, pelo estímulo a todos os sentidos humanos.

Esse sentimento pode ser traduzido em uma sociedade altamente industrializada como a dos Estados Unidos da América que criaram, no final do século XIX, o primeiro parque caracterizado como um enclave da natureza intocada, precursor do que denominamos unidades de conservação, o *Yellowstone* (DIEGUES, 1996, p.23). Os E.U.A. implantaram esse e outros parques, talvez, para amenizar sua culpa pela intensa destruição que promoveram na natureza, desde o início da exploração intensiva da agricultura em seus domínios.

O *Yellowstone* foi criado para que o homem moderno pudesse admirar e reverenciar um lugar paradisíaco, uma ilha de proteção idealizada de forma enviesada pelo interesse antropocêntrico. Segundo alguns críticos do conservacionismo ditado pelo modelo norte-americano, os parques de proteção criados pelo homem refletem apenas os objetivos estéticos e não privilegiam, por exemplo, os pântanos e os brejos, independentemente de sua importância para o funcionamento dos ecossistemas e a continuidade da vida na Terra (DIEGUES, 1997, p.86ss). Isso parece ser verdade em relação, por exemplo, ao ecossistema

do Cerrado brasileiro, que permanece à margem das prioridades de investimento em conservação no Brasil.

Para muitas pessoas, essas ilhas servem apenas para que o cidadão possa refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e no trabalho monótono e alienante. O fato é que os parques nacionais norte-americanos passaram a fazer parte da sua cultura e todos os fins de semana e efemérides, milhares de cidadãos fogem do estressante cotidiano urbano e acorrem a eles.

O caminho para o reencontro do homem com a natureza inicia-se com a sensação de perda ressaltados pelos movimentos ambientalistas após grandes desastres ambientais como o *Dust Bowl*¹ e os efeitos da utilização descuidada dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, mencionados por Rachel Carson em sua publicação *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) em 1962. A autora menciona como a utilização dos defensivos químicos estava interferindo nas defesas naturais e sobre o próprio homem (MCCORMICK, 1992, p.38ss.).

Por outro lado, a volta à natureza pode servir, também, para a reafirmação da supremacia do homem sobre o ambiente. A sensação de risco controlado e planejado está presente em modalidades que combinam turismo e aventura.

O fato é que as previsões apocalípticas do fim da natureza, como as acima mencionadas, abriram caminho para a intensificação dos movimentos ambientalistas e para maiores cuidados com os ambiente e asseguraram a viabilidade do negócio que mais cresce dentro da indústria turística mundial: o turismo ecológico.

Entretanto, o conceito de turismo sustentável deve ser aplicado a todas as modalidades oferecidas no setor turístico, inclusive ao turismo de Sol e Praia. Em grande ou pequena escala, os cuidados com o ambiente, preservação e conservação, inclusão social e eficiência econômica devem ser mantidos a despeito de como ele é classificado. Obviamente, as modalidades com baixa escala de visitação mantêm melhores resultados em termos de preservação do ambiente. A seguir faz-se a distinção conceitual entre essas modalidades.

Um sistema turístico pode optar entre uma alternativa estratégica de massificação, quando escolhe atrair um grande número de turistas para a sua região turística ou opções estratégicas com baixo número de visitantes, com segmentos do turismo alternativo. Uma das

¹ Segundo McCormick O *Dust Bowl* (caldeirão de pó) foi um dos maiores desastres ambientais produzidos pelo homem na história, afetou 16 estados americanos, causando tempestades de poeira regionais, com redemoinhos de mais de 6 metros de altura e empurrando o pó para lugares tão distantes como Chicago e Washington D.C.. Em 1938 já havia erodido cerca de 1,29 milhão de quilômetros quadrados nos Estados Unidos. As responsabilidades pelo desastre, podem ser imputadas à prática de mais de meio século de agricultura descuidada como a opção pela monocultura e a destruição da relva nativa, bem como, na prática de arar a terra em sulcos longos e retos (1992, p.38ss.).

possibilidades de segmentação para o turismo de baixo impacto é o da *ecoturistificação*. Este termo se propõe a designar a escolha estratégica de atividades tipicamente eco turísticas, por parte de um sistema turístico, assumindo as regras e limitações da atividade, impondo restrições quanto à estruturação dos produtos e segmentação dos seus mercados e, conseqüentemente, quanto às perspectivas de volumes de visitantes, o que significa uma oposição ao turismo de massa. Essa alternativa pressupõe, que escolhas mais sustentáveis podem ser feitas, com menores impactos sobre o patrimônio ambiental e valorização do patrimônio cultural.

Existem muitas controvérsias acerca da conceituação de turismo em que se incluem os praticados em ambientes naturais. Muitos teóricos classificam o ecoturismo como uma das modalidades do turismo alternativo (FENNEL, 2002, p.37) e a ambos, como uma modalidade dentro do conceito de turismo em ambientes naturais ou turismo na natureza (Figura 1.3).

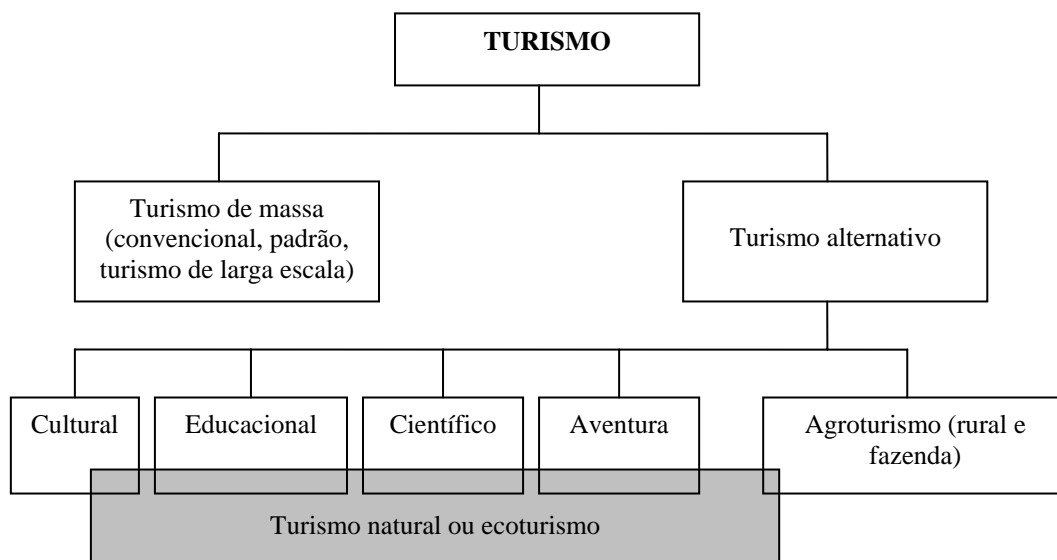


Figura 1.3 – Turismo de massa e turismo alternativo
Fonte: Mieczkowski (apud WEARING & NEIL, 2001, p.5)

O turismo natural ou ecoturismo, apresentado acima parece, conceitualmente, incluir todas as modalidades de turismo que dependem do ambiente para ser realizado, mas difere de certas modalidades de turismo cultural, realizado em museus e locais de diversão com equipamentos artificiais.

Já o turismo alternativo é a antítese do turismo de massa na medida em que se preocupa com a limitação do fluxo turístico, sendo realizado em pequena escala, ao contrário do turismo de massa, realizado em larga escala (KAHN, 2003: 109). O turismo alternativo mantém uma outra característica fundamental que se traduz no respeito pelo lugar visitado ou senso do lugar (WEAVER; 1998, p.10).

Quem busca o turismo alternativo busca um lugar diferente do que normalmente vive, tenta encontrar novas emoções e novos conhecimentos que podem estar contidos em uma nova identidade geográfica que não se resume simplesmente a uma nova paisagem: “a afirmação da personalidade do lugar, composta de múltiplas identidades humanas e do mundo natural, se justifica como significativos referenciais para vida cotidiana(...) que permitem resistir a diversos aspectos da globalização” (YÁSIGI, 2001, 44).

Um conceito que pode ser incorporado na análise é o criado por Plog (2001, p.270) para classificar os viajantes segundo as suas preferências e comportamento psicográfico. Para Plog, os turistas podem ser divididos em *alocêntricos*, *quase alocêntricos*, *meio cêntricos*, *quase cêntricos* e *psicocêntricos* ou na mesma ordem (com o conceito revisto): *aventureiros puros*, *quase aventureiros*, *cêntricos*, *quase confiáveis* e *confiáveis* (Figura 1.4).

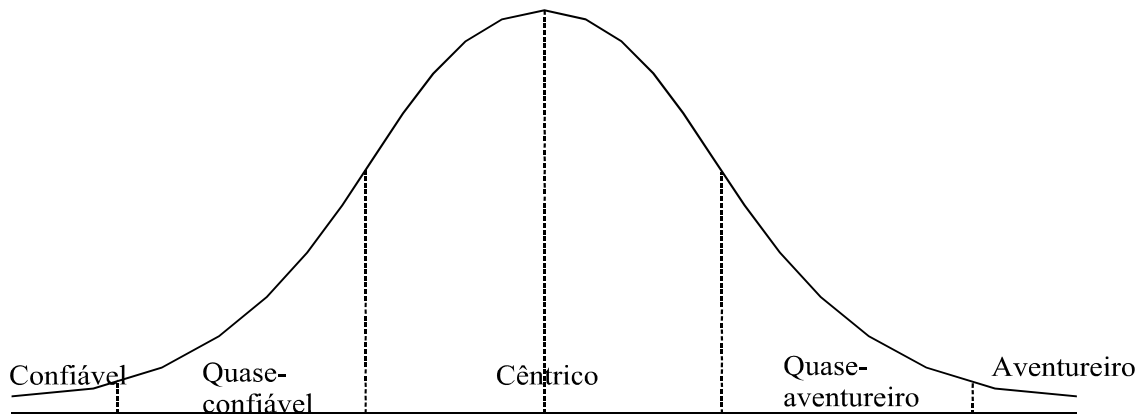


Figura 1.4 – Distribuição dos segmentos psicográficos no turismo
Fonte: Plog (2001, p.271)

A população em geral está em sua grande parte classificada como cêntrica, tendendo de confiáveis puros de um lado para aventureiros puros na outra ponta da curva de distribuição dos segmentos psicográficos. Os aventureiros são os turistas que procuram os lugares mais remotos, se contentam com serviços extremamente rústicos e se expõem à meios de transporte precários ou inexistente. No outro extremo, os turistas confiáveis são os que buscam a segurança dos sistemas extremamente conhecidos e aprimorados e não se sujeitam à aventuras.

Dentre as formas de turismo alternativo, destaca-se o chamado turismo natural ou em ambientes naturais (BAPTISTA, 1997, p.43), turismo ecológico, ou sua denominação reduzida para *ecoturismo*, termo cunhado por Ceballos Lascuráin, no início dos anos 1980, como citam Fennel, Wearing & Neil e Weaver e Scheyvens (2002, p.41; 2001, p.5; 1998,

p.15; 1999, p.245). Lascuráin, em seu trabalho diante da Pronatura, uma organização não-governamental mexicana, lutava pela conservação das áreas de uma floresta tropical do estado mexicano de Chiapas, defendendo a idéia de que o ecoturismo poderia ser uma ferramenta importante para a conservação do ambiente. Lascuráin define o ecoturismo como sendo:

São viagens através de áreas naturais, relativamente preservadas, com fim específico de estudos, apreciação da paisagem e sua flora e fauna e também as manifestações culturais atuais e ancestrais existentes nestas áreas. É ainda a que promove a conservação, visitas de baixo impacto e beneficia o envolvimento sócio-econômico das populações locais (apud SCHEYVENS, 1999, p.245).

Segundo Goeldner, Ritchie & McIntosh (2002, p. 363), vários termos que são comumente utilizados para nominar esse conceito, além do próprio termo ecoturismo, dentre eles: “turismo natural, turismo verde, turismo de baixo impacto, etc”. O mesmo autor menciona a definição de ecoturismo apresentada pela *International Expeditions*:

Turismo adequado em habitats naturais para criar uma compreensão da história cultural e natural daquele ambiente, enfatizando o cuidado para não alterar a integridade do ecossistema, ao mesmo tempo em que produz benefícios econômicos para a população local e para governos que encorajem a preservação dos recursos inerentes aos ambientes, ali e em qualquer lugar.

Os muitos conceitos de ecoturismo são consensuais quanto aos seus princípios, que procuram, sempre, combinar elementos de conservação da natureza, respeito à cultura local, participação e benefícios às comunidades locais e educação.

Contudo, existem dúvidas acerca dos reais efeitos do ecoturismo e seus benefícios, bem como de sua sustentabilidade. Os críticos indicam que o ecoturismo está sujeito a diversos efeitos negativos como, por exemplo (WEAVER, 1999, p. 15):

1. Ingenuidade das comunidades anfitriãs quanto ao alcance de seus benefícios – o turismo em baixa escala e baixo impacto, não conseguirá beneficiar de forma ampla as comunidades receptoras.
2. Controle do ecoturismo assumido por elites locais – grupos economicamente mais abastados que se aboetam do controle político e dos benefícios econômicos do crescimento do mercado.
3. Contato intrusivo com a cultura local. Existe o risco de que algumas culturas tradicionais sejam alteradas de forma irremediável ou mesmo virem a desaparecer.
4. Erosão do controle local devido a interesses externos. Grandes grupos econômicos multinacionais assumindo o controle do mercado.
5. Os turistas alternativos pioneiros se tornam instrumentos facilitadores – apenas servem para abrir caminho – para os turistas em larga escala, em desfavor de formas mais benignas de turismo alternativo.

6. A prática local do turismo alternativo incorpora apenas os valores elitistas externos – tendência de assumir hábitos da busca de aventuras pela classe média alta, refletindo valores consumistas e práticas inacessíveis ao público comum.
7. Retornos econômicos modestos, com baixo potencial para o desenvolvimento econômico.
8. Crescimento espacial desordenado – efeitos sobre o crescimento urbano e sobre os equipamentos turísticos, que podem ser ecologicamente e esteticamente inadequados em relação à integração com a natureza.

Os impactos negativos do turismo, conforme relatados em diversos estudos científicos, existem mesmo nas formas mais preservadas de turismo. É o caso, por exemplo, da exploração das florestas úmidas do Equador, na Reserva *Cuyabeno*, uma área de 6.000 Km², que recebe 9.000 turistas por ano e estabeleceu um manejo para um turismo de baixo impacto. Ficaram, contudo, comprovados efeitos sutis sobre a fauna, por exemplo, sobre o hoacín (*Opisthocomus hoazin*) uma ave freqüente nos lagos da reserva que, com a aproximação dos turistas, mesmo a uma distância segura, deixa os ninhos ficando os filhotes abandonados à própria sorte, com um conseqüente aumento da mortalidade e redução dessa população (MÜLLNER & PFROMMER, 2001, p. 31)

Tais efeitos podem ser notados em muitos sistemas turísticos mais evoluídos e isso será assunto para o segundo capítulo desta Tese. A ocorrência de todos ou de alguns destes efeitos negativos em um sistema turístico, notadamente os sistemas que se apóiam no ecoturismo, validam a proposição de R.W Butler de que tais sistemas são sujeitos a um ciclo de vida que evolui de acordo com a sua capacidade de carga.

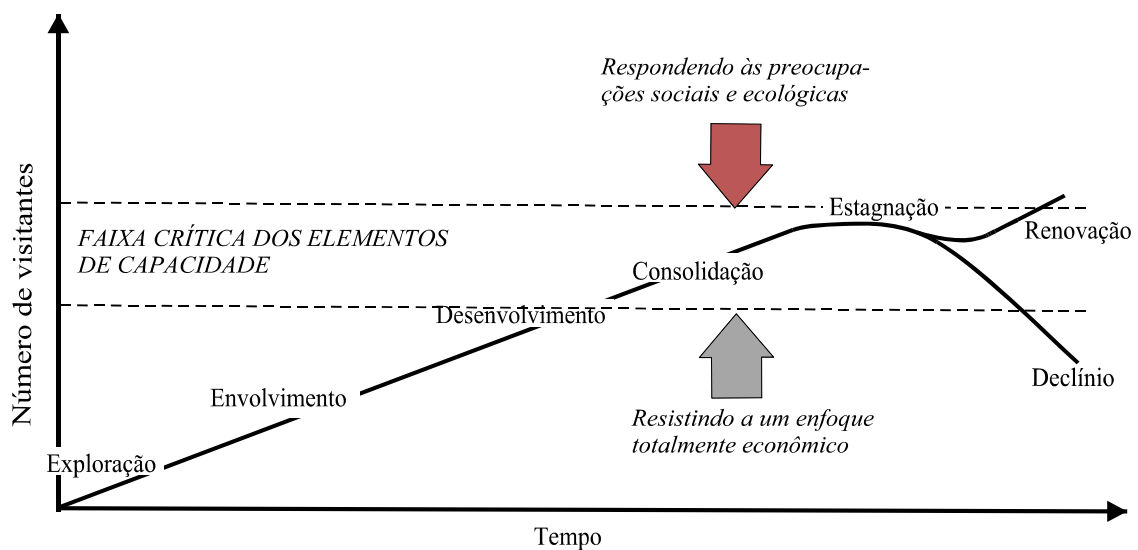


Figura 1.5 - O ciclo de vida dos sistemas turísticos e a questão do sustentabilidade (modificado de Fennel, 2002, 123)

O conceito do ciclo de vida compreende a percepção de estágios de desenvolvimento que vão da (a) exploração inicial; (b) envolvimento da comunidade ou de alguns setores econômicos; (c) desenvolvimento, com crescimento da demanda e investimento em comunicação; (d) consolidação do sistema, com a implantação de infra-estrutura e superestrutura¹ turística; (e) estagnação, quando ocorre uma redução da atratividade do lugar e o sistema pára de observar crescimento da demanda turística; e, finalmente, (f) declínio, estágio em que o sistema entra em colapso podendo inclusive ser dissolvido ou renovado, com a reestruturação da oferta de atrativos e estratégias de *marketing* que consigam atrair novamente os turistas (Figura 1.5).

Para ser sustentável, um sistema turístico tem que manter sua capacidade de carga dentro de limites em que as mudanças sejam controláveis pelo sistema de gestão, de forma a provocar apenas danos que não comprometam a sua sobrevivência em longo prazo. Algumas propostas têm sido desenvolvidas para a gestão do ecoturismo, buscando a sua manutenção dentro de limites adequados, fundamentadas na lógica de planejamento do Limite Aceitável de Câmbio – LAC.

A LAC foi desenvolvida em 1985 e prevê a aplicação de um sistema de planejamento que considere as mudanças que serão provocadas nos recursos naturais e no contexto sócio-cultural das comunidades anfitriãs, fixando as medidas administrativas adequadas para a implantação de um sistema turístico (AHN, LEE & SHAFER, 2000, 2).

Como muitos outros sistemas de planejamento e manejo de sítios turísticos ecológicos, existe uma boa dose de subjetividade tanto na LAC quanto nas propostas de determinação de capacidade de carga. Apesar disso, incorporam lógicas que melhoram o processo decisório quanto aos limites e adequações do manejo de tais sítios.

Além da LAC, outras propostas de sistemas de gestão procuram se preocupar com a questão da sustentabilidade, com a aplicação de avaliações adequadas das modalidades turísticas nos sistemas turísticos. O processo *Recreation Opportunity Spectrum – ROS* (Espectro de aplicações recreativas), por exemplo, incorpora processos de gestão que considera as relações entre as atividades que perseguem as perspectivas de crescimento futuro e a combinação das variáveis físicas, biológicas, sociais, além de estabelecer um espectro entre as escolhas recreativas com as variáveis do crescimento urbano. A mesma literatura cita outros sistemas de gestão como *Visitor Activity Management Process (VAMP)* e o *Visitor*

¹ Segundo Beni, a infra-estrutura turística compreende a estrutura básica de acesso/Básica urbano-regional, enquanto a Superestrutura compreende toda a ordenação jurídico-administrativa organizada para receber, diretamente o turista. Este conceito será mais bem explicado no capítulo 2 da Tese.

Impact Management Process (VIMP) (BOYD & BUTLER, 1996, p.559). Todos esses processos incorporam preocupações com relação aos limites de capacidade de carga dos sistemas turísticos.

Todas essas considerações denunciam a estreita ligação do ecoturismo com tentativas de práticas mais sustentáveis. Entretanto, a definição das atividades turísticas que podem ser classificadas como ecoturismo depende, também, do comportamento dos turistas. Considera-se um *continuum* teórico com dois extremos que definem comportamentos opostos, sobre como o turismo em áreas naturais é encarado, neste *continuum*. Vislumbra-se um espectro comportamental que transita de um pólo em que se classificam atitudes de baixo comprometimento e de outro onde estão as atitudes com alto comprometimento (WEAVER, 1998, p.16).

No pólo de baixo comprometimento encontra-se o ecoturismo passivo e todas as formas de turismo podem ser enquadradas como ecoturismo. No outro extremo do espectro, de alto comprometimento, o ecoturismo é considerado impossível e se caminha para o enquadramento do ecoturismo ativo.

Nesse *continuum*, o ecoturismo ativo encoraja as opções de aprendizado e modificação do estilo de vida dos participantes da modalidade, de forma a beneficiar o meio ambiente. Já do outro lado do *continuum* o ecoturismo passivo encoraja, unicamente, as práticas que privilegiam o bem-estar do próprio praticante e não procura promover mudanças educativas.

Uma outra abordagem teórica aplica três níveis comportamentais possíveis que não excluem o conceito de ecoturismo:

- 1) *Ecoturista auto-confiante* – envolve o viajante individual ou grupos de menos de 10 pessoas, visitando áreas relativamente remotas, usando transporte não-motorizado, em locais onde não existem serviços.
- 2) *Ecoturista de pequenos grupos* – envolve praticantes mais abertos à visita em locais menos remotos (porém sem grande fluxo) e grupos maiores, com busca de serviços e atendimentos mais rudimentares.
- 3) *Ecoturismo popular* – envolve grande número de turistas, com uso de transporte mecanizado para atrativos naturais, cujo acesso é bem estruturado e sinalizado e mantém um nível significativo de serviços.

1.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este exercício de análise conceitual do ecoturismo não tem a finalidade de esgotar a discussão acerca de seus significados e possibilidades teóricas, entretanto é útil para resgatar as possibilidades de enquadramento que serão possíveis do ponto de vista de avaliação do Sistema Turístico da Serra da Bodoquena.

Debate-se muito sobre como pode ser classificado o turismo realizado nos municípios da Serra da Bodoquena, que será assunto da discussão dos próximos capítulos. Por ora é suficiente a discussão dos aspectos teóricos iniciais que cercam essa atividade econômica que é encarada por muitos como a mais importante para os municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena, notadamente para o município de Bonito.

A principal lição que resta da explanação conceitual acerca de sustentabilidade do turismo e, nesse contexto, inserindo-se o ecoturismo, é que os caminhos para uma definição precisa da sua análise ainda não estão prontos e deverão ser construídos, paulatinamente, com as informações que serão aqui disponibilizadas. Não estão prontas porque tais conceitos e caminhos também encontram-se em obras, em pleno debate da sociedade que tenta estabelecer os melhores passos para o turismo sustentável.

A apresentação antecedente, além de contextualizar teoricamente o objeto de estudo, serviu para que algumas definições fossem estabelecidas, sendo, a principal delas, que será considerada para efeito de delimitação do presente trabalho, a da qualificação do turismo praticado na Serra da Bodoquena. O turismo da região pode ser classificado, de forma predominante, pela inclusão de praticamente todas as modalidades de turismo alternativo. Existe, em Bonito, Jardim e Bodoquena, uma grande diversidade de oferta de produtos turísticos e se verá, ao longo da presente tese, referências a turismo de aventura, turismo rural e ecoturismo e, abraçando a todas estas modalidades, a designação de turismo sustentável. Esse alerta é importante em razão do espectro de análises que serão feitas ao longo do trabalho e que, devido a sua complexidade, exigirá, em muitos casos, ora uma redução, ora uma visão mais *lato sensu* das abordagens e verificações, de forma a tornar mais eficiente e eficaz a análise que se pretende empreender.

2 OS SISTEMAS TURÍSTICOS E OS SEUS EFEITOS

2.1 INTRODUÇÃO

A finalidade principal do presente capítulo é fornecer subsídios para o estabelecimento de um cenário projetivo para a região turística da Serra da Bodoquena, que ocorrerá no capítulo 10. A discussão dos efeitos do turismo é útil para o entendimento do que está ocorrendo e poderá ocorrer com aquela região turística. Como se comentou no primeiro capítulo, o turismo mundial conheceu um crescimento vertiginoso após a Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, o que cresce substancialmente é o turismo ecológico e este tem sido mais ou menos danoso para os diversos sistemas turísticos que serão aqui relatados. Segundo *The International Ecotourism Society -TIES* (2000), enquanto o turismo em geral cresce em torno de 7% ao ano, o turismo ecológico cresce entre 10% e 30% ao ano. A ausência de estatísticas específicas sobre o turismo ecológico impede que se tenha uma maior precisão dos números de seu crescimento, a OMT estima-o em 15% ao ano (HAWKINS; KAHN, 2002, p. 205).

Os casos mais interessantes para que se tracem paralelos com o nosso sistema turístico da Serra da Bodoquena são os do México, Costa Rica, Equador e Belize os quais, com suas experiências positivas e negativas, muito têm a ensinar, por já terem experimentado, em alguns casos, todos os estágios de seu ciclo de vida. Todos esses países, notadamente o México e Costa Rica, têm já uma longa história de erros e acertos com o turismo e sua análise em especial é interessante por explorarem o turismo alternativo e o turismo ecológico, além de sua semelhança com o Brasil, por serem países em desenvolvimento. Também será alvo do presente capítulo a menção aos efeitos dos enclaves turísticos, que, ao que tudo indica, fará parte do futuro da região estudada.

O turismo na região do Caribe e América Central é sinônimo de pioneirismo. Países como o México, Costa Rica, Belize e Porto Rico iniciaram muito cedo essa exploração para tentar aproveitar a proximidade com grandes mercados emissores: Estados Unidos, principalmente, e Canadá, secundariamente. Porto Rico, por exemplo, iniciou seu planejamento para o desenvolvimento do turismo já em 1941, com sua inclusão como uma das possibilidades de desenvolvimento econômico do país. Em 1944, foi elaborado um primeiro estudo de viabilidade de implantação: “*The Development of Tourism to Puerto Rico*”, que analisava a possibilidade de implantação de *resorts*, para aproveitar a proximidade de grandes mercados emissores do E.U.A e Canadá. Nesse momento da história, o foco era o turismo de Sol e Praia e as preocupações maiores eram seus impactos econômicos, sem maiores menções aos fatores sociais ou ambientais, excetuando-se os que poderiam causar desconfortos aos turistas como, por exemplo, os furacões comuns naquela região do Caribe (CARPENTER, 1964, p. 92ss.).

No México, a cidade de Acapulco iniciou o desenvolvimento do turismo também na década de 1940, firmando-se como um dos maiores pólos turísticos mexicanos, assim com o pólo turístico de Cancun, cujo desenvolvimento sem muito planejamento e controle, sentiu, a partir da década de 1970, os efeitos perversos desse crescimento desordenado na forma de exclusão social, especulação imobiliária, poluição ambiental e visual (FUENTES, 1979, p.32ss.).

Mesmo sistemas turísticos que exploram o turismo alternativo ou o turismo ecológico podem se tornar caóticos, quando a volúpia econômica sobrepuja o interesse ambiental, como no caso de Galápagos, onde a instalação de dois aeroportos elevou o número de chegadas para 41 mil vistantes anuais, quando a capacidade de carga recomendada é 12 mil. Mesmo assim, prevê-se a construção de um terceiro aeroporto na Ilha Isabela, que irá elevar o número de chegadas para 50 mil turistas anualmente (WEARING & NEIL, 2001, p. 35).

A preocupação principal de relatar efeitos do turismo sobre os sistemas, com atenção principal aos efeitos econômicos, ambientais, culturais e sociais, justifica a discussão dessa rica história de acertos e desacertos, como base para a avaliação das perspectivas do turismo da Serra da Bodoquena.

2.2 OS SISTEMAS TURÍSTICOS

A percepção da complexidade de um sistema turístico é crucial para a análise das perspectivas de sua sustentabilidade. O *sistema turístico* compreende todas as interfaces e

elementos do processo de geração de um produto turístico, incluindo os atores participantes. Para entendimento do sistema, é útil discutir brevemente o conceito de sistemas e sua aplicação a um sistema turístico.

A visão mais sintética do conceito de sistemas compreende a identificação de um modelo teórico que envolve entradas (*inputs*), saídas (*outputs*), retroalimentação (*feedback*) e processo. Dentro das fronteiras do sistema (onde ocorre o processo) estão contidos: a) meio ambiente; b) elementos ou unidades; c) relações e atributos (BENI, 1998, p.26).

Na aplicação da teoria de sistemas em ciências sociais, cada vez mais freqüentemente, são aplicados os conceitos adquiridos da física: sintropia e entropia. Estes conceitos servem, em geral, para descrever e medir os estados (de ordem) de sistemas fechados e quando transportados para as ciências sociais, têm que ser aplicados a sistemas abertos que envolvem a ação de seres humanos, cujas relações entre si e com a natureza são de difícil descrição (ALTVATER, 1995, 43). Entretanto, a tentativa de visualização dos fenômenos da termodinâmica é útil para se perceberem os riscos decorrentes dos descuidos com a gestão de um sistema turístico.

Conceitualmente, sintropia “designa o estado de um sistema (fechado) de elevada ordem.(...) pode também designar estados de elevada ordem material”. Já a entropia se “refere, essencialmente, aos fluxos energéticos, isto é, à conversão de energia livre em energia vinculada” (ALTVATER, 1995, p.45). Para exemplificar, a Terra pode ser considerada um sistema fechado cuja fonte primária de energia é o fluxo de energia solar. Esse sistema de baixa entropia, por meio de lentos processos geológicos e biológicos submetidos ao fluxo de energia solar, levou milhões de anos para acumular uma outra fonte de energia, na forma de petróleo bruto, que vem sendo consumida em algumas poucas centenas de anos pelo *homo industrialis*.

O conceito de sistemas torna-se importante para uma inferência, o mais próximo possível da realidade concreta, acerca do *estado* de um sistema turístico. As inferências serão derivadas da análise dos efeitos dos *inputs* e *outputs*, sobre seus elementos, relações e atributos. A preocupação com os fluxos energéticos e consumo desregrado de recursos naturais pode ser perfeitamente aplicada aos sistemas turísticos, na medida em que este, em seu processo transformador, apresenta uma grande complexidade de relações e atributos que não são de fácil gerenciamento (HALL, 2001, p.73).

Os atributos e as relações dos elementos de um sistema turístico são suscetíveis a algumas transformações, a depender do enfoque gerencial que seja estabelecido. O enfoque mercantil-utilitarista predominante busca transformar os sistemas em um produto, por meio da

O Sistema Turístico não é, necessariamente, delimitado por suas fronteiras físicas. Outras formas de delimitação podem ser adotadas, como afirma Petrocchi (2001, p.28), para quem o sistema turístico é complexo, multidisciplinar e composto por muitos subsistemas:

A teoria de sistemas permite flexibilidade para a sua aplicação. Um município litorâneo pode ser estudado como um sistema de turismo. Entretanto, as fronteiras do sistema não coincidem necessariamente com as fronteiras físicas desse município, pois o planejador deverá definir fronteiras diferentes para o sistema de turismo. A teoria de sistemas permite a alternativa de estudo de um distrito desse município como se fosse um sistema turístico. Assim como seria possível estudar um sistema turístico cujos limites abrigariam determinada região. Tal flexibilidade também existe no interior do sistema. Em um município podem existir subsistemas de hospedagem, de transportes etc. Também é possível estudar os subsistemas de hospedagem como um sistema único, dele derivando vários subsistemas: hotéis, pousadas para locação camping e outros mais que possam ser distinguidos.

Do ponto de vista do turismo alternativo e, mais especificamente, do turismo ecológico, sistemas turísticos organizados em áreas protegidas podem agregar atributos específicos, cujo manejo e gestão são mais restritivos e cuidadosos e cujas fronteiras são mais facilmente delimitadas. Com relação ao manejo, o sistema tende a se preparar para dotar a sua infraestrutura e superestrutura de equipamentos e cuidados que reduzam a carga turística, de forma a diminuir os danos sobre o ambiente e, ao mesmo, tempo conduzam a um melhor serviço e mais segurança aos praticantes.

Já os sistemas turísticos que exploram o turismo alternativo ou somente o turismo ecológico e compõem uma região, um município ou mesmo um país tem sua gestão mais complexa, pois a delimitação de suas fronteiras é difícil e os elementos transformadores não são facilmente controláveis, conseqüentemente seus atributos também nem sempre seguem os princípios que devem permear o turismo sustentável. O que se verá a seguir são alguns relatos sobre como alguns destes sistemas turísticos foram implantados, têm sido geridos e qual é a avaliação de seus resultados em termos de sustentabilidade.

2.3 O TURISMO NA COSTA RICA

2.3.1 Breve histórico do turismo na Costa Rica

A Costa Rica foi um dos primeiros países das Américas a se organizar para o desenvolvimento de turismo. Entretanto, no início da sua exploração, depois da II Guerra Mundial até a década de 1970, ele existia apenas de forma incidental, em pequena escala (ANDREU, 2003, p. 402ss). Em 1969, o Instituto Costarricense de turismo registrou a entrada de 122 mil turistas estrangeiros procedentes, em sua maioria, dos E.U.A., deixando

um receita de 19 milhões de dólares (GUIN/FERL, 1979, p.2944). Tal número representa 10% da quantidade que recebe atualmente, com um total de 1,1 milhão de turistas estrangeiros (WTO, 2004), e 2% do valor atual de divisas externas, de aproximadamente 1 bilhão de dólares em 2000.

Uma estrutura mais profissionalizada somente começou a ser implantada após o início da década de 1970, com a concessão de grandes incentivos fiscais e créditos facilitados para implantação de empreendimentos turísticos (ANDREU, 2003, p. 402ss). Também data de 1970 a implantação dos primeiros grandes parques públicos com áreas de preservação permanente.

O turismo, porém, só se transformou em uma prioridade nacional a partir de 1985, com uma série de medidas governamentais tomadas para incentivar o incremento do fluxo e medidas econômicas para melhorar a renda do setor como, por exemplo, a depreciação acelerada do imobilizado das empresas turísticas¹

O *boom* do turismo na Costa Rica ocorreu entre 1987 e 1995, quando foi observado um grande crescimento na entrada de turistas estrangeiros no país, passando, em 1993, a ser a sua principal atividade econômica, à frente da exportação de café e banana.

2.3.2 Notas sobre a organização e gestão do turismo na Costa Rica

O principal produto turístico da Costa Rica, no início das atividades, era o turismo de sol, areia e mar². Quando da criação, na década de 1950, do Instituto Costarricense de Turismo – ICT, não constava, entre suas prioridades, o turismo ecológico. Entre os anos 1987 e 1995, essa atividade cresceu e se tornou um meio de vida para muitos cidadãos nativos e estrangeiros que se dirigiram para a Costa Rica para empreender novos negócios. A partir de então, a Costa Rica posicionou fortemente a sua imagem como um destino ecoturístico, Brohman (1996, p.65) indica a Costa Rica como um dos três países das Américas onde ocorreram os mais rápidos processos de implantação e desenvolvimento do turismo ecológico, além do Peru e do Brasil.

Da mesma forma, o turismo em áreas protegidas observou um grande crescimento, evoluindo de aproximadamente 200 mil, em 1984 para 866 mil turistas em 1999. Dentre esses, aproximadamente 400 mil são estrangeiros (ANDREU, 2003, p. 418 ss). O turista

¹ A depreciação acelerada é um artifício contábil que desvaloriza mais rapidamente, no Balanço Patrimonial, os bens fixos, como construções e equipamentos. Como essa desvalorização é contabilizada como despesa da organização o lucro apresentado é menor, conseqüentemente a empresa, além de renovar mais rapidamente seus equipamentos, paga menos imposto de renda.

² Referência aos três “esses” do turismo: *Sea, Sun and Sand*.

estrangeiro típico que visita a Costa Rica não é exclusivamente ecoturista. Entretanto boa parte dos visitantes estrangeiros, cerca de 39%, declara, como primeira finalidade, que vai a Costa Rica para viver atividades ou ver atrações baseadas na natureza (WEAVER, 1998, p. 85).

Tais turistas buscam roteiros turísticos, organizados pelo Sistema Turístico, que tenham duração média entre 10 e 15 dias e compreendam diversos sítios, na maior parte áreas protegidas, e combinem atratividades ambientais, históricas e culturais. Esse é um dos trunfos da organização do turismo na Costa Rica que, com tais roteiros, consegue otimizar a permanência dos turistas estrangeiros em seu território. A maior parte dos parques públicos da Costa Rica são administrados por fundações e a essa autonomia é atribuída parte do sucesso do turismo ecológico da Costa Rica (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002, p. 25).

O sucesso desse país com o turismo ecológico deve-se à combinação de uma boa gestão com a rica biodiversidade do país. Devido a sua localização geográfica, em uma zona tropical, e às variações radicais de altitude – em alguns locais desde o nível do mar a 3.819 metros de altitude em apenas 50 quilômetros (vide Figura 2.2). Apesar de possuir uma área modesta de apenas 51.100 km², registra em suas fronteiras mais de 850 espécies de pássaros, 1260 espécies de árvores, 1200 espécies de orquídeas, 237 espécies de mamíferos e 361 espécies de répteis e anfíbios. O rico relevo abriga um conjunto montanhoso, um planalto central, a *Meseta Central*, e diversos vulcões ativos, além de estar servido, em suas duas costas, pelos oceanos Atlântico e o Pacífico. (WEAVER, 1998, p.84).



Figura 2.2 – Visão de um dos parques protegidos da Costa Rica
Fonte: Secretaria de turismo de México: In: MÉXICO (2002, p.3).

A Costa Rica mantém uma área total protegida que abrange 21% do seu território. Se acrescidos os 6,6% ocupados por reservas indígenas este percentual sobe para 28%, o que

representa um das maiores áreas protegidas da América Latina (Idem, p.87). Além das áreas públicas protegidas (Figura 2.3), aproximadamente 25% do total protegido são constituídos de 50 reservas privadas que são aproveitadas, principalmente, na exploração de turismo ecológico (ANDREU, 2003, p. 418ss).

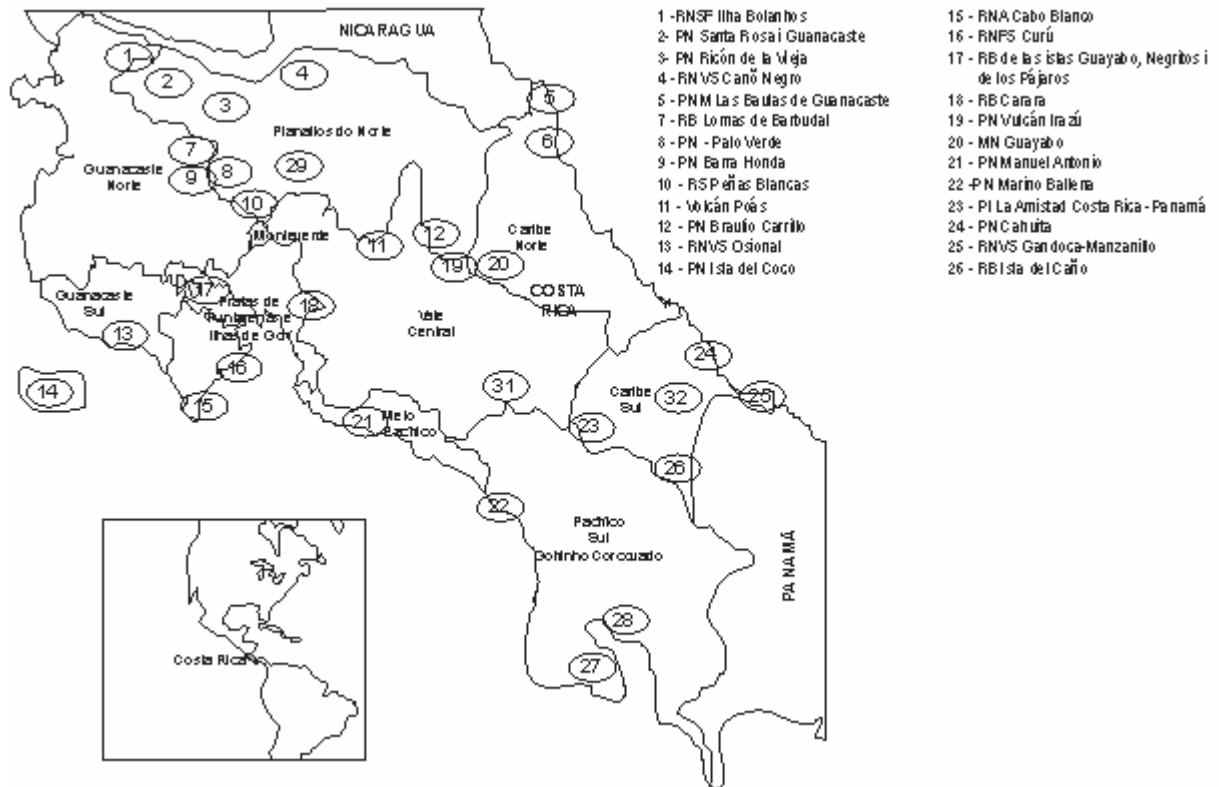


Figura 2.3 – Mapa das zonas turísticas da Costa Rica e localização das principais áreas protegidas públicas. Fonte: Elaborado a partir de informações do Instituto Costarricense de turismo – ICT e Andreu (2003, p. 202).

Um exemplo positivo de auto-suficiência econômica e cuidados com a biodiversidade nas reservas privadas é o da Reserva *Monteverde Cloud Forest*. Trata-se de uma reserva de 50.180 hectares, das mais visitadas da Costa Rica com uma média anual de 50 mil ingressos e que mantém uma rica biodiversidade. São mais de 100 espécies de mamíferos, 400 espécies de pássaros, 120 espécies de anfíbios e répteis e 2500 espécies de plantas. Sua gestão é exercida por uma organização que não visa lucro, o Centro de Ciência Tropical, e se mantém com as taxas de ingresso cobradas aos visitantes que equivalem a US\$ 23 para visitantes estrangeiros, US\$ 2 para visitantes residentes e US\$ 1 para estudantes. Da renda anual proveniente da venda de ingressos, 90% do total de 850 mil dólares americanos, são usados nos custos de manutenção do Parque e os outros 10% são destinados para pesquisas do Centro de Ciência Tropical (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002, p. 36).

Os parques públicos da Costa Rica são financiados, além dos recursos advindos da cobrança de ingressos, por: (a) donativos; (b) taxas de concessão e uso (c) taxas cobradas de concessões de operação de torres de rádio e televisão nas áreas dos parques e também da concessão para os zoológicos; (d) selos fiscais obrigatórios para emissão de alguns documentos como passaportes e também da renda líquida proveniente de lugares de entretenimento; (f) contribuições do Instituto de turismo da Costa Rica (EAGLES; MCCOL; HAYNES, 2002, p.136).

Um dos pontos bastante positivos da organização do turismo alternativo na Costa Rica é a utilização de guias formados em biologia, que compõem 36 % do total de guias que atendem aos turistas nas áreas protegidas. O país aproveita muito bem seus parques públicos para ações de educação ambiental, como mencionam, Eagles; Mccol e Haynes (2002, p. 30):

Na Costa Rica(...) foi necessário (desde 1960) que se desenvolvesse o gosto da apreciação, por parte da população em geral, da excepcional biodiversidade dos Parques em reservas naturais. Isso foi feito por meio de várias ações:

- Encorajando a visitação dos parques pelos residentes (valorização do contato direto);
- Canalizando experiências e facilidades educativas nos parques mais importantes (Ex.: construção de um centro de visitação interpretativa na entrada do Parque Nacional do Vulcão Poas);
- Interpretação direta no sítio (aquisição de conhecimento direto, pontos de demonstração indicativa com materiais e interpretes a disposição dos visitantes);
- Programa de educação ambiental nas escolas nacionais (assegurando, para as futuras gerações o entendimento da herança natural do país); e,
- Encorajando visitas de estudantes (os parques mantêm, individualmente, programas de visitação escolar).

Algumas iniciativas de organizações internacionais, como *World Wildlife Fund* – WWF e Fundação Neotrópica, dentre outras, procuram promover ações interativas com o turismo ecológico, com iniciativas para manutenção da cobertura florestal e construção de *ecolodges*¹ que aproveitem e envolvam os materiais e os conhecimentos tradicionais locais.

Outro aspecto recomendável para que os sistemas turísticos sejam considerados sustentáveis é a inclusão social². A Costa Rica mantém iniciativas que tentam seguir este objetivo: o projeto do Parque Nacional da Costa Rica em uma associação com a Unesco,

¹ Hotéis ecológicos.

² A Declaração de Berlin (Apêndice), resultante do Fórum para o turismo Sustentável realizado em 1997, indica, em seus objetivos específicos (item 8):“O turismo deve desenvolver-se de forma que beneficie as comunidades locais, fortaleça a economia e empregue força de trabalho da região e seja ecologicamente sustentável, use materiais e produtos agrícolas locais e habilidades tradicionais. Devem ser introduzidos mecanismos, incluindo políticas e legislação que assegurem o fluxo de benefícios para as comunidades locais”.

prefere residentes locais ao envolvimento estrangeiro em projetos de recuperação do Parque (WEARING & NEIL, 2001, p. 128).

Uma iniciativa piloto, que agrega seis cooperativas rurais, tem unido mais de 100 famílias em diversos projetos que visam aproveitar o fluxo ecoturístico, com iniciativas que compreendem a organização de roteiros guiados, acomodações locais e a venda de produtos produzidos na região. Também se observa um grande número de agências de turismo especializadas em turismo ecológico.

Apesar dos diversos pontos positivos e de roteiros turísticos pré-estabelecidos, a visitação não é homogênea, tampouco o é a oferta de opções turísticas que, além das atividades tradicionais de visitação, opera também o turismo esportivo e o de aventura. Este é um dos problemas que os costarriquenses tentam resolver com a gestão dos roteiros turísticos (ANDREU, 2003, p. 420).

2.3.3 – Problemas do turismo na Costa Rica

Em razão dos avanços no fluxo turístico nas áreas protegidas, os efeitos negativos têm aparecido. As áreas mais visitadas apresentam impactos ambientais mais sérios e grande quantidade de lixo em alguns lugares mais freqüentados, como resultados dos problemas de coordenação dos parques. Já nas áreas com baixa visitação, devido à falta de recursos, os investimentos em infra-estrutura não têm sido suficientes para que sejam oferecidos serviços de boa qualidade aos turistas. Tais áreas são evitadas pelas operadoras de turismo do país, reduzindo sua rentabilidade e diminuindo ainda mais suas capacidades de investimentos. Os investimentos são imprescindíveis para que essas áreas protegidas se tornem mais competitivas, em termos de mercado, e se juntem aos outros parques mais evoluídos em seu manejo e cuidados com a natureza. As estradas de acesso a muitos parques também não têm tido um tratamento adequado (ANDREU, 2003, p. 420).

A alta concentração de visitantes em alguns locais é um dos fatores que causam esse impacto, já que as trilhas e os espaços abertos aos visitantes se restringem a 2% das áreas totais dos parques protegidos. Estes acabam por se deteriorar e a qualidade da visita começa a decair (WEAVER, 1998, p.94)

Os valores cobrados para entrada nos parques públicos, antes da implantação dos dois sistemas de entradas, eram homogêneos, em média US\$ 1,5 para os visitantes nacionais e estrangeiros, o que ocasionou grande evasão de recursos que seriam cruciais para que tivessem um desenvolvimento mais adequado. As organizações ligadas ao *trade* turístico e as

aos parques demoraram a reagir, demonstrando que não têm, na defesa de seus interesses, a mesma capacidade de mobilização que as organizações ligadas ao agronegócio que avançam de forma coesa, com *lobbies* eficientes para obter subsídios e recursos financeiros com juros mais baratos.

As críticas internacionais com relação à exploração turística dos parques protegidos da Costa Rica são muito mais amenas que as próprias críticas internas, conforme registra Andreu (2003, p. 420):

...organizações como a FECON, Federação Costarriquense para a Conservação da Natureza, o termo *turismo ecológico* foi convertido simplesmente uma palavra que muitos utilizam para abrigar o afã de lucro dos investidores na atividade turística, que buscam unicamente ganhos e não se preocupam com a conservação dos recursos naturais.

A Costa Rica, ao mesmo tempo em que consegue, com a ajuda do turismo ecológico, aumentar seus recursos e suas áreas preservadas fora dessas reservas, é acusada de ser um dos países com as mais altas taxas de destruição de selvas tropicais. O turismo ecológico, principalmente em áreas privadas tem formado *enclaves* na sua implantação e manejo, criando complicações para sua imagem (HELMUT JANKA, apud ANDREU, 2003, 418). A possibilidade de formação de enclaves por parte do turismo ecológico é real e será analisada em detalhes mais adiante.

Um sério problema verificado é o da ausência de uma estrutura adequada de gestão e planejamento que considere a variável turismo ecológico dentro dos parques públicos e privados. O resultado é que o sistema se encontra despreparado para organizar medidas que aumentem a capacidade de resiliência das trilhas, manter estratégias adequadas de dispersão dos turistas (organização de grupos nas trilhas), oferecer acomodação apropriada nos sítios, além de dispor de materiais interpretativos, planos de manejo do lixo e programas educacionais e de treinamento dos guias de turismo (WEAVER, 1998, p.94).

Não existe um perfeito entendimento entre a gestão do turismo e a gestão dos parques. As decisões do Conselho Nacional de turismo e a dos responsáveis pela administração dos parques públicos em geral não consideram os impactos de longo prazo provocados pelo turismo.

Os parques têm sofrido com as invasões ilegais por parte de mineradores e de agricultores ilegais nas áreas de preservação. Verifica-se, então, um embate entre quem busca a sobrevivência e os ambientalistas, os primeiros defendendo a necessidade de soluções para as populações no entorno dos parques que necessitam de alguma atividade que possibilitem

sua manutenção de forma sustentável e, os últimos, tentando manter intocados os ecossistemas protegidos nos parques.

Também representa sério entrave para a boa gestão do turismo na Costa Rica a inadequação da gestão dos fundos governamentais que, devido às dificuldades de um país submetido à instabilidade de uma economia sustentada pelo agronegócio e o turismo, não consegue manter um fluxo homogêneo de fundos e, conseqüentemente, dificulta a administração de investimentos e pesquisas que deles dependem. Com relação à gestão de fundos, residem ainda problemas de outra natureza: alguns parques que não conseguem se auto-sustentar com a exploração do turismo ecológico como o Parque *Tortugueiro*, por exemplo.

Também o fluxo de fundos internacionais carece de melhor gestão. A dispersão da gestão tem provocado redundância de ações na mesma área, dissipação de energias e rivalidades desnecessárias entre as organizações não governamentais que mantêm ações nas áreas de proteção. A dificuldade em se contabilizar e disponibilizar informações adequadas sobre quanto dinheiro tem sido alocado, conseqüentemente, provoca distorções na alocação de recursos. Isso acarreta um outro problema: a exigência burocrática de cada vez mais documentos e relatórios para a liberação de novos investimentos, tornando mais custosa a gestão dos recursos em detrimento de outros gastos que poderiam ser mais úteis para o desenvolvimento das áreas protegidas.

Talvez o mais grave dos problemas apresentados com o sistema turístico da Costa Rica é que os efeitos positivos que poderia ter sobre as comunidades locais são duvidosos. A participação no desenvolvimento e gestão, na geração de renda e no incremento das economias locais têm sido modestos. Apesar de as comunidades do entorno dos parques indicarem um alto índice de satisfação com o crescimento do turismo, as organizações do *trade*, principalmente os grandes *ecolodges*, têm feito muito pouco para melhorar as condições de vida da comunidade. Apenas algumas empresas tomam a iniciativa de priorizar a contratação de guias locais e pessoas das próprias comunidades do entorno para servir aos turistas, oferecendo treinamento de forma a dotá-los da competência exigida.

2.3.4 O futuro do turismo na Costa Rica

Uma das idéias para que se resolvam os problemas de gestão dos parques públicos da Costa Rica é a implantação de megaparques com a absorção das zonas de amortecimento de

parques próximos, de forma a reduzir os impactos ambientais com a criação de corredores ecológicos mais eficientes.

Uma outra idéia é o aumento do valor das taxas de ingresso nos parques públicos para os turistas estrangeiros, de forma a reduzir a carga turística. Essa idéia tem esbarrado na falta de entendimento entre o Conselho Nacional de turismo, que é contra, e o Serviço Nacional de Parques, a favor.

A idéia da formação de um *cluster*¹ turístico é explorada por Segura e Inman (1998), que comentam acerca da necessidade de definição de uma identidade para a indústria turística local, ressaltando que isso somente ocorrerá com o surgimento de lideranças fortes no *trade* turístico e quando se superarem as disputas políticas internas que interferem negativamente na proposição de ações organizadoras do setor. Sobre as possibilidades de formação do cluster comentam:

Se requer algumas coisas para que esta visão prevaleça: definir e vigiar o cumprimento de padrões de densidade na infra-estrutura; prover assistência técnica às pequenas empresas em temas tais como padrões arquitetônicos, mercado e gestão, eco-eficiência, entre outros (p.8).

Independentemente dessa discussão, o governo planeja dobrar, até o ano de 2013, o fluxo turístico da Costa Rica (previsão de 2,3 milhões de turistas), com a construção de 18 mil novas unidades habitacionais², públicas ou privadas. Prevê-se a priorização de recursos para pequenas e médias empresas que ainda não mantêm uma boa infra-estrutura turística (MÉXICO, 2002, p.3-4).

Esse grande projeto pode ter sucesso desde que o país encare os atuais problemas de estradas em mal estado, delinquência e exclusão social próximos aos seus parques, além de implantar ações que vise aprimorar a gestão dos parques com problemas financeiros e, assim, viabilizar seu funcionamento.

2.4 O TURISMO NO MÉXICO

2.4.1. Breve histórico do turismo no México

¹ O conceito de cluster no turismo pressupõe que essa atividade depende de empresas relacionadas – a montante, à jusante e na órbita de sua esfera de oferta de atividades de negócios, todos atuando de forma interligada (GOUVEIA; DUARTE, 2001, p. 17).

² Unidade Habitacional – UH, corresponde a uma unidade de hospedagem (quarto, apartamentos, suítes etc).

O México tornou-se um dos 10 maiores destinos turísticos do mundo, investindo no turismo de Sol e Praia e tem a cidade de Acapulco como símbolo da gênese do turismo mexicano na década de 1940. No início da sua implementação o turismo era considerado uma atividade apenas complementar ante as perspectivas de industrialização da economia do país (ANDREU, 2003, p. 345).

Apesar do grande crescimento do turismo a partir da década de 1970, seu desenvolvimento sempre se deu de forma incidental, com muito pouco planejamento. Na época, a Cidade de Cancun foi escolhida para ser a grande vedete do desenvolvimento turístico mexicano. Por iniciativa do Governo Federal, fez-se crescer, do nada, um portentoso complexo turístico. Atualmente, após 30 anos de fundação, a cidade de Cancun oferece mais de 25 mil UHs. Além de Cancun outros dois importantes pólos turísticos foram implantados: Zihuatanejo e Bahia de Banderas. Apesar do planejamento, como veremos adiante, diversos efeitos colaterais, não previstos ou cujas ações mitigadoras foram insuficientes, ocorreram com o sistema turístico de Cancun.

Tais pólos foram planejados pelo governo central de forma a reduzir as diferenças sócioeconômicas. Suas localizações seguiram critérios de avaliação que se definiram pela proximidade com zonas de baixa renda, com potencial de crescimento agrícola que pudesse interagir com a atividade turística e onde se pudesse impulsionar o crescimento de complexos agroindustriais (COLLINS apud BROHMAN, 1996, p.62). Os investimentos em infraestrutura foram financiados com recursos do próprio governo e empréstimos do Banco Mundial. Por essa época o setor turístico mantinha, aproximadamente, 190 mil empregos diretos e indiretos (ANDREU, 2003, p.345).

O grande impulso do turismo talvez se deva à criação do Fundo Nacional de Fomento ao turismo (FONATUR), remanescente da união de dois fundos de financiamento ao turismo até então existentes: o Fundo de Promoção de Infra-estrutura Turística, INFRATUR, e o Fundo de Garantia e Fomento ao turismo, FOGATUR. O FONATUR foi criado para financiar projetos turísticos e promover uma orientação estratégica da instalação de novos sistemas turísticos no país em áreas de interesse nacional (FUENTES, 1979, p. 21). Entretanto, desde logo, após a Segunda Guerra Mundial, o setor cresceu com projetos que aliavam investidores locais e cadeias internacionais especializadas, como a Rede Hilton, por exemplo, em cidades como Acapulco. Outros grandes centros turísticos, com foco no negócio do turismo de Sol e Praia, desenvolveram-se de forma não inteiramente planejada, como Cozumel, Mazatlán, Puerto Vallarta, Veracruz, LaPaz i Manzanillo, além de grandes cidades como a cidade do México, Guadalajara e Monterrey.

Um dos principais produtos alternativos, a predominância do turismo de Sol e Praia do México, localiza-se no estado de Chiapas. Ali, o turismo aparece como uma alternativa para a diversificação da economia extremamente centrada. O interesse e a visitação turística desse roteiro existe desde a década de 1920, entretanto, em 1988, a região atraiu a atenção do governo e de organismos internacionais em um projeto cooperativo para implementação do Programa do Mundo Maia, com princípios de sustentabilidade.

A partir de 1995, iniciou-se a implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor de turismo da SECTUR, que ambiciona aumentar o alcance da atividade nas regiões mais pobres do México, preservando os atrativos turísticos, principalmente no que diz respeito aos recursos naturais.

2.4.2 Organização e gestão do turismo no México

Além do fabuloso patrimônio turístico representado pelo complexo baseado no Sol e Praia, o patrimônio histórico, cultural e natural do México é imponente. Da mesma forma que a Costa Rica, o país mantém uma grande biodiversidade e muitas áreas preservadas. No total são 103 áreas protegidas, públicas ou privadas que compreendem 8,9 % do território total do país que é de 1.973.550 km² (ANDREU, 2003, p. 219). O Sistema turístico do país é gerido pela Secretaria de turismo – SECTUR.

A biodiversidade mexicana abriga, segundo Lascurain (1999, p.10), em torno de 30 mil espécies de plantas superiores, incluindo seis mil endêmicas. É o segundo lugar no mundo em número de espécies de vertebrados terrestres, perdendo apenas para o Brasil. Possui 439 espécies de mamíferos, número maior que o Brasil; 1040 espécies de aves e 957 espécies de répteis e anfíbios, assinalando que 55% da *herpetofauna*¹ são endêmicas.

A exploração do turismo ecológico no México é incipiente, não se constituindo no principal motivo da viagem dos turistas que desembarcam no país. Entretanto, mantém um grande potencial, como já foi mencionado, e conta com outros fatores que pode impulsioná-lo, como: a proximidade com um dos maiores mercados emissores do mundo, os E.U.A; as grandes possibilidades da combinação do patrimônio natural e histórico para oferta de produtos turísticos diferenciados e a possibilidade de interação com os demais sistemas turísticos da América Central. Um exemplo de como essa interação pode ocorrer é o circuito

¹ O México mantém 526 espécies endêmicas (só encontradas no país) de anfíbios e répteis – a mais rica do mundo segundo Lascuráin.

ecológico do mundo Maia, um roteiro turístico que envolve cinco países: Honduras, El Salvador, Belize e o próprio México (ANDREU, 2003, p. 355-356).

O México é um dos 10 principais destinos turísticos do mundo, com 19.7 milhões de desembarques e uma receita total de 8,8 bilhões de dólares americanos em 2002 (WTO,2004) ocupando, atualmente, cerca de 2 milhões de pessoas empregadas no setor, o que significa quase 9 % da população economicamente ativa (EDITUR apud ANDREU, 2003, p.345). Mantém uma oferta de produtos turísticos bastante diversificada (Figura 2.4) e uma boa interação entre estes produtos. O turismo de Sol e Praia tem ajudado a estimular o crescimento do turismo ecológico. Cancun, por exemplo, recebe aproximadamente 2,7 milhões de turistas por ano. Parte desse fluxo alimenta alguns dos principais sistemas ecoturísticos do México, os estados de *Quintana Roo* e *Chiapas*, por exemplo.



Figura 2.4 – Principais sistemas turísticos do México

Fonte: Elaborado a partir de informações de México (2004b) e Brenner & Aguilar (2002, p. 512).

O estado de *Quintana Roo*, além da extensa costa, abriga o sistema turístico da ilha de *Cozumel*, que recebe em seu Parque Nacional aproximadamente 700 mil pessoas por ano, e a pequena Ilha das *Mujeres* que, na década de 1970, recebia em média 40 pessoas por semana e atualmente são 1800 visitantes por mês. Esse sistema é particularmente interessante em razão do envolvimento da população na sua gestão. Uma entidade formada por representantes do *trade* local e da sociedade civil, denominada *Amigos de Isla Contoy*, mantém diversas iniciativas para organizar o turismo e preservar a natureza. No estado de *Quintana Roo* proliferaram-se inúmeros “centros artificiais de contato com a natureza”, basicamente grandes

parques temáticos preparados para receber grandes contingentes de turistas e com atratividades exemplares de seus ecossistemas (ANDREU, 2003, p.368).

Já o estado de Chiapas, é um importante sistema ecoturístico, com suas várias áreas protegidas e atrações, como o Parque Nacional *Cânon del Sumidero*, que abriga um *canyon* com 32 quilômetros de extensão ao longo do rio *Grijalda*, com paredes de até 1000 metros de altura. Outros estados mexicanos mantêm formas de exploração do turismo ligados à natureza, como *Yucatán*, cuja grande atração é a Reserva de *Ria Largatos*, que recebe aproximadamente 30 mil turistas por ano e o estado de *Michoacán*, que tem como atração estrela o Santuário de *La Papallona Monarca*. Esse parque recebe anualmente 150 mil visitantes, mas de forma muito concentrado, chegando a receber alguns dias até 50 mil pessoas.

Os maiores riscos de grandes concentrações de turistas estão nos estados ao norte do México. Os estados de *Baja Califórnia Sur*, *Sonora*, *Sinaloa* e *Chihuahua* dispõem de enormes potencialidades ecoturísticas e só eles devem estar recebendo, segundo previsões da Secretaria de turismo do México, perto de 20 milhões de turistas no ano de 2010. Para isso, grandes investimentos em infra-estrutura turística estão sendo realizados na região (ANDREU, 2003, p.376).

2.4.3 – Problemas do turismo no México

Um grande sistema turístico, combinado com décadas de erros na condução da política econômica do México, por certo, atraem grandes problemas. Um dos mais relatados se constitui na elitização e monopólio internacional do *trade* turístico. As políticas de financiamento e incentivos no início da implantação dos grandes complexos turísticos mexicanos, como Cancun, por exemplo, privilegiaram o já fortíssimo monopólio internacional que controla o turismo mundial. Segundo Fuentes (1979, p.17), os E.U.A puderam suspender as restrições ao turismo emissivo, a partir da década de 1960 porque a maior parte das divisas que saíam de seu país retornavam na forma de repatriação de lucros de grandes empresas como *Intercontinental Hotels Corp* e *Dinners Club*, cujas ramificações controlam companhias aéreas, locadoras de automóveis, restaurantes, dentre outras empresas que exploram o turismo.

Essa elitização do *trade* pode ainda ser observado no reflexo sobre os hotéis controlados normalmente pelos investidores locais, a quem apenas resta hospedar os turistas nacionais, operando com uma taxa média anual de 50% de ocupação no segmento de

pequenos e médios empreendedores do *trade*, insuficiente para promoção de novos investimentos e amortização dos anteriores. Enquanto isso, as grandes redes internacionais que monopolizam o fluxo de vôos *charter* e pacotes vendidos por grandes operadoras internacionais operam com uma taxa média de 70 a 80% de ocupação.

Segundo Fuentes (1979, p.18), essa é mais uma forma de imperialismo que perpetuam as condições de subdesenvolvimento dos países explorados, onde os menores custos são cedidos ao país que abriga a atividade econômica, na forma de mão de obra barata e matérias primas brutas, enquanto que os maiores custos são pagos aos países industrializados, com a importação de produtos de alto valor agregado, do agrado dos turistas internacionais, e na instalação de tecnologias importadas e serviços técnicos ultra-especializados para a implantação da estrutura turística.

Além desse processo de sucção da seiva vital das economias locais, o monopólio internacional é capaz de organizar parcerias que podem controlar politicamente os fatores que cercam o fluxo de recursos nacionais e internacionais para investimento nesses sistemas turísticos. No desenvolvimento do turismo mexicano na década de 1970, durante a implantação de novos pólos turísticos, principalmente Cancun, foram criados diversos mecanismos legais e institucionais para possibilitar o drible das barreiras à chegada do capital internacional, principalmente da Constituição, que não permitia a estrangeiros a posse da terra. Foi utilizada a criação de parcerias financeiras (fundos de investimentos), determinadas pela posse de títulos divididos entre investidores nacionais e estrangeiros que controlam as empresas turísticas, mas a quem não é outorgada a posse da terra.

O processo de reforma agrária também foi um mecanismo utilizado, pois permitia a remoção de grande número de camponeses com a criação de novas áreas com implementação de programas sociais de re-assentamento. Esta remoção possibilitava a desapropriação de áreas de “utilidade pública” para projetos governamentais e, dentre esses, os projetos de novos sistemas turísticos.

Os grandes pólos turísticos têm desalojado também os pescadores que moravam nas proximidades. Esses pescadores ajudavam a preservar essas áreas, mas não possuíam títulos de propriedade, o que facilitou sua remoção. Assim, os grandes complexos turísticos surgiram, invadiram e dominaram extensas áreas nas costas do México (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, p.736). Não bastasse a mudança forçada dos moradores, estes se enfurecem com o aumento do seu custo de vida, provocado pelo crescimento da demanda originada pelos complexos hoteleiros (SCHLUTER, 2002, p. 242).

Isso indica, em uma análise mais imediata, a capacidade do capital internacional em se apropriar da melhor parte dos lucros da atividade turística, sem o ônus das inversões necessárias para a implantação da infra-estrutura, extremamente onerosa e arriscada e com amortização muito lenta, sem limitar sua capacidade de gestão e seu poder de influência na superestrutura (ordenação jurídico-administrativa), cujos gastos com *lobby* significam um custo muito menor.

O próprio *trade* turístico é responsável pelo maior número de ocupações ilegais de áreas protegidas na costa do México. De um total de 8800 ocupações pelo setor do turismo, 2200 são autorizadas legalmente e são contabilizadas 6600 como ilegais (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, p.742).

Na mesma direção, existem críticas ao processo de planejamento e ação de implantação do turismo em Cancun, indicando que o número de empregos criados foi aquém do que havia sido planejado e que os movimentos de migração da população, da zona rural para as imediações do Sistema Turístico de Cancun, não foram alvos de preocupações das políticas públicas da época, causando deficiências de abastecimento de água e de ordenamento das zonas residenciais de populações de baixa renda. Outro importante efeito é o da especulação imobiliária das regiões do entorno e dos locais de interesse do Sistema Turístico (FUENTES, 1979, p.104ss).

Com referência aos empregos criados, um problema que no turismo é recorrente, o da sazonalidade, também tem sido observado no México. Os trabalhadores menos qualificados sofrem mais com a perda do emprego durante as épocas de baixa temporada, principalmente em zonas onde existe um menor fluxo turístico. Como observam Archer e Cooper, este efeito está presente nos processos de implantação de sistemas turísticos em países em desenvolvimento:

“No nível operacional, os postos mais bem remunerados, mais ‘respeitáveis’, nos hotéis e outros estabelecimentos são às vezes ocupados por estrangeiros que têm o necessário conhecimento técnico e experiência suficiente. Por outro lado, os empregos de remuneração mais baixa, mais desprezíveis, são reservados para a população local” (2001, p.91).

Os primeiros sistemas turísticos planejados de complexos turísticos do México apresentavam a preocupação focada nos impactos positivos da economia e também já chamavam a atenção devido aos impactos ambientais e sociais negativos que causavam (ROGOZINSKI, 1980, p.20). O intercurso dos turistas nas culturas tradicionais provocou rupturas em seus estilos de vida além dos, já mencionados, impactos ambientais, causados

pela instalação da infra-estrutura destinada a propiciar conforto ao turista, como os grandes aeroportos, por exemplo.

Alguns grandes complexos turísticos foram responsáveis por drásticas alterações da paisagem com instalação de mega-estruturas sem preocupação com os efeitos negativos sobre o ambiente e com o meio de vida de algumas comunidades no entorno destes complexos. Estes mesmos complexos foram responsáveis pela intensificação dos contatos com comunidades tradicionais alterando profundamente seus estilos de vida (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, p.736).

O Complexo de Cancun hoje apresenta impactos sociais e ambientais negativos significativos, que se deixam transparecer, como menciona Fennel, na forma de “praias e lagos muito poluídos e o surgimento de uma economia marginal, entre os poucos capazes de captar os rendimentos do turismo e os muitos que literalmente foram deslocados da produção tradicional” (2002, 128).

O planejamento inicial do governo de integrar o turismo à agricultura tem falhado. Não se verifica uma integração local efetiva dos sistemas produtivos agrícolas com os grandes complexos turísticos. Os pequenos fazendeiros de Quintana Roo, estado que abriga o complexo de Cancun, por exemplo, fornecem apenas 9% das aves domésticas, 4,5% das frutas e 3,4% dos vegetais consumidas pelo sistema turístico. O que dificulta essa integração é que apesar da intenção estar expressa no planejamento governamental, não foram desenvolvidas ações de assistência e treinamento destes pequenos fazendeiros de forma a dotar a produção do padrão de qualidade exigido pelo Sistema Turístico (TORRES, 2003, p.556 ss.).

No caso específico do turismo alternativo e, mais ainda, no turismo ecológico, o México ainda tem um longo caminho a percorrer para tornar a atividade mais sustentável. Em alguns sistemas se vendem como turismo ecológico práticas de visitas que, na verdade, apenas exploram a natureza. Verifica-se nestes sistemas, uma necessidade de maior profissionalização das operadoras especializadas. Na Baía de La Paz, por exemplo, algumas das 22 operadoras especializadas cometem erros sendo condescendentes com turistas que querem, por exemplo, recolher “souvenires” como conchas, pequenos animais vertebrados ou mesmo permitindo a pesca durante mergulhos que deveriam ser de observação. Entretanto, neste local, observam-se esforços e programas voluntários de educação ambiental, envolvendo tais operadoras em trabalhos com as escolas da região (MONTEROS, 2002, p.1545). Como se pode constatar, o México se apresenta como um grande ambiente de experiências boas e, principalmente, más, com a intensificação do desenvolvimento turístico.

Não existem dados estatísticos sobre o turismo ecológico no México que auxiliem a tomada de decisão para políticas públicas, permitindo um melhor direcionamento dos recursos destinados a esta complexa e enorme rede de pólos turísticos (vide figura 2.5). Os dados estatísticos são gerais e não consideram as peculiaridades da visitação em sítios como os Parques Nacionais e outros que aliam a exploração do patrimônio cultural e natural (LASCURÁIN, 1999, p.15).

2.4.4 O futuro do turismo no México

O fato de o México ter se tornado, antes dos demais países da América Central e Caribe, um grande centro turístico, traz vantagens e desvantagens. Do ponto de vista de aprendizado acerca da gestão de grandes complexos turísticos como o de Cancun, pode-se dizer que o sistema turístico está bastante maduro e vem aprendendo com seus erros. Por outro lado, o turismo alternativo ainda tem muito que caminhar e aprender, até com seus vizinhos mais avançados em relação ao turismo ecológico, como a Costa Rica, Belize e Panamá, como afirma Lascuráin (1999, p.15).

O México deve aumentar os investimentos em seus sistemas ecoturísticos, entre outras razões, pela necessidade de reduzir o maior crescimento populacional observado em suas costas. Os pólos turísticos de Sol e Praia, provocaram, nessas regiões, um inchaço populacional e o governo se preocupa agora em ordenar este crescimento, melhorar a gestão e aumentar a vigilância nas áreas protegidas localizadas próximo às costas, bem como a sua rica biodiversidade marinha (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, p.741ss).

O país pretende organizar o processo de desenvolvimento de seus sistemas ecoturísticos de forma a reduzir os efeitos negativos e alterar a imagem predominante de grande sistema turístico voltado para a exploração do turismo de Sol e Praia (LASCURÁIN, 1999, p.85). Segundo a OMT (WTO,2004, p.7), o turismo para o interior do México – para sistemas combinados com atrativos baseados no patrimônio natural e cultural - vinha crescendo em torno de 5% ao ano, após o atentado de 11 de Setembro. Este crescimento arrefeceu, em razão da sua grande dependência de turistas proveniente dos E.U.A. Entretanto, é esperada a reativação desse crescimento no futuro o que poderá transformar esta modalidade de turismo na mais dinâmica em termos de crescimento e, se tomadas às decisões corretas e implementadas as ações adequadas, a mais sustentável.

2.5 O TURISMO ECOLÓGICO EM OUTROS SISTEMAS EXEMPLARES

2.5.1 Turismo ecológico no Equador

O relato do turismo no Equador, não bastasse a menção de sua experiência na exploração do turismo com base no seu patrimônio natural ligado à floresta amazônica, é particularmente atrativa por causa de Galápagos que se constitui em um dos casos mais interessantes como exemplo dos usos e abusos do turismo. No caso do turismo ecológico na selva amazônica, um dos aspectos que se destaca é o envolvimento comunitário.

O Parque Nacional das Ilhas Galápagos foi criado em 1959 e é o mais antigo parque do Equador. Na década de 1970 começou a receber um número maior de turistas, incrementado por cruzeiros marítimos. Em 1973 foi elaborado um primeiro plano de manejo que previa uma capacidade de carga de 12 mil turistas. Este número foi logo ultrapassado e, em 1985, o limite foi revisto para 25 mil turistas anuais. Entretanto, em 1990, o sistema Galápagos estava recebendo 41 mil turistas anuais (SCHLÜTER, 2002, p. 238).

No caso de Galápagos, existe um controle rigoroso sobre os danos ambientais produzidos por cada turista, zoneamento adequado das áreas abertas à visitação e controle rigoroso dos guias autorizados. O que não se controla é o número total de visitantes, que como já citado, vem crescendo ano a ano e o limite de carga pré-definido é desrespeitado de forma flagrante, com os interesses econômicos sobrepujando o interesse em preservar o patrimônio natural. A tendência é de que a situação piore com a construção do terceiro aeroporto do conjunto das ilhas Galápagos, que possibilitará aumentar o número de visitantes de 50 mil para além de 100 mil turistas por ano, quando o limite de carga estipulado é de 25 mil (WEARING & NEIL, 2001, p. 35).

Tanto quanto outros países com sistemas turísticos semelhantes, como Belize e Costa Rica, o Equador tem experimentado um crescimento rápido e sem planejamento do turismo. Apesar do bom controle sobre Galápagos, não existem dados confiáveis que permitam conhecer o volume de turistas na parte oriental do país, que corresponde a sua porção da Floresta Amazônica. Um crescimento mais rápido tem sido percebido desde 1995 (WOOD, 1998, p. 10).

Alguns sítios turísticos mantêm informações estatísticas como a *Reserva de Produção Faunística Cuyabeno*, uma das mais visitadas do Equador, que contabiliza aproximadamente 9 mil visitantes por ano. A reserva *Cuyabeno* foi criada em 1979, ao longo do Rio do mesmo nome e possui uma área de 6.000 Km² e, como o nome indica, prioriza a proteção da fauna de sua grande diversidade de animais. Contabiliza-se mais de 500 espécies de aves, 450 espécies de árvores em um só hectare, e muitas espécies de mamíferos, répteis e grande diversidade de peixes (MÜLLNER & PFROMMER, 2001, p.12)

Esta reserva se constitui em um interessante caso de implantação de um projeto de turismo ecológico. A reserva sempre foi habitada e, atualmente, se contabilizam aproximadamente 1000 habitantes dentro da Reserva, pertencentes a sete diferentes etnias indígenas que, antes, se dedicavam a uma economia de subsistência e, atualmente, com o desenvolvimento do turismo estão se incorporando a esta nova atividade. As deficiências de ordenamento e planejamento, segundo Wood (1998, p.7), permitiram algumas situações de risco para o ambiente com a incorporação de guias locais sem controle e regulamentação da atividade e, principalmente, sem um processo de educação ambiental, tendo, como resultado, excursões inseguras para os turistas e danos para o ambiente.



Figura 2.5 – Embarque de turistas para a visita na Reserva *Cuyabeno*.
Fonte: Müllner & Pfrommer (2001, p.23)

Atualmente existem maiores cuidados com o processo de visitação e envolvimento dos guias. O sistema atualmente organiza um roteiro de 3 a 5 dias de duração com grupos que podem variar de 2 a 14 pessoas, mas cuja maioria é formada por grupos de 4 a 6 pessoas. Tais passeios requerem considerável logística, cujo custo torna proibitiva a visitação para os

turistas nacionais (Figura 2.5). O custo total entre estadia e deslocamento na Reserva situa-se entre US\$ 150 a US\$ 500. Isso explica por que a maioria dos visitantes é proveniente da Europa ou América do Norte. Não resolve muito a diferença do valor de ingresso de US\$ 20,00 para os turistas estrangeiros e US\$ 2 para os turistas domésticos.

As excursões turísticas permitem a observação da rica fauna e flora a bordo de barcos conduzidos por guias que têm sido treinados e orientados sobre a forma menos impactante para a visita. Mesmo esta modalidade de visita, apenas de observação, não está livre de provocar sérios distúrbios ao patrimônio natural, como se verificou em estudo realizado a partir do monitoramento dos efeitos da visitação sobre: *hoacines* (*Opisthocomus hoazin*), uma ave presente na reserva; *chichicos* de pelo negro (*Saguinus nigricollis*), um primata de pequeno porte; e, jacarés (*Caiman crocodylus*). Os animais utilizados como grupos de controle para os impactos ambientais do turismo ecológico demonstraram diferentes comportamentos e que os danos potenciais sendo maiores em algumas espécies, desde o risco de drástica redução da população no caso dos *hoacines*, por exemplo, até efeitos pouco perceptíveis nos jacarés. Os efeitos sobre a ave são maiores, pois com a aproximação dos turistas, mesmo que a uma considerável distância, elas abandonam seus ninhos, os descuidos provocam a mortalidade de filhotes, por queda na água, ou até fome, já que o pássaro não retorna facilmente para cuidar da cria com a proximidade dos barcos (MÜLLNER & PFROMMER, 2001, p.31ss).

2.5.2 O Caso do turismo ecológico em Belize

Belize é um dos menores países da América Central com uma população de, aproximadamente, 273 mil habitantes, e dimensões de 280 quilômetros de comprimento por 109 quilômetros de largura (na área mais larga) (BELIZE, 2004). Abriga uma formidável biodiversidade, sendo que as áreas de florestas cobrem 60% do território do país, dos quais 35% delimitados por áreas protegidas (GROSSBERG; TREVES; NAUGHTON-TREVES, 2003, p.40). Conta com uma rica biodiversidade marinha e diversos sítios da civilização Maia. Mantém as vantagens, ainda, de ser o único país da América Central cuja língua oficial é o inglês. Fica a apenas duas horas de vôo entre *Miami*, *Houston* e *New Orleans* nos E.U.A e mantém uma reconhecida estabilidade política (McMINN & CATER, p.677ss).

A chegada de turistas internacionais a Belize começou a crescer após a década de 1980, com prioridade para as modalidades de turismo alternativo. Em 1984 o número de desembarques era de 88 mil turistas. Em 1994, já se registrava uma entrada de 129 mil turistas

no país (McMINN & CATER, p.677). Em 2002, o país recebeu aproximadamente 200 mil turistas estrangeiros (WTO, 2004).

O Governo de Belize não impõe restrições para a instalação de empresas estrangeiras, o direito à propriedade é garantido aos estrangeiros, com isso a sua estrutura recebeu muito investimento de fora, sendo seu *trade* composto com 65% de empresas de outros países.

Nos primeiros estudos e planos sobre o turismo de Belize, não se verificam preocupações quanto aos possíveis impactos negativos que poderiam ser causados pelo rápido crescimento do turismo. Apenas na década de 1990, o Plano de Desenvolvimento do turismo elaborado pelo Governo de Belize reconhece a importância do turismo e seus potenciais impactos negativos, principalmente em relação ao suprimento de água com demanda crescente devido à instalação dos complexos hoteleiros (McMINN & CATER, 1998, p.678).

Um dos mais interessantes sítios ecoturísticos de Belize é a Ilha *Ambergris Caye*, que em seus 40 km de comprimento e 6,5 km de largura recebia aproximadamente 20 mil turistas ao ano, no início de 1990 e se prevê que estará recebendo, atualmente, entre 70 e 90 mil turistas ao ano. Este sistema turístico é exemplar do desenvolvimento do turismo no país tendo experimentado um rápido crescimento tanto na quantidade, quanto no tamanho dos hotéis ali instalados, desde que o primeiro foi inaugurado em 1965. Outros segmentos comerciais ligados ao turismo também têm experimentado um vertiginoso crescimento, sendo contabilizadas 145 empresas com estas características entre restaurantes, lojas de souvenirs, lojas de equipamentos de mergulho etc. (McMINN & CATER, 1998, p.679ss).

Um problema recorrente no desenvolvimento dos sistemas ecoturísticos, fortemente sentido em Belize, notadamente em *Ambergris Caye*, é a diferença entre os empreendedores estrangeiros e os empreendedores locais. Diferença essa que se tem se acentuado com o desenvolvimento do turismo. Na opinião dos moradores, no entanto, os impactos econômicos são positivos. Eles reclamam, na verdade, é das alterações físicas e sociais negativas que o local e a comunidade sofrem (McMINN & CATER, 1998, p.683).

As diferenças sociais são sentidas na ocupação das vagas no *trade* em São Pedro, principal cidade da Ilha *Ambergris Caye*: os aproximadamente 300 empregos no setor, 12,8% dos cargos intermediários ou auxiliares, são preenchidos por estrangeiros, já nos cargos de gerência a situação é inversa: apenas 18% destes cargos são ocupados por belizianos.

O efeito multiplicador do turismo na economia pode ser sentido com a criação de um grande número de vagas na construção civil, entretanto, invariavelmente o sistema se vê as voltas com o problema da sazonalidade: que é sempre muito mais sentida no emprego. Uma das relatadas foi no início da década de 1990, quando uma crise recessiva mundial provocou a

eliminação de um grande número de vagas no setor turístico de Belize e vários trabalhadores perderam o emprego ou ficaram subempregados (McMINN & CATER, 1998, p.683)

Um outro problema muito sentido na ilha *Ambergris Caye* é o aumento do custo de vida da comunidade local, com os preços crescendo, principalmente o do mercado imobiliário, das propriedades à beira da praia. Com a chegada dos “estrangeiros” o preço de muitos condomínios foi às alturas e criaram-se áreas segregadas entre moradores nacionais e estrangeiros, com estes últimos ocupando os lugares mais valorizados (McMINN & CATER, 1998, p.688).

Como em outros sistemas turísticos, a integração com a agricultura local é reduzida, sendo o suprimento dos hotéis feito, em sua maior parte, com produtos importados de outros países, a exceção dos produtos do mar locais, bastante abundantes e apreciados. O setor de construção também importa muito, utilizando, das regiões em que se instalam, apenas os materiais básicos, como areia, tijolos e madeira, e importando os materiais de acabamento, o que, obviamente, não contribui para o desenvolvimento local (McMINN & CATER, 1998, p.688).

A mesma indústria de construção que não integra a economia local tem provocado sérios danos ambientais quando, ao drenar os mangues da região costeira para a instalação de novos hotéis e condomínios, destrói o habitat de diversas espécies de peixes e, principalmente, os locais de reprodução de muitas outras que se espalham pela costa de Belize (HUGHES & FURLEY apud McMINN & CATER, 1998, p.689).

Os danos verificados sobre os recifes de corais, uma das maiores atrações de Belize, são sintomáticos do efeito da ausência de educação ambiental. A gerência da Reserva Marinha Hol Chan, que recebe 38 mil visitantes por ano, afirma que os efeitos negativos de 10 turistas não educados podem ser maiores do que 300 turistas educados, o que acrescenta uma formidável complicação para os cálculos de capacidade de carga nos sítios turísticos. Tendo isso em vista a gestão da Reserva tem mantido um programa de educação ambiental e cuidados como preleções orientadoras aos turistas, principalmente os praticantes de mergulho que chegam ao local para visitaçãõ (McMINN & CATER, 1998, p.688).

Em outros pontos turísticos de Belize, como no Reserva Arqueológica *Lamanai*, terceiro sítio arqueológico, Maia mais visitado do país, se verificam problemas de impactos do turismo. É que relatam Grossberg, Treves e Naughton-Treves (2003, p.40 ss.), em seus estudos sobre os macacos negros roncadores, que estão sob risco de extinção e têm sofrido com o crescimento do turismo. As visitas que causam diversos efeitos: *stress* (em razão de provocações dos guias e turistas); obesidade, devido à mudança nos hábitos de alimentação; e,

entre outros problemas, a redução do nível de vigilância com alguns predadores provocada pela proximidade com os seres humanos. Por outro lado, os autores relatam os riscos que os seres humanos correm, de contágio de doenças infecciosas que podem ser contraídas no contato com estes animais. Este é um exemplo importante dos danos que podem ser causados à fauna com o manejo impróprio da visitação.

A chegada do turismo no ambiente social local originou conflitos agravados pela disposição governamental em apoiar, direta ou indiretamente, a formação de enclaves turísticos no país. As diferenças sociais entre os moradores dos condomínios mais ricos se acentuam. Também é grave o intercurso dos turistas jovens que interferem nos hábitos culturais dos jovens das localidades no entorno do sistema turístico, como tem sido relatado pelos diretores das escolas locais.

Alguns aspectos positivos podem ser mencionados como a criação da Reserva Marinha *Hol Chan*, que não existiria sem a ação dos grupos de pressão que trabalharam para a criá-la. Outros benefícios mencionados nas entrevistas com a comunidade são o aprimoramento dos meios de transporte entre a ilha e o continente e o aumento das opções de serviços e compras (McMINN & CATER, 1998, p.694).

2.6 A QUESTÃO DOS ENCLAVES

A questão da formação dos enclaves em sistemas turísticos tem chamado a atenção de diversos pesquisadores. Sobre estes se pronunciaram, Hernandez, Cohen e Garcia (1996); Judd (2003); Krippendorf (1989); Simpson e Wall (1999); e, Tomljenovic e Faulkner (2000).

Os enclaves, por vezes são desaprovados pela comunidade local, pois quando instalados em países em desenvolvimento, invariavelmente importam tudo que é consumido dentro de suas fronteiras, pouco estimulam a economia local que tem que se contentar com as migalhas das poucas compras que são feitas no entorno, pois os grandes complexos turísticos se bastam para satisfazer os turistas que neles entram, são protegidos por cercas e severa vigilância que mantém afastados os curiosos até sua saída, entre cinco dias ou duas semanas depois, é o que afirma Krippendorf que os classifica como guetos turísticos:

Os guetos dos homens em férias são as reservas artificiais criadas especialmente para os turistas e construídas sob medida. Esta categoria compreende todos estes novos complexos hoteleiros, estas cidades, parques e loteamentos de férias que não nasceram do desenvolvimento de um vilarejo, mas foram plantadas bem no meio de um prado nos Alpes, ou à beira sabe-se lá de que bela praia. Quem não as conhece, estas belas estações de esqui nos Alpes, estas pequenas “Manhattan” dos píncaros,

estas cidades-dormitórios, estes palácios e instalações de veraneio à beira de todos os mares do mundo? Elas se parecem todas entre si (1989, p.73).

Judd refere-se a esses enclaves como sendo espaços onde é possível impor um controle social no qual a arte e o ócio fazem parte da vida cotidiana. Os enclaves regulam a vida de seus habitantes por meio do controle de quatro aspectos principais: “o desejo, o consumo, o movimento e o tempo” (2003, p. 55).

Hernandes, Cohen e Garcia (1996, 757ss.) estudaram as atitudes e mudanças sociais ocorridas na comunidade em torno do *Costa Isabela Resort* em Porto Rico. Trata-se de um mega resort projetado para receber um investimento de 2 bilhões de dólares americanos, ocupar uma área total de 1.094 hectares, onde se previu a construção de sete hotéis de luxo, cinco campos de golf, 36 quadras de tênis, 1.300 residências privadas, 1 centro de convenções, além de um centro comercial. Tudo isso ocupará 7% da área total do município de Isabela, que tinha na época do início de sua implantação (1987) uma população de aproximadamente 40 mil habitantes, mantinha um dos piores índices de desemprego de Porto Rico (20%), baixos índices de escolaridade, muita pobreza e onde poucos residentes falavam inglês. *Costa Isabela Resort* foi projetado para ser um dos maiores do Caribe.

Os autores assinalam que, apesar das expectativas dos residentes, a maior e melhor parte dos empregos gerados, são destinados para pessoas treinadas fora da comunidade que o abriga e, em geral, estes mega projetos se dotam de uma “blindagem”, que mantém de fora a população nativa sendo permitido o acesso apenas aos turistas estrangeiros, ao pessoal de apoio do sistema turístico, ou a membros das classes dominantes da localidade. Restam os benefícios da oportunidade de empregos, principalmente para a população jovem e para as mulheres e diversos custos para a comunidade: (a) necessidade de diversificação de atividades, em razão de perda da atual, como por exemplo os pescadores que não tem mais acesso à praia; (b) pressão na infra-estrutura local, como por exemplo no fornecimento de água para irrigação dos campos de golf e congestionamento das vias de acesso ao município; (c) aumento do custo de vida da população local, por exemplo no custo imobiliário que em menos de um ano passou de uma média de US\$ 6 para US\$ 20 o m² de área no município; (d) impactos ecológicos negativos, com uma expectativa de geração de 38 toneladas de lixo por dia no *resort*; (e) efeitos sociais negativos, como prostituição, crime e ressentimentos pela restrição ao acesso a certas áreas. Além de tudo, os gerentes de *mega-resorts* tomam especiais cuidados, na forma de estratégias e táticas de *marketing*, para que os turistas ali hospedados, não gastem fora de sua área (HERNANDES; COHEN; GARCIA, 1996, p.760).

As atitudes contrárias da comunidade residente são piores quando existe a percepção da assimetria do poder político entre eles e a indústria turística. Esta atitude está ligada à questão da participação no planejamento e na gestão do desenvolvimento turístico da região, cujo controle, em geral, escapa totalmente das mãos da comunidade quando se trata da instalação de um projeto de um *megaresort*.

É possível uma referência ao conceito de ciclo de vida de Butler (apud FENNEL, 2002 p.121), no desenvolvimento do turismo, destes sistemas turísticos, na pré-fase de instalação dos mencionados enclaves, quando se verifica o que se pode caracterizar como uma exploração pouco profissional, de um crescimento ainda lento do fluxo turístico, em pequenas pousadas ou hotéis sem muita sofisticação, que mantêm a expectativa de operarem com as rebarbas dos *resorts*. Neste período, segundo Hernandez, Cohen e Garcia, a atitude da população residente ainda é favorável à instalação dos *resorts* (1996, p.762). Com o tempo, este apoio se esvai, na esteira da percepção de que os benefícios não são tão grandes quanto pensavam e do inchaço das comunidades do entorno que atrai todo tipo de aventureiro e afoga a parca estrutura dos municípios ou localidades receptoras.

Em um enclave mais maduro, na medida em que aumenta o fluxo turístico e a experiência da comunidade com ele, os impactos negativos aumentam, como se percebeu na Costa Dourada da Austrália, onde vários problemas e benesses da instalação de um *resort* se verificaram, como, impactos econômicos e custos sócio-culturais e ambientais; aumento do crime e insegurança; restrição ao acesso e lazer para os antigos residentes; e, inchaço populacional com a imigração e marginalização e segregação das zonas residenciais destinadas aos imigrantes (TOMLJENOVIC; FAULKNER, 2000, p.98ss).

Simpson e Wall (1999) realizaram um estudo comparativo durante a construção de dois *resorts* de luxo localizados na Indonésia¹. Estes dois projetos exigiram o deslocamento de imensos contingentes de famílias de pescadores e pequenos fazendeiros, predominantemente produtores de côco, que originalmente habitavam as terras onde foram instalados, verificando-se, durante a construção, diferentes impactos. Um dos *resorts*, o *Paradise Beach Hotel and Resort*, ocupa 450 hectares de área; e o outro, o Santika Hotel, ocupa 700 hectares. Enquanto o primeiro projeto deixou insatisfeitos os antigos moradores com o valor financeiro da compensação pela mudança, o segundo foi mais justo, com uma maior compensação financeira que representou alguma melhoria do padrão de vida dos antigos residentes.

¹ No momento em que esta tese é redigida acaba de sofrer um dos maiores desastres naturais dos últimos tempos desde 1970, com um maremoto, provocando *Tsunamis* que varreram do mapa diversos desses hotéis e matou, em algumas cidades da zona costeira, 8 em cada 10 residentes, incluindo turistas de mais 40 países. A Indonésia foi o país mais atingido por estar próximo ao epicentro do maremoto.

A despeito de todos os efeitos negativos dos enclaves Krippendorf (1989, 202-203) argumenta que, com o crescimento do turismo de massa, os enclaves passam a ser necessários para atender a demanda cada vez maior dessa indústria. De um lado, os enclaves marginalizam e excluem os moradores originais dos limites das áreas que ocupam. Por outro lado, em muitos casos, eles reduzem o intercuro cultural negativo, ao restringir, dentro de suas fronteiras, os hábitos sociais e de consumo dos turistas que, ao procurá-los, querem reproduzir, em muitos aspectos, os lugares de onde vieram. Para Krippendorf, devemos aceitar o fato de que as novas necessidades de massa não podem ser atendidas no “âmbito de formas de organizações de dimensões reduzidas, isto é, sob qualquer espécie de escalão artesanal”, isto se aplica tanto aos transportes como a hospedagem da grande quantidade de visitantes que procuram estas “metrópoles de férias”. Por isto é necessário que aprendamos a ordená-los e gerenciá-los de forma a reduzir seus efeitos negativos.

2.7 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A primeira importante constatação que se pode fazer após a observação do processo de criação e desenvolvimento de sistemas turísticos é a de que eles não são facilmente definíveis, tampouco controláveis. Podem ser imensos complexos preparados para receberem grandes contingentes de turistas, operando com serviços em escala industrial ou se constituir em pequenas localidades remotas, com escassos serviços, vias e meios de transporte rudimentar e hospedagens espartanas, recebendo pequenos contingentes de turistas. O que é certo, é que seja em grande ou pequena escala, interferem na vida dos antigos residentes e no ambiente com conseqüências mais ou menos traumáticas.

Outra constatação é, novamente, a dificuldade com a definição das modalidades de turismo exploradas por estes sistemas turísticos. Embora tentem definir suas identidades estão sujeitos ao sabor da evolução do seu ciclo de vida. Em geral, começam tímidos com turismo em baixa escala explorando o que se pode definir com diversos tipos de turismo alternativo como o turismo ecológico, o turismo rural ou turismo de aventura, sendo visitados por visitantes aventureiros. O que redefine sua identidade é a mudança da quantidade e do perfil dos visitantes que, com o tempo, começa a mudar obrigando os sistemas turísticos a uma readaptação de sua oferta de produtos. Quanto mais ele empreende esse esforço para mudar, mais acelera a modificação de sua identidade até chegar a ser um sistema maduro, atendendo a um grande número de visitantes e provocando maiores impactos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos.

Países e regiões turísticas têm se esforçado para definir focos de atuação e suas marcas e ícones culturais e comerciais. Na Costa Rica, o turismo ecológico é a prioridade, na Guatemala e Equador, procura-se explorar as potencialidades naturais e o forte apelo cultural, enquanto o México se debate entre o turismo de Sol e Praia e todas as diversas potencialidades turísticas que possui. A crise de identidade dos sistemas turísticos provoca dificuldades de planejamento e gestão, bem como em dúvidas sobre qual o posicionamento mercadológico a ser adotado de forma a atrair o turista com o perfil mais adequado para sustentar economicamente os empreendimentos turísticos e os interesses da comunidade e do ambiente. A quem atender primeiro também é outra dificuldade causada por esta crise de identidade, em geral atende-se primeiro ao interesse de quem tem o poder de reduzir o ritmo de seu crescimento ou mesmo descontinuí-los: os detentores do capital.

Estas constatações são reforçadas pela análise dos efeitos do turismo sobre alguns sistemas turísticos maduros ou em formação que, pelo que foi observado, mantém um saldo negativo no balanço entre os interesses dos investidores e os interesses da comunidade aliados com os da natureza.

É certo que o turismo é um sistema produtivo sem chaminés e que apresenta várias vantagens em relação a outros setores. Entretanto, há que se desmistificar a visão, que normalmente se tem, de que se trata de uma atividade totalmente limpa e que promove o desenvolvimento local de forma incontestável.

Quando os sistemas turísticos começam a ficar conhecidos e atrair a atenção dos grandes investidores, em seu estágio inicial provoca a especulação imobiliária e o deslocamento dos moradores originais para áreas marginais, além de imigração nem sempre positiva para os indicadores sociais da região. Também se experimenta um gradual aumento do custo de vida da comunidade.

Quando maduros experimentam diversos efeitos nocivos de seu próprio crescimento, como a geração de grande quantidade de lixo, sobrecarga da infra-estrutura existente em períodos definidos de tempo (sazonalidade), destruição e modificação do ambiente com a interferência sobre a fauna e a flora e efeitos sociais e culturais nocivos como o aumento do crime, prostituição e a alteração dos hábitos culturais da comunidade autóctone. Experimentam também o preço de seu sucesso na forma de uma certa hostilidade por parte da comunidade que o recebe e com o tempo percebe que ficou de fora da festa.

Do ponto de vista da estrutura político-institucional e da acomodação e definição do poder de grupos de pressão, a implantação dos sistemas turísticos em países em desenvolvimento reproduz uns processos imperialistas, cujas regras são ditadas pelo capital

internacional, que apenas faz sua aparição, quando tem certeza de que pode transferir para os contribuintes dos próprios países, os maiores riscos da formação dos grandes complexos turísticos. Portanto, um dos importantes critérios para definição de turismo ecológico, que é a participação local na gestão, também é uma das que menos freqüentemente ocorre nos sistemas turísticos.

Não obstante todos os problemas mencionados, paradoxalmente existem efeitos positivos como uma maior conscientização das comunidades quanto ao valor da natureza e a criação de áreas protegidas, além dos empregos criados (embora de forma em geral segregada), com a reserva das melhores vagas para pessoas de fora da comunidade e, ainda, algum desenvolvimento local na forma de diversificação da atividade agrícola e melhorias da infra-estrutura de transportes e serviços públicos.

Resta, portanto, que o melhor a fazer é ter consciência dos riscos, tentar se planejar e se preparar para os efeitos que estão por vir e aprender a gerenciá-los em benefício da sustentabilidade dos sistemas turísticos.

3. O TURISMO NA ATUALIDADE E AS OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA A REGIÃO DA SERRA DA BODOQUENA.

3.1 INTRODUÇÃO

Como o turismo evoluiu e se tornou o que é, quais são seus efeitos sobre os sistemas turísticos e comunidades do entorno foram temas do primeiro e segundo capítulos. Neste terceiro capítulo analisar-se-á aspectos do mercado, da gestão e das tendências do turismo mundial, no Brasil e em Mato Grosso do Sul e seus reflexos na Serra da Bodoquena.

Trata-se de elementos importantes para a análise e definição da proposta para o planejamento e gestão do turismo da Região já que é fundamental o entendimento do contexto em que se insere e para onde caminha o mercado turístico internacional e o turismo nacional, para a elaboração de um ponto de vista sobre as perspectivas do turismo no Sistema da Serra da Bodoquena.

Com este capítulo pretende-se compilar as macrotendências, na forma de oportunidades e ameaças exógenas à região, que são portadoras de fatores influenciadores do turismo regional e que irão exigir providências de planejamento e gestão de forma a prevenir as ameaças ou aproveitar oportunidades, além de se vislumbrar, numericamente, a evolução do turismo em todas as suas instâncias.

Na primeira parte do capítulo o objetivo é organizar informações sobre o contexto externo, considerando dimensões políticas, culturais, sociais, ambientais, econômicas e tecnológicas, com um olhar voltado para suas interferências sobre o turismo. Assim procedendo, será possível estipular cuidados que o sistema turístico da Serra da Bodoquena terá que cuidar para se adequar às exigências globais e reduzir o risco de ficar a reboque do processo de desenvolvimento sustentável.

Na última parte os olhares serão para os números do turismo internacional, doméstico e regional em uma tentativa de inferir sobre as tendências e as chances de aumento da competitividade do sistema turístico regional. A análise cobre aspectos da evolução do turismo com dados estatísticos de todos os continentes com um corte progressivo em direção a América Latina, ao Brasil e, finalmente, a Mato Grosso do Sul e a região turística da Serra da Bodoquena.

3.2 MACROTENDÊNCIAS DO SETOR TURÍSTICO

Ao se discutir macrotendências, não se faz um exercício de futurologia. O que se faz é uma análise racional dos acontecimentos atuais que podem ter impactos importantes no futuro. O fenômeno do turismo é suscetível a diversos fatores que estão se definindo em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que provocou, ele próprio, mudanças mais ou menos radicais conforme a região em análise. No Caribe, por exemplo, o impacto do turismo é intenso, representando um em cada seis empregos, uma média de 50,0% a 70,0% do PIB dos 30 países da Região (NAISBITT, 1998, p.150).

O futuro do turismo parece ser promissor, do ponto de vista econômico e social, resta saber mais sobre como gerenciar seus impactos sobre o patrimônio natural e cultural e como distribuir de forma mais equitativa a riqueza gerada, já que a tendência, segundo John Naisbitt, é de um grande crescimento das viagens nas próximas décadas:

À medida que as fronteiras se abrirem, que as populações amadurecerem e se tornarem mais prósperas e que os governos, educadores e a iniciativa privada continuarem a promover o turismo como um direito humano básico, as pessoas viajarão como nunca dantes (1998, p.151).

Para aprimoramento do processo de planejamento e da gestão do turismo é necessário discutir quais são e que impactos terão as principais forças que podem ser identificadas ou classificadas como fatos portadores de futuro ou fortemente influenciadoras do turismo. Podem ser citadas a partir de estudos de diversos analistas de tendências, incluindo: Goeldner, Ritchie e McIntosh; Porto, Nascimento e Buarque; e, Naisbitt (2002; 2001; 1998) entre outras as seguintes, que são potencialmente mais interferentes na Indústria Turística:

1. O ambientalismo e o desafio da sustentabilidade;
2. Difusão da democracia: aumento da pressão pela participação da comunidade;
3. Transformações demográficas;

4. Diversidade em um mundo homogêneo;
5. Revolução tecnológica, emergência da economia virtual e a nova sociedade do conhecimento;
6. Redução do poder de intervenção dos estados-nação no desenvolvimento turístico;
7. O novo colonialismo e o aumento do número de pessoas atingidas pela exclusão social (diferenças entre as nações Norte/Sul);
8. O imperativo econômico e a instabilidade do sistema financeiro mundial;
9. A busca por estabilidade e segurança.

3.2.1 O ambientalismo e o desafio da sustentabilidade

O ambientalismo tem implicações importantes para a estrutura do mercado turístico. Obrigar os sistemas turísticos a adaptações em atendimento às pressões de movimentos sociais e organizações não governamentais na esteira de um debate que se estende com uma intensidade crescente nos últimos cinquenta anos e, principalmente, após a conferência de Estocolmo, em 1972 (MCCORMICK, 1992).

Para Enzesberger, a própria evolução do movimento ambientalista, pode servir a interesses de grupos e interesses econômicos e políticos. A visão do ambientalismo é criada em dois mundos: a do dominador e a do dominado. As perturbações ecológicas historicamente foram objeto de segregação e nos países desenvolvidos cria-se a visão de dominador e dominado sendo-lhes possível aplacar as conseqüências do dano ecológico, sendo possível ao dominador “comprar suas próprias praias e manter lacaios de todo gênero” (1976, p.19).

A racionalidade do ambientalismo é discutida, também, por Henrique Leff que propõe uma nova ética ambiental baseada no desenvolvimento sustentável, indicando que a construção de bases fundadas no sistema produtivo levará a uma ordem homogenizada do “pragmatismo funcionalista” que implica em uma ética relacionada ao consumismo nos países industrializados, estando os países pobres limitados à resolução de questões de sobrevivência e da dignidade humana. Leff sustenta que existe a necessidade de uma sistematização de novos princípios éticos para o ambientalismo, em que se refundem os sistemas de valores da racionalidade econômica em busca de uma nova lógica produtiva (2000, p. 216-217).

Os países europeus parecem estar incorporando de fato o ambientalismo a julgar pelo aumento das ações para redução das emissões de gases, despejos tóxicos, reciclagem e

reflorestamento. Neste último quesito, por exemplo, existem ótimos exemplos, os países europeus têm feito um esforço para aumentar suas áreas de florestas. Portugal aumentou sua área total de florestas de 21,7% de seu território para 39,1% desde 1960, o que representa um aumento da área total de florestas na ordem de 80,0%. No Reino Unido este aumento foi de 62,0% no mesmo período; e na França, houve um aumento de 32,0% (VEJA, 2005, p. 86).

Este pensamento é reproduzido nas condutas dos sistemas turísticos, mesmo os de massa, que têm procurado alternativas, em sua estrutura, para reduzir o consumo de energia ou aproveitar mais as energias renováveis e produzir menos despejos e lixo. O *trade* turístico e os *stakeholders* estão percebendo, a duras penas, a importância de preservar o patrimônio natural como relata Lascuráin, ao indicar exemplos de sistemas turísticos baseados na natureza, que estão se tornando inviáveis por degradarem o ambiente da qual dependem:

- O aumento da quantidade de algas no Mar Adriático tem tornado a sua água impenetrável, e por isso menos atrativa aos banhistas;
- Praias têm sido fechadas na Inglaterra como resultado da radioatividade e no Haiti em razão das descargas de esgotos industriais e residenciais;
- 600 hotéis no Canadá foram fechados desde que a chuva ácida provocou o declínio dos estoques de Salmão, provocando o recrudescimento do fluxo turístico que procurava a pesca recreativa.
- Na cidade do México a poluição do ar e o nível de ruído estão provocando a queda no fluxo de visitantes internacionais. (1999, p.19)

3.2.2 Difusão da democracia: aumento da pressão pela participação da comunidade

Percebe-se um aumento do número de países no mundo e a busca do autogoverno, na esteira do enfraquecimento, ou mesmo ausência de grandes estados-nação. Neste contexto ocorre a eclosão do terceiro setor em locais onde o governo não consegue ter presença efetiva. Paralelamente, o avanço das comunicações, favorece a divulgação de casos de corrupção e a busca de participação para o aumento da transparência da execução das políticas públicas.

A pressão pela participação em projetos de desenvolvimento regional origina-se, principalmente nas pressões internacionais, que incidem sobre os comportamentos dos organismos de fomento como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial, por exemplo, que adotam o discurso da transparência, para motivar a formação de conselhos e processos de planejamento participativo. Existem dúvidas quanto aos objetivos embutidos na pressão exercida pelos organismos internacionais para o incremento da participação. Para Sayago (2000, p.196), por exemplo, a participação é uma invenção burocrática e pode se tornar apenas cosmética. Além disso, a imposição deste tipo de participação, embora necessária, embute o risco de ser uma forma de controle exercida por órgãos internacionais

que pode ser nociva à supremacia dos Estados-nação pobres, com o estabelecimento de exigências e regras de financiamento que, maliciosamente, impeçam a execução de ações danosas aos interesses dos países ricos.

O *empowerment* ou “empoderamento” dos atores sociais é uma forma de organizar a negociação com o capital, de forma a reduzir as perdas sociais e culturais e os danos à natureza, que são inevitáveis no processo de desenvolvimento dos sistemas turísticos. Em muitos casos as comunidades tradicionais com os *Masai*, na África, e os *Maoris*, na Nova Zelândia, conseguem integrar-se ao sistema turístico e aumentar suas perspectivas de sustentabilidade (SHEYVENS, 1999, P. 246).

Uma tendência presente é a da busca da comunidade, na definição da agenda do desenvolvimento do turismo e na sua gestão, por alternativas em que a diversidade cultural seja preservada em um contexto de universalização da cultura. Também se observa um aumento da diversidade dos estilos de vida das pessoas, exigindo, com isso, também uma maior diversidade na oferta de serviços.

O turismo ainda está longe de obter o reconhecimento governamental e político que deveria ter, em grande parte, pela ausência de dados sobre o setor e pela dificuldade de organização de suas diversas interfaces causada, principalmente, pela disputa comercial pelos melhores mercados.

O desafio é fazer a gestão com princípios do ambientalismo em nível global, mas com soluções que incorporem a diversidade das culturas locais. No caso de áreas de conservação, por exemplo, é crucial que se considere as idiossincrasias dos países em desenvolvimento, para incorporar, por meio de novos princípios de gestão, as necessidades das comunidades tradicionais que vivem dentro e no entorno de tais áreas.

3.2.3 Transformações demográficas

As populações do mundo desenvolvido estão envelhecendo e diminuindo seu tamanho relativo, ao contrário das populações dos países muito pobres onde a tendência é inversa. Para o turismo isso significa uma diversificação da oferta de pacotes de serviços.

O *baby boom* logo após a Segunda Guerra Mundial legou-nos uma barriga nos gráficos da escala etária mundial que evoluiu gradativamente e em 2004 representa uma população que chega a um grande número de pessoas na faixa etária que vai dos 45 aos 60 anos, começando a representar um problema sério para a sustentação econômica dos sistemas previdenciários, mas que também sinalizando oportunidades para a indústria do turismo, pois,

em breve, podem formar mais mercados entre a “melhor idade”¹, para se referir ao grupo de forma política e mercadologicamente correta.

Outra tendência importante são as reduções das discriminações de minorias, como a dos homossexuais, e modificações nas estruturas e núcleos familiares. As pessoas formalizam menos casamentos, moram em cidades separadas de seus cônjuges, unem-se com pessoas do mesmo sexo, de forma cada vez mais livre. Isso significa uma diversidade maior dos segmentos mercadológicos possíveis com impactos sobre a oferta de serviços turísticos.

O congestionamento do trabalho e do trânsito nas grandes cidades é um grande aliado do mercado turístico e tem mudado e mudará cada vez mais a forma como as pessoas se relacionam com a natureza e com outras culturas.

Observa-se uma tendência de redução por viagens longas, em razão das substituições das férias anuais por folgas mais curtas, o que vai privilegiar os sistemas turísticos localizados em grandes centros emissores como os E.U.A e prejudicar locais mais distantes dos grandes centros emissores, como o Brasil.

3.2.4 Revolução tecnológica, emergência da economia virtual e a nova sociedade do conhecimento.

O desenvolvimento tecnológico será um obstáculo cada vez maior para a entrada de pequenos e médios empreendimentos no setor do turismo. A tecnologia cria barreiras à surgimento de novos empreendimentos na medida em que aumenta a dependência tecnológica dos países menos desenvolvidos para os países mais desenvolvidos. Nesse contexto, a competitividade dos pequenos empreendimentos é diminuída pela incapacidade financeira de incorporar a evolução tecnológica disponível e cada vez mais exigida pelo mercado.

Outro efeito do desenvolvimento tecnológico digno de nota é o livre acesso à informação, a partir da própria casa o que, ao mesmo tempo, vai afastar as pessoas de uma convivência interpessoal dentro das fronteiras de seu ambiente físico – casa, trabalho, bairro, cidade – e provocar o aumento da demanda pelo turismo, a partir da insatisfação com as relações cotidianas e aumento dos desejos de realização dos sonhos incentivados pelos contatos realizados com a comunidade virtual. Pela mesma liberdade de acesso à informação, o turismo vai cada vez mais ser distribuído por meio da rede mundial de computadores, mudando, de forma radical, a estrutura e o funcionamento das operadoras de turismo. Dilema

¹ Segmentos mercadológicos com faixa etária acima de 60 anos.

para os recursos humanos é que o setor se prepara para reduzir a necessidade de criação de mais empregos, mantendo baixos salários em alguns setores para aumentar sua competitividade e promovendo a industrialização (“McDonaldização”) dos serviços.

Do ponto de vista da distribuição dos produtos turísticos os efeitos da tecnologia são ainda mais notáveis e irão provocar profundas mudanças na estrutura de comunicação e comercialização. O instrumento que desponta no horizonte como principal meio de distribuição é a *Internet*, que permitirá ao turista montar seu próprio pacote turístico a partir das ofertas disponíveis nos *sites* da rede mundial de computadores. Este processo ainda esbarra na falta de confiança provocada pela intangibilidade dos serviços turísticos em geral, o que tem provocado uma busca pelo aprimoramento das linguagens e recursos para melhoria dos apelos de *marketing*. Isso é acompanhado por iniciativas que tentam regular as relações jurídicas como é o caso do *American with Disabilities Act (ADA)*, que passou a ser lei em 1990 nos E.U.A, e é uma das precursoras das relações entre os usuários e provedores de *sites* na *Internet* (PÜHRETMAIR, 2003, p.8)

O desenvolvimento tecnológico tem permitido também uma maior inclusão de mais pessoas ao mercado. Os ganhos de escala e redução de custos como, o das viagens aéreas, por exemplo, tem permitido a que pessoas com menor renda tenham condições de fazer viagens mais longas para destinos antes inacessíveis. Para Goeldner, Ritchie e McIntosh, (2002, p.228) embora o turismo, com seu desenvolvimento tecnológico tenha ampliado as possibilidades de inclusão, fatores importantes, incluindo o custo dos deslocamentos e o desconhecimento dos destinos, impedem que as pessoas viajem mais.

3.2.5 Diversidade em um mundo homogêneo

Atualmente, apenas 10,0% dos países do mundo são etnicamente homogêneos (Naisbitt, 1998, p.33), isso significa que existe um desafio de entender a diversidade cada vez maior de uma forma padronizada, sem perder de vista os interesses individuais. Para o turismo isso significa um intenso preparo dos seus recursos humanos para o desafio da adaptação da hospitalidade.

A tendência de compras individualizadas denuncia o desejo, cada vez maior, por parte dos turistas, de um atendimento ultra-especializado e personalizado, criando obrigações de adaptação por parte da estrutura de oferta turística. Na contramão da busca da industrialização de serviços este desejo do viajante de obtenção de um atendimento personalizado, adequando-o as necessidades mais íntimas de seus sonhos. Trata-se de um

mercado cada vez mais segmentado e que parece privilegiar uma outra tendência, a do crescimento do mercado do turismo em geral e mais ainda do turismo alternativo. Clive Jones da *Economic Research Associates* (ERA), uma organização que realiza estudos sobre as tendências do turismo, aponta a direção do uso intensivo da informação, com apoio de banco de dados poderosos para enfrentar o desafio da ultra-segmentação do turismo. Um exemplo é a rede de operadoras de ecoturismo nos E.U.A. que reúne cento e quarenta operações de ecoturismo e turismo de aventura e perto de seis mil planejadores de roteiro turísticos, os quais movimentam, cada um, 10 mil diárias por ano, com um mercado total de 12 bilhões de dólares (GOELDNER, RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 456).

Em meio a tudo isso, existe a tendência da universalização da cultura ocidental, embora, para Herrera (1984, p.68 ss) o processo de universalização da cultura não deva se fundar necessariamente na aceitação universal da cultura ocidental, mas em uma nova percepção da diversidade das culturas, com a proposição de uma “totalidade orgânica”. É por meio desta diversidade cultural que se poderá chegar a soluções para a dependência dos países do sul em relação aos países da OCDE. Herrera propõe a busca de uma “adaptação orgânica” alternativa à mecanização para países do Terceiro Mundo, de forma a evitar uma catástrofe social do desemprego, e menciona o caráter da complexidade do sistema atual, que impõe incertezas contra as quais não devemos lutar, mas conviver: “só na área de incerteza estão os graus de liberdade do sistema”.

3.2.6 Redução do poder de intervenção dos estados-nação no desenvolvimento turístico

A maior preocupação que o então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, manifestava nos debates internacionais a que comparecia era a incapacidade dos países, sobretudo os em desenvolvimento, de lidar com o capital especulativo que circula na economia global, e que podem derrubar o sistema financeiro de uma nação inteira, a depender das decisões dos investidores. A possibilidade de uma evasão, em questão de minutos, de vários bilhões de dólares aplicado nas bolsas e mercados futuros brasileiros, causava preocupações ao governo. Este fato denuncia o paradoxo da redução da importância dos estados-nação frente ao poder descomunal do capital internacional. Este é o paradoxo global de que trata Naisbitt (1998, p.4): “Quanto maior a economia mundial, mais poderosos são seus protagonistas menores”.

A globalização transforma o mundo, impondo nova visão a todas as atividades, inclusive ao turismo. Sem dúvida, as formas contemporâneas de turismo são produtos da

chamada modernidade e como tal, a globalização, homogeneização e instabilidade que a modernidade e o capitalismo produzem, também abraçam os fluxos turísticos.

O enfraquecimento dos estados-nação é alimentado pela discussão de sua redução na esteira das teses liberais, que promoveram experiências desestatizantes em muitos países como a Inglaterra, por exemplo. Destaca como um dos movimentos mais importantes, a era Thatcher, como a mais expressiva redução da presença do estado na economia. As razões apontadas para esta hipertrofia são fundadas na visão de que se exige cada vez mais da estrutura estatal, a execução de funções que antes não lhe eram imputadas (BURSZTYN, 1993, p. 81).

É claro que o enfraquecimento dos estados-nação provoca impactos nocivos para o turismo. Como se verá na discussão da dimensão político institucional, no quesito da participação política o setor é carente de um fortalecimento para que haja maior ordenamento de seu crescimento e isso não é possível sem planejamento governamental e sem um contexto institucional bem definido, o que somente é possível com um estado forte e participação qualificada e democrática.

3.2.7 O novo colonialismo e o aumento do número de pessoas atingidas pela exclusão social (diferenças entre as nações Norte/Sul).

O colonialismo, no dizer de Manuel Bonfim (2000, p.700ss.), é uma forma de parasitismo, que é nociva tanto ao parasita quanto ao parasitado. O colonialismo atrofia a capacidade de desenvolvimento da colônia e a capacidade de sobrevivência, ausente do hábito da exploração por parte das metrópoles. Os países da América Latina são vítimas históricas do colonialismo, que assume atualmente uma nova feição com a expansão do controle dos impérios econômicos e da dependência tecnológica dos países em desenvolvimento.

O aumento do fosso entre as nações Norte/Sul, tende a aumentar os ressentimento e as dificuldades para instalação de empreendimentos estrangeiros. A história da dominação colonial e imperial atravessou os tempos e perdura até hoje sob a forma de uma dependência do Sistema Financeiro Internacional. É uma dominação que perpetua um estado de privilégios à elite detentora da posse dos latifúndios, do poder político e do poder econômico, reforçados por este interesse ideológico de manutenção de uma sociedade submissa aos interesses de alguns estados nacionais e a um sistema de cultura universalizada. Ao que parece, a ideologia cada vez mais cede lugar à lógica do interesse puramente econômico, entretanto, a capacidade de alianças entre o poder político e o poder econômico é perceptível e indissociável nesta

química perversa que se dedica a aumentar as diferenças entre as nações do norte e do sul e entre a elite e as massas, como observa Santos:

(...) o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuam confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente. (...) Os processos políticos dos Estados que compõem o sistema interestatal estão cada vez mais dominados por lógicas, cálculos e compromissos de curto prazo, avessos por natureza a objetivos intergeracionais ou de longo prazo (2001, p.299).

Sachs diz que (1993, p. 17) nossa transição para um meio de vida sustentável depende da redução do abismo entre o Sul e o Norte. Os países da OCDE, que com 16,0% da população do Mundo e 24,0% da área terrestre, concentram 72,0% do produto bruto global e consomem 50,0% de toda energia gerada emitindo praticamente a metade de todos os gases poluentes e resíduos industriais aos quais a Terra é submetida. Enquanto o Norte “prossegue com seus padrões de vida ambientalmente inviáveis”, o Sul prioriza uma agenda de desenvolvimento mais consciente dos perigos de implicações relacionadas à degradação ambiental.

As mesmas dificuldades impostas a outros setores da economia com a exportação de produtos de *commodities* ou produtos de baixo valor agregado parecem também serem comuns para os produtos turísticos dos países em desenvolvimento. As nações do Norte aprofundam mais o fosso entre elas e as nações do Sul conseguindo obter maior arrecadação de divisas com um número menor de turistas, como é constatado por Rábago e Revah:

O gasto médio de um turista em nível mundial é de 730 dólares; no México esse gasto é de menos da metade: 297 dólares, enquanto que o excursionista ou o visitante de um dia é de menos de 25 dólares. Estas cifras indicam que no México não se está considerando o valor de existência dos atrativos únicos que ali existem, a estratégia primeira é da competição por preços baixos o que é lamentável dada as grandes vantagens comparativas que mantém em recursos naturais e culturais (2000, p.377).

O problema decorrente dessa diferença é que existem mais prejuízos, do ponto de vista ambiental, para os países que praticam preços baixos, pois para conseguir a mesma arrecadação tem que suportar uma maior carga turística e consumir mais energia, produzindo mais resíduos. Também reduzem suas margens de contribuição financeira diminuindo as perspectivas de investimento em medidas de mitigação de impactos ambientais, sociais e culturais.

Vem do turismo alternativo¹ a possibilidade de inserção de países ou regiões desprovidas de oportunidades e meios de financiamento do capital internacional para o desenvolvimento de seus próprios sistemas turísticos. Algumas exceções importantes podem ser mencionadas, pois, talvez, signifiquem um início de reversão deste estado de coisas, com a inclusão do valor da exclusividade de certos sítios turísticos que justificam a cobranças de tarifas mais altas, por serem obras da natureza que não podem ser reconstruídas pelo homem, a exemplo das atrações artificiais. Galápagos, por exemplo, é um dos sítios que conseguem incorporar este valor na tarifa cobrada para ingresso de turistas estrangeiros, 100 dólares², entretanto, outros sítios da América Latina cobram valores muito abaixo disso, com tarifas de até 2,5 dólares no Parque Nacional Guanacaste, em Belize. Galápagos consegue impor este valor devido à grande demanda turística que ultrapassa em muito a sua capacidade de carga. Insere-se nessa questão o paradoxo do turismo social, que tenta estender o direito de acesso ao lazer a todos os indivíduos, mas confronta-se com a necessidade de cobrar o valor de existência do bem natural. O que se faz para mitigar o problema é diferenciar o preço dos ingressos entre residentes e turistas estrangeiros.

As dificuldades interpostas à tentativa de aumentar o valor agregado dos produtos turísticos nos países em desenvolvimento são cada vez maiores, pois um dos fatores de competitividade mais usados pelos diversos países que exploram o turismo é justamente o fator preço. Além disso, um dos principais fatores que impedem as pessoas de viajar mais é o custo de tais viagens onde se inclui, por exemplo, a tarifa aérea, que aparece como sendo um dos maiores empecilhos ao aumento do fluxo turístico estrangeiro no Brasil, que, devido às distâncias com os grandes mercados emissores, tem que reduzir os preços de seus produtos de forma a compensar a diferença. Entretanto, não se pode creditar o insucesso dos números do turismo brasileiro unicamente à distância dos grandes mercados consumidores. Trata-se de um desafio importante enfrentado também pela Austrália, que padece da mesma dificuldade. Embora receba quase o mesmo número de turistas estrangeiros, em torno de 4,9 milhões ao ano, fatura em divisas 12 bilhões de dólares anuais, muito mais que os 3,4 recebidos pelo Brasil em 2003.

Na contramão desta tendência está a predileção por fluxos Norte/Sul em oposição ao movimento anterior ocidente/oriente, indicando a preocupação mundial com as questões sócio-ambientais que vem ganhando terreno, aumentado às expectativas de incremento do

¹ Modalidades alternativas ao turismo de massa conforme demonstrado no capítulo 1.

² Crianças de até 12 anos pagam 50 dólares, o mesmo que turistas do Bloco Andino e do Mercosul, os cidadãos equatorianos e residentes pagam 6 dólares.

fluxo turístico em nações em desenvolvimento. Muitos turistas oriundos de países desenvolvidos optam por destinos turísticos localizados em países em desenvolvimento não apenas pelo preço da estadia (de menor preço), mas também em razão de sua preocupação em contribuir para o crescimento desses países mais pobres (C.B. JONES, Apud GOELDNER, RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 454).

3.2.8 O imperativo econômico e a instabilidade do sistema financeiro mundial

Não podemos ignorar o poder da questão econômica em determinar a viabilidade do turismo ou de qualquer outra atividade antrópica, tanto do ponto de vista de sua própria viabilidade no mercado, como do ponto de vista da viabilidade da resolução dos problemas sociais, como dos problemas ambientais decorrentes dessa atividade. As principais influências do turismo sobre a economia se fazem sentir sobre o balanço de pagamentos dos países e sobre a geração de novos empregos e renda (RYAN, 1991, p.73).

O capital interfere cada vez mais nas decisões políticas enquanto que as visões ideológicas perdem espaço, ao mesmo tempo, o aumento da complexidade da estrutura e infra-estrutura aumenta as pressões financeiras sobre o setor turístico devido ao aumento da exigência de investimentos.

O problema, como já foi relatado, é a forma nociva e selvagem que, muitas vezes, permeia as ações dos detentores do capital, ignorando as questões ambientais e sociais ou as incorporando de forma cosmética, para atender ao seu interesse de formação de boa imagem, sem maiores resultados em termos de efetividade de um desenvolvimento que seja sustentável.

O interesse pelo lucro, de preferência rápido e fácil, faz com que o capital internacional busque reduzir seus riscos, muitas vezes por meio da atuação política nem sempre necessariamente ética, sugando a seiva vital que jorra do mercado financeiro especulativo em países e sistemas econômicos frágeis econômica e politicamente. Tão logo percebe um aumento de seus riscos, utiliza-se do formidável sistema de comunicações para procurar, instantaneamente, refúgio em outro lugar onde possa novamente equalizar seus riscos.

É este círculo vicioso que provoca a instabilidade do sistema financeiro internacional com efeitos tanto sobre as perspectivas de desenvolvimento de sistemas turísticos em países menos desenvolvidos como sobre o mercado turístico mundial, um dos mais suscetíveis à

instabilidade financeira. Os principais mercados procuram cortar seus custos quando percebem sinais de recessão e uma das primeiras vítimas são as férias.

3.2.9 A busca por estabilidade e segurança

Os acontecimentos mais significativos para o turismo neste início de século são os que mexem com suas necessidades de segurança. Os conflitos regionais e o aumento do medo dos viajantes em relação a problemas de saúde e segurança se acentuarão com o crescimento demográfico, criando obstáculos ao aumento da demanda.

Os ataques terroristas em 11 de setembro 2001, nos E.U.A, provocaram profundas reduções nos fluxos turísticos em todo o mundo pelo medo do terrorismo e pela instabilidade política a partir de então. Como indica Sevil Sonmez (1998, p. 422ss.), as instabilidades políticas e, principalmente, as guerras são bastante prejudiciais para o desenvolvimento do turismo. Outro aspecto que leva preocupação para os sistemas turísticos é a intensificação dos conflitos religiosos que tem afetado o fluxo turístico dos países do Oriente Médio. As manifestações hostis às diferenças religiosas podem afastar cada vez mais as pessoas provocando riscos para a construção de elementos positivos para a hospitalidade. Em Israel, por exemplo, o conflito entre palestinos e israelenses quase acabou com o turismo em uma das cidades que já foi uma das mais visitadas do mundo: Jerusalém.

O medo de desastres naturais e de contrair doenças transmissíveis também tem efeitos devastadores sobre o fluxo turístico. A gripe asiática que grassou a Ásia em 2003, afetou significativamente todos os países da Região. Estes efeitos, entretanto, são menos duradouros do que a influência negativa dos radicalismos religiosos ou ondas de crimes e instabilidade política sobre a imagem de sistemas turísticos.

3.3 DIMENSÕES DO TURISMO

3.3.1 Turismo no mundo

Estimativas do *World Travel and Tourism Council – WTTC* demonstram que em 2002 a indústria de viagens e turismo e atividades correlatas contribuíram com 11,0% da soma do Produto Nacional Bruto do Mundo e que esta taxa deverá crescer para 12,0% em 2010. Segundo a mesma estimativa, o setor turístico gerou um em cada 12,8 empregos o que significa 7,8% de toda a força de trabalho. Espera-se que esta percentagem cresça para 8,6%

em 2012. O turismo já é o maior empregador do mundo com 255 milhões de empregos (STAKEHOLDER FORUM'S, 2002).

Muitas pressões, decorrentes de fatores que serão discutidos no tópico 3.3, interferem nos números do turismo mundial, provocando a sua oscilação. O que dificulta a previsão do que poderá ocorrer no futuro com o mercado turístico mundial e, por conseguinte, na análise de viabilidade dos sistemas turísticos. Entretanto, o que se percebe é que um crescimento consistente do turismo nas últimas décadas pôde ajudar a reduzir as incertezas dos planejadores e são importantes para a avaliação das grandezas envolvidas na indústria turística, com especial interesse nos números que cercam o ecoturismo.

É necessário assinalar que a indústria turística é uma das mais suscetíveis às crises, sejam econômicas ou políticas. Percebe-se que é uma das primeiras a observar redução de crescimento quando uma recessão mundial se avizinha ou devido a acontecimentos com repercussão global, como por exemplo, o ataque terrorista de 11 de setembro.

A OMT conta com mais de 138 países e territórios associados, incluindo o Brasil e, mais de 350 filiados representando governos locais, associações turísticas, instituições educacionais e empresas do setor privado incluindo companhias aéreas. Entre outras tarefas a instituição tem organizado informações sobre o turismo mundial, acompanhando o seu crescimento desde a década de 1950. Os números da OMT demonstram que o turismo vem observando um crescimento médio maior do que outros setores da economia (GOELDNER, RITCHIE; MCINTOSH, 2002, p. 82).

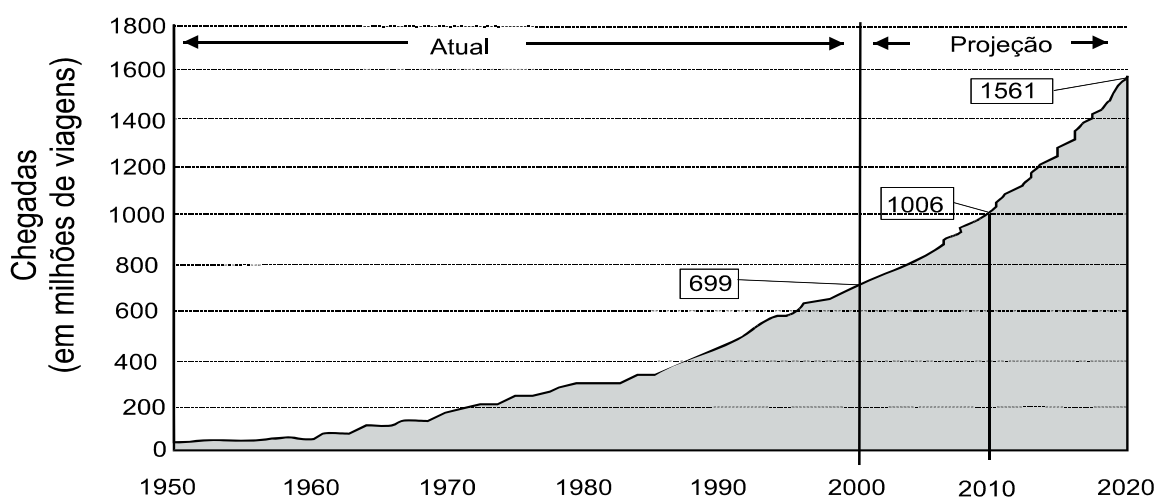


Figura 3.1 Projeção do crescimento do número de viagens turísticas no mundo 1950-2020
Fonte: WTO – Elaborado de Shlevkov (2002).

Na década de 1950 o crescimento anual do número de viagens foi em média de 10,6%, na década de 1960 de 9,1%, enquanto que na década de 1970 e 1980 o crescimento foi de 5,7 e 4,4% respectivamente (OMT, 2001, p.7). Já na década de 1990 o crescimento continuou, mas diminuiu para 4,2% (WTO, 2004, p.3). A partir de 2001 o turismo cresceu, apresentando um aumento 3,0%. A OMT manteve sua previsão de um crescimento anual ao redor de 4,0% até o ano de 2020, perfazendo, quando lá se chegar, um total de 1,5 bilhão de desembarques de turistas (Figura 3.1) em todo o mundo (YUNES, 2003). Este crescimento é maior do que a taxa projetada de crescimento da economia mundial que gira em torno de 3,0% ao ano.

Ao analisar a correlação entre a receita e o crescimento do número de viagens ao longo do tempo, Rabahy (2003, p.10ss) constatou que, quando se desconta a inflação, com a utilização de um índice médio ponderado dos principais destinos mundiais, o índice de crescimento da receita real do turismo é menor que o índice de crescimento do número de chegadas. A constatação pode denunciar uma tendência de massificação do turismo. Enquanto de 1960 até o ano 2000 o índice de chegadas aumentou 10 vezes, o índice de crescimento da receita foi de 8,7 vezes, conforme pode ser constatado na Tabela 3.1.

Tabela 3.1 Evolução das chegadas e receitas turísticas no mundo – 1960 – 2000
(índice de base 100 acumulado)

Ano	1960	1970	1980	1990	2000
Chegadas	100	239,2	412,6	661,0	1005,8
Receitas Reais	100	185,5	442,4	647,3	871,3
Receitas Nominais	100	259,4	1.526,1	3.897,1	6.926,1
Inflação dos Receptivos	100	139,8	345,0	602,1	794,9

Fonte: Elaborado a partir de Rabahy (2003, p. 12).

Para Rabahy não existem estudos definitivos que consigam explicar adequadamente esta diferença entre o crescimento das chegadas e a equivalência em receita, que podem ser originadas tanto em uma tendência de massificação do turismo como em inadequação do deflator utilizado. A OMT divulga dados indicando que os gastos *per capita* das viagens mundiais, passaram de US\$ 730,00 em média, na década de 1960, para US\$ 700,00, na década de 1970/80, retomando os padrões iniciais de US\$ 730,00 nos anos 1990 (2003, p.16). Contudo, a massificação do turismo é uma hipótese viável, pois, como se verá mais adiante, uma das macrotendências, em seus desdobramentos apresenta a redução do custo de viagens como um dos fatores mais importantes para as próximas décadas. É uma obviedade constatar que os países mais desenvolvidos são também os principais emissores, deve ser ressaltado, entretantes, o fato de 55,0% do gasto turístico no mundo originar-se de apenas 10 países:

EUA, Alemanha, Japão, Reino Unido, França, Itália, Holanda, Canadá, China, Áustria e Bélgica.

Um dos maiores desafios da indústria turística mundial é o de lidar com a questão da sazonalidade. Desde os menores sistemas turísticos às principais regiões do mundo, todos têm que se adaptar a uma tendência mundial de redução do fluxo turístico em algumas épocas do ano como pode ser notado por meio da Figura 3.2.

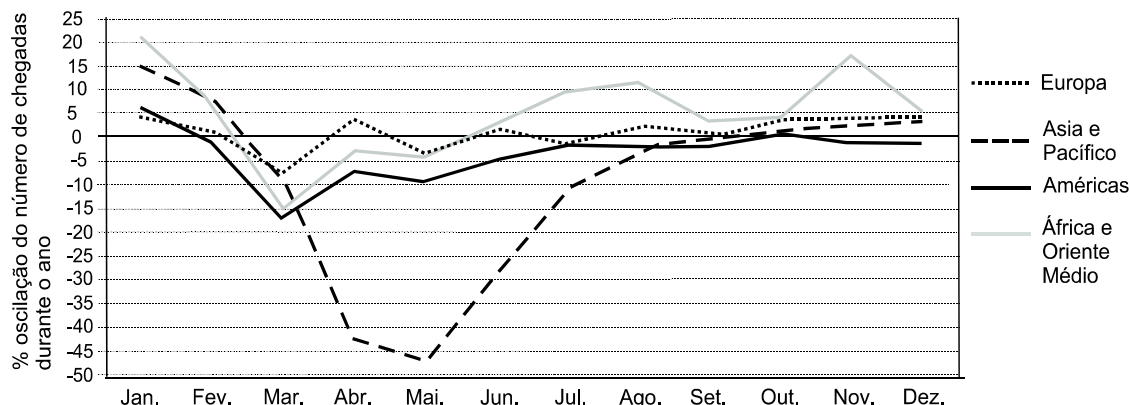


Figura 3.2 Evolução das mudanças no número de chegadas durante o ano de 2003.
Elaborado de WTO (2004, p.2).

O gráfico demonstra o comportamento do turismo mundial durante o ano de 2003. Os momentos em que ocorrem as maiores reduções do fluxo turístico correspondem aos meses de março a junho de cada ano, observando-se uma recuperação gradual no segundo semestre. O turismo no Brasil segue a mesma tendência, com épocas de menor fluxo turístico correspondendo aos meses de Abril, Maio e Junho, com alta no mês de julho e redução, embora menor que no primeiro semestre, nos meses de Setembro e Outubro e subindo novamente em dezembro alta que se estende até início de Março.

Quanto ao mercado do turismo ecológico, como já foi mencionado, existem muitas controvérsias sobre sua real dimensão em virtude da imprecisão das estatísticas. Os dados oficiais da OMT indicam que o turismo baseado em natureza gera uma receita total de 14 bilhões de dólares anuais e vem crescendo a um ritmo de 15,0% ao ano. Uma das principais razões deste crescimento vem do interesse do *homo industrialis* sobre a natureza: 76,0% dos cidadãos dos E.U.A, maior mercado emissor do mundo, se consideram ambientalistas (HAWKINS; KAHN, 2002. p. 205). Entretanto, apenas 23,0% dos viajantes declaram sua preferência por férias que envolvam turismo na natureza, experiências culturais ou turismo de aventura. Os demais se enquadram na categoria de consumidores gerais que preferem o turismo de Sol e Praia (WIGHT, 1997, p.209). Dados do WTTC - World Travel & Tourism

Council, indicam que o turismo ecológico representa hoje entre 5,0 a 8,0% do negócio turismo, devendo atingir 15,0% do movimento total em 2005 (EMBRATUR, 2002, p. 5).

3.3.2 Turismo nas Américas

As Américas têm registrado um crescimento maior que a média mundial em quantidade de desembarque de pessoas, em especial na América do Sul, se observou uma média de crescimento anual, entre 1992 e 2002, de 4,2%, contra 3,2% de média mundial (EMBRATUR, s.d.), no mesmo período. A *América Latina*, rótulo que se aplica ao grupo de países ao sul dos Estados Unidos cujo idioma predominante é o espanhol, apresentam imensas disparidades no desenvolvimento de seus sistemas turísticos. Uma das primeiras tentativas de aproveitar o turismo como fator de desenvolvimento foi empreendido pela Argentina, na década de 1930, com o investimento na aldeia de *San Carlos de Bariloche*, para transformá-la em uma estância turística. Por trás deste movimento, na verdade, estava a intenção da Argentina de reafirmar a sua soberania na região mediante o assentamento de uma população permanente (SCHLÜTER, 1998, p. 232).

Para aproveitar as exigências e competir no mercado internacional, a América Latina tem priorizado e investido seu posicionamento em três produtos principais: 1) Sol e Praia; 2) cultura exótica; e, 3) turismo de natureza. Tenta atualmente sair da receita inicial da concentração de grandes *resorts* para uma diversificação dos sistemas turísticos, como intensificação da divulgação da imagem de sua diversidade ecológica e cultural. Este movimento estratégico abre caminho para o incremento do ecoturismo, bem como, permite que o interior se beneficie dos impactos econômicos positivos do turismo.

O turismo na América Latina apresenta uma alta dependência das taxas de câmbio para ser competitivo, isso explica o recente crescimento do fluxo turístico europeu na região, com a desvalorização do dólar, aumentando o poder de compra do Euro.

Os principais destinos das Américas são os E.U.A e Canadá que, juntos, receberam quase 63 milhões de turistas, ou seja, aproximadamente 56,0% do total de 112,4 milhões de turistas que visitaram as Américas no ano de 2003. A região do Caribe recebeu 17,3 milhões de turistas, a América Central 4,9 milhões e a América do Sul 14,2 milhões de turistas (WTO 2004, p.3). Como se pode perceber, apesar de toda sua grandiosidade e diversidade, a América do Sul perde em número de recebimento de turistas para a pequena região do Caribe.

Na América Latina, analisando-se o movimento turístico do ano de 2002, verifica-se que os principais sistemas com quem o Brasil tem que concorrer são: México, com 19,6

milhões de chegadas; Argentina, com 2,8 milhões; Chile, com 1,4 milhão; Uruguai com 1,3 milhão e, Costa Rica, com 1,1 milhão (WTO, 2004, p.8). De acordo com dados da Embratur (2003), o Brasil recebeu em 2002 um total aproximado de 3,8 milhões de turistas estrangeiros. Segundo a Organização Mundial de Turismo, com o crescimento das restrições impostas a entradas de estrangeiros nos E.U.A, a partir do atentado de 11 de Setembro, o seu fluxo turístico deve diminuir, possibilitando um desvio de parte dessa demanda reprimida para o Caribe, América Central e América do Sul. Os E.U.A também são o maior mercado emissor do mundo e um baixo índice de inflação em sua economia tem tornado as férias mais acessíveis aos americanos, isto também representa um fator de crescimento do fluxo turístico de seus vizinhos. Existem boas chances, portanto, de o fluxo turístico da América do Sul aumentar bem mais do que a média geral, como já se observou em 2002 e 2003.

3.3.3 O Turismo no Brasil

O Brasil vinha apresentando um dos maiores crescimentos do número de chegadas de turistas estrangeiros das Américas, com um crescimento médio anual de 1990 a 1995, da ordem de 12,8% e, de 1995 a 2000, de 21,7%. Todavia, no início do novo século, esta tendência de alta não se manteve. A crise econômica da Argentina afetou tremendamente o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil, nos anos de 2001 e 2002, quando se verificaram decréscimos de 10,2% e 20,7%, respectivamente (WTO, 2005). Em 2003 o número de chegadas foi de, aproximadamente, quatro milhões desembarques. A figura 3.3 apresenta a evolução dos números de chegadas internacionais no Brasil.

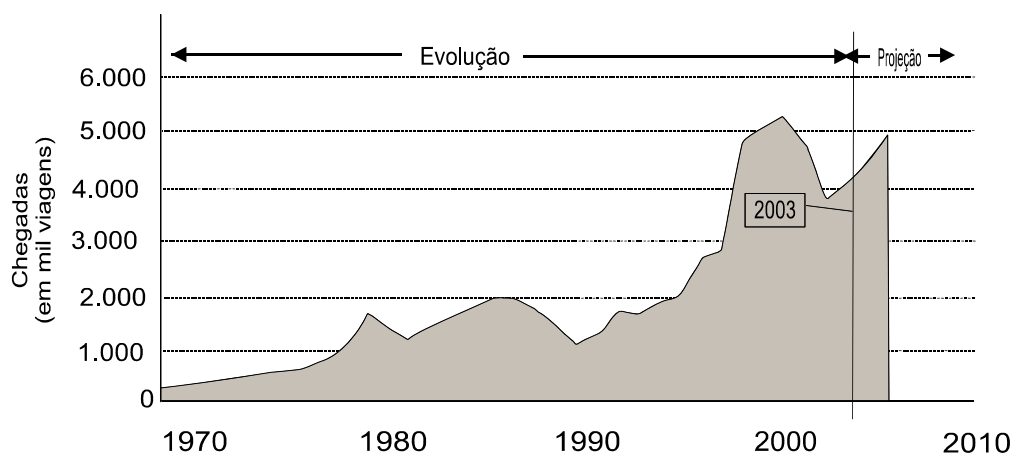


Figura 3.3 Evolução do número de chegadas de turistas estrangeiros no Brasil 1970-2005
Fonte: Elaborado a partir de informações da EMBRATUR (2004).

Em 2004 verificou-se uma grande recuperação do crescimento do turismo mundial. A Organização Mundial do Turismo estima que houve, neste ano, em todo o Mundo, um

crescimento de 10,0% do número de chegadas (WTO, 2004b). Na América do Sul o crescimento foi excepcional, sendo estimado em mais de 23,0% (WTO, 2004c).

Perto de destinos turísticos consolidados em termos mundiais como México e Estados Unidos, o Brasil pode se considerar muito incipiente no que tange ao recebimento de turistas estrangeiros. Em 2002 nosso País participou com apenas 0,53% do fluxo turístico mundial. Este percentual já foi mais significativo tendo alcançado em 1999 um percentual de 0,78% do fluxo turístico. Outro dado significativo é o da participação do Brasil no fluxo turístico da América do Sul, nosso país, com toda a diversidade de atrativos e dimensões continentais que possui, representou, apenas, 27,9% do fluxo total (EMBRATUR, s.d). De acordo com a Organização Mundial de Turismo o Brasil ficou, em 2003, com 3,3% do mercado turístico total das Américas (WTO, 2005).

Os números sobre o turismo no Brasil são incertos. Apenas recentemente se observa um esforço coletivo do governo, setor privado e organizações como a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – FIPE, para a implantação da metodologia de Contas Satélites¹. A Embratur estima, por exemplo, que a receita captada pelo Brasil com o turismo internacional situa-se entre 3,5 bilhões e 4 bilhões de dólares, o que colocaria o setor como principal gerador de divisas internacionais, à frente de outros como minério de ferro, aviões e soja. O Banco Central, por seu turno, reconhece os gastos que resultaram da conversão da moeda estrangeira no mercado oficial de câmbio, o que pode subestimar o montante atribuído de receitas totais de 1,7 bilhão de dólares. Ainda assim, isso coloca o turismo entre os sete maiores geradores de divisas do Brasil (RABAHY, 2003, p. 36).

É possível notar um aumento consistente do gasto médio *per capita* dos turistas internacionais que vêm ao Brasil, de US\$ 67, 83 em 1993 para US\$ 87,99 em 2003 ao mesmo tempo em que a renda média dos visitantes decresceu de US\$ 36.310,00 em 1992 para US\$ 32.041,52 em 2002, o que pode significar que nosso mercado tem ficado mais atraente para segmentos que antes não podiam visitá-lo, tornando melhores as perspectivas de crescimento do turismo nos próximos anos.

Ao analisar o impacto do turismo sobre a economia brasileira, verifica-se que ele não deixa de ser significativo, mesmo tendo respondido, no ano de 2001, segundo a Embratur, por

¹ A Conta Satélite de Turismo – CST foi desenvolvida pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo a pedido da Embratur. Trata-se de um método de avaliação do impacto econômico do turismo consistente com os resultados das contas nacionais e recomendado pela Organização Mundial de Turismo - OMT. A CST é padronizada mundialmente e quando implementada por países envolvidos com a atividade turística permitirá comparações de resultados entre eles.

2,5% de seu PIB. Ele é mais significativo, entretanto, para a Região Nordeste, constituindo-se em 6,3% do PIB regional. Já na Região Centro Oeste, onde ele não aparece como um dos itens mais importantes, o turismo contribui com 2,1% do seu PIB e a Região contribui com uma parcela muito pequena para o PIB total do turismo no Brasil, com 5,5%, como pode ser observado na Tabela 3.2.

Tabela 3.2 Estimativa do PIB regional do turismo

Itens	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro Oeste	Brasil
PIB 1999 (em R\$ Bilhões)	4.901	12.046	9.773	1.181	1.624	29.525
(%) Região	16,6%	40,8%	33,1%	4,0%	5,5%	100,0%
Participação do turismo no PIB	2,3%	1,7%	6,3%	2,2%	2,1%	2,5%

Fonte: Elaborado a partir de Embratur (2002, p. 131)

Segundo a Embratur (2002, p.72), a Região Sudeste além de ser a maior receptora de turistas é também o maior mercado emissor com 49,2% do número de turistas e 51,7% dos gastos com turismo, seguida da Região Nordeste que remete 24,1% e 27,5% dos gastos. A região Centro Oeste é também um bom mercado emissor com 5,5% dos turistas e um considerável gasto de 11,4%, o que significa que o Centro Oeste apresenta um déficit na conta do turismo comprando mais do que vende. Seguem sobranceiros como principais mercados turísticos do país os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que, juntos, abocanham próximo de 33,0% da receita do turismo no Brasil.

No que se refere especificamente ao turismo ecológico este se apresenta como o segmento de crescimento mais expressivo. Segundo o Instituto de Ecoturismo do Brasil é grande a atratividade deste novo negócio no país tendo sido, em 1994, responsável pela movimentação de R\$ 2,2 bilhões. Em 1995, esta cifra pulou para R\$ 3 bilhões, um salto de 36,0% em apenas um ano, muito acima da média mundial, que já é muito superior à expansão de qualquer segmento de negócios (EMBRATUR, 2002, p. 4). Duas das regiões com maior expectativa de aumento da importância do turismo em suas economias, a Região Norte e a Centro Oeste dependem, inteiramente, do aumento rápido do mercado do ecoturismo.

As duas regiões são as que menos conseguem atrair seu próprio público turístico, como demonstra o estudo da Embratur (2002, p.4). O Centro Oeste recebe e emite apenas 39,7% dos turistas vindos da própria região e a Região Norte 47,8%, contra uma média nacional ponderada de 76,5%. A média nacional alta é explicada pelas restrições de renda e tempo dos turistas nacionais, em consequência disso, os turistas internos gastam menos quando viajam dentro de suas próprias regiões o que provoca, para a Região Centro-Oeste, um efeito muito pior. Ao se analisar a receita turística do lugar verifica-se que os receptivos

turísticos auferem apenas cerca de 18,7% de receitas provenientes da própria Região, contra uma média nacional de cerca de 52,0%.

A despeito das esperanças depositadas sobre este segmento, do ponto de vista do mercado emissor interno, os sítios ecoturísticos ainda não figuram entre os principais atrativos das viagens dos brasileiros que, em sua grande maioria, ainda preferem a praia. Tampouco viajam para praticar ecoturismo, razão que é apontada por apenas 0,4% dos turistas brasileiros (EMBRATUR 2002, p.46). Este dado não é preocupante para o futuro dos sítios que se posicionam, mercadologicamente, como ecoturísticos, pois o fato é que a maioria das pessoas busca viagens para seu lazer e para fugir da agitada vida cotidiana nas cidades e, felizmente para este segmento, muitas pessoas incluem a visita a ambientes naturais como forma de descanso.

3.3.4 O Turismo em Mato Grosso do Sul e na Serra da Bodoquena

Em todo o Brasil as estatísticas oficiais sobre o turismo são deficientes e não é diferente em Mato Grosso do Sul. O órgão oficial do Estado para o setor é a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR, que se esforça para organizar um sistema de informações não tendo, entretanto, logrado êxito neste empreendimento.

Os números do turismo são mais adequadamente conhecidos a partir do controle dos registros dos meios de hospedagem, como preconizam os órgãos oficiais de turismo, em sistemas turísticos mais avançados. Entretanto, verifica-se que existem metodologias diversas de medidas de fluxo turístico, o que tem incentivado um esforço de alguns países a buscarem uma padronização dessas metodologias (WOBER, 2000: 52).

Por outro lado, pode ser considerado turista quem visita um sítio turístico durante o dia, apesar de não pernoitar ou usar qualquer acomodação coletiva, ou quem permanece apenas uma noite. Isso é o que coloca mais um obstáculo para se obter uma estimativa mais realista do fluxo de turistas em determinado local, já que, se a opção para a medida de fluxo for pelas fontes de registro nos locais de hospedagem, poderão ser excluídos os turistas em trânsito que não pernoitam. Uma outra dificuldade é a contabilidade dos turistas que optam por meios alternativos de hospedagem como camping e casa de amigos que, geralmente, as estatísticas oficiais ignoram (SAETON; PALMER, 1997: 346).

Em Mato Grosso do Sul a maior parte dos pequenos meios de hospedagem não são cadastrados junto a Embratur, que é o órgão federal encarregado de controlá-los, por isso não adotam a emissão e guarda da Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, que

permitiria, a partir de seu lançamento nos sistemas de informações dos órgãos estaduais de turismo, saber com mais segurança o número de visitantes em uma localidade turística. Em razão da inconsistência dos registros e da fiscalização, os dados disponíveis sobre o sistema turístico de Mato Grosso do Sul e mais ainda sobre o turismo da Serra da Bodoquena são bastante precários.

O que permite estimar a quantidade de visitantes na Serra da Bodoquena é o sistema de *Voucher* único, que foi implantado no município de Bonito e onde são centralizadas informações sobre a venda de *pax*¹ que são lançados em um sistema informatizado local, o GESTUR. Isso permite conhecer o número de visitas, mas não o número de turistas já que o *voucher* (Figura 3.4) emitido identifica o grupo que o comprou sem discriminar qual o turista que está sendo beneficiado.

Município de Bonito
Secretaria de Administração e Finanças
Central do ISSQN - Rua Cel. Pílad. Rebel. 1250
Centro - Fone: (67) 255-1826 - Mato Grosso do Sul

CONTUR BONITO - MS

VOUCHER ÚNICO

1ª Via - Atrativo
Data de Validade
26/04/2003

Número de Controle do Município
* 0 2 4 0 0 9 *

Endosso (Cód. Agência) / Nome	Código do Guia / Nome	Cód. do Hotel / Pousada / Nome
Código do Passeio / Nome	Identificação do grupo	
Reserva nº	Horário da Saída	Horário no Atrativo
Quantidade de PAX	Valor Unitário R\$	Seguro
CHD	Valor L3 R\$no R\$	Seguro
Free / Guias	Complemento	TOTAL GERAL R\$
Total de Pessoas	Complemento	
Nº de da(s) A(s) de(a) de Seguro		
Observações:		

Data Emissão: ____/____/____

Assinatura do Responsável da Agência

Figura 3.4 Modelo do *voucher* único que comprova a venda de ingressos nos atrativos.
Fonte: Município de Bonito- MS.

O número de turistas é estimado com a divisão do número total de *pax* vendidos por *três*, que se acredita ser o número médio de visitas que cada turista faz nos sítios turísticos da região. Trata-se, portanto, de uma estimativa bastante imprecisa. É possível perceber que o documento não apresenta os nomes dos visitantes impedindo o cruzamento de informações que pudessem estabelecer, precisamente, a quantidade total de visitantes na região da Serra da Bodoquena.

¹ Número de entradas vendidas nas agências e nos atrativos turísticos para cada entrada individual nos sítios da Região.

O interesse do poder público municipal e das agências de turismo é o de controlar a arrecadação e não o fluxo turístico, o que reduz a eficiência da organização de informações. Este descompasso poderia ser facilmente corrigido com a inclusão, no *voucher*, da identificação dos turistas que compõem os grupos.

Um dado que é significativo para o turismo de Mato Grosso do Sul não se encontra dentro de suas próprias fronteiras. Os desembarques no Aeroporto Internacional de Campo Grande nem sempre alimentam o sistema turístico do Estado, mas o registro dos desembarques em Foz do Iguaçu, que no ano de 2003 somou 224.967 de chegadas, é muito importante para o mercado turístico sul-mato-grossense. Em 2002 a cidade foi um dos destinos preferidos de 9,2% e de 7,2%, em 2003, turistas estrangeiros que visitaram o país, esse percentual, vem se reduzindo rapidamente, pois já foi de 19,8% em 1992 (EMBRATUR, 2004b, 32), o que significa que o estabelecimento de um roteiro integrado com Mato Grosso do Sul é interessante para aquele sistema turístico, podendo significar a recuperação do crescimento do número de visitantes internacionais. A manutenção do grande número de visitantes interessados nas modalidades ligadas a ambientes naturais, é que viabiliza a perspectiva de implantação do roteiro turístico integrado, com a possibilidade de interligação de Foz do Iguaçu, Serra da Bodoquena e Pantanal, em que pode ser aproveitado o fluxo de Foz do Iguaçu e, em pouco tempo, dobrar ou mesmo triplicar, o fluxo turístico da região da Serra da Bodoquena.

O número de desembarques no aeroporto de Campo Grande é de 230.185 passageiros, com um número pequeno de turistas, pois, em sua maior parte, as chegadas são de moradores do próprio Estado ou de viajantes a negócios. A Embratur registra no Portão Mato Grosso do Sul a entrada de apenas 43.196 turistas estrangeiros, por via terrestre ou fluvial, provenientes das fronteiras com o Paraguai e com a Bolívia e, a maior parte (31.970) composta de sul-americanos. Não se sabe se todos estes visitaram o sistema turístico de Mato Grosso do Sul, já que não existem informações precisas sobre isso.

A Fundtur estimou que no ano 2000, 1,47 milhão de turistas visitaram Mato Grosso do Sul. Estes turistas se dividem entre o sistema turístico da Serra da Bodoquena, Pantanal (principalmente Corumbá, Miranda e Porto Murtinho) alguns municípios turísticos do norte como Coxim e Rio Verde, além de Campo Grande, que recebe o maior número de turistas e, em menor escala, municípios como Dourados e Ponta Porã.

Após o vislumbre dos números do turismo de Mato Grosso do Sul é possível afirmar que o sistema turístico da região da Serra da Bodoquena não se destaca pelo número de visitantes e sim pelo desenvolvimento de um sistema turístico singular que alia a oferta das

modalidades de ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura, além dos balneários fluviais. Tudo isso, em sua maior parte, estruturados em propriedades privadas. A sua descrição mais pormenorizada será tratada mais adiante.

O que permite o conhecimento do número de turistas na região da Serra da Bodoquena é a organização de um sistema de gestão que foi concebido para controlar a arrecadação da cobrança de ingressos nos atrativos. Sua concepção, como já foi mencionado, não inclui a função da medida do fluxo turístico, mas permite a estimativa deste número considerando-se o número de ingressos vendidos e a média de três visitas aos atrativos que cada turista que visita a região se dispõe a fazer.

A venda de ingressos é rigorosamente controlada pela Prefeitura de Bonito e é feita por meio de agências de turismo locais que somam 43 em Bonito, apenas duas agências em Jardim e nenhuma em Bodoquena¹. Como a maior parte das vendas para toda a Região, incluindo os atrativos de Jardim e Bodoquena, é feita por Bonito, é possível considerar os números fornecidos pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito como sendo o registro oficial do fluxo turístico da Região.

Tabela 3.3 Ingressos nos atrativos turísticos da região turística da Serra da Bodoquena

Ano	Número de <i>pax</i> vendidos	Crescimento anual %	Crescimento acumulado %
1998	145.279	-	-
1999	170.249	17,2	17,2
2000	175.504	3,1	20,8
2001	178.069	1,5	22,6
2002	207.819	16,7	43,1
2003	228.824	10,1	57,5
2004	224.174	-2,0	54,3
2005	219.532	-2,1	51,1

Fonte: Elaborado a partir de informações da Secretaria Municipal de Ind., Com. e Turismo de Bonito.

Conforme a Tabela 3.3, o número de venda de ingressos a atrativos da Região foi, em 2002, de 207.819 *pax*. O governo do Estado e o próprio município de Bonito utilizam um parâmetro que estima o número de três visitas por atrativos, o que permite determinar que o número anual de turistas na Região é de aproximadamente 75 mil. Estes turistas permanecem em média 3,5 dias nas localidades (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p.118). Observou-se um crescimento de 54,3% no número de visitantes desde 1998 até o ano de 2004, o que permite calcular o crescimento médio anual de 7.7%.

Não existe um controle adequado dos fluxos turísticos em épocas como o carnaval, em alguns balneários privados e, até mesmo, em atrativos ecoturísticos que, com limite de

¹Fonte Central de ISSQN (Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza) de Bonito – MS.

carga muito restrito em seus sistemas de licenciamento ambiental, promovem algumas vendas diretas, não registradas no GESTUR, para turistas que os procuram sem passar pelas agências locais. Assim, o fluxo turístico total pode estar subestimado, mas também superestimado, já que o número médio de visitas a atrativos (três), acima utilizados para estimar o fluxo total, pode não ser exato, pois foi obtido em pesquisas com amostras pequenas e não consideram as sazonalidades durante o ano.

Com o *boom* do turismo na última década, notadamente no município de Bonito, houve um intenso crescimento da oferta de novos atrativos e, principalmente, de meios de hospedagem, sem melhoria correspondente da qualidade dos serviços. Este crescimento foi muito maior que o crescimento da demanda, causando excesso de oferta e ociosidade em diversos atrativos, hotéis e pousadas, principalmente os recém estruturados. Conseqüentemente houve, no *trade* turístico, a sensação geral de que o fluxo turístico sofreu um recrudescimento nos últimos anos, o que não se confirma com o aumento geral da venda de *pax*, como demonstrado por meio da tabela 3.3.

3.4 CONCLUSÃO DO CAPITULO

Os pontos importantes levantados no presente capítulo estão divididos em duas classes úteis para as reflexões sobre a sustentabilidade do turismo na Serra da Bodoquena: a qualidade e os números do turismo.

Do ponto de vista qualitativo é possível inferir sobre inúmeras oportunidades e ameaças que se arvoram diante de gestores, empreendedores e a comunidade do entorno dos sistemas turísticos e vários desafios para o seu planejamento e gestão.

O palco das adaptações necessárias ao enfrentamento das ameaças e aproveitamento das oportunidades são, prioritariamente, realizadas em nível local, representando um grande esforço endógeno sem, contudo, serem necessariamente ali decididas, dada a atual complexidade das relações interferentes no processo de gestão e planejamento do turismo. Como pôde ser visto, a velocidade impingida pelo sistema financeiro internacional e o imenso poder exercido por um número cada vez menor de corporações, torna o desenvolvimento e adequação dos sistemas turísticos uma função complexa que envolve variáveis políticas, tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e até mesmo religiosas, cujos principais atores não se encontram fisicamente dentro do sistema, mas tomam decisões e nele interferem mesmo estando a milhares de quilômetros de distância por meio de ágeis sistemas de comunicação.

Independentemente de onde serão tomadas as decisões, é certo que os sistemas turísticos terão que se adaptar. Do ponto de vista tecnológico, o desafio é incorporar mecanismos de redução de consumo de recursos naturais e de emissões de despejos, além de se obrigarem a continuar proporcionando todas as facilidades cada vez mais exigidas pelo mercado, com segmentações continuamente se diversificando.

Do ponto de vista econômico surgem oportunidades e ameaças embutidas nos interesses de consecução de lucros a qualquer custo, impondo disputas muitas vezes injustas e cruéis para o contexto social e para sistemas localizados em países menos desenvolvidos, com conseqüências negativas para o patrimônio natural e cultural.

No contexto político, depara-se com a necessidade de entendimento, nem sempre muito simples, de um processo de desenvolvimento recheado de interesses e pressões. Este entendimento será imprescindível para a organização de melhores formas de gestão que consigam incorporar a representatividade de todos os atores interessados, aliando-se o interesse pela preservação da natureza e do patrimônio cultural. Outros aspectos importantes são os rumos da política imperial norte-americana e a questão dos conflitos religiosos, que têm resultado em insegurança com conseqüências negativas para os fluxos turísticos de alguns destinos e positivas para outros, o que parece ser o caso dos destinos da América Latina e Caribe.

Quanto aos números, o turismo deverá continuar crescendo de forma substancial, no mundo todo, notadamente no caso do ecoturismo, mas é difícil determinar o quinhão de crescimento que será aproveitado pelo sistema da Serra da Bodoquena. Uma constatação importante é que a definição de *ecoturismo* ou turismo ecológico não tem correlação numérica com o *ecoturista*. O ecoturista é um tipo muito raro no universo do turismo, principalmente do doméstico e, enquanto ele não se torna mais numeroso, os sistemas que oferecem o ecoturismo são sustentados economicamente por turistas comuns, em sua maioria meio-cêntricos ou quase cêntricos ou alocêntricos, na classificação de Plog (2002, p.270), mas que não são ecoturistas declarados.

O número de turistas que cada vez mais buscam as viagens de curta distância, de preferência para adequação ao seu contrato de trabalho, que lhes proporcionam férias fracionadas, aumenta mais que o crescimento da população, num sinal de que o turismo tem se tornado mais acessível às classes com renda cada vez menor. Tal tendência indica a abertura de caminho para a industrialização e automatização dos serviços turísticos em busca de custos menores e customização, ou seja, atendimento diferenciado de segmentos cada vez mais numerosos do mercado.

SEGUNDA PARTE

ANÁLISE DE AMBIÊNCIA DA REGIÃO TURÍSTICA E DO SISTEMA TURÍSTICO DA SERRA DA BODOQUENA

*Como a terra ainda pura e o homem vem respirar na floresta da verde mata.
que é difícil sol penetrar, com os braços abertos certos, de que em tudo isso é viver.
E as nossas lendas vendas lenda eternas que tenho contato, o Saci, o Boto Branco,
encanto do Cobra Norato. E porque será que homem quer com tudo isso acabar?
Não vê que esta mata verde sobrevive pra nos salvar?
A incoerência tensa do homem vai nos matar.
Esta é a tristeza clara, triste, muda e viva de um fato insensato
Morre pouco a pouco, a corte, esse nosso grande espaço.*

(Quinteto Violado)

4 A DIMENSÃO AMBIENTAL DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA

4.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo inicia a segunda parte da presente tese em que são analisadas as dimensões endógenas da região turística da Serra da Bodoquena. Nele se busca a contemplação da complexidade em que se assenta a atividade turística sob o prisma das dimensões ambiental, cultural, social, econômica e político-institucional, em seus respectivos contextos de sustentabilidade.

Discute-se a dimensão ambiental em que as outras dimensões estão apoiadas e, portanto, é a partir dessa perspectiva que devem ser analisadas a sustentabilidade do turismo. A precedência da dimensão ambiental é conveniente para a lógica da discussão deste trabalho, pois permite uma visão panorâmica dos espaços e ambientes sobre os quais todas as variáveis das demais dimensões são processadas.

É mais fácil medir os efeitos do turismo sobre boas práticas de gestão que provocam menor degradação, do que os efeitos negativos da carga turística sobre o ambiente. Em um ambiente tão complexo como o que compõe a região turística da Serra da Bodoquena, como se verá adiante, muitos danos são advindos de outras atividades econômicas, como a agricultura e a pecuária. Neste capítulo, tentar-se-á tanto a verificação das boas práticas como a detecção de algumas ameaças de degradação que podem comprometer a sustentabilidade do turismo, independentemente de sua origem.

Nesse sentido o capítulo discorrerá sobre dois pontos principais: no primeiro, a descrição do imenso patrimônio natural da região da Serra da Bodoquena; e, no segundo, a discussão dos impactos do turismo sobre o ambiente e algumas ações que vêm sendo empreendidas para mitigar seus efeitos negativos.

Para a descrição do patrimônio natural foram consideradas várias fontes secundárias que já podem ser consideradas vastas, dado o interesse que aquela região desperta em instituições de pesquisas e em órgãos ambientais oficiais, além de diversas organizações não governamentais que ali atuam.

Na análise dos impactos do turismo foram utilizadas, além de fontes secundárias, a observação direta nos atrativos, com coleta de informações georeferenciadas que foram depois usadas para análise de imagens do satélite *Landsat* do ano de 1997.

Como em uma análise de ambiência não se deve buscar apenas os problemas, este capítulo fecha com a discussão acerca de algumas boas iniciativas observadas na região para melhorar as relações do negócio turístico com a natureza.

4.2 ASPECTOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO

O negócio do turismo é baseado na satisfação das necessidades do visitante e o exotismo representa um dos apelos utilizados por alguns destinos para atraí-los. Existem muitos turistas ansiosos pelo contato com a natureza. Por isso, um fator extremamente crítico do turismo é que, quanto mais frágil ou mais ameaçado um determinado ambiente, mais ele se torna atraente para o turismo, potencializando, com isso, os seus impactos negativos. O Quadro 4.1 reproduz os impactos negativos mais importantes.

Quadro 4.1 Impactos negativos do fluxo turístico sobre o ambiente

<ul style="list-style-type: none"> • Criação e deterioração de trilhas • Deterioração de locais de acampamentos (<i>campings</i>) • Saturação do número de visitantes em alguns pontos turísticos • Impactos causados por veículos de transporte e recreação • Acúmulo de lixo • Perturbação da rotina ou impactos sobre a fauna • Conflitos de uso do ambiente • Poluição física ou biológica da água • Proliferação de ervas daninhas, fungos ou espécies exóticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do tamanho do <i>habitat</i> • Coleta irregular de espécimes vegetais e animais e impactos sobre a vegetação • Compactação e erosão do solo com o aumento de pisoteio de pessoas e cavalos • Aumento da pesca e redução dos estoques de peixes • Impactos visuais e sonoros • Aumento do risco de incêndios • Mudança do curso de rios e córregos • Danos causados por embarcações • Emissões e poluição do ar
---	--

Fonte: Adaptado de Eagles, McCool e Haynes (2002, p. 33).

Para Buckley (2003, p.499), o que predetermina o sucesso do turismo realizado em áreas naturais é o entendimento dos ecossistemas onde são praticados e a correta avaliação dos impactos que ali podem ocorrer. São inúmeras as fontes de impactos que incluem a

criação da infra-estrutura requerida para a atividade, para a adequação do transporte e para a instalação dos meios de hospedagens.

Andereck (1994, p.77), verificou que a questão da produção de resíduos sólidos e poluição da água parecem ser mais sérios nos países menos desenvolvidos, onde não existem sistemas e tecnologias mais avançadas para processos de compostagem de grandes quantidades de resíduos produzidos pela indústria turística, principalmente pelos hotéis, empresas de transporte e de alimentação.

Os danos ambientais existentes nessa indústria são semelhantes aos existentes em várias outras atividades econômicas. Todavia, é a indústria de turismo que, talvez, mantenha o incentivo mais poderoso para conservar o ambiente limpo e saudável: a manutenção da imagem frente ao mercado. Como afirmam Goeldner, Ritchie & McIntosh (2002, p.357), em muitos locais se observa uma queda na demanda quando aumenta a degradação do ambiente, pois o turista evita, sistematicamente, locais poluídos. A qualidade do meio ambiente é um fator de competitividade do turismo, como afirma Mihalic (2000, p. 66ss). Este enumera, para o cancelamento da competitividade, diversos elementos de *marketing* e gestão, tais como: a certificação das boas práticas e a elaboração de códigos de conduta, entre outros esforços.

É por isso que se torna tão importante uma definição conceitual que indique caminhos para práticas menos degradantes de turismo para o patrimônio natural. Na região da Serra da Bodoquena, de forma semelhante a outras regiões turísticas com potencialidades semelhantes, têm ocorrido transgressões ao conceito de ecoturismo. Alguns atrativos da região abusam da sobrecarga no número de visitantes e modificando, drasticamente, os ambientes naturais com a instalação da estrutura receptiva.

O ecoturismo se coloca como uma alternativa ao turismo de massa, ao oferecer alternativas que reduzem impacto ambiental, respondendo, ao mesmo tempo, às necessidades sociais e econômicas de uma determinada área. São de difícil definição os limites entre o que se pode ou não fazer dentro de uma área onde se pratica o ecoturismo. A busca da harmonia da atividade econômica com as necessidades de preservação da natureza e das próximas gerações se choca com a ganância e os interesses pelo lucro imediato dos empresários do *trade* e, com isso, é impossível manter regras rígidas de conduta e formas de gestão que, como foi discutido no mesmo capítulo, não respondem a um método único. Daí o surgimento de procedimentos como diversos cálculos possíveis para os limites de capacidade de carga, ou ainda, os conceitos LAC (Limite Aceitável de Câmbio), acompanhados de propostas de avaliação com variadas denominações como o *Recreation Opportunity Spectrum – ROS*

(Espectro de aplicações recreativas) e o *Visitor Activity Management Process – VAMP* (Processo de Gestão de Atividades dos Visitantes).

Existem três formas de cálculo para capacidade de carga aplicáveis a um sistema turístico: a) Capacidade física de carga (*Physical carrying capacity-PCC*); b) Capacidade real de carga (*Real carrying capacity – RCC*); e, c) Capacidade efetiva de carga (*Effective carrying capacity – ECC*). A capacidade física de carga é calculada de acordo com o espaço necessário para uma pessoa se mover livremente em um tempo específico. A capacidade real de carga é o cálculo da capacidade real de carga corrigida com a aplicação de alguns fatores como índice de precipitação pluviométrica, vulnerabilidade do terreno à erosão, grau de inclinação do terreno, etc. A capacidade efetiva de carga se constitui no cálculo da capacidade real de carga, corrigida pela diferença entre a capacidade atual permitida e a capacidade ideal de carga, considerando a capacidade de gestão que é permitida pelo número de pessoas envolvidas na gestão do sistema turístico (Mowforth, 1998, p. 107).

Na ausência de um consenso entre a melhor forma de relacionar turismo e natureza insere-se o bom senso de uma saída negociada para os conflitos de uso e para a convivência dos interesses de uma área empresarial, benefícios sociais e a própria ciência. Um dos pontos primordiais do turismo sustentável é sua contribuição para o conhecimento dos ecossistemas e da evolução das relações de comunidades tradicionais de forma a aprimorar instrumentos de educação ambiental. É o que provoca a necessidade de investimentos constantes em pesquisas e desenvolvimento das formas de monitoramento e avaliação de impactos ambientais.

É bem atual a discussão da integração de atividades econômicas sustentáveis em áreas de preservação, entre essas, o turismo se coloca como uma boa alternativa, no entanto, sua implementação não poderá preterir o planejamento e zoneamento para imposição de limites onde ele possa ser realizado. Leuzinger (2002, p. 58) ressalta que os parques nacionais são pólos de atração turística, entretanto, a imposição constitucional e a Lei 9.985/2000 exigem que os equipamentos turísticos sejam compatíveis com um nível mínimo de segurança e conforto propiciado aos visitantes, e que, ao mesmo tempo, promova educação e interpretação ambiental, prevenindo agressões ao ambiente natural. Dessa forma, muitos parques instituídos apressam-se em elaborar seus planos de manejo, incluindo a atividade de turismo entre suas prioridades.

Da preocupação com os impactos do turismo e os cuidados com educação e preservação ambiental não está livre a região turística da Serra da Bodoquena que, conforme se verá a seguir, possui um rico patrimônio natural e começa a sentir os impactos verificados em outros sistemas turísticos.

4.3 PATRIMÔNIO NATURAL DA SERRA DA BODOQUENA

Os principais patrimônios naturais da região turística da Serra da Bodoquena são representados por seu singular relevo, sua flora e fauna irrigadas por rios de grande beleza, notadamente, os das micro-bacias do Rio Formoso e do Rio da Prata, do Rio Perdido e do Rio Salobra (Figura 4.1).

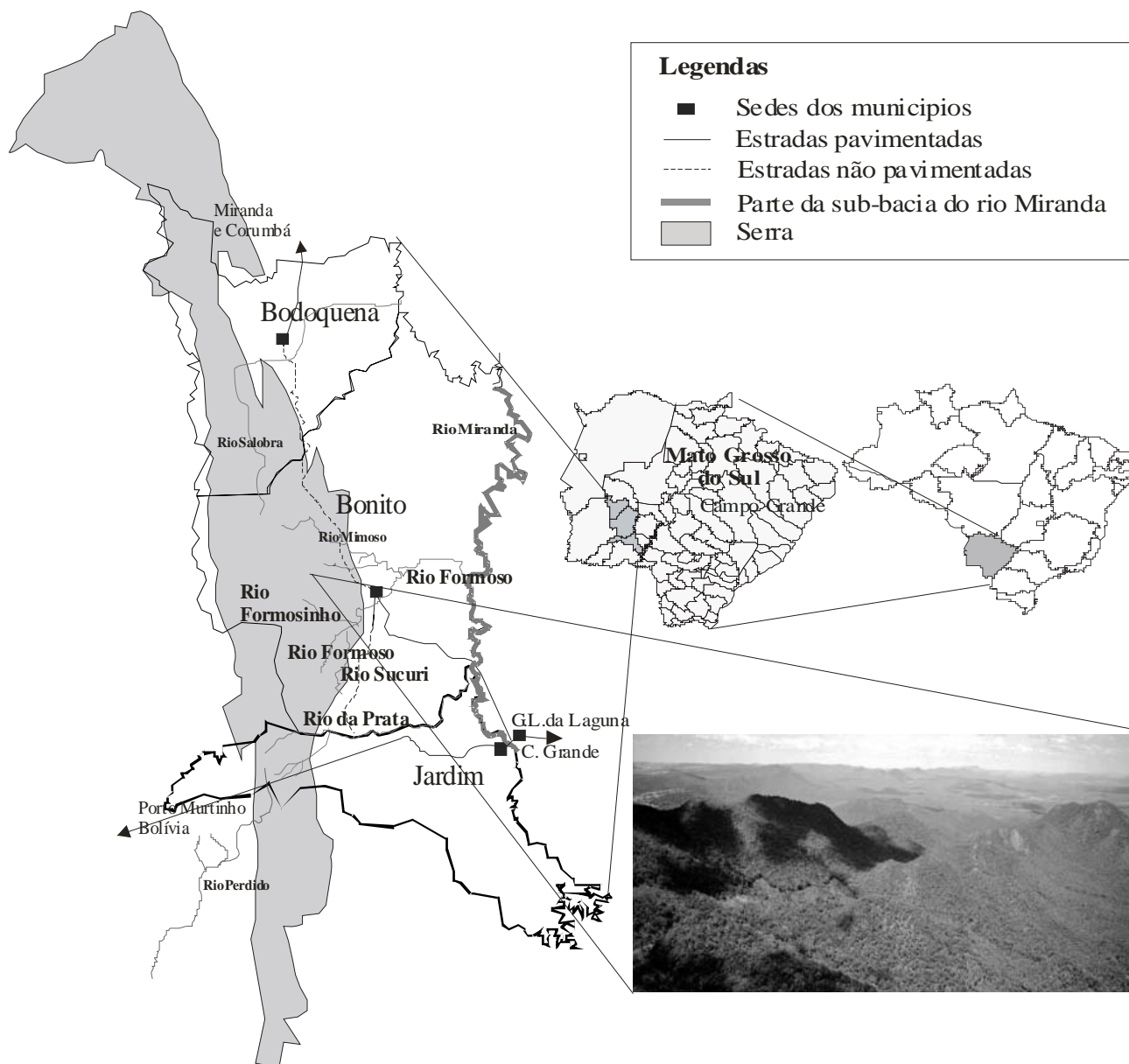


Figura 4.1 Patrimônio Ambiental da região da Serra da Bodoquena com seus principais elementos geográficos.
Fonte: Elaborado a partir de informações do STARTCART/IBGE

A natureza moldou, ao longo de milhões de anos, encravada entre a planície do Rio Miranda e a planície do Pantanal à mercê de um jogo de forças físicas combinada com a

deposição de diversos materiais, um lugar de singular beleza cênica e grandes potencialidades turísticas.

4.3.1 Localização e geografia da região turística da Serra da Bodoquena

Conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, que compreendem a área prioritária de desenvolvimento turístico de Mato Grosso do Sul, estão localizados na Microregião da Bodoquena. Essa microrregião, por sua vez, é composta pelos seguintes municípios: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque.



Figura 4.2 Localização geográfica da região turística da Serra da Bodoquena
Fonte: elaborado a partir de informações do STARTCART/IBGE

Para este trabalho convencionou-se a referência geográfica aos três municípios como a região turística da Serra da Bodoquena (Figura 4.2). Essa região turística limita-se ao norte com o município de Miranda, a oeste e sudoeste com os municípios de Corumbá e Porto Murtinho, ao sul com o Município de Bela Vista e à Leste com os municípios de Nioque e Aquidauana. Forma uma área compreendida, ao norte, pelas coordenadas geográficas: longitude -56°58'36" e latitude -20°11'3" e, ao sul, pelas coordenadas: longitude -55°58'18" e latitude -21°55'26".

4.3.2 Relevo e ambiente cárstico

A Serra da Bodoquena é um planalto escarpado com aproximadamente 300 quilômetros de extensão, no sentido norte-sul, com uma largura variando entre 20 e 50 quilômetros. Trata-se de um acidente geográfico com uma inclinação voltada para Leste, em direção a Campo Grande e, no outro lado, a oeste, escarpas de até 200 metros de altura separam a Serra do Pantanal. As altitudes máximas observadas no centro do Planalto denominado maciço do Rio Perdido, alcançam até 650 metros de altura. Portanto, esse planalto é cercado de um lado, pelo Pantanal e de outro, pela planície do Rio Miranda (BOGGIANI *et al.* 1999, p. 4).

A estrutura montanhosa, cujas rochas invariavelmente afloram à superfície e a estrutura cárstica que constituem a Serra da Bodoquena, são recheadas de uma vegetação única, com características que lembram a Mata Atlântica. O que causa a fragilidade do Sistema Turístico é a sua principal atração. A formação geológica da Região é sustentada por rochas calcárias muito puras que, ao se dissolverem, possibilitam que as águas de seus rios permaneçam límpidas. O calcário, que mantém um processo constante de decantação, contribui para a precipitação das partículas em suspensão e o resultado é uma região com águas cristalinas, com colorações que vão do verde ao azulado, proporcionando uma extraordinária beleza cênica.

São as feições de relevo cárstico com o detalhe da formação de atrativos naturais definidos pelas drenagens da micro-bacia do Rio Miranda, as trinta grutas já catalogadas e as porções de vegetação preservadas que formam o patrimônio natural já apropriado ou potencialmente aproveitável pelo sistema turístico.

Os acidentes geográficos de relevo incomum para o Estado de Mato Grosso do Sul, com suas belas dobras, afloramentos de rochas e cavidades, começaram a se formar no período Neoproterozóico Cambriano, no que Cordani denominou de “eventos termodinâmicos tardios do Ciclo Brasileiro”, com uma idade entre 489 e 29 milhões de anos, posterior à última glaciação proterozóica (apud BOGGIANI, FAIRCHILD & COIMBRA, 1993, p. 301).

As cavernas são os resultados de uma combinação de fenômenos geológicos e climáticos que caracterizam as paisagens deste tipo peculiar de relevo denominado de carste. Para que surjam as cavernas são necessárias a predominância de rochas solúveis como os calcários e dolomitos e, ainda, uma drenagem subterrânea que com o tempo deixa a paisagem esburacada (LINO, 2001, p. 54).

A riqueza do relevo se reflete, também, na rica diversidade, ainda não plenamente conhecida, da vida microbiológica e biológica das cavidades existentes na região. Nas águas subterrâneas o teor de fosfato chega a cinco vezes o valor do teor das águas superficiais,

indicando uma acumulação de matéria orgânica proveniente de uma antiga e intensa proliferação de vida, especialmente fitoplânctons (BOGGIANI, FAIRCHILD & COIMBRA, 1993, p. 305).

Segundo Boggiani & Clemente (1999, p.4), as cavernas da região têm características marcantes como as grandes dimensões de seus salões e o fato de, em sua maioria, não apresentarem condutos e rios subterrâneos, sendo que algumas possuem cavidades submersas de profunda extensão, como é o caso do Abismo Anhumas e a principal caverna e ícone do turismo da região, a Gruta do Lago Azul (Figura. 4.3)



Figura 4.3 Gruta do Lago Azul
Fonte: foto divulgação

A Gruta do Lago Azul, que foi indicada à comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP) para compor a lista mundial indicativa de Sítios Geológicos de grande importância científica, já foi tombada, juntamente com a Gruta Nossa Senhora Aparecida, outra importante caverna da região, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1978 (BOGGIANI et al., 1999, p. 5).

Algo que impressiona nas formações geológicas da Serra da Bodoquena são as grandes profundidades das cavidades subaquáticas, ainda não completamente exploradas, que atraem mergulhadores de todo o mundo para suas cavernas e dolinas¹. A cavidade subaquática da gruta do Lago Azul tem 50 metros de profundidade, uma impressionante dolina localizada já no município de Jardim, denominada Lagoa Misteriosa, tem 220 metros de coluna d'água (BOGGIANI, *et al.*, 1999, p.5).

¹ Fenômenos geológicos causados pelo afundamento das superfícies sobre rios subterrâneos.

Exemplar dos fenômenos geológicos da região, ainda no município de Jardim, pode ser observado um de seus principais pontos turísticos, considerada a segunda maior dolina do mundo, denominada “Buraco das Araras” que tem uma circunferência de, aproximadamente, 500 metros e uma profundidade de 120 metros (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p.83).

Outro aspecto marcante da geologia da Serra da Bodoquena é representado pelas surgências das nascentes de alguns de seus belos rios e nas cachoeiras que “*crecem*”. É muito presente nos discursos de guias e moradores a menção do fenômeno das cachoeiras que crescem, este fenômeno se deve, segundo Boggiani *et. al.* (1999, p. 7), a presença das turfas calcárias provenientes dos depósitos carbonáticos. As turfas se formam com a deposição regular e cíclica, respeitando as alterações climáticas anuais e os ciclos dos crescimentos de algas e musgos, que vão, ao longo do tempo, formando diversas camadas milimétricas e se tornando barreiras para os rios da região.

4.3.3 Hidrografia da Serra da Bodoquena

A região turística da Serra da Bodoquena conta, dentro de seus limites, com a presença de duas importantes sub-bacias do Rio Paraguai: a sub-bacia do Miranda e a sub-bacia do Rio Apa. O regime hidrológico é determinado por um clima que, se não favorece totalmente o turismo, também não o prejudica sobremaneira. As precipitações concentram maiores valores justamente nas áreas do planalto, com um índice pluviométrico que varia, durante o ano, de 800mm a 1600mm, sendo que o índice médio é de 1300 mm. As chuvas se concentram em um período que vai de outubro a março de cada ano e o período mais seco de maio a setembro.

As riquezas aquáticas da região turística fazem com que o Planalto da Bodoquena seja considerado bastante sensível às alterações causadas pelo homem, como as queimadas e o desmatamento. Os locais mais sensíveis e que causam maior preocupação são as nascentes dos principais rios da região que compõem a sub-bacia do Rio Miranda e do Apa, em especial as nascentes dos rios Formoso, Sucuri e Mimoso, todos em Bonito; Rio da Prata, em Jardim, e o Córrego Azul, no município de Bodoquena (HORA & SOUZA, 1999, p. 111ss.). Outro importante tributário da sub-bacia do Rio Miranda é o Rio Salobra, cujas nascentes se localizam dentro da Serra, próximos à cidade de Bodoquena.

Na sub-bacia do Rio Apa a preocupação é com seu contribuinte, o Rio Perdido, que se insinua ao longo de um belo *Canyon* no centro da Serra. Suas nascentes se encontram

próximas do município de Bonito com as nascentes de outro importante rio da região, o Rio da Prata que acaba por desaguar em outra sub-bacia, a do Rio Miranda. A área da sub-bacia do Rio Apa abrange os municípios de Antônio João, Bonito, Bela Vista, Caracol, Jardim, Porto Murtinho, Ponta Porã, no lado brasileiro, com uma área total drenagem de 17,1 mil quilômetros quadrados. O seu principal rio é o próprio Apa que tem uma extensão de 447 quilômetros. Além dele, fazem parte dessa sub-bacia os rios Perdido, Caracol, Tereré, Piripucu, Estrela e vários córregos (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 21ss.). Essa sub-bacia mantém como característica especial a de ser totalmente trans-fronteiriça requerendo,



por isso, medidas especiais que envolvem negociação diplomática para a sua gestão (Figura 4.4).

A sub-bacia do Rio Miranda, cuja coluna dorsal, o Rio Miranda, tem uma extensão de 697 quilômetros da nascente até a foz, é uma área que tem circunscrição em 23 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. Além dos municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena fazem parte dessa área os municípios de: Anastácio, Guia Lopes da Laguna, Nioaque, Rochedo, Terenos, Dois Irmãos do Buriti, Miranda, Corquinho, Bandeirantes, Aquidauana, Jaraguari, Maracaju, Sidrolândia, Ponta Porã, Campo Grande, São Gabriel do Oeste, Rio Negro, Corumbá, Bela Vista e Porto Murtinho que possuem área com alguma contribuição a essa sub-bacia (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p.43). Apesar de toda a preocupação com sub-bacia do Rio Miranda, a combinação da predominância dos solos com textura silto-arenosa, faz com que ele tenha um dos menores riscos de erosão potencial da Bacia do Alto Paraguai, menor, por exemplo, que o da sub-bacia do Rio Taquari, cujo assoreamento já é bem conhecido (BRASIL, 1997, p.311).

Talvez a mais importante estrutura tributária da sub-bacia do Rio Miranda seja constituída pela microbacia do Rio Formoso. Fazem parte dessa micro-bacia, o próprio Rio Formoso, os córregos Saladeiro, Restinga e Bonito. Estes dois últimos são os que contribuem mais negativamente para a qualidade da água, por correrem próximos a zona urbana de Bonito se tem registrado uma grande quantidade de lançamentos clandestinos em seus efluentes. Os rios Formoso e Prata têm proteção especial, determinada por uma lei Estadual que, além de determinar uma faixa de 150 metros de matas ciliares em cada margem, proíbe a pesca e a extração de madeira e minérios. Também é exigido um controle rígido dos lançamentos dos efluentes

Apesar de, como afirma Boggiani, as condições hidrológicas da região permaneceram sem modificações consideráveis, pelo menos nos últimos três mil anos, todos os anos grandes quantidades de sedimentos, em um processo natural, têm sido carregados em direção à planície pantaneira. Aparentemente, a destruição de matas ciliares tem acelerado este processo, ocorrendo, em alguns rios, um avançado assoreamento.

O grau de erosão potencial do Rio Miranda é alto e, no caso do Rio Apa, muito alto (BRASIL, 1997, p.299). A situação de sua calha, ao longo do *Canyon* que se formou no planalto da Bodoquena, é considerada nevrálgica e os solos da região contribuem para o assoreamento de seu principal tributário, o Rio Perdido (Figura 4.5)



Figura 4.5 Sinais de assoreamento do Rio Perdido
Fonte: Jornal da Uniderp (Outubro/2004).

4.3.4 Vegetação

Pelo menos duas regiões fito-ecológicas são encontradas na área turística da Serra da Bodoquena: 1) Cerrado; e 2) Floresta Estacional; Nas áreas de cerrados, se podem perceber diversas configurações, desde a arbórea densa (ou cerradão), passando pela arbórea aberta (campo cerrado), até as áreas de campos sujos e gramíneo-lenhosas (campo).

Pesquisadores defendem a importância de preservação do patrimônio ambiental da Serra da Bodoquena com o argumento de que encontram-se dentro de seus limites, umas das últimas remanescentes nacionais da vegetação definida como Floresta Estacional Semidecidual (BRAMBILLA & FERNANDES, 2004, p. 3). Este é um dos argumentos para a implantação definitiva do Parque Nacional da Bodoquena, já criado por um decreto presidencial, em 21/09/2000, com uma área prevista de 76,4 mil hectares, mas ainda não regularizado, com inúmeras desapropriações cujas indenizações ainda não foram pagas. O Parque poderá ser uma das principais reservas do patrimônio natural da Serra da Bodoquena, ao qual se somam as reservas particulares do patrimônio natural (RPPN's), que surgiram na esteira do comportamento ético dos proprietários rurais ou do interesse econômico pela preservação gerado pela perspectiva da exploração turística.

As florestas estacionais semidecíduais ou decíduais são assim denominadas por perderem, de forma total ou parcial, as suas folhas em certas estações do ano. Apesar de

apresentarem uma menor diversidade que as florestas tropicais, as florestas sazonalmente secas mantêm importantes espécimes e são, justamente, as que têm sofrido uma rápida degradação (ANDRADE & RODAL, 2004, P. 464). As florestas da Serra da Bodoquena se caracterizam pelo domínio florístico-vegetacional atlântico. A região conta, ainda, com campos de serrados e cerradão, onde existem maiores degradações, como resultado da invasão das pastagens e da agricultura.

Outra riqueza botânica é representada pelas macrófitas¹ da região. Uma das maiores atrações turísticas do Sistema da Serra da Bodoquena, as plantas aquáticas se exibem nos rios de águas límpidas como um espetáculo de algas musgos, samambaias e plantas com flores (SCREMIN-DIAS, 1999, p. 25).

As espécies de algas encontradas na Região, principalmente nos rios de Bonito, são comuns em “ambientes lóticos, ou seja, aqueles de água corrente”~, menciona Pott (1999, p.60), além delas, uma grande quantidade de outros tipos botânicos, este autor contabiliza nos rios da região, 43 diferentes espécies de plantas com flor, três pteridófitas², quatro briófitas³, três carácias⁴, além de 12 gêneros de cianobactérias⁵.

As águas especialmente transparentes e alcalinas, as turfas calcárias e surgências que se formam a milhões de anos deram origem a uma rica diversidade de espécies, razão pela qual são plenamente justificadas as preocupações com sua preservação, pois suas interações são singulares, únicas, em relação a outros locais que apresentam as mesmas espécies.

4.3.5 Fauna

Neste complexo ambiente convivem, além de uma grande variedade de insetos, diversos peixes, sendo que na base da cadeia que se aproveitam das plantas aquáticas estão os onívoros como os pias (*Leporinus spp.*) e herbívoros, como os ximborés (*Schizodon spp.*), além de diversos peixes ornamentais como o mato-grosso (*hyphessobrycon eques*), um peixinho avermelhado, popular entre os aquaristas, que se alimenta de pequenos invertebrados e algas.

¹ Denominação mais adequada para caracterizar vegetais que habitam desde brejos até ambientes verdadeiramente aquáticos.

² Grupo de plantas sem flores, que forma esporângios nas folhas (frondes) modificadas, ex.: samambaias e avencas.

³ Classe de plantas sem flores que compreende os musgos os musgos e as hepáticas.

⁴ Algas. Os exemplares encontrados são das espécies: *Chara rusbyana*, *Chara fibrosa* e *Nitella furcata*.

⁵ Eubactérias que apresentam parede celular compostos tipicamente bacterianos, nem sempre apresentam uma coloração azul-esverdeada, ao contrário do que o nome sugere.

Um dos peixes mais populares da região, é a piraputanga (*Brycon microlepis*) um peixe onívoro que se tornou predominante na região, estimulado pelo hábito de alimentá-los para diversão dos turistas, incentivado pelos empresários dos atrativos e pela proibição de sua pescaria. Suspeita-se de um grave desequilíbrio dessa espécie, pois tem apresentado problemas de obesidade, o que vem alterando significativamente seus hábitos e sua reprodução.

A vida aquática é ainda povoada de répteis como rãs e a famosa e temida sucuri (*Eunectes noctaeus*), além do Jaçanã ou cafezinho (*Jacana jacana*) pequena ave de coloração preta e avermelhada, que caminha sobre folhas flutuantes sem afundar, e da anhuma (*Anhuma cornuta*), ave do porte de um peru que se alimenta de plantas aquáticas (FROEHLICH, 1999, P. 96ss.). É necessário ressaltar que apesar de freqüentes, os encontros dos turistas com as sucuris, não existem registros de ataques, já que o turista não faz parte de suas preferências alimentares. Os peixes considerados mais nobres pelos pescadores ainda estão presentes na região, alguns em número já reduzido como o Pintado (*Pseudoplatystoma corrucans*).

Além desses animais que vivem próximos, ou nos cursos d'água, outros são encontrados aproveitando o ecossistema da floresta estacional, no cerradão e nas áreas remanescentes do cerrado. Dentre esses, a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o macaco-prego (*Cebus apella*), o cervo ou veado galheiro (*Blastocerus dichotomus*), a anta (*Tapirus terrestris*) e o tamanduá-bandeira (*Myrmea cophaga triadctyla*) são os mais conhecidos.

Uma vibrante avifauna, com diversos portes pode ser vista na região. Desde aves terrestres como ema (*Rhea americana*) e seriema (*Cariama cristata*); carnívoros como Tucano (*Ramphastos toco*) e gavião carcará (*Polyborus plancus*); e, outras aves que convivem com os rios como o socó (*Tigrisoma lineatum*) e o martim-pescador (*Ringed kingfisher*). São vistos, com alguma freqüência, nos lagos e rios da região, alguns espécimes comuns do Pantanal como, por exemplo, o tuiuiú (*Jabiru mycteria*).

Estes são apenas os mais conhecidos e disputados pelas objetivas dos visitantes, já que uma quantidade muito maior de mamíferos, aves e peixes podem ser relatados neste diverso e complexo ecossistema que combina uma singular geologia, hidrologia, flora e fauna que constituem o patrimônio natural da região turística da Serra da Bodoquena.

4.4 IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS NA REGIÃO TURÍSTICA DA SERRA DA BODOQUENA

4.4.1 Impactos no meio urbano

A ocupação antrópica da região turística da Serra da Bodoquena se deu mais intensamente, a partir da década de 1970, com a chegada de grandes levas de migrantes de diversas regiões do Brasil. Já o turismo, somente começou a ter uma relevância de impactos em meados da década de 1990, quando a atenção da grande mídia de massa se voltou para as belezas de Bonito. Se anteriormente, no início do processo de ocupação, a questão urbana não era tão relevante, atualmente, com a população dos municípios de Jardim e Bonito recebendo, por exemplo no carnaval, conforme alguns relatos, mais de 20 mil pessoas, o planejamento urbano torna-se fundamental.

Os municípios de Jardim e Bodoquena ainda não têm seus planos diretores aprovados e o Plano Diretor de Bonito necessita de uma readequação em que se incluam as determinações de uso da área total do município. O que justifica a urgente discussão dos seus planos diretores é o fato de os três municípios pertencerem a uma área de especial interesse turístico, conforme determina o artigo 41 da lei 10.257/2001 (Estatuto das Cidades).

No ambiente urbano existem claros indícios de um crescimento urbano desordenado, com problemas na estrutura das vias urbanas, sistema de drenagem e loteamentos não regularizados. As dificuldades parecem ser maiores, justamente, no município que atrai mais turistas, Bonito. Além do rápido e desordenado desenvolvimento urbano e sinais de favelização, a cidade sofre quando ocorrem chuvas muito fortes, sobrecarregando o sistema de drenagem, quando a sujeira e a lama de ruas sem pavimento são carregadas para as ruas mais centrais causando sérios transtornos.

Os municípios apresentam sérias deficiências em seus processos de coleta, tratamento dos esgotos e deposição de resíduos sólidos. No quesito coleta de esgoto, as maiores deficiências estão nos municípios de Jardim e Bodoquena, sendo a coleta do município de Bonito, apenas um pouco maior. Já a coleta de lixo está abaixo da média de Mato Grosso do Sul, no município de Bodoquena e próxima da média nos demais municípios componentes do sistema turístico (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 Situação da coleta de esgoto e de lixo nos municípios da região turística da Serra da Bodoquena

	Quant. total de domicílios	domicílios com coleta de esgoto		domicílios com coleta de lixo	
Bodoquena	2 116	36	1.7%	1 224	57.8%
Bonito	4 535	1 286	28.4%	3 325	73.3%
Jardim	5 927	137	2.3%	5 072	85.6%
Mato Grosso do sul	562 902	66 619	11.8%	453 685	80.6%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O tratamento de esgoto é mais deficitário no município de Bodoquena seguido do município de Jardim que não conta com um adequado sistema de tratamento de esgoto. Já o município de Bonito, o mais importante do ponto de vista do sistema turístico coleta e trata apenas pouco mais da metade do esgoto produzido pela população. O descuido do poder público ajuda a explicar que o IQA que é apenas classificado como ótimo nas nascentes dos principais rios da região e nos demais trechos perde qualidade, principalmente, próximo do município de Bonito.

4.4.2 – Qualidade das águas

O método de medição do Índice de Qualidade da Água (IQA), aqui exposto, é uma combinação do somatório de diversos parâmetros adotado pela *National Sanitation Foundation* (NSF-USA). Tais parâmetros incluem: índice de coliformes fecais, pH, demanda bioquímica de oxigênio, nitrogênio total, fosfato total, temperatura, turbidez, resíduo total e oxigênio dissolvido. A escala de gradação assumida é: a) 80-100, qualidade ótima; b) 52-79, qualidade boa; c) 37-51, qualidade aceitável; d) 20-36, qualidade ruim; e) 0-19, qualidade péssima (MATO GROSSO DO SUL, 2003, p. 26).

Causam preocupações descargas clandestinas de esgoto doméstico no Córrego Bonito, que corta a cidade de Bonito fazendo o IQA ser classificado como ruim. Da mesma forma, os índices de qualidade da água decaem próximos aos municípios de Jardim e Guia Lopes da Laguna, muito embora, apresente uma qualificação um pouco melhor aceitável. A situação piora muito durante períodos de grande carga turística, ou seja, em épocas de alta temporada e durante o carnaval. Estes municípios ainda não mantêm sistemas adequados de tratamento de esgoto que suportem o grande fluxo de visitantes.

Investimentos previstos do PRODETUR-SUL/MS, do projeto Pantanal e investimentos patrocinados pela PETROBRÁS, pretendem diminuir o problema, na tentativa de melhorar a qualidade das águas, principalmente na micro-bacia do Rio Formoso. Almeja-se a manutenção do IQA entre 52-79 (qualidade boa) em toda a sua extensão, tal como se encontra

hoje, eliminando os trechos onde se verificam índices do IQA classificados como ruim Figura 4.6.

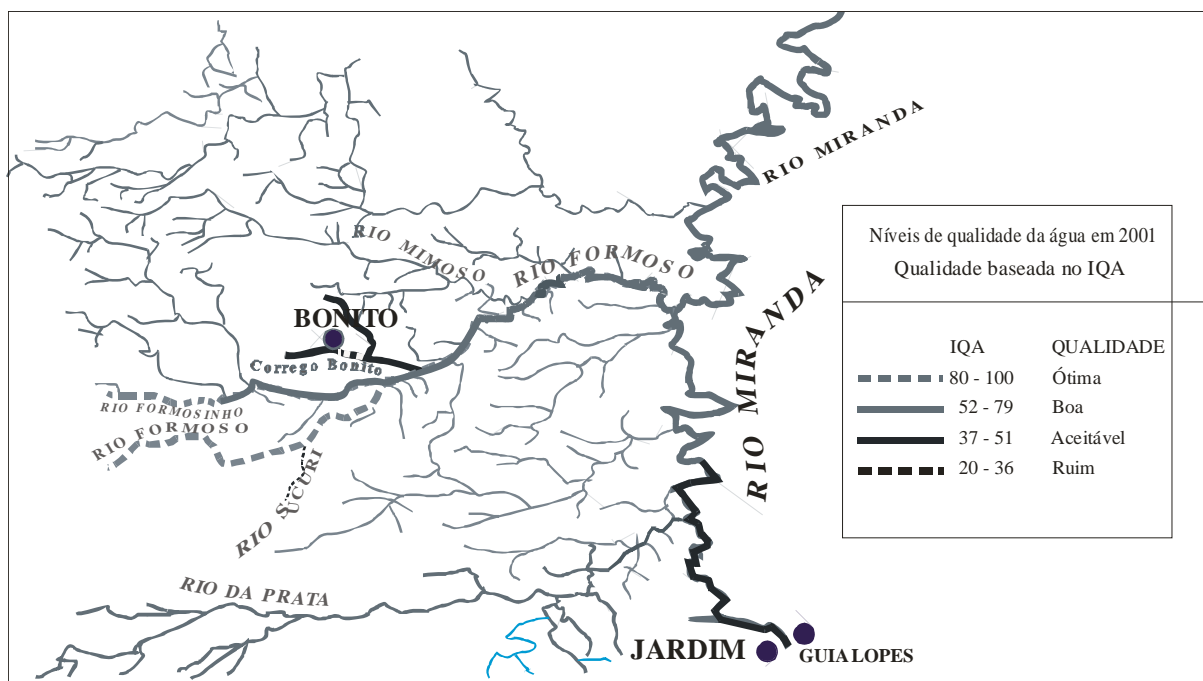


Figura 4.6 Níveis de qualidade das águas superficiais.
Elaborado com informações de Mato Grosso do Sul (2003, p. 62 ss.)

Atualmente a classificação do IQA em toda extensão do Rio Miranda é considerada boa, assim como na maior parte do curso do Rio Formoso. As nascentes do Rio Formoso, Rio Sucuri e no córrego Saladeiro, recebem classificação ótima pelo Instituto de Meio Ambiente Pantanal (IMAP). As nascentes são os principais produtos turísticos da região, cujos atrativos principais são as belas plantas aquáticas, peixes ornamentais e surgências que fazem o deleite dos turistas em passeios de flutuação com uso de *snorkel*¹ e roupas de neoprene.

Em algumas propriedades rurais a preocupação com as nascentes tem se convertido em atitudes mais pragmáticas, na forma da instituição de reservas particulares do patrimônio ambiental (RPPN's).

4.4.3 Impactos sobre a fauna

Com o aumento do fluxo de visitantes na região turística da Serra da Bodoquena avolumam-se sinais de impactos negativos sobre a fauna e a flora local. O impacto do turismo sobre o ambiente, com práticas de manejo cuidadosas, que incluem a presença obrigatória de

¹ Mascara de mergulho com tubo de respiração acima da cabeça. Permite a observação da flora e fauna subaquática.

guias turísticos e cuidados com educação ambiental dos visitantes, são observados nos três municípios daquela região turística.

Embora muitos *stakeholders* se posicionem a favor da manutenção de um turismo marcadamente alternativo como o ecoturismo tal como é conceituado por Lascurain (apud SCHEYVENS, 1999, p. 245), com baixo impacto ambiental, o que ocorre é um aumento progressivo do fluxo de visitantes que, desde sempre, em sua maioria não faz parte de um possível movimento social relacionado ao turismo alternativo, marcadamente na modalidade de turismo ecológico. Uma pequena fatia de mercado que frequenta os atrativos locais busca o isolamento e o baixo impacto da visita, mas poderia ser identificado muito menos com essa natureza de turismo e, muito mais, com o turismo de aventura, quando procura, por exemplo, o *Rapel* do abismo Anhumas ou os mergulhos nas cavidades subaquáticas de Bonito.

As motivações detectadas nos turistas que frequentam a região turística da Serra da Bodoquena, e, em sua maior parte, vêm em busca de lazer e descanso é duvidoso o enquadramento como ecoturismo ou turismo ecológico o que se pratica na região. A dúvida se torna mais forte, entretanto, quando se discutem os impactos que têm sido observados advindos deste aumento de fluxo. Conforme explicam Wearing & Neil, (2001, p. 11), o que caracteriza essencialmente o ecoturismo é a sustentabilidade de sua prática, portanto, um dos elementos fundamentais é a preservação do ambiente para que as próximas gerações possam dele ter o mesmo proveito que as atuais.

Os indícios de sobrecarga turística e práticas nas quais não se identificam boas relações com a natureza são muitos. É comum, por exemplo, verificar-se um número excessivo de banhistas no Balneário Municipal e, ao que parece, existe um consenso de que este é um lugar onde existe concessão ao *stress* ambiental, como forma de compensação social, já que este é o atrativo mais acessível e o único de acesso gratuito à população local. Neste e em outros locais da região se verificam o reprovável hábito de alimentação dos peixes do Rio Formoso com salgadinhos industrializados. Em um dos atrativos mais procurados da região, o Aquário Natural Baía Bonita, o problema tem causado preocupação e existe o relato de que a prática foi proibida desde o ano de 2002 aos turistas (SABINO & ANDRADE, 2003).

As piraputangas não são as únicas vítimas dessa prática danosa, nota-se que os ecossistemas vêm sendo alterados progressivamente com o aumento de certas espécies que têm maior facilidade de domesticação e o desaparecimento de outras, afugentadas pelo aumento da presença humana em seus *habitats*. Um exemplo, segundo Sabino & Andrade, é o desaparecimento de uma espécie de cascudo, do gênero *Farlowella*, possivelmente em razão da redução da oferta de algas e plantas subaquáticas que lhe servem de alimento. A redução

das algas pode ter diversas causas, entre elas, o trânsito de embarcações ou o manejo inadequado dos passeios de flutuação.

O que causa maior preocupação, contudo, é o fato de certos locais da região se constituírem em áreas de reprodução, ou berçário natural para diversas espécies de peixes, especialmente em janeiro, época de alta temporada. A presença constante dos turistas nesses locais pode estar alterando essa rotina e provocando uma redução na reposição de seus estoques naturais.

Algumas aves e animais se acostumaram, não apenas a proximidade dos seres humanos como, também, com os horários de distribuição de alimentos. Os macacos-prego em alguns locais são teatralmente atraídos em alguns horários convenientemente coincidentes com a presença de grupos de turistas. A figura 4.7 mostra a tranqüilidade com que uma saracura três potes (*Aramides cajanea*), caminha em uma trilha de um dos atrativos da região, demonstrando não temer mais a proximidade humana.



Figura 4.7 Modificação nos hábitos da fauna.
Fonte: acervo do autor

4.4.4 Impactos sobre a flora

A região turística da Serra da Bodoquena não difere de outras de Mato Grosso do Sul onde se observa uma progressiva substituição das matas nativas por pastagens e áreas

agrícolas. Como pode ser visto na figura 4.8, existem, ainda, muitas áreas remanescentes principalmente no planalto que se eleva a oeste dos municípios de Bonito e Jardim.

Nas áreas mais próximas das zonas urbanas podem ser observadas extensas áreas de parcelamentos com áreas agrícolas e, principalmente pastagens, com muito pouco restando das áreas de cerrado. Os problemas mais sérios de devastação, contudo, se encontram no avanço sobre as matas ciliares dos principais rios cênicos da região.

As ações existentes para a preservação e recomposição das matas ciliares ainda estão distantes do ideal. Como se verá adiante, está em curso uma negociação envolvendo o Ministério Público e 75 proprietários de áreas nas margens do Rio Formoso, para recompor áreas degradadas que deveriam ser de proteção permanente.

O avanço da agricultura é observado mesmo nos pontos mais críticos dos ecossistemas locais, onde a vegetação tem uma função primordial de proteção: as nascentes dos rios. Em pelo menos um dos atrativos e, talvez, a mais bela nascente da região, foi possível observar que a barreira de vegetação tem uma faixa de menos de 10 metros de uma área vegetada que a protege. Nas margens da área de pastagem e bem próximo à faixa de proteção da nascente foi construído um desvio para que não exista o risco de a água da chuva carregar a lama da área de pastagem para a nascente. Trata-se, sem dúvida, de uma medida que pode não se mostrar eficiente nas chuvas mais fortes.

Não são apenas o avanço da agricultura e da pecuária que põem em risco a vegetação da região. Tem sido observado um aumento do número de carroarias justamente em pontos onde não deveriam estar próximas a áreas de preservação permanente ou das previstas zonas de amortecimento do parque Nacional da Bodoquena. Existe o risco de as carroarias extraírem, ilegalmente, madeiras do parque para a produção de carvão.

Quanto a possíveis impactos do turismo na coleta de espécimes da flora não existem relatos de que ocorram em larga escala devido à presença constante dos guias turísticos que ajudam a coibir a prática, embora, obviamente, a região não esteja isenta de que ela ocorra em pequena escala. A análise em larga escala dos danos a vegetação podem ser medidos com a ajuda de imagens de satélite, como pode ser visto na próxima página é possível perceber que muito já foi desmatado, mas resta, ainda, muito a defender. Com a análise da imagem na figura 4.8 pode-se observar que a maior quantidade de avanços sobre as matas ciliares é, justamente, no rio mais importante para o turismo da região: o Formoso. Comparativamente, é possível avaliar que as faixas de matas ciliares do Rio da Prata estão mais íntegras.

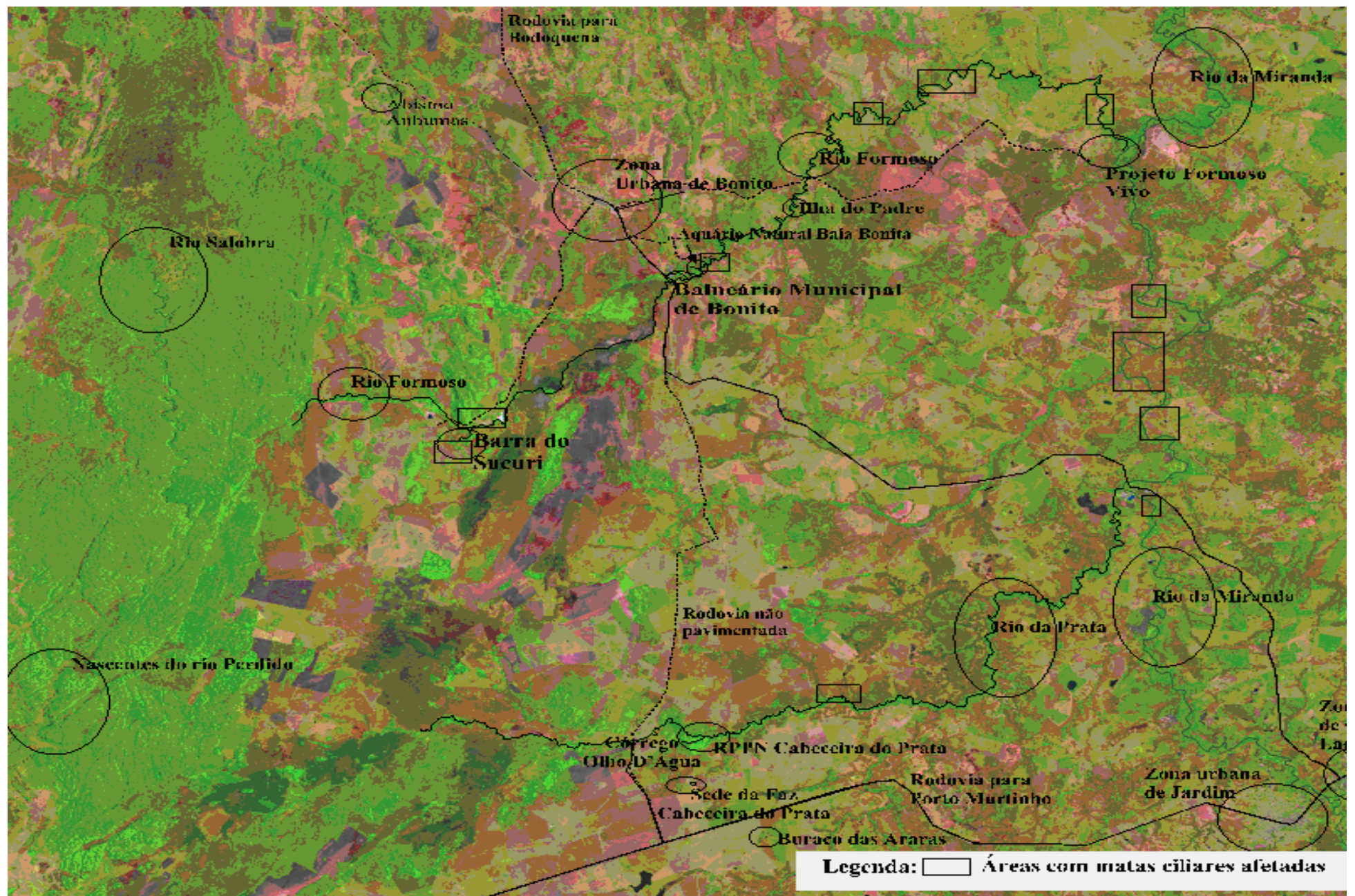


Figura 4.8 Análise dos impactos sobre a flora
 Fonte: Elaborado com base em imagens do satélite LANDSAT

Para Dias (2000, p. 21) a ocupação antrópica já desfigurou grande parte das paisagens originais da Serra da Bodoquena, criando um complexo mosaico paisagístico. Hoje, as paisagens da Região de Bonito são um misto de áreas completamente desprovidas de vegetação natural convivendo ao lado de área intocadas. A primeira, nos vales aplainados e a segunda nos “magotes”, as regiões mais acidentadas dentro da Serra da Bodoquena.

Os desrespeitos ambientais não são frutos da ausência de uma legislação mais rigorosa, mas, de uma gestão e manejos adequados às necessidades da região, carecem de um aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e fiscalização de forma a evitar os desrespeitos, como os que podem ser observados por meio da figura 4.7.

Paralelamente, as tentativas de zoneamento das atividades econômicas ainda são incipientes e carecem do avanço das discussões participativas dos planos diretores municipais e uma atuação mais ativa dos legislativos municipais nos três municípios analisados.



Figura 4.9 – Pontos de degradação das matas ciliares de uma das nascentes
Fonte: Fonte: Jornal da Uniderp (Outubro/2004).

4.5 – GESTÃO AMBIENTAL E AÇÕES DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL

A constatação da riqueza natural da região e suas potencialidades turísticas têm incentivado diversas iniciativas públicas e privadas para a preservação deste patrimônio a se destacar: 1) Criação de unidades de conservação; 2) A instituição da gestão ambiental

participativa com base em gestão de bacias; 3) A regulamentação do licenciamento e gestão ambiental das empresas turísticas; e, 4) Condução de saídas, negociadas para os ajustes das áreas de reservas legais, nas propriedades rurais.

4.5.1 Criação de unidades de conservação

A instituição de unidades de conservação é um dos mais positivos efeitos do crescimento do turismo na região. As iniciativas públicas e privadas para a criação dessas áreas foram incentivadas pelo aumento da receita turística, pela evolução da legislação que ampara as unidades de conservação e, ainda, pelo trabalho de uma ONG, a REPAMS, que congrega os interesses de associados que instituíram RPPNs em suas propriedades (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 Unidades de conservação na região turística da Serra da Bodoquena

Reserva	Município onde se localiza	Área total
Parque Nacional da Bodoquena	Jardim, Bonito, Bodoquena e Porto Murtinho	75.480,0 ha.
Monumento Natural da Gruta do Lago Azul	Bonito	273,7 ha.
Reserva Particular do Patrimônio Natural América	Bonito	401,0 ha.
Reserva Particular do Patrimônio Natural Boqueirão	Bonito	173,6 ha.
Reserva Particular do Patrimônio Natural São Geraldo	Bonito	642,0 ha.
Reserva Particular do Patrimônio Natural Singapura	Bonito	456,0 ha.
Reserva Particular do Patrimônio Natural Cabeceira do Prata	Jardim	307,0 ha.
Área total das unidades de conservação		77.733,3 ha

Fonte: MATO GROSSO DO SUL (2004)

O maior progresso do ponto de vista ambiental é representado pela criação do Parque Nacional da Bodoquena, que se torna a maior área de conservação dentro dos limites do Estado de Mato Grosso do Sul o Parque Nacional da Bodoquena, além de carregar os méritos de contribuir para a preservação do patrimônio natural dessa região turística, coloca-se como uma boa alternativa para o fortalecimento do turismo na Região. Entretanto, o Parque pode sofrer muito com o funcionamento do Aeroporto de Bonito recém inaugurado. Para o bem ou para o mal, o Parque Nacional da Bodoquena, assim como o aeroporto, se apresentam como os fatores críticos basilares para as perspectivas de futuro do turismo em Jardim Bonito e Bodoquena.

Encontra-se em andamento a elaboração de um plano de manejo para o Parque, contudo, persistem diversas lacunas para a sua consolidação, como já mencionado a

regularização das desapropriações e a instituição e organização de suas zonas de amortecimento.

Mesmo não tendo as mesmas dimensões físicas, talvez sejam de igual significância que o Parque da Bodoquena, a criação das reservas particulares do patrimônio natural. Amparadas pela Lei 9.985/2000 (BRASIL, 2000), e pelo Decreto Estadual nº 7.251 de 1993, foram criadas cinco dessas unidades de conservação dentro da região turística da Serra da Bodoquena com um total de 1.979 hectares.

Uma fonte de contenda na região é a gruta do Lago Azul. O local onde se encontra a gruta foi transformado em uma área de conservação Estadual e a gruta, um dos atrativos mais vendidos da região se tornou uma fonte de conflito entre a comunidade de Bonito e o governo do Estado. Os órgãos Estaduais têm reivindicado a administração do acesso à gruta e sua administração é uma das maiores fontes de receitas do Fundo gerido pelo Conselho Municipal de Turismo de Bonito – COMTUR. Pelo menos, por enquanto, a gestão tem permanecido sob o poder municipal e se encontrou uma solução parcial para o conflito, no compartilhamento das receitas advindas da venda de ingressos que pode ser estimada, para o ano de 2003 em, aproximadamente, R\$ 1,2 milhão, considerando que foram vendidos 48.360 ingressos, à R\$ 25,00 cada, segundo informações da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito.

Registra-se, na região, o interesse de vários proprietários rurais em criar unidades de conservação e o próprio Plano Diretor de Município de Bonito prevê a instituição de uma Área de Proteção Ambiental – APA, nos córregos mais próximos da zona urbana e, por isso mesmo, mais atingidos pelos despejos ilegais provenientes das residências e empresas ali localizadas.

4.5.2 Gestão ambiental participativa

Uma das iniciativas louváveis de implementação de ações participativas de gestão ambiental foi a criação, em 1997, do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Miranda e Apa – CIDEMA.

O CIDEMA é um consórcio que reúne 12 municípios: Anastácio, Antônio João, Bodoquena, Bonito, Bela Vista, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracajú, Nioaque, Porto Murtinho e Ponta Porã. Conta com um Conselho Técnico integrado por técnicos representantes dos Municípios e Instituições participantes do Consórcio.

A atuação do CIDEMA está direcionada para ações de gestão ambiental que objetivam preservar as potencialidades turísticas das regiões compreendidas pelas sub-bacias dos rios Miranda e Apa. O CIDEMA tem pretensões de estabelecer parcerias com organismos governamentais, não governamentais e privados para a sua operacionalização. Também se verifica tentativas de discussões para ações compartilhadas de gestão ambiental com o Paraguai, considerando as áreas trans-fronteiriças do Rio Apa.

Apesar das boas intenções e da participação efetiva em ações como, por exemplo, o monitoramento das águas das duas sub-bacias, o CIDEMA não tem conseguido, na prática, uma integração mais efetiva entre os municípios, padecendo de seu próprio gigantismo, já que envolve uma área física de 54.068 km² (BRASIL, 2006) e uma população de mais de 200 mil pessoas nos doze municípios e da falta de maiores investimentos.

A sociedade civil organizada também tem instituído formas de gestão ambiental participativa com a recente criação do Instituto das Águas da Serra da Bodoquena – IASB, uma ONG que pretende apoiar iniciativas de pesquisas e ações de recuperação do ambiente natural da região turística da Serra da Bodoquena. Especificamente em Bonito, essa ONG tem articulado participações em órgãos como o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente – CONDEMA, que administra recursos do ICMS ecológico e, além disso, participa efetivamente de ações conjuntas com o Ministério Público e IBAMA. Com tais ações tem administrado recursos para projetos tão diversos quanto a manutenção de viveiros de plantas nativas e educação ambiental para gestão de resíduos sólidos.

4.5.3 Licenciamento e gestão ambiental nos empreendimentos turísticos

A Resolução SEMADES/MS nº. 331/98, regulamentou o licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos de Mato Grosso do Sul. Os processos estão subordinados ao Sistema de Licenciamento Ambiental e prevê todas as suas fases: Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação, Renovação de Licença Prévia, Renovação de Licença de Instalação e Renovação de Licença de Operação. Quem gerencia, no Estado, a concessão de licenças é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e o IBAMA, conforme a legislação ambiental. O município de Bonito tem discutido a adoção de um sistema municipal de licenciamento ambiental, sem concretização até o momento. Nos demais municípios existem preocupações com a legislação e adequação de suas estruturas para uma assunção futura dos processos de licenciamento ambiental, dentro de seus limites. Na prática, porém, estão distantes da autonomia técnica necessária para tanto.

Aproximadamente 40% dos 139 empreendimentos turísticos (em funcionamento ou não), cadastrados nos três municípios da região turística da Serra da Bodoquena, têm algum tipo de licença emitida (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 93). Apenas 5% dos empreendimentos, entretanto, têm licença de operação, ou estão em processo de renovação de licença de operação, o que significa que, apesar da regulamentação, na prática, existe um quadro de quase completa ilegalidade no funcionamento dos empreendimentos turísticos no que diz respeito à gestão ambiental. Contra essa situação tão trágica o melhor procedimento por parte do Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA tem sido uma campanha de conscientização, dirigida aos empresários locais para divulgar a importância do licenciamento ambiental.

Apesar deste quadro negativo um fato que equilibra, positivamente, a balança em favor do ambiente é a adoção de limites máximos de carga nos atrativos turísticos, tendo como base o princípio da precaução. Enquanto não existem bases científicas mais consistentes para a determinação das capacidades de carga, em certos atrativos, são adotados procedimentos de manejo que intentam reduzir os impactos ambientais causados pelo fluxo turístico.

Existem certas recomendações referentes à capacidade de carga: nos passeios de cachoeiras, por exemplo, recomenda-se que o número de visitantes por guia, varie entre 12 a 15 pessoas, com intervalo de 30 minutos para saída de cada grupo. Nos passeios de flutuação esse número diminui, variando entre 8 a 10 pessoas por guia, também com intervalo de 30 minutos entre cada grupo.

Tais recomendações têm certa correlação com algumas metodologias de cálculo de capacidade de carga que consideram, não apenas as possibilidades de resiliência do ambiente, como também, a capacidade técnica e gerencial de atendimento aos turistas. Vários atrativos privados têm determinados seus limites máximos diários de visitantes e estipularam planos estruturados de manejo e investem em estudos científicos para ampará-los, contudo, o único atrativo que tem recebido atenção mais minuciosa é a gruta do Lago Azul, que reverte parte da sua arrecadação, com a venda de ingressos, em estudos de seu ecossistema e de sua capacidade de carga turística.

A precaução é seguida durante períodos de baixa temporada ou em momentos de menor fluxo, entretanto, verificam-se transgressões às regras em períodos de férias, como janeiro e julho quando, conforme mencionam Barbosa & Zamboni (2000, p.41), alguns empresários superam a capacidade no afã de aumentar seu faturamento, ou mesmo, para não

deixar sem atendimento turistas de última hora que não se precaveram com reservas. Nesse caso, as preocupações maiores são com os passeios de bote nas cachoeiras, que podem causar o desbaste progressivo nas turfás¹ que se acumulam nas cachoeiras.

4.5.4 Discussão dos conflitos das áreas de reservas legais nas propriedades rurais

O projeto Formoso Vivo se constitui em uma tentativa de saída negociada para o passivo ambiental observado nas margens da principal beleza cênica da região turística da Serra da Bodoquena: o Rio Formoso. Fazendo jus ao seu nome, é às margens deste rio cristalino, repleto de cachoeiras, piraputangas, dourados e outros peixes, que se concentram grande parte dos atrativos turísticos de Bonito, com 43 áreas de lazer (LOUBET e CONSTANTINO, s.d., p. 2).

Como dito anteriormente, trata-se de um rio de classe especial com restrições de uso, determinadas pela Lei Estadual nº. 1871 nas faixas de proteção especial, a 150 metros de cada margem do rio, pela Lei Orgânica de Bonito que determinou os 50 metros de cada margem são áreas de proteção permanente. Entretanto, se verifica que existem muitas áreas degradadas ao longo dos 100 quilômetros de extensão do Rio Formoso.

O Ministério Público formalizou parcerias com diversas entidades como a Polícia Ambiental, IBAMA, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Fundação Neotrópica do Brasil e a Fundação Boticário para realizar um diagnóstico preciso da degradação existente, constatando que não existe uma uniformidade no respeito à legislação entre os proprietários rurais com áreas de extensa cobertura florestal, para além da faixa de proteção especial e outras, cuja barreira de mata ciliar chega a apenas cinco metros da margem do rio (*op.cit.*, p.9).

Após a verificação das irregularidades, o Ministério Público poderia ter buscado o caminho tradicional, processando os proprietários rurais que cometeram transgressões às leis ambientais, contudo, o caminho escolhido tem sido a negociação e o uso de contratos entre a promotoria e os fazendeiros onde são estabelecidas as formas de recomposição do patrimônio natural, nos lugares em que isso é possível, ou a compensação, onde não é possível a integralidade da recuperação.

¹ Excrescências por acúmulo de deposições calcárias que fazem com que as cachoeiras aumentem, milimetricamente, ano a ano.

Esse procedimento se aproxima da proposta de Héctor Ricardo Leis (1997, p.232 ss.), de um modelo político-comunicativo em preferência ao tradicional político técnico, rompendo, dessa maneira, com a aversão que normalmente existe ao sistema jurídico brasileiro. Segundo Leis, é necessário que se busque novos mecanismos comunicativos para uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e a natureza, já que as formas tradicionais não têm dado conta de melhorar a negociação entre quem exerce uma atividade econômica e os interesses de preservação do patrimônio Natural.

4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A presente análise permitiu vislumbrar o que pode proporcionar perspectivas de sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena: o diverso e imenso patrimônio ambiental e sua beleza cênica. Pode-se dessecar, de seus ricos ecossistemas, o relevo cárstico e as turfas calcárias, as nascentes dos rios com sua exuberante flora e fauna subaquáticas e as áreas remanescentes de mata atlântica.

Ao mesmo tempo permitiu observar a fragilidade de alguns desses ecossistemas e os riscos que o aumento do fluxo turístico provoca, alteram ou mesmo destroem alguns espécimes em consequência presença cada vez mais freqüente e densa de visitantes em áreas que necessitam, ainda, serem adequadamente estudadas e reconhecidas pela Ciência.

Foram identificados alguns impactos negativos que não se originam do turismo, mas que ameaçam comprometer o futuro deste, se medidas mitigadoras e correções urgentes não forem adotadas. Os principais impactos dizem respeito aos danos causados às matas ciliares dos principais rios da região, principalmente os tributários do Rio Formoso, e à degradação da qualidade da água devido aos lançamentos irregulares de esgoto.

Do turismo, os impactos mais negativos dizem respeito a uma possível deturpação do conceito de ecoturismo com sobrecargas de fluxo turístico que provocam alterações danosas ao ambiente natural de que depende esta indústria local e práticas que interferem no bioma expulsando espécies de animais.

Contudo, diversos efeitos positivos, a partir de ações de gestão ambiental dos municípios e envolvimento de ONG's e empresários têm contribuído para aumentar as chances de o sistema manter suas perspectivas de sustentabilidade.

5 A VISÃO SOCIAL DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA

5.1 INTRODUÇÃO

A dimensão social é, talvez, a mais importante da análise de sustentabilidade do turismo e também, como se verá, a mais sensível. O setor de serviços onde se insere o turismo é tido como o que mais emprega atualmente, e tem ajudado a diminuir as previsões catastróficas anteriormente feitas, que previam níveis muito elevados de desemprego no início do século XXI. A alternativa dos serviços e das novas necessidades sociais representa uma revolução a que Alvin Tofler (1999) denominou de *terceira onda*, em que se sobressai a dependência do ser humano na produção de riquezas. Distingue-se da *primeira onda* caracterizada pela fase da produção agrícola e da *segunda onda*, caracterizada pela revolução industrial. Na *terceira onda*, que é calcada no capital simbólico e humano, valorizam-se os etéreos e oníricos símbolos do capitalismo como as grandes marcas, a *Coca Cola*, a *McDonalds*, além de produtos intangíveis como os *softwares*, da *Microsoft*, o que criou uma imensa demanda por serviços ligados, principalmente, a comunicação.

É neste contexto que as perspectivas de inclusão dos novos e imensos contingentes de trabalhadores, têm lugar, aproveitando o fato de que o setor de serviços é totalmente dependente de mão-de-obra e ainda não aprendeu a se *industrializar* adequadamente, ou seja, ainda não incorporou os mecanismos *tayloristas* e *fordistas* dentre seus meios de produção pelo menos entre nós. Tais mecanismos, cada vez mais presentes no setor secundário da economia, de lá expulsam grandes contingentes de trabalhadores ao diminuírem a demanda por recursos humanos, em decorrência da automatização e robotização da indústria.

A *terceira onda* é uma revolução que trouxe soluções e aprimoramentos nas comunicações mundiais, beneficiando a indústria das viagens que se tornaram mais rápidas e

confortáveis, facilitando o deslocamento dos turistas. Mas o aspecto social mais importante para o turismo é o da criação de muitos empregos e geração de renda.

Embora não sendo os únicos efeitos sociais do turismo, quando este se instala em uma região com potencialidades turísticas, é sobre a perspectiva de geração de emprego e renda que recaem todas as expectativas de governos, comunidades locais e órgãos de fomento, preocupados com o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, principalmente, os localizados em países em vias de desenvolvimento.

Deve-se ressaltar que, do ponto de vista da dimensão social da sustentabilidade não se busca tão somente a questão do emprego, mas, também, a perspectiva da acessibilidade ao lazer, por todo indivíduo, independentemente de sua classe social, bem como os efeitos secundários que o turismo causa nas comunidades onde se instala. Outro aspecto importante na dimensão social é o esforço que todos os segmentos ligados à atividade turística têm que empreender em busca de mecanismos e ações para a educação ambiental.

No presente capítulo se analisará, por meio de uma abordagem prioritariamente qualitativa, a questão da geração de emprego e renda no Sistema Turístico da Serra da Bodoquena e o dilema das perspectivas de acessibilidade da população local, aos atrativos da região.

Na primeira parte deste capítulo, são discutidos os conceitos que cercam os benefícios sociais e suas interfaces com a sustentabilidade, um tratamento específico é dado, a seguir, para a questão das conexões entre Desenvolvimento Local e a geração de emprego e renda.

Na parte final do capítulo são explorados, inicialmente, alguns dados quantitativos sobre o turismo na Serra da Bodoquena e, em seguida, os resultados da pesquisa de campo, qualitativa, realizada junto aos trabalhadores de empresas turísticas da Região, este último tópico dividido em dois pontos principais, sendo, o primeiro, o que trata dos efeitos primários em termos de geração de emprego e renda e formação dos trabalhadores e, o segundo, dos efeitos secundários do turismo, ou seja, os impactos sobre os serviços públicos, custo de vida e conflitos territoriais na região.

Embora a gestão participativa e a do desenvolvimento local, ou seja, as contribuições do turismo para o aproveitamento da produção regional, tenham interfaces na dimensão social, estas serão tratadas com especial ênfase, nos capítulos da dimensão político-institucional e no da econômica.

5.2 BENEFÍCIOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE

5.2.1 O turismo e seus impactos sociais

A inserção de medidas de inclusão social em um sistema turístico é imprescindível não apenas por uma questão de sustentabilidade, mas também pela sua importância no processo de negociação política, que possibilita a sua convivência com os demais setores econômicos. A aplicabilidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável nos sistemas econômicos se dá de maneira plasmática, ou seja, entrelaçada em todas as suas dimensões, sendo impossível percebê-lo apenas por um olhar de suas várias interfaces. A inclusão social é fator de preservação do patrimônio ambiental e cultural já que as comunidades autóctones podem atuar como gestoras ou fiscalizadoras dos desvios do processo de desenvolvimento, além do mais, condições precárias de vida podem comprometer os esforços para racionalizar o consumo de recursos naturais.

Na dimensão social, as expectativas recaem sobre os aspectos de geração de emprego e renda, inclusão da comunidade autóctone, contribuição para a educação ambiental, e acesso democrático ao lazer. Espera-se que, na sua dimensão social, seja possível proporcionar benefícios de forma equitativa, entre os elementos transformadores do sistema turístico (Figura 5.1) e a comunidade, sem prejuízo do patrimônio natural, cultural e da qualidade do tratamento ao visitante. Segundo Naisbitt (1998, p. 147), ao incluir-se a comunidade autóctone, por meio do emprego, o turismo promove a sua conscientização quanto às necessidades de preservação, reduzindo a mortalidade de animais, desmatamentos e pesca predatória.

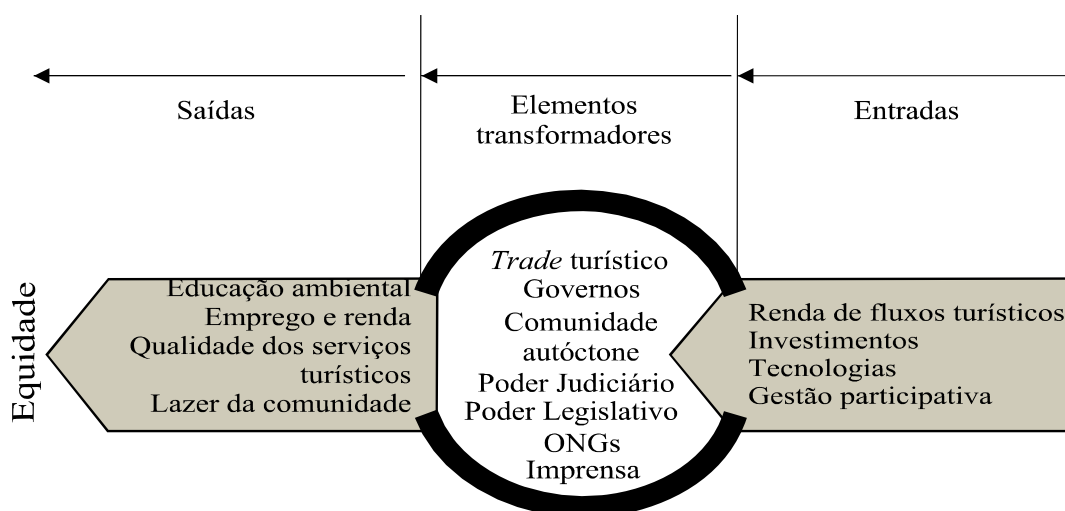


Figura 5.1 Visão sistêmica da sustentabilidade social do turismo

Os elementos transformadores do sistema turístico são responsáveis, alguns com maior outros com menor grau de influência, pelo eficiente processamento dos recursos e fatores que alimentam o sistema objetivando produzir, eficazmente, educação, emprego e renda, serviços turísticos de qualidade e lazer para a comunidade autóctone. Em uma visão de longo prazo, o correto direcionamento dos fluxos de entradas e saídas, deve resultar em uma medida de efetividade, na forma de mais equidade dos benefícios gerados pelo sistema turístico. Já a participação na gestão é um dos elementos imprescindíveis para a eficiência das transformações do sistema, interferindo na eficácia e efetividade de seus efeitos na forma de atitudes das comunidades locais e seu interesse e percepção sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais, bem como, sobre seu grau de influência na gestão e benefícios do desenvolvimento do turismo em suas regiões (GURSOY & RUTHERFORD, 2003: 597ss).

O turismo tende a empregar muita gente em razão de sua natureza que exige grande quantidade de mão de obra para satisfazer as necessidades dos visitantes. O emprego de mão-de-obra, em alguns casos, chega a representar mais de 40% dos custos totais de uma organização turística (URRY, 1996, p. 97). É tido, por isso, como uma das melhores alternativas econômicas para a inclusão da comunidade local carente de trabalho.

O turismo é um setor que tem apresentado um dos maiores crescimentos em relação aos demais segmentos econômicos no Brasil, sendo superior a outras atividades econômicas importantes e, em apenas cinco anos de 1993 a 1998, o número de empregos do turismo no Brasil cresceu quase 60% (ARBACHE 2001, p.51). Nenhum outro setor da economia cria e atrai tantos novos trabalhadores como o turismo. O problema é que em áreas com baixo desenvolvimento da estrutura do turismo o emprego tende a ocupar, invariavelmente, recursos humanos com baixa qualificação, com contratos sujeitos a sazonalidade, ao subemprego e a baixa remuneração (LEA, 1997, p.165).

Segundo Cunha (1997, p. 264), os efeitos do turismo sobre o emprego podem ser diretos, indiretos e induzidos. No caso do emprego direto considera-se a geração de necessidade de mão-de-obra utilizada diretamente na geração dos serviços de agenciamento, alojamento, serviços de alimentação e atrativos. Os empregos indiretos são os representados pela expansão de outras atividades que fornecem bens e serviços ao *trade* turístico, que aparentemente, estão afastadas do turismo como a produção de mobiliário, maquinaria industrial, agricultura, têxteis ou cerâmicas, por exemplo. Já o emprego induzido é o gerado pela inserção por empregados e produtores de turismo no mercado de consumo de bens e serviços impulsionando a expansão de outros setores de serviços como, por exemplo, as oficinas mecânicas e serviços de beleza que atendem aos empregados do *trade* turístico.

É importante a constatação de que em um sistema turístico não são as comunidades anfitriãs, homogêneas, tampouco é homogênea a opinião de cada uma das comunidades sobre a alternativa do turismo. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN, as consultas transversais a uma ampla gama de grupos de interesse e pressão no processo de planejamento do turismo são necessárias para possibilitar a consecução de uma maior sustentabilidade em sua implantação (2004, p.4).

Ao analisar a organização dos grandes movimentos sociais recentes, McGehee (2002, p.126), propõe um olhar sobre o turismo alternativo que o identificaria, também, como um importante movimento social com uma rede global de praticantes incentivada e, muitas vezes, amparada por fundações e organizações filantrópicas. Em outras palavras, a defesa do turismo alternativo encerraria motivações ideológicas de conservação a exemplo do movimento da ecologia profunda.

A identificação do turismo alternativo com a ecologia profunda¹ poderia indicar uma participação social propensa à aversão pelo turismo de massa, desenvolvimento de facilidades tecnológicas e aumento dos níveis de conforto oferecidos aos turistas nos sistemas turísticos.

Esse movimento não pode ser confundido com os movimentos sociais que se preocupam com os danos que vêm sendo causados por empreendimentos, notadamente, em sistemas exploradores do turismo de massa. Os movimentos pró-sustentabilidade para tais sistemas se qualificam pela defesa das mudanças de padrões de exploração e relações sociais dos complexos turísticos e é travada por movimentos de resistência locais e organizações não governamentais que protestam contra a forma de exploração em escala industrial de empreendimentos causadores de danos ao patrimônio natural e cultural (KOUSIS, 2000, p. 469).

Todas as contradições acima expostas, motivadoras de movimentos sociais, podem estar presentes no sistema turístico da Serra da Bodoquena, pois, apesar de ainda não ser um sistema consolidado com grandes enclaves turísticos, apresenta uma diversidade de atores, tensões sociais e ambientais e mantém movimentos que se conflitam entre apoios e resistências às formas de exploração local do turismo. E a tendência atual é que as atividades apresentem um crescimento.

A percepção do estado de heterogeneidade da comunidade anfitriã é fundamental na análise da sustentabilidade do turismo, pois, como se verá adiante, os benefícios ou malefícios

¹ Identificação da corrente ideológica do *Deep Ecology* ou ecologia profunda. Segmentos ambientalistas radicais que não admitem a presença humana nos ambientes frágeis.

da atividade incidem também de maneira heterogênea gerando, muitas vezes, conflitos e opiniões discordantes quanto aos caminhos de seu planejamento e gestão.

A questão dos impactos sociais do turismo tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores por se tratar de uma preocupação central, principalmente, quando o palco dos projetos de desenvolvimento do turismo se localiza em países em desenvolvimento.

Seja esta preocupação advinda dos apelos mercadológicos dos sistemas turísticos, para consumo dos turistas conscientes das diferenças sociais entre o Sul e o Norte, seja por pressão dos organismos de fomento internacionais, ou mesmo pelo grito da população local, o fato é que o turismo tem tido a incumbência de gerar emprego em grande quantidade. Sobre o turismo têm sido depositadas as esperanças de melhoria de vida de muitas comunidades marginalizadas, como é o caso de Zanzibar no Leste da África, onde os indicadores sociais são sofríveis (GÖSSLING, 2002). Este País têm uma população que cresce acima de 3% ao ano, em que 60% das crianças sofrem de desnutrição, a população média sobrevive com menos de um dólar por dia e as taxas de desemprego são altíssimas, entretanto, mantém grande potencial turístico e a introdução deste tem mudado o perfil econômico de antigas vilas de pescadores, tornado-as inteiramente dependentes do turismo nem sempre com melhor qualidade de vida. Muitos estudos recentes têm sido empreendidos para compreender as questões que cercam a sustentabilidade social do turismo e muito tem sido investido para que este envolvimento ocorra de fato. Na década de 1990 foram investidos cerca de dois bilhões de dólares, a fundo perdido, para incentivar a exploração do ecoturismo no terceiro mundo e, com isso, reduzir tensões sociais ali existentes (KISS, 2004, p.232).

Estudos como o de Krippendorf (2002) e Burns (1989), apontam para a possibilidade de o turismo causar uma excessiva dependência econômica nas comunidades locais, principalmente em áreas rurais provocando, em longo prazo, uma aversão da própria comunidade anfitriã quando esta percebe tal situação e o aumento do crime e dos impactos negativos em seu patrimônio natural e cultural. Esta dependência pode ser medida pelo índice *per capita* da população, que se mantém diretamente envolvido, com alguma atividade turística. Um índice maior que 10% da população pode ser considerado excessivo para comunidades rurais com uma pequena população como, por exemplo, no meio rural do estado de Utah, que no condado de Moab, mantém uma situação de saturação com aproximadamente 15% da população dependente da atividade turística (SMITH & KRANNICH, 1998, p.787).

Um outro efeito logo percebido com o desenvolvimento do turismo, considerado pelas comunidades anfitriãs como extremamente negativo, é o crescimento da população local pelos

movimentos migratórios, com impactos sobre os costumes locais e sobre a sua estrutura urbana.

Entretanto, pelo viés do impacto social é possível perceber que o turismo é um elemento importante de transformação social ao interferir nas relações de trabalho e estilos de vida das comunidades tradicionais. Além do emprego, o turismo muda a visão de mundo, e relações extingue a monotonia destas comunidades, tornado-as mais cosmopolitas. O difícil é avaliar se este efeito é positivo ou negativo para elas, do outro lado, para o hóspede, com certeza o efeito é positivo, a mudança cultural da comunidade implica em novas percepções que valorizam uma nova consciência da diversidade com ganhos para a preservação do patrimônio cultural e natural.

Um outro ponto importante da reflexão na dimensão social diz respeito ao direito intergeracional que é, conceitualmente, fundamental para o Desenvolvimento Sustentável e mantém no turismo, indissociáveis implicações, já que este se utiliza de espaços comuns para oferta de seu principal produto, ou seja, a paisagem. A questão das áreas comuns tem estreita relação com a capacidade de carga do turismo, mas também com a questão da moralidade quanto ao uso das áreas públicas e quanto à prática pouco saudável para o ambiente, por parte de certos proprietários rurais, de exploração muito intensiva dos rios, principalmente nos balneários. Neste ponto a questão das limitações racionais presentes no alerta da “Tragédia dos Comuns” de G. Hardin (1997, P. 101ss.) é perfeitamente aplicável ao sistema turístico da Serra da Bodoquena e tem, obviamente, implicações políticas e sociais. A relação cresce aos olhos quando se observa, por exemplo, o passeio de botes, uma das atividades mais apreciadas pelos visitantes que no período de alta temporada turística torna os rios congestionados, além dos balneários, cujas sobrecargas afetam todos os atrativos a jusante, produzindo turbidez nos rios e reduzindo a atratividade do maior apelo turístico da região. O diferencial da Serra da Bodoquena é, justamente, a limpidez dos seus rios que permite observar a sua ictiofauna e flora subaquática.

A questão também foi discutida por Briassoulis (2002), para quem o turismo é um espaço multidimensional que encerra variáveis locais, globais, temporais e onde a negociação racional do uso dos espaços e recursos naturais e culturais é extremamente complexa. A indústria do turismo utiliza elementos tangíveis (materiais) e intangíveis (imateriais), para o fornecimento de seus serviços e o direito à sua utilização deve ser universalizado.

A universalização do acesso é o mote do turismo social que se constitui em uma defesa do acesso aos serviços de viagem, hospedagem, alimentação e lazer para pessoas de camadas sociais cujas rendas, sem a ajuda de terceiros não seriam possíveis. Esta modalidade, o

turismo social, não deve ser confundida com turismo de massa, pois se trata de uma forma subsidiada por governos, empresas, ou fundos especiais com a finalidade de apoiar tais iniciativas (ANDRADE, 1995, p.95). A questão do acesso ao lazer pelas classes trabalhadoras é alvo de discussão desde o Século XIX, tendo ganhado terreno com a luta pela redução dos excessos de jornadas de trabalho. Existe a preocupação de governos, homens de negócios, estudiosos e comunidade em propor políticas públicas e ações, que possam aliviar as duras jornadas de trabalho no campo ou na cidade. O cuidado é visto por alguns estudiosos como uma forma de terapia que melhora a saúde coletiva ou, ainda, uma forma de controle social que aprimora o convívio social (KAPLAN, 1975, p.21).

5.2.2 Desenvolvimento Local e geração de emprego e renda no turismo.

A despeito de propalados benefícios sociais latentes ou já incorporados do incremento das chegadas em um sistema turístico, uma questão importante se interpõe quanto à capacidade de gerar emprego para a comunidade autóctone: existe realmente um desenvolvimento local? Até que ponto a população autóctone é incluída? As dúvidas sobre isso são mencionadas por Krippendorf (1989, p.195), que aponta para um comportamento negligente de muitos empreendedores quanto à inclusão da mão-de-obra local.

As dúvidas quanto à capacidade de geração de emprego de parte da indústria turística não param por aí. As estatísticas sobre a quantidade de empregos gerados diretamente e indiretamente ou induzidos, podem estar superestimadas e uma das razões para isso é o próprio conceito de turista definido pela OMT que inclui, entre os que viajam a lazer, as pessoas que visitam outras cidades para tratamento médico, estudo, negócios inflando, com isso, a quantidade de mão de obra requerida nos meios de hospedagem e outros segmentos do *trade* (LEIPER, 1999, p.606). Além disso, os governantes tendem a superestimar, com fins eleitoreiros, as perspectivas de geração de emprego dos novos projetos turísticos.

Burns (2002, 48), alerta para o risco da aceitação cega das estatísticas principalmente para as geradas pelo World Travel and Tourism Council – WTTC, que é um órgão ligado a “um grupo lobista industrial cujas idéias visam o crescimento”:

O que causa preocupação aqui, é que esses números são inflados por toda atividade relacionada ao turismo. Assim, estudantes e outros observadores devem ter em mente que estão incluídos nessas estatísticas toda a indústria de aviação civil do mundo, trens de passageiros, oftalmologistas que cuidam da saúde dos olhos dos trabalhadores na área do turismo, aqueles que estão empregados na indústria de

bronzeadores etc. Não vi, até hoje, qualquer esforço real de refutar as estatísticas do WTTC; elas tornaram-se parte do mito que envolve o turismo.

No Brasil, a confusão estatística pode aumentar e manter uma tendência contrária, de subestimação pois, os altos custos sociais da geração de empregos incentivam a informalidade e, em consequência, muitos empregos existentes de fato correm o risco de não serem contabilizados. De fato, as estatísticas do Ministério de Trabalho e Emprego, apenas consideram, em suas estatísticas, a quantidade de empregos com carteira assinada.

A questão do emprego e renda é assunto prioritário neste capítulo. A aversão de certas camadas da comunidade não é gerada apenas pelas restrições ao seu ingresso nos atrativos, mas também por conflitos que surgem da sensação de exclusão no emprego. Notadamente, em Bonito, existem conflitos de percepções entre os diversos extratos da comunidade local. Um conflito que se sobressai é a de um sentimento xenófobo causado pela “invasão” de novos empreendedores, que ocorreu com a descoberta e início da exploração do turismo durante a década de 1990, quando chegaram “forasteiros” que criaram as primeiras estruturas turísticas na Região.

A inserção da discussão abordando turismo social na análise do sistema turístico da Serra da Bodoquena é oportuna em razão dos conflitos que se avizinham com a intensificação da sua demanda turística. Em Bonito e em Jardim já pode ser percebida certa contrariedade da comunidade para com o turismo causada por sua exclusão ao acesso de muitos atrativos que lhes são economicamente inacessíveis. A questão da hospitalidade da comunidade anfitriã na região da Serra da Bodoquena, entretanto, será tratada de forma mais detida no capítulo que analisará a ambiência cultural.

5.3 ANÁLISE DOS EFEITOS DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA

5.3.1 Breve análise quantitativa dos efeitos do turismo em Mato Grosso do Sul e na Serra da Bodoquena

As esperanças para que o turismo ajude a diminuir o desemprego da região da Serra da Bodoquena são alimentadas pela expectativa de melhoria nos indicadores da qualidade de vida dos municípios envolvidos. Reciprocamente, o turismo é uma atividade que depende muito de indicadores sociais positivos, em uma dada região, para o seu desenvolvimento. Indicadores negativos como, por exemplo, a baixa escolaridade e a inexistência de bons

equipamentos de saúde fazem com que as taxas de visita caiam em razão da imagem negativa levada e divulgada pelo visitante em seus locais de origem.

O sistema turístico da Serra da Bodoquena é constituído por três municípios com uma população total de modestos 47.865 habitantes (IBGE, 2000). Os números da Tabela 5.1 espelham as desigualdades entre os três municípios do Sistema Turístico da Serra da Bodoquena, com populações rurais residentes oscilando entre 37.6% em Bodoquena e 7% no município de Jardim.

Tabela 5.1 – População dos municípios componentes do sistema turístico da região da Serra da Bodoquena

Unidade	População Rural		População Urbana		População Total
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos
Jardim	1.589	7.0	20.953	93.0	22.542
Bonito	4.028	23.8	12.928	76.2	16.956
Bodoquena	3.144	37.6	5.223	62.4	8.367
Total dos municípios	8.761	18.3	39.104	81.7	47.865
MS	330.895	15.9	1.747.106	84.1	2.078.001
Brasil	31.845.211	18.8	137.953.959	81.2	169.799.170

Fonte: IBGE (Censo 2000), Elaborado a partir do Estatcart - Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas.

As taxas de crescimento populacional também são heterogêneas com 0,54% ao ano para o município de Bodoquena, 0,98% para o município de Bonito e 1,74% para o município de Jardim. O estado de Mato Grosso do Sul teve um crescimento anual, durante a década de 1990, de 1,75%.

Esses percentuais assinalam uma polarização crescente do município de Jardim no que diz respeito ao crescimento das atividades econômicas em diversos segmentos, principalmente, o do comércio varejista. Tais diferenças acabam por influenciar os Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, dos municípios verificados pelo IPEA no ano 2000: Jardim, 0,773; Bonito, 0,767; e, Bodoquena, 0,708 (IPEA, 2000). Estes índices retratam uma evolução significativa, em relação a 1991, para o município de Bonito, que saltou da 30ª posição no Estado, para a 18ª posição, em 10 anos. Observam-se evoluções mais modestas nos demais municípios, sendo estes mantidos, mais ou menos, na posição anterior, ou seja, 69ª, posição, para Bodoquena e, 13ª, no *ranking* estadual para Jardim. Ao considerar-se que o IDH de Mato Grosso do Sul é de 0,769, conclui-se que o desempenho de Bodoquena é o que deixa a desejar em relação aos índices dos outros municípios daquela região turística.

O turismo tem se firmado como um dos mais importantes empregadores de Mato Grosso do Sul. A conjugação de uma boa estrutura para eventos na capital: Campo Grande, com as atrações do Pantanal e da Serra da Bodoquena tem viabilizado um crescimento dos

negócios do setor nos últimos anos. Embora possa ser considerada ainda tímida a sua participação, o setor respondeu, no ano 2000, por 4 % do total de empregos no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado na Tabela 5.2. Este percentual, somente é mais significativo que o da região Norte, em que o turismo representa um total de 3,4% dos empregos, enquanto que na região Sul e Sudeste o setor gera 4.6% e 5.3%, respectivamente, do total da força laboral. O estado de Mato Grosso do Sul perde até mesmo para a própria região da qual participa, pois, no Centro-Oeste, a participação do turismo é de 4,2%.

É necessário salientar que os números expressos para o item turismo na Tabela 5.2 representam apenas os segmentos de alimentação e hospedagem, uma grande parcela de outros empregos existentes no setor está registrada no segmento da Agropecuária. Trata-se dos empregados dos atrativos rurais cuja função é, muitas vezes, dividida entre as atividades agropecuárias da propriedade rural e o atendimento aos turistas que a visitam.

Tabela 5.2 - Participação do setor de turismo na geração de empregos em Mato Grosso do Sul

Setor	No. de estabelecimentos	No. de empregados por estabelecimento	No. Empregados	Part (%)
Indústria	2.119	16.5	34.922	11.9%
Construção Civil	990	10.2	10.101	3.4%
Comércio	9.617	5.3	51.302	17.4%
Serviços (*)	9.148	15.8	144.599	49.1%
Agropecuária	14.566	2.9	41.949	14.2%
Turismo	1.744	6.6	11.644	4.0%
Total	23.648	7.7	294.517	100.0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2000).

(*) Excluindo o setor do turismo.

Um aspecto significativo que pode ser vislumbrado na tabela acima é o da diferença entre os números de empregados em um estabelecimento turístico e o de estabelecimentos do segmento Agropecuário. Enquanto no turismo são necessários 6.6 empregados por estabelecimento, na agropecuária, tradicional segmento do estado de Mato Grosso do Sul, são gerados apenas 2.9. A diversificação da produção de mais propriedades rurais com a inclusão de atrativos turísticos em seu cardápio de negócios, portanto, pode ser significativa para a redução das taxas de desemprego do Estado.

5.3.2 Efeitos primários do turismo: emprego, renda e qualificação profissional no *trade da serra da bodoquena*.

A maturidade e a estrutura turística de cada município dentro do sistema turístico da Serra da Bodoquena se apresentam em estágios desiguais. O município de Bonito lidera com folga a quantidade ofertada, enquanto Jardim mantém um aparelho turístico em implantação e o município de Bodoquena mal começou a explorar o turismo. Esta situação se reflete na oferta de empregos gerados diretamente na atividade turística que, como demonstra a Figura 5.2, é mais significativa no município de Bonito, tendo este município oferecido 308 vagas no ano de 2001, contra 140 em Jardim e 56 em Bodoquena.

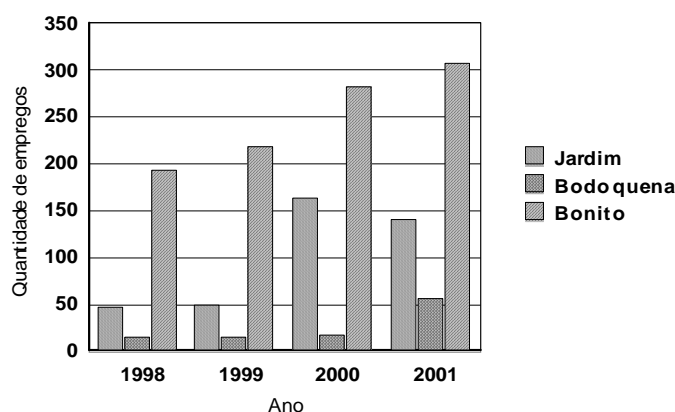


Figura 5.2 – Evolução da quantidade de empregos no segmento de alojamentos e alimentação na Região da Serra da Bodoquena.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Os números coletados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do registro em Carteira, não refletem, entretanto, a realidade da região. Nem todos os empregos são registrados e muitos deles estão, como já citados, incluídos na conta dos empregos do segmento da Agropecuária. Um levantamento realizado pela Unidade Central de Coordenação, de Mato Grosso do Sul, para o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil, PRODETUR-SUL/MS, estimou em aproximadamente 900 empregos gerados diretamente pela atividade turística nos três municípios componentes da região turística da Serra da Bodoquena (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p.50).

Um levantamento anterior indicou, no ano de 1999, apenas no município de Bonito, a existência de 1.132 empregos no setor turístico, conforme exposto na Tabela 5.3. Apesar da possibilidade de subestimação, os números expressam a importância do setor como gerador de emprego e renda e seu potencial para ser um dos sustentáculos da inclusão social local. No caso de Bonito, considerando-se este número e uma população local com um total de aproximadamente 17 mil habitantes, o envolvimento da população na atividade turística,

chega a quase de 6.7%. Este índice aumenta para 14%, caso se considere a População Economicamente Ativa - PEA que é de 8.032 na cidade (IPEA, 2000). Se forem considerados os números do Ministério de Trabalho e Emprego, ao aplicar-se o mesmo cálculo para os municípios de Jardim e Bodoquena estes números ainda não chegam a 2% do total, mesmo considerando-se a PEA destas cidades.

Tabela 5.3 – Empregos diretos gerados pelo turismo de Bonito

Atividade	Quantidade de empregos
Hotéis e pousadas	403
Restaurantes bares e similares	148
Atrativos turísticos	141
Transportadoras	77
Agências de turismo	71
Guias de turismo	55
Campings	39
Outros (Setor público, casas noturnas, lojas de artesanato etc)	198
Total	1.132

Fonte: Associação Bonitense de Hotelaria – ABH. (Elaborado de Lunas, 2000, p. 28)

A estimativa da Associação Bonitense de Hotelaria inclui os empregos gerados nos atrativos de Jardim e Bodoquena, que são normalmente vendidos em Bonito pelas agências locais. Com base na estimativa de 1.132 empregos diretos existentes no sistema turístico da Serra da Bodoquena, foi calculada a amostra da pesquisa realizada entre funcionários das empresas diretamente ligadas ao segmento do turismo, incluindo, hotéis e pousadas, agências de turismo, atrativos turísticos particulares e públicos e os guias de turismo da região. Foram entrevistadas 112 pessoas entre gerentes e ocupantes de cargos intermediários, em 63 diferentes organizações do *trade* turístico, em um período compreendido entre os meses de junho de 2004 a fevereiro 2005. A amostra foi determinada a partir do número estimado de empregos diretos na região, tendo sido aplicada uma estratificação por meio de sorteio considerando-se os cargos de gerência, com 20 entrevistados, sete guias turísticos e 82 ocupantes de cargos intermediários. A estratificação respeitou uma estimativa de aproximadamente 10% do total do universo das funções qualificadas. O detalhamento das definições da amostra se encontra na introdução deste trabalho.

Dentre as diversas variáveis consideradas no questionário que foi aplicado, as mais importantes foram as que buscaram entender as correlações entre as perspectivas de renda e aspectos que nesta poderiam ter influência: formação do indivíduo; idade; sexo; origem; tempo de moradia na região e suas capacidades complementares como o domínio de mais de um idioma e cursos frequentados na área de turismo. Outras variáveis foram inseridas no questionário para avaliar a percepção dos empregados do sistema turístico, quanto à

consciência ecológica dos turistas que atendem e, acerca da qualidade dos serviços públicos de cunho social, dentre estes, um que diz respeito à oferta de lazer, ou seja, a possibilidade de os trabalhadores usufruírem as opções que, normalmente, oferecem apenas aos seus visitantes. Também foi avaliada a sua relação com o lugar, sendo questionado o seu desejo ou não de permanência na região. Com o objetivo de formação de um banco de dados que possa amparar futuros programas de capacitação, foi inserida, no questionário, uma pergunta sobre lacunas de cursos de formação técnica específica para a área de turismo.

Na verificação da possibilidade de correlação entre a formação dos trabalhadores do turismo e sua renda, observou-se, no sistema turístico da Serra da Bodoquena, uma repetição do que já foi observado em outros sistemas turísticos, como mencionado por Szivas, Riley e Airey (2005, 73), que o turismo exige uma combinação de planejamento pessoal com formação técnica e aproveitamento de oportunidades, fatores que exigem estilos de vida suscetíveis a uma intensa mobilidade. A atividade turística remunera melhor a quem tem disponibilidade para suportar os efeitos de sua sazonalidade, portanto estando pronto para mudanças de locais de trabalho ou assumir outras atividades na baixa temporada e, quem tem uma melhor formação pessoal e profissional.

A determinação de um padrão sobre os fatores de influência na remuneração dos trabalhadores não é tarefa simples uma vez que, estes são diversos e, diferem de localidade para localidade, de grupo social para grupo social e, de época para época. Ainda interferem aspectos como ciclo de vida do indivíduo e do tipo de organização em foco. Na empresa pública, por exemplo, as formas de fixação dos salários são completamente diferentes dos de empresas privadas.

Para Mosher e Kingsley (apud RAMALHO, 1977, p.20) a forma de fixação de remuneração é influenciada por fatores que podem ser reunidas em ordens de considerações: a) econômica; e, b) ética ou sociais. Na primeira ordem estão os fatores determinados pela participação dos salários nos fatores de produção e que estão sujeitos a diversas implicações, inclusive de ordem ideológico-doutrinária. Na segunda estão os aspectos que cercam a relação das organizações com a questão da dotação de um padrão digno de vida aos seus trabalhadores.

A despeito de tais implicações a análise dos dados da pesquisa de campo realizada entre os trabalhadores do sistema turístico da Serra da Bodoquena teve, como principal variável, o seu salário médio. É o salário o principal indicador das possíveis diferenças de tratamento que o *trade* turístico aplica entre seus funcionários e que permitirá confirmar, ou não, naquele sistema turístico, a hipótese de ocorrência de um dos principais predicados de sustentabilidade

social de uma atividade econômica: a inclusão, por meio de emprego e renda, de pessoas da própria localidade.

Hernandez, Cohen e Garcia (1996, p.761) ressaltam a predominância de postos de trabalho dirigidos aos jovens e às mulheres dentro dos sistemas turísticos. Não é diferente na região da Serra da Bodoquena, onde a idade média dos trabalhadores é de 30 anos e as mulheres ocupam 60% dos postos de trabalho.

Tabela 5.4 Diferenças entre as pessoas do sexo masculino e feminino em cargos de gerência no sistema turístico da Serra da Bodoquena

Gênero	Quant. de respondentes	Idade média (anos)	Escala média de escolaridade/ Nível predominante ¹	Treinamento médio (total de horas)	Salário médio R\$
Feminino	13	33.4	6.7/ Sup. incompleto	112	958,88
Masculino	7	32.8	7.1/Sup. incompleto	200	1.464,93
Diferença (%) entre os sexo masc. e feminino		-1.8%	5.5%	78.1%	53%

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo.

Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

Na análise dos postos intermediários das empresas turísticas qualquer consideração quanto às diferenças de remunerações entre os gêneros (Tabela 5.4), pode não fazer muito sentido, pois a maior quantidade de postos de trabalho é nos hotéis e, justamente, no posto tradicionalmente ocupado por mulheres: as camareiras, o que significa que as diferenças salariais podem ser decorrentes das diferenças entre as funções. Entretanto, ao se analisar as diferenças entre os salários médios dos postos de gerência, percebe-se que os trabalhadores do sexo masculino recebem, em média, uma remuneração aproximadamente 53% maior, sem haver tantas diferenças de qualificação que justifiquem tal discriminação.

Em um dos resultados da análise do banco de dados da pesquisa entre os trabalhadores do sistema turístico da Serra da Bodoquena, verificou-se, por meio de uma análise de estimativa de curva de tendência (Figura 5.3), que os salários tendem a ser mais altos à medida que os empregados avançam em seu nível de formação.

Assim, embora extremos sejam grandes com pessoas, de nível superior por exemplo, declarando receber apenas um salário mínimo nas médias gerais observadas, a partir da estimativa de curva de tendência, os salários tendem a ser maiores para quem tem curso superior e menores para quem tem nível de formação fundamental ou médio.

¹ Representa um índice médio da classificação da escolaridade dos entrevistados, considerando-se a seguinte escala ordinal 1-primário incompleto (séries iniciais do ensino fundamental); 2-primário completo; 3-fundamental incompleto (para quem declarou ter entre quinta e oitava série, não tendo terminado a última); 4 – fundamental completo; 5-médio incompleto; 6-médio completo; 7-superior incompleto; 8-superior completo. Segue-se ao índice, a escolaridade predominante, pela sua melhor aproximação na escala acima.

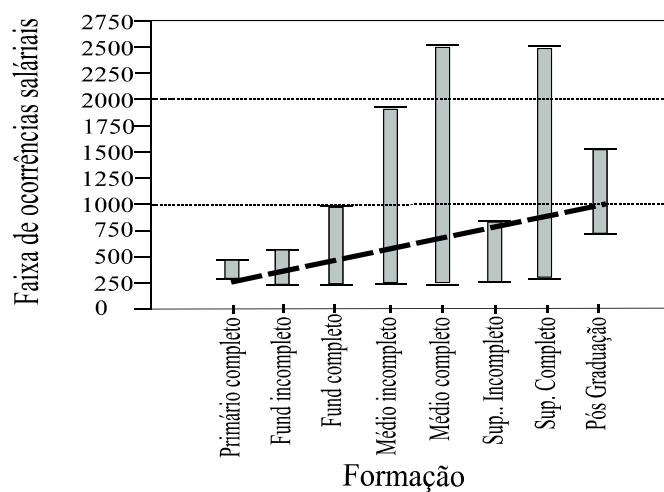


Figura 5.3 Estimativa de curva de tendência da correlação entre formação e salário médio dos empregados do sistema turístico da Serra da Bodoquena.

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo.

Os empresários do setor turístico são frequentemente criticados por sua suposta insensibilidade social quanto ao aproveitamento da mão-de-obra local. Antes de qualquer crítica ao *trade* contra seu comportamento seletivo, ao preferir recrutamento de profissionais melhor qualificados, é preciso refletir sobre a natureza das funções do negócio turístico, extremamente dependente de mão-de-obra e, em alguns segmentos, mais especializada que outros. Arbache (2001, p.67) afirma que, em geral, os trabalhadores com maior preparo ocupam os segmentos das agências de viagem e dos atrativos e no outro extremo estão os trabalhadores dos meios de hospedagem, cujas remunerações e qualificações tendem a serem menores.

Considerando apenas as funções intermediárias, esta tendência se confirma no sistema turístico da Serra da Bodoquena, onde os salários médios são maiores nos atrativos e nas agências de médio porte e menores nos meios de hospedagem (Tabela 5.5). A análise dos dados revelou que, de fato, existe uma forte correlação entre faixas salariais e a qualificação exigida para estas classes de organizações, colocando em um extremo as agências e atrativos e no outro os meios de hospedagem. A exceção são as pequenas agências de turismo, talvez pelo fato de essas serem a parte mais frágil dos elos econômicos¹ que compõem o *trade* turístico local, o que pode explicar a baixa remuneração observada nessa classe de organização.

¹ Análise mais pormenorizada será apresentada no capítulo da sustentabilidade econômica.

Tabela 5.5 – Remunerações médias e formação nas empresas do *trade* turístico da Serra da Bodoquena. Funções intermediárias¹.

Classes de organizações	Salários Médios (R\$)	Quant. Média de funcionários	Quant. média de horas em treinamento	Escala média de escolaridade/ Nível predominante
Agências de turismo locais de médio porte ²	969.25	6.5	180.0	7.4/Sup. Incompleto
Atrativos <i>Premium</i> (Estrutura completa, preços altos e demanda reprimida)	606.62	16.4	67.1	5.3/Méd. incompleto
Atrativos pequenos e médios	460.07	7	46.4	5.8/Médio completo
Hotéis ou pousadas de médio porte	411.54	16.5	34.3	4.7/Méd. incompleto
Grandes Hotéis	375.50	93	32.0	4.6/Méd. incompleto
Pequenas pousadas (ou pensões familiares)	321.61	3	25.2	4.3/Fund. Complete
Pequenas agências locais	313.61	2	71.1	5.7/Médio completo
Média geral ponderada do <i>trade</i> turístico	611.30	10.1 ³	80.45	5.5/Méd. incompleto

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo.

Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

A qualificação dos trabalhadores, representada pela conjunção das variáveis: nível de escolaridade e quantidade de horas em treinamento, também foi mais expressiva nos atrativos turísticos e nas agências. A preocupação com a capacitação de recursos humanos tem aumentado depois do crescimento do número de turistas estrangeiros e amadurecimento do fluxo turístico na região, o que tem atraído um esforço de programas de capacitação que já algum tempo tem sido empreendido pelos governos federal, estadual e dos municípios, pelas próprias empresas e por organizações não governamentais. Um dos maiores esforços pode ser imputado ao Programa Estadual de Qualificação do Trabalhador que, de 1997 a 2000, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ofereceu uma grande quantidade de cursos especificamente para os segmentos turísticos. A maior parte destes cursos teve curta duração e seus programas sofreram críticas por suspeitar-se que algumas organizações não estavam aplicando corretamente os recursos a eles destinados (ALVES, 2003, p.171). Entre os trabalhadores do sistema turístico da Serra da Bodoquena verificou-se que a maior parte dos cursos (60%) tinham até 40 horas de duração.

No sistema turístico da Serra da Bodoquena, aproximadamente 53% dos trabalhadores são imigrantes e 25% declararam ter vindo, especificamente, por causa de uma oferta de emprego no *trade* turístico. Nota-se, portanto, um índice bastante alto de importação de mão de obra, o que pode ser um dado negativo para a avaliação da sustentabilidade do turismo local.

¹ O número total de entrevistados envolvidos nesta análise foi de 82.

² Não existem agências de grande porte na região da Serra da Bodoquena. As agências locais, em sua totalidade, são empresas que exploram o turismo receptivo e não operam com pacotes emissivos para outras regiões do País ou do exterior.

³ Média simples do número de funcionários das 63 organizações envolvidas na pesquisa.

Outras variáveis são importantes para a admissão de novos funcionários nas organizações do *trade* turístico local como, por exemplo, o domínio de mais de um idioma e experiências anteriores relacionadas à atividade. Neste caso não se pode acusar o sistema turístico de um comportamento anti-sustentável, por preferir este tipo de profissional importante para a sobrevivência do negócio. 19,1% dos trabalhadores do *trade* declararam dominar um segundo idioma e esta exigência de qualificação tem sido cada vez maior, pois se observa, ano a ano, um aumento do número de turistas estrangeiros na região.

Os aspectos negativos da conduta social do *trade* turístico aparecem quando se considera a origem externa dos funcionários enquanto os preceitos de sustentabilidade preconizam a inclusão de pessoas da própria localidade gerando, com isso, desenvolvimento local, emprego e renda para a população autóctone. Este comportamento não seria benéfico apenas para a comunidade, mas também para a imagem da organização e do sistema turístico como um todo, pois ajuda a reduzir as tensões que tendem a surgir entre hóspedes e anfitriões, a partir do amadurecimento do turismo em uma dada região.

Este efeito foi notado por Krippendorf (1989, p. 125), em vários países da Europa observando que a rejeição aos turistas pode se tornar um sério entrave ao desenvolvimento de novos projetos turísticos, com a população local colocando-se em campanha aberta contra o aumento do fluxo, como esta ocorrendo na Inglaterra: “Receba os turistas à moda extraordinária dos australianos cujas primeiras palavras são: ‘por que você está aqui?’ e as segundas são ‘quando você vai embora?’”. Segundo Trigo (1993, p.111), o racismo e o preconceito também são fontes de intolerância contra os turistas de tradições culturais diferentes e, até mesmo, contra os imigrantes, acabando por produzir conflitos e reduzir a hospitalidade nos locais receptores.

Faz-se necessária, entretanto, uma análise mais cuidadosa para a questão do imigrante. Este pode se tornar o maior beneficiário dos efeitos econômicos do turismo considerando que, quando se muda para uma região turística dispõe-se de mais recursos financeiros do que, em geral, dispõem os nativos, podendo aproveitar as melhores oportunidades de posse da terra e ainda, se colocar como os maiores especuladores imobiliários.

Outro tipo de migrante se muda para uma região turística em busca de belezas naturais e tranquilidade este é, por exemplo, um aposentado ou um fugitivo da agitada vida da cidade grande e se tornam os maiores críticos do processo de desenvolvimento do turismo Swarbrooke (2000b); Warnken, Faulkner e Russell (2003; p.61; p. 160) relatam a existência de conflitos, de difícil gestão por parte dos planejadores urbanos, entre os condomínios

residenciais e zonas turísticas na Costa Dourada da Austrália, que resultam em freqüentes hostilidades entre os moradores e os turistas.

Por último, vêm os menos abastados, mas que com suas experiências pregressas em outras regiões e uma melhor qualificação profissional, tomam os melhores postos de trabalho dos nativos. Não se pode, entretanto, com uma avaliação apressada, julgar como maléfica a presença do migrante em um dado sistema turístico. Tanto quanto é inevitável sua presença é verdade, também, que em sua maioria, estes adotam o lugar como seu, emprestando uma porção de cosmopolitismo necessária para a adequação do lugar ao turismo. Isso parece ser verdade na região da Serra da Bodoquena, pois quando perguntado sobre seu interesse de mudança, 75% dos empregados do sistema turístico responderam negativamente, afirmando estarem satisfeitos com o lugar que escolheram para morar e trabalhar.

Os imigrantes possuem os melhores postos de trabalho no turismo local, esta afirmação é fundamentada nas médias salariais observadas e pelo índice de correlação verificado entre as variáveis: origem e salário médio (Tabela 5.6).

Tabela 5.6 – Correlação entre origem e remuneração dos trabalhadores em turismo da Serra da Bodoquena.

Origem	Quant.	Partic. %	Salário médio geral R\$	Salário médio da mão de obra importada ¹ R\$
Bonito, Jardim e Bodoquena	52	46.4%	435.00	
Outras cidades do Estado	34	30.4%	613.81	726,59
Outros estados	26	23.2%	982.38	1.481,05
Média geral ponderada dos salários dos imigrantes	60	53,6%	766,32	1.022,98
Total de entrevistados	112	-	611,30	-

Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo.

Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

Ao observar-se a média salarial dos trabalhadores que declararam ter vindo, especificamente, por uma oferta de emprego no turismo as diferenças são ainda mais expressivas. A partir da análise é possível inferir que os trabalhadores imigrantes recebem, em geral, um salário aproximadamente 76% mais alto do que os nativos, enquanto que os que vieram especificamente para um emprego no turismo (mão-de-obra importada) têm um salário 135% maior que os nativos.

A presença de empregados da localidade no *trade* turístico é defendida por convenções internacionais. A Declaração Berlin, resultante do Fórum para o Turismo Sustentável

¹ Média ponderada dos salários médios dos entrevistados que declararam ter vindo por causa de emprego no *trade* turístico da região.

realizado em 1997, que teve a participação do Brasil, defende, inclusive, a aprovação de normas legais que assegure esta participação, expressa no documento, em seus objetivos específicos:

O turismo deve desenvolver-se de forma a que beneficie as comunidades, fortaleça a economia local, empregue força laboral local e, seja o mais possível, ecologicamente sustentável, use materiais locais, produtos agrícolas locais e habilidades tradicionais. Devem ser introduzidos mecanismos, incluindo políticas e legislação, que assegurem o fluxo de benefícios para as comunidades locais.

Um mecanismo local com esta natureza foi adotado para a admissão dos guias, especificamente, no município de Bonito, com a aprovação do Decreto Municipal nº 011/95 e, mais recentemente pela Lei 919/2002 (BONITO, 1995, 2002) que não somente obriga que os guias sejam moradores locais, como também tenham realizado seu curso técnico de qualificação na própria localidade. Esta legislação protecionista, à parte de seu esforço louvável de inclusão e desenvolvimento local, provoca problemas consideráveis para a logística dos roteiros locais. No sistema da Serra da Bodoquena todos os turistas devem estar acompanhados de um guia para que possam fazer suas visitas, entretanto, a formação e qualificação dos guias não são uniformes e poucos dominam um idioma estrangeiro obrigando, muitas vezes, a que o visitante tenha que contratar um interprete para traduzir as explicações transmitidas pelo guia, aumentando, com isso, o custo da visita e o aparato necessário para o transporte até os atrativos, que mantêm entre si distâncias consideráveis.

Configuram-se assim os dilemas entre lucro e sustentabilidade, advindos do interesse dos empregadores em manter suas atrações com qualidade suficiente para assegurar um constante fluxo de visitantes, com maior permanência e maior número de retornos e, de outro lado, a possibilidade de excesso de proteção ao trabalhador nativo, que pode redundar em ineficiências. Talvez isso responda porque o impacto de novos projetos turísticos sobre o emprego de uma localidade seja, em geral, tão superestimado, considerando que nem sempre os níveis de investimento equivalem a um correspondente aumento na oferta de empregos que esperam os gestores públicos (WEARING & NEIL, 2001, p. 127). As oportunidades de emprego diminuem devido à importação de mão-de-obra e, também por outro lado, pelas dificuldades em transformar o antigo peão ou mesmo o fazendeiro de gado em guias, atendentes e empresários turísticos, o que não acontece da noite para o dia.

5.3.3 Efeitos secundários: aumento do custo de vida, especulação imobiliária e serviços públicos.

Um efeito recorrente nos sistemas turísticos é o aumento do custo de vida da comunidade. Nota-se com frequência que o preço dos supermercados, moradia, serviços e lazer são inflados em decorrência da presença dos turistas. Por outro lado, espera-se que a comunidade possa ter acesso a melhores serviços públicos como coleta de lixo, saneamento básico e saúde, advindos de uma teórica preocupação dos governos em oferecer aos turistas uma boa recepção.

No sistema da Serra da Bodoquena verifica-se que o aumento do custo de vida existe, notadamente no município de Bonito e, em menor escala, nos demais municípios. Entretanto, os serviços públicos são alvos de muitas reclamações, principalmente os de saúde e de saneamento básico, que são cruciais para a sobrevivência dos atrativos turísticos da região, dependentes da boa conservação das micro-bacias hidrográficas que banham os três municípios.

A ocorrência de aumento de preços dos serviços e produtos da localidade, decorrente do aumento do fluxo de visitantes em pólos turísticos é constatada por autores como: Upchurch e Teivane; Fredline e Faulkner; Brunt e Courtney (2000; 2000; 1999), entre outros. A tendência se confirma na Serra da Bodoquena, na sua porção mais consolidada, ou seja, o município de Bonito onde, aproximadamente 66% dos entrevistados afirmaram que os preços aumentaram muito na Região com o advento do turismo, enquanto 19% disseram que os preços aumentaram pouco e 15%, que não houve aumento nos preços.

Paralelamente a este aumento do custo de vida verifica-se uma especulação imobiliária em curso, em relação ao valor de terrenos e do hectare próximo aos rios que formam a principal atração turística da região, com preços cada vez mais elevados. Trata-se de um efeito verificado em muitos locais onde o turismo se desenvolveu, provocando a marginalização da população local, reassentamentos humanos e conseqüentes ressentimentos e insatisfações. Segundo Rocha, Lima e Corilano (2003, p. 224), em muitos lugares os nativos perdem suas terras e suas referências tradicionais, “deixando de ser trabalhadores autônomos, donos de seus destinos, passando a serem regulados: vigias, faxineiros, garçons.” Neste contexto, a luta pelos espaços nem sempre é recheada de episódios muito nobres ou éticos, como no caso das comunidades de pescadores do Ceará, na localidade de Batoque, por exemplo, onde empresários inescrupulosos conseguiram enganar grandes contingentes de moradores grilando terras e expulsando nativos.

A apropriação da terra é facilitada nos países em desenvolvimento, onde os mecanismos de controle estatais são deficitários ou corrompidos, permitindo que a sanha pela acumulação dos melhores locais vença a preocupação e o direito dos residentes expulsando-os do lugar em que nasceram e tentam preservar (MBAIWA, 2002, p.459). O maior senso de “lugar” por parte dos nativos e, os embates que surgem entre estes e os migrantes, na esteira da discussão do uso comum das áreas turística é crucial para a sustentabilidade.

Os serviços públicos ocupam lugar especial na galeria das preocupações de empresários e planejadores do turismo, pois é um quesito de alta sensibilidade da avaliação que os turistas fazem de um sistema turístico. Quando um destino turístico não apresenta serviços de boa qualidade, sua sobrevivência em longo prazo pode ser comprometida sendo encurtado o seu ciclo de vida.

Os serviços públicos, segundo as entrevistas realizadas entre os trabalhadores, têm uma avaliação média que permanece próximo do regular na escala de qualificação de Likert ¹, que foi utilizada tendendo para o ruim. Apenas o quesito educação conseguiu uma avaliação regular tendendo para o bom na escala, resultando na média geral de avaliação apresentada na Figura 5.4. Verifica-se a pior avaliação para os serviços públicos de saúde, seguida, justamente, daquele que deveria ser o grande trunfo da comunidade local, ou seja, as opções de lazer proporcionadas pela quantidade de atrativos turísticos.

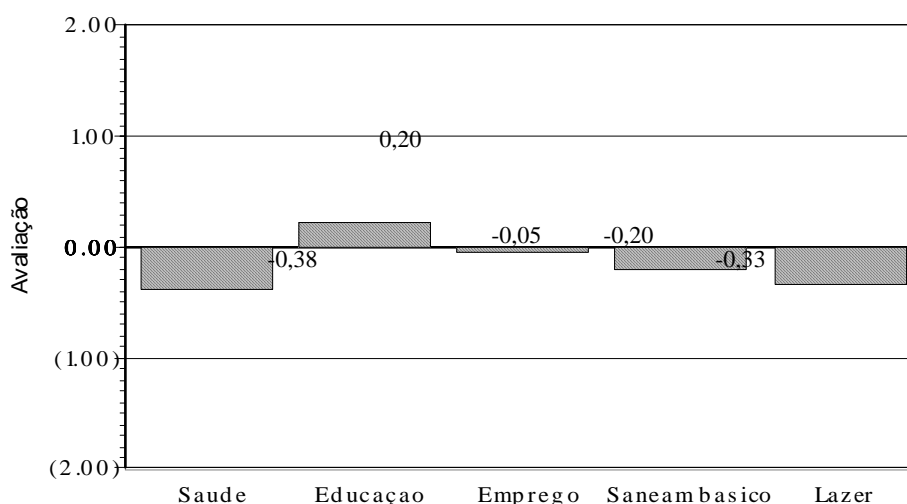


Figura 5.4 – Avaliação dos serviços públicos no Sistema Turístico da Serra da Bodoquena.
Fonte: Banco de dados da pesquisa de campo.

¹ A seguinte escala foi utilizada para avaliação: 2 – ótimo; 1 – Bom; 0 – Regular; 1 – Ruim; 2 - Péssimo. A figura 5.4 apresenta a média geral resultante das respostas de todos os participantes da pesquisa.

A avaliação denuncia a falta de acesso, por parte da população nativa, aos locais que era, alguns anos antes, de seu livre acesso. A beira do rio, destino dos tradicionais excursões familiares no passado é, agora, restrita aos turistas que podem pagar o ingresso, sobrando aos nativos poucas opções, excetuando-se os balneários municipais, em Bonito e Jardim¹, que são locais que não apresentam os predicados exigidos para um piquenique familiar em razão de seu constante excesso de carga e, por isso mesmo, de falta de tranquilidade que almeja a comunidade.

Confirma-se a constatação de Wearing & Neil, da difícil relação entre a indústria turística e a população com relação ao bem comum: “o ecoturismo muitas vezes leva à mudança da propriedade e da administração do recurso favorecendo a indústria do turismo, mas prejudicando a população local” (2001, p. 131).

Na região da Serra da Bodoquena as iniciativas de estímulo ao turismo social se restringem à isenção de cobrança de ingresso, aos moradores locais, no Balneário Municipal de Bonito e em excursões para estudantes das escolas locais, organizadas por alguns atrativos turísticos particulares. As excursões de estudantes do ensino básico em áreas turísticas particulares como o projeto Formoso Vivo, são os melhores exemplos da conduta do *trade* turístico no empreendimento dos necessários esforços para a educação ambiental. Fora disso, as iniciativas se verificam nos atrativos *premium*, melhor estruturados, que sinalizam trilhas com placas indicativas dos espécimes da flora e dos animais, além de reforçar a qualificação dos guias turísticos para que estejam preparados, adequadamente, em suas explanações aos visitantes sobre a fauna e flora locais. Políticas de restrições são aplicadas pelos atrativos para obrigar os guias, que são autônomos, a participarem dos treinamentos regularmente realizados pelas empresas. Quem falta ao treinamento é impedido de atuar nestes atrativos.

Por fim, dentro da dimensão social resta comentar sobre a questão dos efeitos atinentes a criminalidade que podem ser trazidos pelo turismo na Serra da Bodoquena. Segundo informações da Delegacia Regional de Polícia Civil, localizada em Jardim, além de um aumento do consumo de álcool e de drogas entre os jovens da localidade, não há maiores impactos em termos de criminalidade e ocorrências policiais, as quais podem ser consideradas dentro da normalidade para cidades do porte de Bodoquena, Bonito e Jardim. Uma vigilância restritiva e campanhas desenvolvidas por segmentos como o Ministério Público, prefeitura e Conselho Tutelar têm coibido a ocorrência de prostituição infantil naqueles municípios.

¹ O balneário municipal de Bodoquena ainda não foi aberto a população.

Também não é percebido um aumento da prostituição, já que o público que visita aquele sistema turístico é constituído, principalmente, por grupos familiares.

5.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Com a análise da dimensão social da sustentabilidade, tendo como base o sistema turístico na Serra da Bodoquena, foi possível vislumbrar um pouco de toda a complexidade que envolve as relações entre o capital e o trabalho no turismo. É possível afirmar que os interesses das empresas turísticas estão em constante conflito com os da comunidade em busca de emprego, interferindo, negativamente, nas perspectivas de uma melhor avaliação daquele sistema turístico.

Os focos principais da avaliação nesta dimensão foram os quesitos relacionados à geração de emprego, renda e qualificação profissional para a comunidade autóctone. Em seguida foram observados os benefícios secundários e os problemas e dificuldades enfrentadas com o advento do turismo tais como, o aumento do custo de vida, os serviços públicos, acesso ao lazer e índice de criminalidade.

No sistema turístico da Serra da Bodoquena, a análise dos dados, quanto aos quesitos sobre os quais recaem as maiores expectativas da sociedade, ou seja, emprego e renda, não resultaram em indicadores totalmente positivos. É possível afirmar que quanto aos quesitos secundários, no entanto, a avaliação é um pouco melhor.

Os salários do emprego e renda no turismo da Serra da Bodoquena são melhores que em alguns outros segmentos econômicos, entretanto, são díspares dentro do próprio setor, o que não é positivo para a sustentabilidade. Os salários dos empregos gerados nos atrativos turísticos e nas agências de turismo, as quais exigem uma maior qualificação são mais altos, mas deixam a desejar nos meios de hospedagem.

É significativa a quantidade de empregos que chega a quase 14% da população economicamente ativa, no caso do município de Bonito, entretanto, em Bodoquena e Jardim os números ainda são modestos. Pode-se afirmar que a quantidade de empregos gerados pelo *trade* turístico não é significativa, considerando-se a expressão do turismo nestes municípios, em termos de investimentos e políticas públicas.

Em termos qualitativos, a sustentabilidade social no sistema da Serra da Bodoquena também é questionável, devido às oscilações de tratamento observadas entre as classes de organizações, entre os sexos e entre as diversas funções desempenhadas.

Constatam-se, ainda, possíveis comprometimentos da sustentabilidade com o tratamento desigual entre a população nativa e os migrantes, com estes últimos abocanhando os melhores salários e as melhores funções, relegando-se à população autóctone os cargos com menor remuneração ou o subemprego. A principal razão para isso pode ser atribuída à falta de qualificação da população local para um nível de exigência cada vez maior por parte dos prestadores de serviço.

Por fim, pode ser avaliado como positivo o efeito secundário de ações importantes de educação ambiental, mas persistem problemas quanto às perspectivas atuais de turismo Social e a situação dos serviços públicos na Região.

6 A DIMENSÃO CULTURAL NA SERRA DA BODOQUENA

6.1 INTRODUÇÃO

A forma como as cidades são construídas e a própria cidade fisicamente é expressão da cultura de um povo. Isso implica na preocupação, do ponto de vista de sustentabilidade, da defesa de uma proteção para toda a cultura produzida? A resposta é não. Do ponto de vista do turismo, embora os preceitos conceituais preconizem que a forma como certos visitantes estrangeiros se comportam nos lugares que visitam seja alvo dos cuidados da antropologia (BURNS, 2002, p.19), é sobre a questão da herança cultural que devem se concentrar os cuidados do sistema turístico.

A herança cultural, neste caso, abrange tudo o que não é natural e que foi, ou vem sendo produzido, em termos materiais e imateriais, pelas comunidades locais, principalmente pelas populações tradicionais e populações indígenas.

Do ponto de vista da sustentabilidade a cultura tem um papel importantíssimo, pois fornece respostas e soluções a partir de estilos de vida que já foram experimentados e sofreram para se adaptar ao meio, em geral, com modelos de sucesso. A cultura, no dizer de Jung (apud MOURÃO 1997, p.13) dialoga constantemente com o terreno biológico formando uma natureza coletiva inconsciente, gerada a partir de estruturas-matrizes formadoras da percepção que, por sua vez, realimentam a formação dos símbolos culturais.

A criação de gado no Pantanal sulmatogrossense parece ser um desses casos em que uma cultura se formou demonstrando como uma atividade econômica pode ser incorporada sem agredir profundamente ecossistemas sensíveis, ou mesmo provocar mudanças positivas, com a contribuição do gado para a renovação das pastagens naturais. Entretanto, a criação de gado no Pantanal vem sofrendo um processo de transformação e a pecuária superextensiva vem dando lugar a um processo de mecanização e pecuária intensiva.

Neste capítulo, o exemplo acima serve como pedra de toque para a discussão e defesa da cultura como discussão da sustentabilidade, bem como sua importância enquanto insumo relevante para o desenvolvimento do sistema turístico e, sobretudo, para a preservação do patrimônio cultural, que deve ser alvo das preocupações do trade turístico.

Um outro ponto fundamental da discussão do presente capítulo é o da interação entre cultura e hospitalidade. Para isso, é imprescindível dimensionar a formação cultural do povo brasileiro com uma evolução de foco para o povo sulmatogrossense e o morador da região da Serra da Bodoquena. Justifica-se essa abordagem pelo fato de a hospitalidade ser, sobretudo, uma função dos hábitos culturais arraigados de um povo, interferindo substancialmente, portanto, nas perspectivas de sustentabilidade do turismo que é, em última análise, uma forma de mercantilização da hospitalidade.

Este capítulo está dividido em três partes principais. A primeira trata dos elementos teóricos que cercam a dimensão cultural sob a perspectiva do turismo; a segunda, trata da formação cultural do povo brasileiro e suas possíveis reverberações sobre a cultura sulmatogrossense e regional, sob o aspecto da hospitalidade e, finalmente, na última parte, são discutidos os aspectos intrínsecos da cultura regional e a convivência com o turismo.

6.2 CULTURA E TURISMO

6.2.1 Mercantilização e autenticidade dos produtos culturais turísticos

Vários aspectos ligam a cultura ao turismo. Nenhum, entretanto, mais importante que a motivação para o consumo de outras experiências e o contato com outras culturas, que leva o turista a procurar um afastamento do ambiente industrializado, uniformizado e pasteurizado em que vive, todos os dias do ano, exceto no período em que está de férias ou viajando a lazer. Quem faz turismo consome bens e serviços que, de certo modo, são desnecessários, mas são consumidos porque geram, supostamente, experiências prazerosas, diferentes daquelas com que nos deparamos da vida cotidiana (URRY, 1996, p. 15).

O turista compra símbolos e mitos que estão presentes em sua estrutura cognitiva e que são reforçados e revigorados por muito do que o cerca em sua vida urbana, como a televisão, o cinema, a música etc. Estes elementos de convivência urbana reforçam as expectativas dos turistas de que irão encontrar ambientes repletos de intensos prazeres e sensações por que anseiam quando ouvem, por exemplo, uma música francesa e sonham com os cafés parisienses. Segundo Urry, o olhar do turista é dirigido pelos signos: “Quando os turistas vêem duas

pessoas se beijando em Paris, o que seu olhar capta é uma ‘Paris intemporal em seu romantismo’. Quando se vê em uma pequena aldeia na Inglaterra, o olhar contempla a ‘velha e boa Inglaterra’”.

Assim sendo, o turista é, essencialmente, uma expressão da semiótica¹, quando busca em suas viagens o consumo dos símbolos que ele mesmo produziu, influenciados por contatos anteriores, freqüentes ou esporádicos, com tudo o que representa a expressão cultural de um determinado país ou de uma localidade erma. Quando faz turismo o ser humano exerce plenamente sua capacidade de explorar seus esquemas representativos internos e combiná-los com os signos, símbolos ou objetos que lhes servem de referências externas durante a sua viagem. Essa percepção é influenciada pela cognição do ser humano, são as suas imagens armazenadas anteriormente que determinam os seus significados (NÖTH & SANTAELLA: 1998, 33ss.).

A semiótica ajuda a explicar a dimensão cultural no turismo já que este é recheado de construções e desconstruções criativas de símbolos destinados à comercialização. Na tentativa de propiciar ao visitante, experiências que representem manifestações e hábitos locais, o turismo é criticado pela mercantilização da cultura, o que o faz permanecer em um limiar duvidoso do ponto de vista ético. Sobre o assunto, assim se pronuncia Nash (apud BURNS, 2002, p.80): “O conceito de mercantilização foi usado para descrever a transformação de significado, induzida pelo turismo, de [uma festa] (...) em superficialidades espúrias associadas com a troca do mercado” (*o acréscimo- uma festa - é do autor da menção*).

É necessário, por isso, que a intromissão do turismo na cultura seja monitorada e que se definam os limites éticos para as suas relações. Antes de tudo é necessário uma definição de cultura, suas interfaces e seus padrões de manifestação, o que não é tarefa simples, dada à amplitude do sistema cultural. Uma das descrições mais completas é apresentada por Burns e está representada na figura 6.1, onde se pode perceber o extenso alcance do que pode ser identificado por cultura.

O entendimento de cultura é comumente estereotipado e, muitas vezes, exclui do sistema cultural acontecimentos importantes como, por exemplo, a forma como as diversas sociedades costumam resolver seus conflitos. Para o turismo, entretanto, mesmo estes comportamentos que podem revelar características incomuns de determinadas comunidades, podem ser atraentes do ponto de vista mercadológico, é isso que explica o interesse por

¹ Estudo dos fenômenos culturais considerados como sistemas de significação, tenham ou não a natureza de sistemas de comunicação (inclui, assim, práticas sociais, comportamentos etc.).

roteiros turísticos que incluem, por exemplo, a favela da Rocinha no Rio de Janeiro, ou as visitas aos Guetos de Nova York.



Figura 6.1 – Componentes da cultura
Fonte: adaptado de Burns (2002, p.77).

Os sistemas turísticos se organizam para vender serviços que apresentem estas características incomuns que atraem o olhar do turista e, ao fazer isso, incorrem no risco de vender artificialidades culturais, de autenticidade discutível. Este é o foco de discussão de muitos estudiosos do assunto, como Robb; Waitt; Burns; Grünewald; Fisher (1998; 2000; 2002; 2002,2004). A turistificação¹ é tida como uma necessidade pela indústria turística, trata-se da prática de aproveitar fatos históricos, curiosidades e aspectos culturais relevantes para melhorar a atratividade de um sistema turístico.

Do outro lado da moeda, entretanto, está a possibilidade de contribuição positiva para a cultura, que ocorre com a motivação proporcionada a partir do aumento dos fluxos turísticos

¹ “turistificação” de Bonito usando um neologismo empregado por de Stephen Kanitz (2000). É o estado latente de algumas situações e potencialidades que pode ser aproveitadas para se tornar parte do produto turístico.

para a recuperação de manifestações e patrimônios culturais perdidos ou deteriorados pela ação do tempo. Para Burns (2002, p.72), não é fácil responder se o turismo contribui positivamente ou negativamente para cultura ou vice versa. Por exemplo, quando um artesão é recrutado para trabalhar em uma festa organizada em um hotel ele deixou de exercer sua atividade tradicional? Ou lhe foi permitido uma nova forma de expressão de sua arte?

As possibilidades de real ou interpretada autenticidade, de uma demonstração cultural, pode variar de acordo com o tipo de turista que frequenta um sistema turístico ou, do tipo de turismo que ali predomina. Isso quer dizer que a avaliação de uma dança indígena pode ser autêntica para um determinado tipo de turista e não para outro mais esclarecido ou mais exigente quanto ao que lhe é oferecido como um produto cultural. As demonstrações podem ser mais autênticas, no caso do turismo alternativo, quando os turistas estão mais dispostos a frequentar os locais mais ermos para ver, *in loco*, as manifestações. No caso do turismo de Massa a mercantilização é mais evidente, com manifestações pasteurizadas, preparadas para o consumo de turistas, geralmente, psicocêntricos e alienados do processo de aprendizado que pode ser proporcionado pelo contato cultural.

Essa pode ser, entretanto, uma visão apenas parcial da discussão, uma vez que estabelecer o que é autêntico ou não nas manifestações culturais é um desafio difícil. O processo de apropriação das interpretações e manifestações culturais por parte de planejadores, “marqueteiros”, operadores e outros interessados na negociação entre indústria do turismo e atores e segmentos culturais contribui para aumentar a confusão. Waitt (2000, p. 846), trata da leitura e da crítica pós-estruturalista que discute o real e o teatral, na cultura apresentada como parte do produto turístico onde, não se sabe muito bem, qual é um ou qual é o outro. Para Waitt, a percepção de autenticidade de uma demonstração cultural muda, também, em função da formação, idade e até mesmo do sexo do turista.

A questão da autenticidade está no bojo dos conflitos entre a indústria turística, agentes governamentais e organizações não governamentais e a própria comunidade detentora da herança cultural e, por se tratar de uma herança, se insere neste conflito a variável intergeracional, ou seja, como será o legado para as próximas gerações, considerando a interferência do turismo no presente.

A gestão dos conflitos intergeracionais, turistificação e autenticidade, conjuntamente com os cuidados que devem existir em relação aos impactos que o fluxo turístico pode causar sobre os hábitos e comportamentos da comunidade constituem o cerne da avaliação da sustentabilidade dentro da dimensão cultural do turismo.

6.2.2 Impactos do fluxo turístico sobre o patrimônio cultural

O maior efeito negativo que pode ocorrer em uma comunidade tradicional, advindo do desenvolvimento turístico, é o chamado “efeito demonstração”. Este efeito se verifica quando as populações tradicionais aumentam a absorção dos hábitos culturais universalizados esquecendo, paulatinamente, os seus próprios. O resultado óbvio pode ser notado pelo desaparecimento do patrimônio cultural destas comunidades. Este efeito foi estudado por Fisher (2004, p.429) que aponta para outros efeitos adicionais, além da perda do patrimônio cultural, por exemplo, a redução de produtos locais em benefício de produtos importados, com prejuízos para a economia local.

O processo de globalização é inevitável quando a atividade turística se expande. Este é um dos maiores dilemas enfrentados quando se discute sua sustentabilidade, pois é um dos principais elementos de discussão para estabelecimento da capacidade de carga de um sistema turístico quando este se decide, ou não, pelo fluxo massificado de visitantes. É possível a prática de um turismo de baixo impacto sobre o patrimônio cultural em sistemas com baixo número de visitantes, entretanto, é impossível conter o impacto da universalização da cultura como subproduto da expansão econômica colonialista.

Dois séculos de industrialismo e de meio de vida importado, direcionam, inevitavelmente, a visão coletiva para uma prioridade economicista e sujeita a uma condição de dominação quase indestrutível. A questão da dominação é, sem dúvida, importante para pensar as alternativas de planejamento, e será examinada neste texto com o objetivo de discutir os impactos dessa questão sobre a consciência coletiva, em que se busquem fórmulas aclimatadas à cultura local, já que em contraponto à máxima, “pensar globalmente e agir localmente”, a complexidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável e a sua interdisciplinaridade parece apontar para soluções que fujam da importação de culturas universalizadas.

Para Herrera (1984, p. 68 ss), o processo de universalização da cultura não deve se fundar necessariamente na aceitação universal da cultura ocidental, mas em uma nova percepção da diversidade das culturas, com a proposição de uma “totalidade orgânica”. É por meio desta diversidade cultural que poderá chegar-se a soluções para a dependência do terceiro mundo em relação aos países da OCDE. Herrera propõe a busca de uma “adaptação orgânica” alternativa à mecanização, para países do Terceiro Mundo, de forma a evitar uma catástrofe social do desemprego e menciona o caráter da complexidade do sistema atual, que

impõe incertezas contra as quais não devemos lutar, mas conviver, “só na área de incerteza estão os graus de liberdade do sistema”.

Devem-se inserir na questão da capacidade de carga as variáveis sócio-culturais, ou seja, é preciso considerar um índice de tolerância, aos visitantes, por parte da comunidade anfitriã. Esse foi alvo do estudo de Saveriades (2000, p.147ss), que criou um modelo de cálculo de capacidade de carga que considera um índice de evolução da intolerância da comunidade local ao crescimento do turismo, com óbvios efeitos para a redução da hospitalidade e, conseqüentemente, da qualidade da visita. Do ponto de vista da indústria turística a qualidade da visita depende dos equipamentos e infra-estrutura turística existente.

A importação dos modelos globalizados para os meios de produção da indústria turística tem sido inevitáveis nos meios de hospedagens. Os aparelhos dos atrativos turísticos, que estão se tornando padronizados e previsíveis para uma massa turística que espera encontrar no destino, os mesmos recursos que encontraria em seu local de origem. Como afirma Coriolano (1998, p.34) o turismo se tornou, recentemente, um dos alvos preferidos dos investidores:

No cerne dessas transformações por que passam os povos está a modernidade, trazendo mudanças racionais na tecnologia e na cultura, criando outras formas de se produzir e pensar o espaço. (...) Não há dúvida de que a economia se mundializa, as grandes empresas espalham seus produtos por todos os lugares, os circuitos financeiros movimentam seus dólares para qualquer ponto do globo, desde que seja de seu interesse, a Internet liga as pessoas, preferencialmente as mais distantes, o turismo descobre novos países, se globaliza. Cada vez mais somos submetidos à ideologia da globalização.

A apropriação da cultura pelo turismo pode até mesmo provocar transformações em sua forma de expressão, conforme o interesse do mercado. Com o pretexto de aumentar sua atratividade para o mercado turístico, ou mesmo por simples preconceito religioso ou de raça as manifestações culturais podem ser reestilizadas e até mesmo desfiguradas, como denuncia Manson (2004, p. 840). Segundo este autor, um processo identificado com ideologias racistas tem servido para legitimar uma agenda colonial européia na cultura dos aborígenes canadenses e o conceito de autenticidade tem sido usado de forma enviesada, pelos não-nativos, para alienar e deslegitimar as comunidades nativas.

A transformação da cultura a partir do processo de globalização pode ser observada, por exemplo, no carnaval carioca que, para atender os interesses da televisão, cada vez mais se transforma em um espetáculo transbordante de efeitos especiais e psicodélicos. Em outro contexto, a música caipira tradicional perde espaço para a música sertaneja com transgenia

country assim como, o samba perde para outros ritmos mais frenéticos, industrializáveis e afeitos aos gostos massificados e globalizados, sob o incentivo da indústria do entretenimento.

Nesse contexto, surgem os não-lugares ou os lugares que não têm uma identidade individual definida, assim, seja qual for o destino, o visitante se sente tão aconchegado como em seu local de origem. Deste modo são, por exemplo, os grandes *shoppings centers*, hotéis e lojas, que proporcionam a segurança almejada pelo turista confiável ou psicocêntrico, com uma arquitetura padronizada, com estilos que somente podem ser ligados à cultura hegemônica da globalização. O problema para os empreendimentos turísticos, segundo Burns (2002, p.154), é que “parte da atração está no caráter único das atrações do destino”.

Esse processo de homogeneização pode obliterar a riqueza das expressões culturais existentes ou latentes, a espera do seu descobrimento pelo turismo, em uma localidade receptora. São as riquezas da diversidade que podem ser expressas não apenas por meio da arquitetura, como da língua e literatura, música e belas artes, história e pré-história, comida e bebida, ciência e religião e, até mesmo, na forma como se governa.

Roberto Bartholo (1984, p.78-80) descreve o que chamou de *homo culturalis*, que interage com a natureza e constrói e reconstrói sua relação de acordo com suas necessidades de sobrevivência. O *homo culturalis* transitou através das eras, sofrendo a influência de seu meio de vida, do nomadismo para o sedentarismo, da civilização agrária para a civilização industrial, passando a ser descrito como *homo industrialis*. Tal processo civilizatório “transformou radicalmente a relação homem-mundo e a estrutura espaço-temporal da sociedade”. Trata-se de uma recriação do espaço sob uma nova formatação, uma nova dimensão toda própria, com imposição de suas instituições, traduzida em uma nova ordem, em um novo contexto.

À parte do risco da homogeneização dos não-lugares, está a questão do aproveitamento dos materiais e estilos arquitetônicos locais, preconizados pelos tratados internacionais como um dos itens importantes para a sustentabilidade. A Declaração de Berlim, de 1997, determina que seja utilizado, no máximo possível, materiais locais para as construções.

Lascurain (1996), em vários momentos de seus escritos, propõe a integração dos estilos arquitetônicos locais, principalmente nos *ecolodges*. Para o caso do ecoturismo, o imperativo arquitetônico é que suas edificações estejam perfeitamente integradas à paisagem. Ocorre que, em geral, os grandes *resorts* e projetos de centros de férias procuram justamente sobressair-se na paisagem, para atrair, pela imponência, a atenção do público geral, incorrendo no risco de, ao exagerar na dose, parecer um alguém, ao meio dia, vestido com uma luxuosa fantasia de carnaval em plena avenida paulista.

6.3 A FORMAÇÃO CULTURAL DO BRASILEIRO, A HOSPITALIDADE E O TURISMO

Mais que um serviço de acomodação nos meios de hospedagem, a hospitalidade é uma forma de expressão cultural de um povo. Em muitas culturas a hospitalidade é uma prática que envolve hábitos que se manifestaram nas trocas sociais na reciprocidade de tratamento entre anfitrião e visitantes.

A discussão do conceito de hospitalidade é importante do ponto de vista da dimensão cultural do turismo na medida em que permite entender que as relações entre os visitantes e as pessoas que lhes servem durante a visita dependem de remunerações que vão muito além das simples trocas monetárias, como afirma Heuman (2005, p. 416). Trata-se de trocas sociais que envolvem toda a tradição cultural de uma comunidade anfitriã, o que obriga ao sistema turístico estudar e adequar os produtos turísticos dentro de determinadas lógicas de relações.

Ao encerrar modos tradicionais de relações humanas a questão da hospitalidade obriga a reflexão sobre questões antropológicas, históricas e sociais que condicionaram a formação de um povo. Este entendimento irá permitir compreender as idiosincrasias que caracterizam cada cultura e a forma como a hospitalidade se manifesta com reflexos para a proteção do hóspede, desempenho dos estafes de sistemas receptivos, expectativas e sentimentos de reciprocidade entre a comunidade anfitriã e os visitantes, ou seja, o entendimento sobre até que ponto o sistema receptivo se comporta entre um mercantilismo extremado da hospitalidade ou o exercício de uma receptividade que conserva a tradição cultural de receber bem, para ser também bem recebido em outra ocasião. Neste ponto, torna-se necessário ressaltar, mais uma vez, que a hospitalidade sempre encerra uma expectativa de reciprocidade, entretanto, nem sempre esta expectativa se traduz em ganhos monetários.

A tentativa de estabelecer um padrão comportamental para a hospitalidade do brasileiro não pode ser feita sem a ajuda de grandes interpretes do Brasil como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Josué de Castro, entre outros. A discussão destes autores é crucial para explicar os diversos personagens formadores da identidade do brasileiro. O debate entre os quatro autores analisados encaminha indícios preciosos para o entendimento do que somos, uma miríade de origens que orbita ao redor de uma nacionalidade unificada pela língua e pelo espaço geográfico, mantido após inúmeros incidentes que se obstaculizaram a identidade única. Vez ou outra a unidade esteve ameaçada por guerras separatistas ou mesmo de classes, mas um Brasil unificado e ao mesmo tempo heterogêneo permaneceu como indica Ribeiro (2001 p.22): “Mais que uma simples etnia o Brasil é uma etnia nacional,

um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino”. A heterogeneidade da unidade étnica brasileira é causada, segundo Ribeiro, por três forças diversificadoras:

A ecológica, fazendo surgir paisagens humanas distintas onde as condições de meio ambiente obrigaram a adaptações regionais. A econômica, criando formas diferenciadas de produção, que conduziram a especializações funcionais aos seus correspondentes gêneros de vida. E, por último, a imigração, que introduziu nesse magma, novos contingentes humanos, principalmente europeus, árabes e japoneses

O Brasil multifacetado é, assim, o Brasil Crioulo, o Brasil Caboclo, o Brasil Sertanejo, o Brasil caipira e os diversos Brasis sulinos, resultado do processo de ocupação econômica, política e social que envolve o magma humano que o formou.

A questão da formação do Brasil é discutida também por Gilberto Freyre (1933, p.81), que mencionou os extratos das variações resultantes da formação do povo brasileiro. Ao citar Roquette Pinto e Euclides da Cunha, Freyre expõe as dificuldades para entender-se a nossa formação étnica, mencionando a expressão da beleza física das mulatas, baianas, crioulas, as características dos jagunços dos sertões e dos cangaceiros do nordeste, do caboclo amazônico, concluindo que o simples cruzamento das raças não pode explicar seus resultados. O jagunço não é simplesmente o cruzamento de branco com índio, ou seja, o jagunço não é a mesma coisa que um mameluco. Da mesma forma o caboclo não é necessariamente um cafuzo. Trata-se, então, de um intercurso racial muito mais complexo e diferenciado com um processo de mestiçagem mais aguda.

Antes, porém, de chegar a ser o que é, o povo brasileiro foi submetido a um processo de colonialismo e dominação que o marcou profundamente. Segundo os interpretes deste Brasil multicolorido um aspecto fundamental para a formação cultural brasileiro foi o processo de integração entre branco e índio, denominado de cunhadismo mencionado por Darcy Ribeiro: “(...) velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade (...) o estranho passava a ter nela sua *temericó* e, todos os seus parentes da geração dos pais, outros tantos pais ou sogros” (2001, p.81). Este traço cultural tem grande importância do ponto de vista do turismo, pois representa a forma mais primitiva sobre como a questão da hospitalidade se incorpora aos nossos hábitos culturais. Por meio do cunhadismo um gênero humano novo, com grande eficiência enquanto agentes da civilização e que dominavam uma alta tecnologia de adaptação à floresta tropical “tudo isso aurido do seu convívio compulsório com os índios de matriz tupi”.

Os traços da cultura, ao mesmo tempo, dominada e dominadora de origem ameríndia ou da miscigenação do índio e do branco estão presentes em nossa cultura moderna. Para Gilberto Freyre, entre culturas de interesses e tendências tão antagônicas era natural que o contato se verificasse com desvantagem para ambas e que “apenas um conjunto especialíssimo de circunstâncias impediu, no caso do Brasil, que europeus e indígenas se extremassem em inimigos de morte, antes se aproximassem como marido e mulher, como mestre e discípulo” (1933, p.189).

As desvantagens para os dominados são infinitamente maiores. O europeu muito mais organizado que as sociedades sobre as quais empreende suas campanhas de envolvimento, se estabelece de forma contínua. Enquanto o dominado não pode se dar ao luxo de falhar em seus movimentos de defesa, em razão de sua frágil organização social, o colonizador pode prosseguir em suas estocadas seguras. Se uma campanha falha, o sistema providencia a seguinte, amparada por um aparato infinitamente maior e melhor aparelhada para manter o fluxo constante de homens, armas, mantimentos e servos que assegurem o sucesso da próxima.

Tanto Gilberto Freyre, como Darcy Ribeiro e, ainda, Josué de Castro discutem os efeitos da dominação do branco sobre o índio, ressaltando seu destino de extermínio ou degradação, principalmente, porque o vencedor pretende impor ao povo submetido, sua cultura moral, inteira, maciça sem transigência, que suavize a imposição. Este processo, se viu na forma de dominação do missionário jesuíta, embora se perceba um menor impacto de seu puritanismo no Brasil, que na América do Norte.

Para o processo de colonização dos primeiros tempos de Brasil o indígena dominado foi suficiente para viabilizar a empresa do Pau-Brasil, primeira fonte de formação de riqueza a justificar o esforço lusitano para dominar o espaço. A exploração extrativista e outras formas de exploração do índio provocaram o extermínio de populações inteiras de aborígenes que resultaram em, “um ambiente de extrema tensão interétnica, [em que a ordem social somente pode ser mantida] graças à implantação e atuação, ao longo dos séculos, do mais vasto aparelho de destribalização e de conscrição violenta dos índios ao trabalho” (RIBEIRO, 2001, p. 318).

O intercuro cultural do índio na formação do brasileiro é muito bem relatado na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Na formação lingüística, por exemplo, sua influência é fortíssima a ponto de, em certo momento da história do Brasil, dominar quase que completamente o nosso território, com a chamada Língua Geral, ou o Tupi-Guaraní (2000, p. 122 ss).

Na outra vertente da colonização e dominação, se encontra a influência do tráfico de escravos para viabilizar a monocultura da cana, que sistematizou a exploração colonial exigindo um homem adaptado ao esforço repetitivo ao qual o indígena e o mameluco, definitivamente, não se adequavam, como aponta Freyre:

Enquanto o esforço exigido pelo colono do escravo índio foi o de abater árvores, transportar os toros aos navios, granjear mantimentos, caçar, pescar, defender os senhores contra os selvagens inimigos e corsários estrangeiros, guiar os exploradores através do mato virgem – o indígena foi dando conta do trabalho servil. Já não era o mesmo selvagem livre de antes da colonização portuguesa; mas este ainda não o arrancara pela raiz.(...) esse desenraizamento viria com a colonização latifundiária; com a monocultura (...) o açúcar matou o índio.(...) Foi preciso substituí-lo pela energia moça, tesa, vigorosa do negro este um verdadeiro contraste com o selvagem americano pela sua extroversão e vivacidade.(1933, p.188).

Talvez não haja outro fator que tenha maiores reflexos nas formações culturais, econômicas, sociais e política do Brasil, que este movimento de ocupação e dominação exercido por meio do latifúndio e da monocultura. A sistematização da exploração da monocultura da cana foi a pedra de toque inicial que moldou e molda até hoje um eficiente mecanismo de colonialismo e dominação. Formou-se então uma espécie de sistema feudal muito mais perversa e, ao mesmo tempo, diversa do modelo antecessor europeu, sendo, no nosso caso o senhor de engenho, nosso senhor feudal, se apropria não só da terra, como também das pessoas enquanto bens de produção, diferentemente do feudalismo europeu que mantinha seu poder sobre a terra.

As relações estabelecidas no microcosmo da Casa Grande, a hegemonia de poder do senhor, a estrutura familiar que não se limita à esposa e filhos, mas alcança os filhos bastardos gerados com as mucamas e convenientemente chamados de afilhados, além de toda a rede de influências e submissão das primitivas estruturas urbanas da época, que se submetem ante o poder indiscutido do Senhor do Engenho e da rede de interesses comuns formada entre este e os armadores ou os traficantes negreiros. Este é outro aspecto, que somado ao cunhadismo acrescenta elementos importantes para a formação da hospitalidade do povo brasileiro e sobre como as pessoas são, ainda hoje, recebidas nas portentosas propriedades rurais do Brasil.

Neste sentido, é possível nosso desenvolvimento e transpassa as perspectivas de viabilidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil: a manutenção de um sistema de poder calcado na posse latifundiária da terra, diferentemente de outras formas de colonização experimentadas têm profundas implicações na nossa sociedade.

Josué de Castro (1968, p.410) enxergou, em vários momentos de sua obra, os efeitos nefastos do latifúndio e da monocultura sobre a formação social: “A exploração latifundiária,

a monocultura a base dos salários baixos, apresentada em suas variantes nas áreas coloniais do mundo inteiro, constituem, pois, o caldo de cultura ideal para desenvolvimento do pauperismo, da miséria e da fome”.

A influência do latifúndio e da monocultura é substancial na formação psicológica de uma figura freqüentemente caricaturizada: o caipira “Jeca Tatu”. Darcy Ribeiro conseguiu expressar o sofrimento deste importante personagem de nossa sociedade que explorado e famélico, não tem forças físicas e psicológicas para reagir. O Sistema oligárquico se encarrega de desalojá-lo do lugar em que sempre viveu em benefício dos grileiros apoiados por forças policiais e aparato jurídico que aumenta a concentração de terras (2001, 386ss.).

Os reflexos desta forma de dominação econômica se desdobram na vida dos vários brasis citados por Ribeiro (2001, p.269ss.) e, em sua própria essência, é diferenciada a medida em que se desenvolve de maneira sutil, onde os atores são envolvidos integralmente e gradualmente a partir de sua formação étnica, resultando num povo único que se desdobra em uma sociedade idiossincrástica conforme demonstra Gilberto Freyre:

No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento da riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda, o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família. Semelhante política foi bem diversa da de extermínio ou segregação seguida por largo tempo no México e no Peru pelos espanhóis, exploradores de minas, e sempre e desbragadamente na América do Norte pelos ingleses” (1933, p.55).

Ribeiro aplica em seu raciocínio para explicar os diversos brasis, o quadro comum da dominação oligárquica com raízes na dominação colonial escravista que perdurou até os dias de hoje nos grandes latifúndios e na monocultura como “subproduto de um empreendimento exógeno de caráter agrário mercantil que, reunindo e fundindo aqui as matrizes mais díspares, dá origem a uma configuração étnica (...) como uma dependência colonial-escravista da formação mercantil-salvacionista dos povos ibéricos” (1933, p. 273). Conseqüentemente a coexistência da prosperidade empresarial combinada com a penúria da população local, enquanto nossa sociedade era um conglomerado multiétnico formado por povos oriundos da África, Europa ou pelos nativos, que mediante um processo de mestiçagem, sutilmente induzida e pelo genocídio indígena e *etnocídio* da descaracterização cultural dos africanos e índios, resultam em uma transfiguração étnica que forma a nova identidade brasileira. Esta forma de dominação e comportamento colonial e a opção pela monocultura transcendem as

eras e se reproduz, em muitos casos, a muitos latifúndios no Brasil, inclusive em Mato Grosso do Sul.

É deste caldo cultural diversificado que emerge o brasileiro, influenciado, entre outras coisas, pela relação patriarcal existente nas casas grandes, onde o indivíduo suprime-se em favor do rito da família, ou seja, relações são ditadas pelos laços de “sangue e coração”, gerando o que Sérgio Buarque de Holanda (2000,p. 147-148) denominou de *homem cordial*. Este rótulo indica antes de tudo, segundo Holanda, um fundo emotivo, de significado quase religioso que o faz se submeter ao outro para esquecer quem ele próprio é. Esta reflexão de Holanda, é extremamente importante para a nossa compreensão acerca da hospitalidade do brasileiro, pois ainda que seja um ato que tolhe atitudes mais racionais e empreendedoras em que, ao submeter-se ao círculo familiar e ao patriarcalismo o *homem cordial* abre mão de si mesmo e de sua iniciativa individual, este traço estabelece a maneira do brasileiro de se relacionar:

(...) a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. (...) Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral no desejo de estabelecer intimidade.

O comportamento do brasileiro é, portanto, resultado da uma herança que mesclou um ambiente de dominação colonial com a intensa miscigenação que, em outros tempos, chegou a levar a culpa pelo atraso econômico do Brasil. Como efeito para a hospitalidade observa-se que, a despeito disso ou, até por isso, a postura do brasileiro é, em geral, muito receptiva e faz com que os visitantes se sintam bem vindos e, eventualmente, chocados com as manifestações de excessiva intimidade pode ser dispensada.

6.4 CULTURA EM MATO GROSSO DO SUL E SERRA DA BODOQUENA

6.4.1 Identidade cultural sulmatogrossense

A mestiçagem e a influência do índio são replicadas em Mato Grosso do Sul que, além disso, tem uma história marcada por disputas territoriais, envolvendo os povos indígenas locais, os espanhóis e a colônia luso-brasileira. Foi ribalta importante da Guerra do Paraguai

e, mais recentemente, palco de intensificação da imigração nordestina e, principalmente, sulista a partir das décadas de 1960, além de diversas colônias estrangeiras, principalmente paraguaios e japoneses, que também aportaram.

A cultura sul-mato-grossense diversificou-se e mantém até hoje manifestações representativas da intensa miscigenação que pulula em seu território. Por isso mesmo, não é possível a definição de uma identidade cultural homogênea, genuinamente sulmatogrossense, exceto, talvez, a do ‘homem pantaneiro’ ou o peão das fazendas de gado que no Pantanal, em razão da rudeza e dos caprichos do ambiente, adaptaram-se de maneira peculiar às adversidades, produzindo manifestações marcantes do ponto de vista cultural. No pantanal a criação de gado é uma das poucas atividades econômicas viáveis e vem sendo praticada da mesma forma há quase 200 anos, com os peões sendo obrigados a mudarem de lugar o gado, nas épocas da cheia e de seca, para fugir das águas ou encontrar as gramíneas essenciais (FERNANDES & ASSAD, 2002, p.103). Assim, a convivência com as travessias de lagoas, baías e corixos¹ do Pantanal são constantes provas para as comitivas de gado.

A chegada de novas tecnologias na criação de gado tem provocado um gradual desmatamento de áreas que bordejam o pantanal, com transformações substanciais na paisagem e riscos ambientais a partir da introdução de insumos químicos, mecanização e pastos exóticos (ROSSETO & BRASIL Jr, 2002, p.19). A nova pecuária intensiva que substitui a antiga pecuária superextensiva do Pantanal traz consigo a preocupação com a possibilidade de desaparecimento do patrimônio cultural representado pelo homem pantaneiro.

O pantaneiro é o resultado da miscigenação do índio, do negro e alguns traços do branco a quem Barros (1998, p. 213) classificou como: “o abugrado vaqueiro pantaneiro”. Trata-se de um tipo muito forte, com uma influência pastoril platina advinda da cultura paraguaia e dos gaúchos que lhes legaram as danças de salão e o gosto pelo *pialo*² e corridas de cavalo. Dos índios, eles herdaram o gosto pelo *tereré*, uma bebida de sabor amargo semelhante ao chimarrão gaúcho com a diferença que é servida fria. Na culinária, além da influência indígena, foi moldada pela cultura do pantaneiro e pelo caldo cultural da imigração dos mineiros, goianos e sulistas. Os hábitos advindos da vida rústica das comitivas de gado estão presentes em muitos de seus pratos típicos como, por exemplo, o “arroz carreteiro” e o “feijão tropeiro” de origem mineira, mas, adequado à praticidade exigida pela rapidez e precariedade organizada que marca o deslocamento dessas caravanas sertanejas.

¹ Pequenos canais que ligam os rios (HORTA & MANZO, 2000, p.187).

² Competições sobre montarias com disputas de laço e controle de animais.

Verifica-se que, além da influência na culinária, a cultura mineira legou o gosto pela moda de viola. Neste quesito, é necessário ressaltar um dos patrimônios culturais do pantanal, que é a viola de cocho. Um acinte ecológico já que suas cordas eram anteriormente confeccionadas pelos artesãos com tripas de macaco. O cancionista sulmatogrossense foi fortemente influenciado pela cultura paraguaia e boliviana, incorporando ritmos como a *guarânia*, *polca paraguaia* ou *galopa* e o *chamamé*. O *rasqueado* é um ritmo que traz a herança genética paraguaia e foi criado em Mato Grosso do Sul, pelo acordeonista Mário Zan (HORTA & MANZO, 2000, p. 202).

Os hábitos pantaneiros reverberaram em todas as adjacências do Pantanal incluindo a região da Serra da Bodoquena, legando aos dias atuais uma hospitalidade moldada pela rusticidade e solidariedade a que estão obrigados os homens e mulheres que vivem e convivem nos sertões. São lugares onde a solidão leva os moradores a ansiar pela chegada dos visitantes para terem um “dedo de prosa” e a oportunidade de lhes mostrar a vida em meio a uma flora e fauna exuberantes e as alternativas que encontraram para fazer parte deste ambiente.

Além da identidade cultural adquirida com a chegada dos imigrantes, Mato Grosso do Sul carrega a herança cultural de etnias indígenas que já existiram foram extintos como os Guaicuru e Paiaguás e outras que continuam a existir.

6.4.2 O índio e a cultura da Serra da Bodoquena

A região da Serra da Bodoquena tem uma rica história envolvendo os índios nômades que transitavam em toda a região e que tiveram os primeiros contatos com os brancos provavelmente no Século XVI, com as primeiras expedições européias que incursionavam pelo interior à procura de metais preciosos. Os *Mbayá*, assim chamados pelos espanhóis e *guaicurú* pelos portugueses, capturaram os primeiros cavalos adotando-os como instrumento de defesa e transporte.

A disputa entre índios e brancos, entretanto, somente se intensificou com as tentativas de colonização da região da bacia do Paraguai pelos espanhóis e portugueses. Barros (1998, 77) desfaz a imagem romântica dos índios cavaleiros, segundo o autor os *Guaicurú* eram ladrões de gado e os luso-brasileiros os receptores do gado subtraído em zonas espanholas. Weber (2002, p. 115), afirma que os *Caduveu* ou *Kadiwéu*¹ são remanescentes dos

¹ Não existe uma grafia consensual nos textos que tratam desta etnia.

Eyiguayegui-mbayá-guaicurú e habitam quatro aldeias dentro de uma reserva, com área total de 538.536 hectares, dentro do município de Porto Murtinho, entretanto, muito mais próximos da sede do município de Bodoquena:

Os guaicurus por terem sido considerados hostis, sofreram constantes expedições primitivas durante o período colonial. A adoção do cavalo por estes índios tornou-se um severo obstáculo às pretensões colonialistas tanto dos portugueses quanto dos espanhóis. Tais expedições primitivas tiveram fim com a assinatura de um tratado de paz que foi assinado em 1791 quando, então, estes índios estavam quase que completamente dizimados. No final do Século XIX somente restavam os Caduveos.

Outra etnia lendária vivia mais a oeste e norte, os *Paiaguás*, chamados índios canoeiros, provavelmente tinham a mesma origem etnológica dos *Guaicurus* e a mesma índole belicosa. Seus prováveis sucedâneos, os Guatós, ainda vivem em algumas áreas exparsas do Pantanal, se utilizando da canoa para a pesca e locomoção.

A guerra entre brancos e índios em Mato Grosso durou quase 100 anos, entre os Séculos XVIII e XIX e terminou com os índios quase que totalmente dizimados. Algumas etnias como os *Terena* e *Guarani* ainda sofrem para sobreviver ante o avanço sobre seus territórios originais pelo homem branco sendo possível encontrar, na via de acesso a Jardim, índios morando a beira da estrada em condições muito precárias.

Só a partir da década de 1990 algumas etnias como a *Kadiwéu* se recuperaram, conforme se apresenta na Figura 6.2. A população *Kadwéu* tem se recuperado numericamente, tendo passado de 1000 habitantes no ano de 1999.

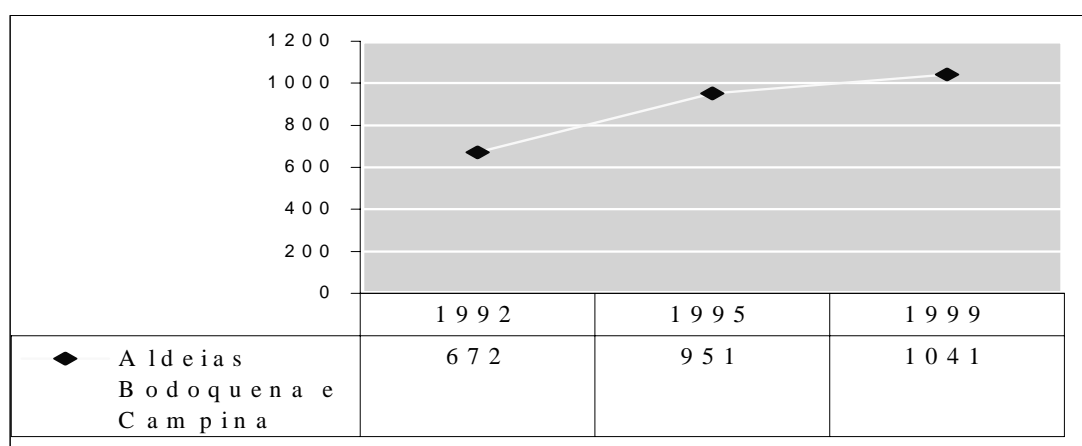


Figura 6.2 Evolução da população Kadwéu
Fonte: Mato Grosso do Sul, 2002, p.20.

Os *Kadiwéu* se mantêm sob a jurisdição do Posto Indígena Bodoquena (que abrange as aldeias Bodoquena e Campina), sediado na aldeia de mesmo nome - Bodoquena. No outro

posto indígena o São João, que abrange as aldeias São João e Tomázia, no ano de 2004 viviam 551 índios, segundo a mesma fonte. Na aldeia São João vivem, principalmente, índios *Terena* e *Kinikináo*. Por conseguinte, a população total de 1.592 corresponde aos índios destas três etnias que habitam a Terra Indígena *Kadiwéu* e inclui também os *Kadiwéu* que moram fora dela, provenientes daquelas aldeias.

Um sistema de castas parece existir entre as diversas etnias ao observar-se que papéis subalternos, ou considerados menos nobres dentro da área *Kadiwéu* são exercidos pela etnia *Kinikináo*.

Os *Kadiwéu* são hábeis artesãos e seus trabalhos figuram atualmente entre os principais artigos expostos nas lojas de souvenirs da região da Serra da Bodoquena. São belas peças de cerâmica como vasos, pratos e enfeites de parede, decorados com padrões de desenhos geométricos que os distinguem dos de outras etnias (Figura 6.3).



Figura 6.3 – Vaso kadiwéu

Os pigmentos utilizados nas pinturas são obtidos na natureza, sendo matéria-prima dos artesãos, em sua maioria mulheres, barros de diferentes consistências e tonalidades, que se amoldam à perfeição de suas cerâmicas, além de pigmentos obtidos com misturas de areias dos mais variados tons e resinas vegetais.

6.4.3 Outras influências na formação cultural da Serra da Bodoquena

Os municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena tiveram uma formação cultural fortemente influenciada pela chegada de nordestinos, gauchos, mineiros que trouxeram os hábitos da criação de gado para moldar a identidade cultural do Estado. A criação de gado desceu de Cuiabá com os primeiros desde Cuiabá e foi tomando conta dos sertões, desde o Pantanal até mais ao sul. Alguns hábitos pantaneiros acompanharam o curso do Rio Miranda e Serra da Bodoquena, estendendo-se por estes municípios até onde a fronteira com o Paraguai permitiu.

A região foi palco de eventos importantes durante a Guerra do Paraguai, devendo se ressaltar o episódio da Retirada da Laguna, que ocorreu em 1867 e envolveu soldados e civis brasileiros que tentavam conter o avanço paraguaio. Durante a retirada, o regimento posteriormente chamado de Coluna Camisão, em homenagem a seu comandante o Coronel Carlos Moraes Camisão, sofreu com os diversos ataques paraguaios, com um surto de cólera e com a fome que dizimou mais da metade dos retirantes, tendo iniciado com 1680 soldados e terminado com apenas 700 sobreviventes. A retirada teve início em território paraguaio, pouco além de onde é hoje, o município de Bela Vista e terminou em Aquidauana, tendo passado por Jardim e Nioaque (BRITES, 2003).

Registraram-se episódios envolvendo bandoleiros e salteadores que aterrorizavam fazendeiros e moradores, a exemplo do cangaço nordestino. O bandoleiro mais famoso foi Selvino Jaccques, um ex-militar gaúcho, que cometeu crimes de contrabando e assassinatos de aluguel nas cidades da Serra da Bodoquena, além dos municípios de Bela Vista e Porto Murtinho, desde o início até o final da década de 1930, quando foi morto pelas milícias locais. A sua história é digna de resgate e turistificação, entretanto, alguns personagens da história ainda são vivos e participaram como protetores dos facínoras, o que impede que a história seja recontada com a isenção devida (IBANHES, 1995).

O município de Bodoquena é, essencialmente, rural e mantém belíssimos vales ocupados por colonos em áreas como: Campina, Escondido, Salobra, Morraria e Canaã, todas próximas ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Este programa de colonização tem origem na era Vargas e atraíu para a região, imigrantes de diversas regiões do País principalmente, nordestinos trazendo junto com eles, diversas festas típicas.

As principais festas e folguedos da região são: Santos Reis, normalmente realizada no dia 06 de Janeiro de cada ano, que reúne grande parte da população rural do município, a festa

de São Sebastião realizada em 20 de Janeiro; a Festa Junina, em junho e, a festa de Nossa senhora de Perpétuo Socorro, também realizada em junho.

Representa uma característica marcante da cultura regional a existência onipresente dos clubes de laço, onde se realizam os *pialos*, e onde se manifesta a cultura do *peão boiadeiro* com homens e mulheres usando trajes típicos com motivos rurais. O programa das festividades nos clubes de laço inclui as disputas das cavalhadas e as danças em salões de bailes onde ainda se ouvem o *chamamé*, a *polca paraguaia* e o *vanerão*, mas ouve-se também, e cada vez com maior predominância, a música dita *sertaneja*, com forte influência da música *country* norte-americana. Nota-se, aqui, a influência da universalização da cultura em marcha para alterar, ou mesmo suprimir a cultura regional.

Dessa forma, o povo da Serra da Bodoquena é uma fusão das características do brasileiro “*cordial*”, da soma da cultura de seus imigrantes e dos hábitos pantaneiros, cultivada entre a rusticidade e dificuldades do sertão, que inclui a convivência com a dominação da natureza, mas que não deixa de apresentar os sinais dos novos tempos e submeter-se à globalização e universalização cultural.

6.4.3 A turistificação da cultura na Serra da Bodoquena

Posicionamento é um conceito mercadológico definidor da ação de uma organização, ou destino turístico para ser lembrado ou memorizado por seus clientes atuais e potenciais. Trata-se de um conceito estratégico e estritamente mercantilista que tem estreita ligação com os signos mentais dos visitantes, ou seja, lança mão dos elementos cognitivos para formar uma imagem positiva, na tentativa de impor uma pré-concepção na mente do visitante que o direcione para uma avaliação positiva de acordo com o interesse desta organização ou destino. Trata-se, portanto, da venda de uma imagem positiva do sistema ou empresa turística. O posicionamento, segundo Ries e Trout, é uma maneira de se diferenciar e alcançar a mente congestionada de informações de seu público-alvo (1989, p.9). Dentro do sistema turístico da Serra da Bodoquena, o município de Bodoquena quer se posicionar como principal destino cultural dentre os três municípios.

Na esteira desta concepção é que alguns atos que podem ser identificados como sendo de *turistificação* surgem. Um exemplo é o batismo de um prato comum na região confeccionado com palmito e frango, que apesar de ser consumido há bastante tempo, só recentemente foi batizado como *palga serrana*, de forma a que este seja promovido à categoria de prato típico regional permitindo, assim, a sua turistificação.

Outros movimentos de *turistificação* são notados nos eventos especialmente organizados para explorar o fluxo turístico, como a festa da *guavira* e o festival de inverno, ambos no município de Bonito e o carnaval nos três municípios daquele sistema turístico.

Menção especial deve ser feita a *guavira*, cujo nome científico é *Campomanesia obversa*. Trata-se uma fruta que já foi endêmica no Cerrado e atinge a maturação em um período muito curto, geralmente entre os meses de novembro e dezembro. Com o avanço do desmatamento para exploração da agricultura e da pecuária a planta está desaparecendo rapidamente. O período do ano de sua maturação favoreceu um hábito cultural que envolvia toda a família numa caça à *guavira*, nos finais de semana, em que hordas de cidadãos acorriam ao campo em busca da deliciosa fruta.

A festa da *guavira* é organizada, anualmente, em Bonito e nela se nota um movimento de *turistificação*. Carrega também o mérito de, por meio do culto a esta fruta, resgatar a integração homem ambiente tão característico entre os primeiros moradores da região. Nesse sentido, não se percebe, pelo menos por enquanto, que a iniciativa irá sobrepujar o saudável interesse coletivo pelo resgate do patrimônio cultural para o privilégio de uma discutível turistificação puramente mercantilista.

O festival de inverno de Bonito, também organizado anualmente, é especialmente voltado para a atração de turistas. Faz parte de uma estratégia dos atores locais para aumentar o fluxo e a permanência dos visitantes e ajudar na impulsão da economia local. O evento representa um esforço coletivo que atrai o apoio de outros níveis governamentais, empresários e comunidade, que demanda investimentos consideráveis para a montagem da estrutura necessária para seu suporte operacional. Do ponto de vista do interesse no resgate cultural regional seu alcance é discutível, pois, em geral, privilegia atrações musicais de outros estados brasileiros. Percebe-se, entretanto, a preocupação de inserir talentos musicais representativos da cultura da região, ou mesmo nativos, mas o psicodelismo do aparato logístico montado e os apelos mercadológicos para atrair um público massificado acabam por provocar a obliteração dessas atrações locais.

O carnaval é o ponto mais controvertido do processo de turistificação da cultura regional. O debate tem sido intenso sobre a conveniência ou não do apoio à realização de uma festa que atrai milhares de turistas todos os anos, podendo notar-se uma divisão de opiniões entre empresários, representantes do terceiro setor, governos e comunidade em geral. Sob a perspectiva dos méritos de resgate e preservação do patrimônio cultural regional não é possível notar nenhuma contribuição, já que ocorre uma efetiva importação de modelos

exógenos, em geral, do carnaval baiano, não incorporando nenhum elemento de diferenciação destes modelos. Este, entretanto, não é um problema tão grave quanto os efeitos sobre o ambiente, fundamentalmente, o ponto principal, que motiva a discórdia sobre a manutenção destes eventos. A chegada de milhares de turistas, em geral provenientes do próprio estado, por um curto período, provoca uma sobrecarga nos atrativos turísticos e na capacidade dos serviços públicos dos municípios, causando sérios danos ambientais em ecossistemas extremamente frágeis e que são os sustentáculos do turismo nas outras épocas do ano.

Outra importante questão que envolve a dimensão cultural diz respeito ao *efeito demonstração*. Sua presença nessa região que começa a desenvolver seu turismo é perceptível, é possível perceber que, a partir do incremento do número de visitantes se observam mudanças nos comportamentos, principalmente dos jovens, que passam a adquirir um gosto musical e hábitos de consumo e de relacionamento diferentes do padrão observado em outros municípios que não recebem turistas.

Neste sentido os três municípios também apresentam diferentes estágios, com o município de Bonito liderando o processo de transformação. É nele que se observa o maior efeito do processo de globalização, na música, na culinária, na política e nos comportamentos que orientam as relações de seus atores. Em Bonito esse efeito é, também, resultado da intensa importação de mão de obra de outros municípios e estados para operar o estafe que opera sua hospitalidade. Já nos demais municípios este processo é menos intenso embora também perceptível.

6.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A mercantilização da hospitalidade é o que promove a grande ligação entre cultura e turismo. Do ponto de vista do interesse da cultura regional a grande pergunta, sob a égide dos conceitos da sustentabilidade, que não pode deixar de ser feita é: essa mercantilização prejudica ou ajuda a preservação da cultura regional?

O caso da *palga serrana* em Bodoquena é exemplar da discussão que envolve a questão da autenticidade da cultura regional e a tentativa de conciliação entre a cultura e o turismo. Como este, existem outros acontecimentos discutíveis como, por exemplo, a reativação de habilidades no artesanato. Não se sabe se alguns dos trabalhos artesanais desenvolvidos na região são uma reedição de manifestações quase esquecidas no tempo pelos índios, ou de habilidades adquiridas e, talvez, “mestiçadas”, intencionalmente, com a de outras etnias para que se possa fazer o suprimento das lojas de souvenirs da região.

A cultura é uma das dimensões frágeis do diálogo transgeracional e no afã de criar fatos e motivos com fins mercantilistas para a cultura regional os atores podem, até involuntariamente, provocar um efeito contrário, acelerando o desaparecimento da identidade cultural regional.

Sob este prisma, podem ser observados riscos na Serra da Bodoquena em decorrência do crescimento do fluxo turístico. Estes riscos se concentram sobre o patrimônio cultural indígena e das comunidades rurais. As dúvidas recaem sobre a autenticidade das manifestações culturais e sobre o futuro da identidade cultural pantaneira. A progressiva transição de uma forma de turismo alternativo para o turismo de massa pode alterar as formas de hospitalidade e de oferta de produtos culturais dentro do portfólio do turismo regional. Este risco pode ser aumentado pela fragilização da identidade cultural regional, com a influência dos hábitos dos visitantes, que abre espaço para a universalização cultural.

Se existe uma fragilidade da identidade cultural regional, uma outra consequência é a de que o grande potencial de turistificação, a partir do patrimônio histórico e cultural, é subaproveitado. A diversidade cultural da região, que se funde com as possibilidades de definição da identidade regional, e com a rica história da região da Serra da Bodoquena não tem sido alvo de um bom planejamento coletivo e ações de projetos governamentais. Alguns esforços esparsos têm sido notados por parte das comunidades, como no caso do Festival da *Guavira*, mas não têm sido suficientes para o fortalecimento dessa identidade cultural. Obviamente, o interesse do *trade* turístico de comercializar a hospitalidade e a cultura, não pode sobrepujar o interesse coletivo de resgate e preservação da própria cultura, entretanto, estas duas dimensões podem, se existirem ações coordenadas e bem intencionadas, ajudarem-se mutuamente na busca do interesse comum.

7 A AMBIÊNCIA ECONÔMICA DO TURISMO

7.1 INTRODUÇÃO

A pujança econômica de um país ou uma região é determinada não apenas pelas potencialidades de suas vantagens comparativas como também, e principalmente, pelo esforço de seus atores para construir vantagens competitivas. E o que faz a competitividade de um país ou uma região? Seria uma função da existência de boas práticas administrativas, mão-de-obra barata, recursos naturais abundantes, políticas governamentais bem dirigidas, ou a combinação adequada de fatores macroeconômicos como taxas de câmbio, de juros e superávits fiscais racionais? Segundo Porter (1993, p.4), nenhuma destas explicações se bastam em si mesmas e pode-se dizer que em uma economia liberal pode ocorrer de alguns setores econômicos serem mais competitivos que outros, dificultando, portanto, uma avaliação sobre a competitividade regional.

A microrregião sudoeste é, economicamente, a menos desenvolvida do Estado de Mato Grosso do Sul, com a menor participação percentual no PIB entre suas oito microrregiões. A busca de caminho para o seu desenvolvimento permeia as preocupações governamentais e de seus atores. Em busca da definição de uma visão de futuro e de projetos adequados às potencialidades e problemas da Região, foi elaborado um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável (MATO GROSSO DO SUL, 2000) onde se indicou quais seriam os projetos prioritários para melhorar as condições econômicas, sociais e ambientais dos seus oito municípios¹ Este estudo aponta para as perspectivas de um desenvolvimento local, baseado em um particular arranjo produtivo fundado na pecuária, na agricultura e no

¹ As microrregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul é uma convenção do governo estadual e compreende os municípios de: Bodoquena, Bonito, Jardim, Nioque, Guia Lopes da Laguna, Bela Vista, Caracol e Porto Murtinho.

turismo. Despeja-se, desta forma, sobre o turismo, as esperanças de redenção econômica, principalmente sob a perspectiva de um aumento no número de empregos e redistribuição de renda.

A busca por indícios de que esta perspectiva existe, de que o turismo pode ter estes efeitos sobre a distribuição de renda e quais os reflexos deste movimento na sustentabilidade do turismo, é o objeto do presente capítulo, que está dividido em duas partes principais. A primeira é uma introdução teórica sobre arranjos produtivos locais, fatores de produção e valor econômico, e a segunda parte, um diagnóstico dos aspectos econômicos, efeito multiplicador, a taxa de ocupação e a capacidade sobre o ciclo de vida do sistema turístico.

A análise está restrita a aspectos que cercam economia e sustentabilidade sem se deter profundamente sobre minúcias microeconômicas que cercam as empresas do *trade* turístico local, uma vez que o objetivo maior da presente tese é observar, com prioridade, o sistema turístico como um todo.

7.2 ASPECTOS TEÓRICOS INTRODUTÓRIOS DA ECONOMIA DO TURISMO

Do ponto de vista do interesse em discutir sustentabilidade econômica e turismo, os delineamentos teóricos se fixaram, primariamente, nos domínios dos aspectos microeconômicos de um sistema turístico e em outro aspecto que interessa, de perto, ao conceito de Desenvolvimento Sustentável: a eficiência do consumo de recursos naturais. Secundariamente, interessa discutir as atinências macroeconômicas que interferem nas decisões dos atores e investimentos importantes para a estruturação do sistema.

Uma primeira questão conceitual diz respeito ao aspecto temporal da sustentabilidade e eficiência econômica. O trabalho de R.W. Butler que diz respeito ao ciclo de vida do produto turístico e motiva a discussão de sua utilidade na proposição de análises quanto a sustentabilidade econômica de um sistema turístico. Em seu artigo "*The concept of a tourist area cycle of evolution*", que contém as premissas para a classificação das fases a que se submetem estes sistemas, Butler demonstra que as suas perspectivas de sustentabilidade dos produtos turísticos, dependem de fatores sociais, ambientais, e, sobretudo, econômicos (apud PRIESTLEY & MUNDET, 1998).

O conceito de ciclo de vida é fundamental para a presente análise da sustentabilidade desta tese, já que as principais hipóteses do trabalho mantêm a expectativa de avaliação da sustentabilidade atual e as perspectivas futuras de sustentabilidade do sistema turístico. Assim sendo, apesar da vasta literatura acerca dos pressupostos teóricos de economia ambiental e

economia do turismo, esta introdução à teoria se concentrará sobre três pontos principais: 1) a questão da cadeia produtiva do turismo e os arranjos produtivos locais ou *clusters*; 2) aspectos macroeconômicos e microeconômicos do turismo, com ênfase, na microeconomia, sobre questão do efeito multiplicador no mesoespaço¹; e, 3) o conceito de valor econômico do turismo e seus reflexos sobre o sistema turístico.

7.2.1 Cadeia produtiva do turismo e arranjos produtivos locais

Um aspecto conceitual imprescindível, na análise de um sistema turístico regional, é o dos arranjos produtivos locais ou *clusters*, cujo entendimento deve se completar com o da cadeia produtiva do turismo. Enquanto o arranjo produtivo local tem uma limitação geográfica, ou seja, compreende as interfaces de uma cidade, região ou país, o conceito de cadeia produtiva transcende esta limitação compreendendo todas as interfaces políticas e econômicas que têm interesse na produção turística. O arranjo produtivo local constitui “uma concentração geográfica e setorial de empresas e instituições que, em sua interação, geram capacidade de inovação e conhecimento especializado”. Conforme ensina Michael Porter (1993, p. 164-165), a rivalidade interna dos vários competidores locais irá influir positivamente no desenvolvimento tecnológico, na qualidade da produção, no conhecimento dos mercados, fatores esses que, isoladamente, não seriam passíveis de fortalecimento. Para Beni (2001, p11) *cluster* turístico é um conjunto de atrativos com destacado diferencial turístico, dotado de equipamentos e serviços de qualidade, com excelência gerencial, concentrado em um espaço geográfico delimitado.

Esse conceito traz à baila da análise econômica do turismo uma correlação com as perspectivas do ciclo de vida do produto, no que diz respeito à consideração da qualidade exigida pelo mercado, em relação ao valor do produto turístico e, conseqüentemente, as suas possibilidades de sobrevivência. Também é necessário considerar como o desenvolvimento científico-tecnológico, a internacionalização do capital e a globalização, o que tem conferido ao setor turístico, a posição de uma das maiores indústrias do mundo. É neste contexto que se insere a discussão da cadeia produtiva que, em diferentes escalas, tem implicações importantes nas questões sobre as perspectivas de desenvolvimento local sustentável.

¹ O mesoespaço é o definido para uma determinada cidade ou região turística, sendo, portanto mais amplo que a consideração apenas do espaço das empresas e mais restrito que o espaço em que se inserem as variáveis macroeconômicas.

A cadeia turística (Figura 7.1) mantém uma estrutura que abrange desde os produtores turísticos até o mercado consumidor de turismo, passando pelo sistema de distribuição atacadista e varejista (CUNHA, 1997, p. 185). Os principais produtores de turismo são os que exploram as atividades de alojamento, alimentação, transportes e atrativos, entretanto, muitas outras atividades se beneficiam direta, ou indiretamente deste mercado, como, por exemplo, os artesãos, os comerciantes e os produtores agrícolas.

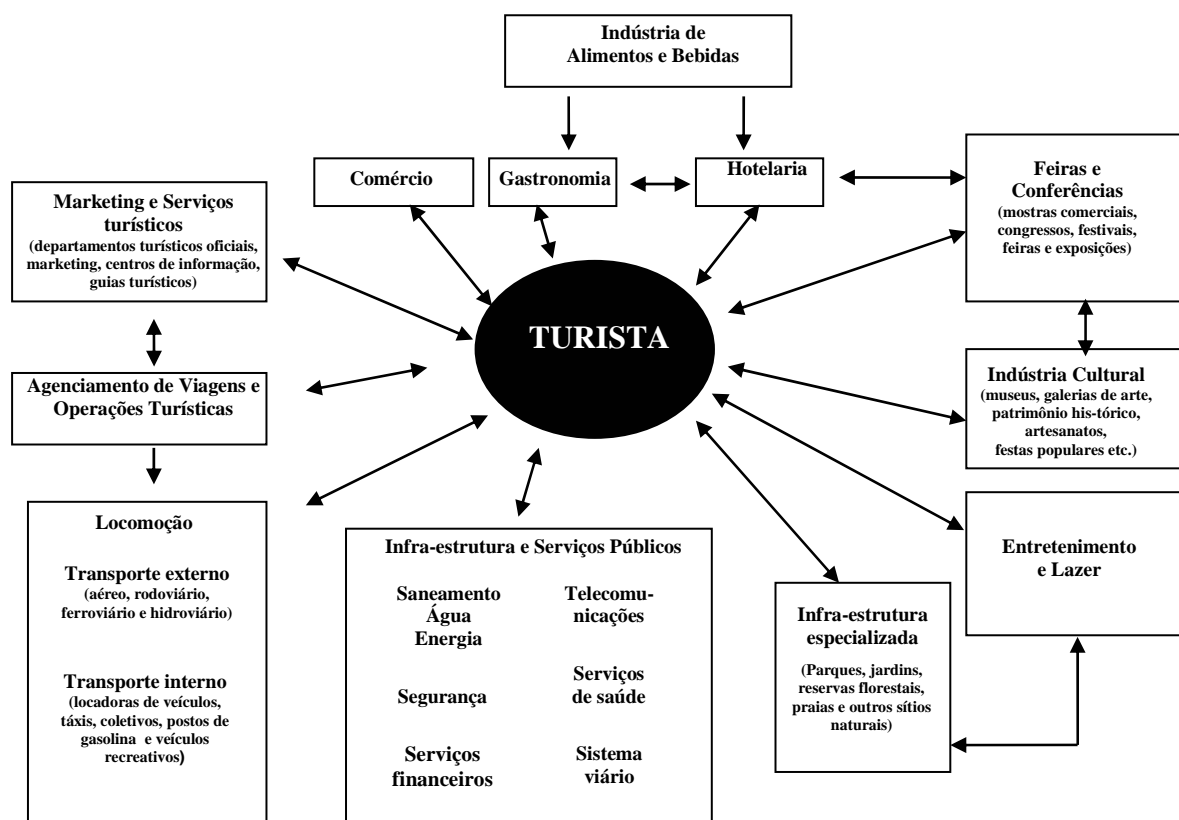


Figura 7.1 Relações da cadeia produtiva do turismo

Fonte: Elaborado com informações de Goeldner, Ritchie, McIntosh (2002).

Não existe um consenso na literatura sobre o número de atividades ou segmentos econômicos que podem ser alcançados pelo efeito multiplicador da produção turística mas, certamente, representam direta ou indiretamente mais de 50 diferentes atividades, como demonstram Goeldner, Ritchie, & McIntosh (2002, p.286). Este alcance depende, obviamente, do nível de desenvolvimento do sistema turístico, portanto, da oferta de produtos e serviços econômicos disponibilizados e representa uma contradição do impacto do turismo, pois como se verá adiante, quanto mais profissionalizado o turismo, no sentido do aumento da oferta de equipamentos e produtos, maior a probabilidade de redução do impacto do efeito multiplicador a partir da perspectiva da perda de controle do local sobre as atividades econômicas. Entretanto, uma maior diversificação da oferta turística também representa a

possibilidade de aumento do tempo de permanência do turista, bem como, sua disposição a gastar mais dinheiro dentro do sistema turístico. Isso pode levar a conclusão de que existe uma tendência a uma evolução equilibrada dos impactos do turismo sobre as comunidades locais, mesmo com uma tendência de perda de controle em longo prazo, contudo, em face da capacidade de organização e controle dos conglomerados financeiros a probabilidade maior é que a balança se desequilibre em direção a uma concentração de renda com prejuízo dos atores locais.

7.2.2 Macro e microeconomia do turismo

Os principais aspectos macroeconômicos interferentes são os que dizem respeito ao comportamento cambial e taxas de juros. O primeiro aspecto, por sua pressão sobre a decisão dos turistas internacionais para escolher este ou aquele destino, conforme lhe seja favorável e, ainda, pela própria pressão que o mercado turístico pode exercer para a definição de tais taxas de câmbio. O segundo, em razão dos pesados investimentos em estrutura e infra-estrutura, necessárias para que o turismo se profissionalize.

Não é possível, ainda, desprezar os efeitos do turismo sobre as receitas fiscais, emprego, balança de pagamentos, relações intersetoriais e a questão da competitividade econômica do turismo. Esta é a dimensão do mercado e da competitividade do sistema turístico regional. O mercado são pessoas, pessoas que desembarcam vindas da própria região ou estado, de outros estados ou de outros países. Para se falar em competitividade do sistema turístico regional é necessário conhecer, minuciosamente, estes diferentes mercados e como eles interferem nas perspectivas econômicas do turismo local.

O entendimento dos aspectos macro e microeconômicos que cercam o turismo contribuem, por fim, para o delineamento dos efeitos econômicos presentes em um sistema turístico, possibilitando aquilatar as interações destes fenômenos com as outras dimensões de análise, principalmente, sobre as dimensões político-institucional, social, ambiental e cultural. Lemos (2005, p. 105) denomina o *locus* dos sistemas regionais e locais de “nível Meso”, referindo-se a um complexo que acumula, organização e valor turístico por meio da gestão de uma complexa rede de variáveis e fatores, conforme explicita a figura 7.2.

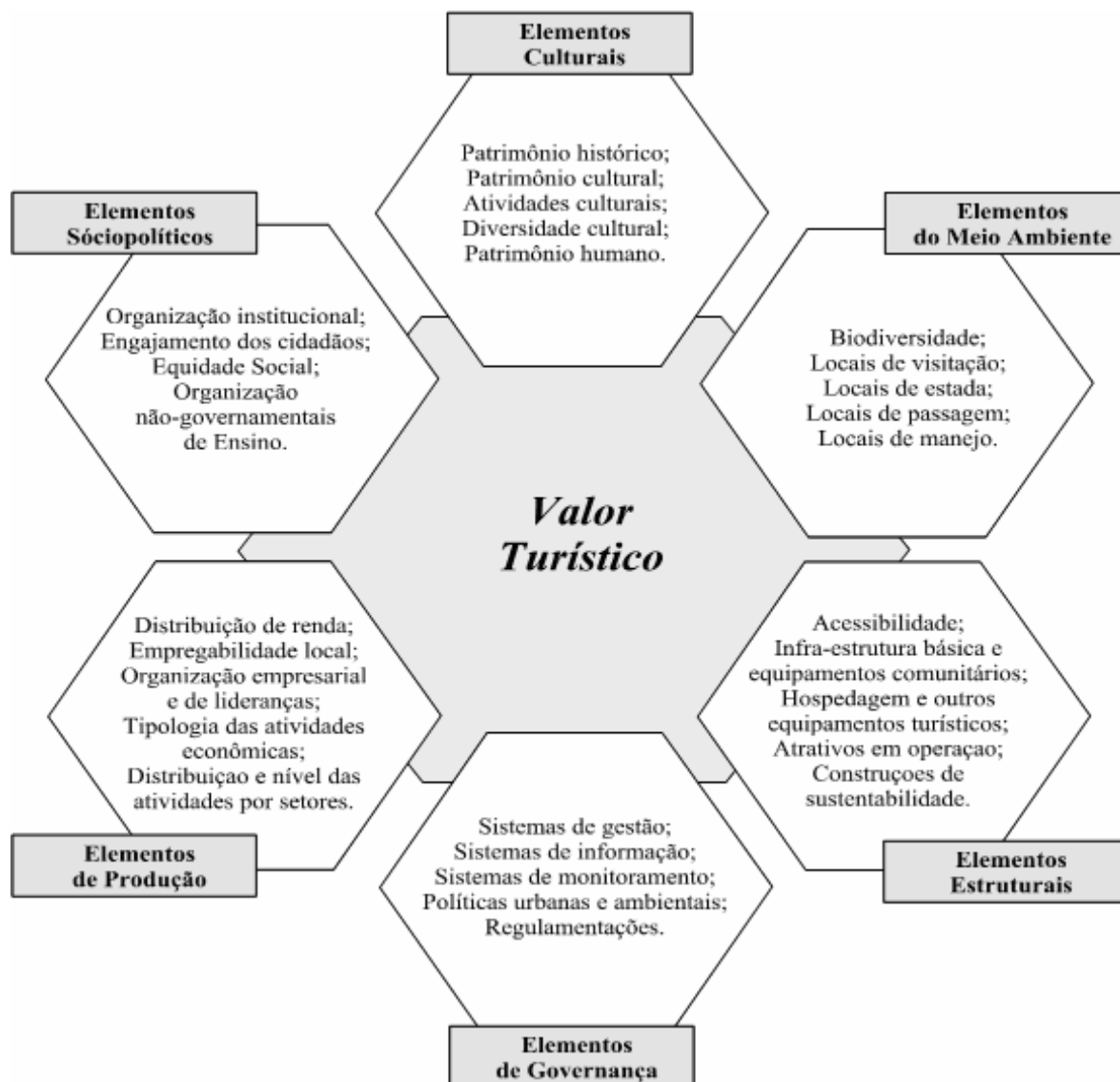


Figura 7.2 Célula de produção turística ou célula do processo de agregação.
 Fonte: Adaptado de Lemos (2005, p. 127).

Um dos efeitos mais conhecidos e interessantes do ponto de vista da análise da economia regional, com repercussões sobre praticamente todos os seus elementos constitutivos, é o chamado efeito multiplicador. Trata-se da visão sobre como os resultados da produção ou venda turística repercutem sobre o desenvolvimento regional, Rabahi (2003, p. 66-67) indica que o efeito multiplicador da produção ou venda do turismo se inicia com o gasto do turista e seu impacto, paulatinamente, diminui a cada nova transação indireta iniciada, diretamente, pelo produtor turístico, mas enquanto dura sua reverberação, gera salários e rendas para diversos setores envolvidos direta ou indiretamente na cadeia turística. No caso brasileiro, estima-se que o efeito multiplicador de renda situa-se ao redor de 2,85, ou seja, cada unidade monetária despendida pelo visitante estrangeiro tende a gerar um acréscimo de 2,85 unidades monetárias.

Faz-se necessário ressaltar que o efeito multiplicador não é homogêneo, do ponto de vista da sustentabilidade econômica local, em todos os sistemas turísticos, uma vez que onde predominam grandes *resorts* o seu impacto na economia local é menor. Arrillaga (1976, p. 245) ensina que quanto mais alta é a propensão marginal ao consumo por parte do turista, tanto mais alto resultará o efeito multiplicador. No turismo praticado nos Estados Unidos, por exemplo, esse efeito multiplicador é muito maior que na Espanha, onde segundo Acerenza (apud LEMOS, 2005, P. 27), é de 2,23. Acerenza ensina, ainda, que o efeito multiplicador da renda gerada por cada unidade de gasto turismo, é definido pela seguinte fórmula (2003, p. 195):

$$K = \frac{\text{Volume total de venda}}{\text{Gasto inicial do turista}}$$

Onde:

K = multiplicador da venda do turismo.

Tratam-se dos pressupostos de Keynes (1992, p.100ss.), que correlacionam o crescimento econômico com a “propensão marginal a consumir” existente a partir de investimentos e gastos iniciais, em contraposição à propensão à poupança por parte da população. Além disso, como informa Rabahi (2003, p.65), o efeito multiplicador depende da propensão do governo em arrecadar, tornando menor seu impacto a medida em que existe uma maior tributação. Para Keynes, a ação da autoridade monetária sobre o investimento pode determinar o crescimento ou recrudescimento econômico em um determinado setor. Este raciocínio está no bojo do pensamento keynesiano que propunha a iniciativa do governo como forma de recuperar a economia após o grande colapso econômico que ocorreu no ano de 1929, nos Estados Unidos.

O efeito multiplicador toca o conceito de cadeia produtiva na medida em que é possível afirmar que este tende a ser maior quando o sistema produtivo controla a maior parte dos fatores de produção. Assim sendo, um sistema constituído de um país tem um efeito multiplicador muito maior do que uma cidade ou região, como afirmam Cunha (1997, p. 255) e Lage & Milone (2001, p.132). O fato importante da análise do efeito multiplicador é que quanto maior a retenção e o controle da localidade sobre os fatores de produção, maior será este efeito, a depender da propensão marginal ao consumo, em oposição à poupança, que os empresários e os elementos transformadores do sistema mantêm.

A perda gradual do controle dos fatores da produção, por parte dos empresários locais e o desenvolvimento e profissionalização do sistema turístico podem provocar a redução do efeito multiplicador, como ocorreu na Ilha Dominica, localizada no Caribe, cujo efeito multiplicador era de 2.1 em 1990 e passou para 1,45 em 1980, com a redução das restrições à importação e adoção de regras mais flexíveis para a expatriação dos lucros (PATTERSON, et alli, p. 134-135).

É muito difícil que um sistema local consiga prover todos os bens e equipamentos necessários para a sustentação da produção turística. Entretanto, quanto maior a sua contribuição, tanto maior será o coeficiente que representa a relação entre o gasto do turista e o quanto isso repercute na economia. Em outras palavras, o efeito multiplicador é um importante indicador de sustentabilidade, na dimensão da eficiência econômica e na dimensão da equidade social, já que, quanto maior, melhores serão seus efeitos sobre a inclusão do sistema econômico local e, conseqüentemente, de uma perspectiva de distribuição de renda local.

7.2.3 Valor econômico no turismo

Também deve ser alvo de discussão, como elemento da sustentabilidade econômica, a questão do valor econômico do turismo. Há que se correlacionar valor econômico com o conceito de ciclo de vida e a qualidade de produto turístico. Essa discussão é o cerne da visão de sustentabilidade econômica do turismo, principalmente do que explora a produção de produtos turísticos em ambientes naturais.

Já existe um considerável avanço acadêmico na questão do valor dos bens ambientais e dos conceitos da economia ambiental. É possível afirmar que muito já se discutiu o conceito de ciclo de vida dentro da visão da sustentabilidade, todavia, como afirma Lemos, ainda faz necessário um maior investimento na produção de uma ciência básica para a economia do turismo em que se produza um escopo teórico para questões específicas da economia do turismo (2005, p. 25).

É na direção da conceituação da análise da sustentabilidade econômica do turismo, que se encaminham propostas de análise econômica carregando o interesse em atender as necessidades de valoração de bens ambientais e sua possível relação com a aplicação de preços dos produtos turísticos. Esses preços, sob o ponto de vista do novo conceito de sustentabilidade devem sustentar não apenas os custos fixos, variáveis e a lucratividade da empresa turística como, também, os investimentos exigidos para a renovação dos recursos

naturais e ambientais, bem como atender a expectativa dos retornos sociais na forma de uma melhor distribuição de renda.

Uma das primeiras questões que devem ser tratadas ao analisar o valor econômico da produção turística é que a lei da oferta e da procura nem sempre funciona dentro de um sistema turístico. Segundo Lemos (2005, p.95), a lei funciona quando se está fora do sistema turístico, mas quando se decide por este ou aquele destino turístico para o veraneio, ou seja, uma vez dentro do sistema, em vários momentos a lógica do mercado perde seu impacto quando se trata da procura pelos atrativos turísticos locais. A lei da oferta e da procura continua vigorando para as agências, restaurantes e meios de hospedagem, porém, certos atrativos, sejam públicos ou privados, devido ao seu valor material e imaterial ou sua raridade, são alvos de uma idolatria ou quase idolatria por parte dos visitantes, fazendo com que a lógica dos preços seja subvertida. Lemos lembra, por exemplo, que não é possível vivenciar o carnaval da Bahia em Paris, no mês de julho, portanto, não existe o elemento concorrencial que poderia forçar uma baixa nos preços dos ingressos.

O chancelamento do valor econômico do turismo é o coroamento, segundo Lemos (2005, p. 169ss.), de um processo de transformação e agregamento de valor e depende, ainda, das relações sociais a que está sujeito o sistema turístico. Dentro do processo de chancelamento do valor, no que toca a decisão de viagem do turista, podem ser destacadas algumas variáveis importantes para entender os fenômenos econômicos de um sistema turístico como o da Serra da Bodoquena. A avaliação do valor turístico, por parte do turista, depende, por exemplo, dos conhecimentos e informações que acumulou; de seu tempo disponível e da distância que precisa percorrer; da taxa de câmbio; das disponibilidades de bens e serviços turísticos; e, da qualidade dos bens e serviços turísticos.

Para uma relação do valor econômico e mesoespaço e, considerando os elementos materiais e imateriais existentes, é possível visualizar o valor econômico dos bens que se tornarão os fatores de produção do turismo de diferentes maneiras. Conforme vários pesquisadores, como Motta e Santana & Mota (1996; 2004; p. 84, p.52 ss.) é possível, inicialmente, calcular o valor econômico pelos preços hedônicos, pelo custo despendido para a viagem até o destino e, ainda, pelo método da valoração contingente. O primeiro método considera os valores de uso direto e indireto e de opção do bem ambiental para determinar os preços ótimos a serem atribuídos para determinado atrativo turístico. Já o método do Custo de Viagem, é calculado com base na soma dos custos de visitação, frente a um público possível de ser admitido em um determinado local, considerando as origens destes visitantes. Este conceito se vincula perfeitamente,   idéia dos limites de capacidade de carga, já que a

escassez será um elemento essencial na determinação dos custos de viagens ao se deparar com o crescimento do fluxo de turistas estrangeiros cujo custo de viagem é bem maior que o dos visitantes do próprio Estado. Por último, o método do valor contingente propõe a valoração econômica por meio do cálculo da Disposição a Pagar – DAP do usuário, para a manutenção de seu bem estar, baseado em mercados hipotéticos. Isso significa que este método pretende capturar o interesse da comunidade em preservar o patrimônio ambiental ou, explorá-lo com alguma atividade econômica, assumindo o ônus desta exploração como um custo econômico.

Sob este ponto de vista, as teorias econômicas com sua visão sistêmica, devem dar conta de uma realidade complexa que compreende as estrutura e interações do negócio turístico. A sua complexidade decorre das características sociotécnicas do mesoambiente turístico, com a questão do valor permeando uma gama de variáveis influenciadoras do valor turístico que envolve a quem Lemos (2005, p. 95ss) denominou de agentes interferentes do sistema de produção turística. Estes agentes são os turistas, a comunidade, o *trade* turístico, os agentes financiadores, as instituições de ensino e pesquisa e as ong's. Ressalta-se que, apenas considerando os componentes do *trade*, já é possível visualizar uma rede extremamente diversificada e de difícil apreensão para a teoria do valor econômico do turismo. Esta rede compreende toda a extensão que compreende o fornecimento de produtos para os hotéis, serviços de alimentação e atrativos, além de vários outros tipos de grandes e pequenos negócios envolvidos direta ou indiretamente com a indústria do turismo.

A dificuldade de compreensão da indústria do turismo, do ponto de vista econômico, é ressaltada por Naisbitt (1998, p. 118). Ao citar um artigo da revista *The Economist* ele explica que essa indústria possui múltiplos componentes e que muitas de suas partes estão “inextricavelmente associadas” a outros setores econômicos:

A importância do setor de turismo é de difícil compreensão, por pelo menos três razões. Primeira, não existe uma definição aceita do que constitui essa indústria; qualquer definição corre o risco de superestimar ou subestimar a atividade econômica. Segunda, o turismo é um negócio em que muitas atividades, (como a dos guias de turismo e dos vendedores (*souvenirs*) e receitas (*gorgetas*) se prestam bem aos praticantes da economia informal. Nos países com controle de câmbio exterior (que é sempre contornado), todas as cifras oficiais sobre os gastos no estrangeiro estarão erradas. Terceira, o turismo internacional sofre de diferenças espantosas nos dados de diferentes países.

7.3 ECONOMIA DA SERRA DA BODOQUENA E O TURISMO

7.3.1 Microeconomia e efeito multiplicador no mesoambiente

A economia na região turística da Serra da Bodoquena é hoje totalmente dependente da pecuária e da agricultura, com destaque para a primeira (Tabela 7.1). No setor secundário, uma indústria de porte, localizada no município de Bodoquena, rouba a cena e provoca um desequilíbrio nas estatísticas de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Fora ela, o que resta é uma economia dominada por atividades com baixo valor agregado¹ onde predominam empresas ocupadas com atividades rurais ou comércio.

O setor terciário da economia da Serra da Bodoquena é o que mais cresce e já pode ser considerado o mais importante para a Região. O setor terciário ocupa, atualmente, mais de 60% da mão-de-obra, tornando-se o pilar de sustentação do desenvolvimento socioeconômico local (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p.44).

Tabela 7.1 – Evolução do Produto Interno Bruto da região turística da Serra da Bodoquena (Em mil R\$)

Ano	Município	agropecuária	indústria	serviços	impostos	PIB	PIB <i>per capita</i>
1999	Bodoquena	11,720	16,621	14,489	5,588	48,417	5,794
	Bonito	29,257	6,559	36,072	1,371	72,497	4,292
	Jardim	14,722	12,954	43,564	2,669	71,886	3,210
	<i>Serra da Bodoquena</i>	55,699	36,135	94,125	9,628	192,801	4,432
	MS	3,011,272	2,168,052	5,012,149	943,591	10,901,030	5,877
2000	Bodoquena	13,610	18,855	15,789	8,394	56,648	6,757
	Bonito	33,258	9,389	32,886	1,909	76,595	4,493
	Jardim	17,231	9,981	42,919	3,316	71,249	3,132
	<i>Serra da Bodoquena</i>	64,099	38,225	91,593	13,618	204,492	4,794
	MS	3,113,524	2,624,279	5,218,127	1,139,442	11,861,168	6,152
2001	Bodoquena	16,421	20,249	17,336	11,972	65,978	7,845
	Bonito	42,379	10,159	43,567	2,411	97,261	5,654
	Jardim	22,175	7,604	47,596	3,389	77,803	3,367
	<i>Serra da Bodoquena</i>	80,975	38,012	108,499	17,772	241,042	5,622
	MS	4,075,538	2,864,170	5,784,219	1,324,041	13,736,055	7,283
2002	Bodoquena	18,760	18,551	18,023	18,668	74,003	8,770
	Bonito	47,055	8,843	42,925	2,743	99,218	5,715
	Jardim	23,686	9,012	53,340	4,195	85,276	3,634
	<i>Serra da Bodoquena</i>	89,501	36,407	114,288	25,606	258,497	6,040
	MS	4,755,427	3,035,668	6,545,436	1,591,854	15,342,782	8,184

Fonte: Base de dados ajustada do PIB dos municípios 1999-2002 (BRASIL, 2005).
Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

¹ O valor agregado pode ser explicado com a inclusão da cadeia produtiva. Uma região ou um grupo de atores pode dominar completamente, ou parte, dos fatores de uma cadeia produtiva maximizando as possibilidades de lucro. Este conceito difere do valor adicionado, que representa o aumento do valor de cada uma das matérias primas e serviços após cada estágio de aproveitamento. No caso da cadeia produtiva da agricultura, por exemplo, o valor agregado significaria dominar todas as possibilidades tecnológicas de processamento industrial e, até mesmo, a sua distribuição no mercado mundial, o que se torna virtualmente impossível em face da atual estrutura financeira internacional.

Conforme pode ser observado na tabela 7.1, o setor de serviços é responsável por, aproximadamente, 46% do PIB regional, enquanto a indústria é responsável por 17% e a agropecuária tem mantido uma contribuição estável, em torno de 32%. Inserido em serviços o turismo desponta como um dos principais responsáveis pelo desempenho do setor terciário da economia e contrasta fortemente, em termos de geração de emprego e renda, com o setor primário, notadamente a pecuária, que é, tradicionalmente, concentradora de renda e mantém um baixo efeito multiplicador na economia.

Segundo Barbosa & Zamboni (2000, p. 26) a atividade turística em Bonito, apesar de não alcançar um faturamento superior ao setor agropecuário, já se tornou mais significativamente mais relevante, tendo se tornado o principal foco de dinamismo da economia local, em razão de um maior efeito multiplicador na economia.

No ano de 2004, visitaram o sistema turístico da Serra da Bodoquena, cerca de 75 mil turistas. Não existem números mais confiáveis para a mensuração do fluxo turístico no Sistema da Serra da Bodoquena. Esta quantidade foi estimada a partir do número real da venda de ingressos nos atrativos, medido pelo sistema de controle do fluxo turístico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, do município de Bonito, o SISTUR. Considera-se, para este cálculo, estimativas do Município de Bonito, indicando que cada turista visita, em média três atrativos durante sua estada nos três municípios. A consideração dos números do SISTUR para os três municípios, deve-se ao fato a venda de ingressos serem feitas, praticamente, em sua totalidade, inclusive para os atrativos localizados em Jardim e Bodoquena, pelas agências receptoras localizadas na cidade de Bonito.

Em pesquisa realizada no município de Bonito, com uma amostra de 337 turistas, foi perguntado sobre o gasto de cada indivíduo durante toda a sua estadia (LUNAS, 2000, p. 64), o que permitiu uma estimativa de dispêndio médio total por turista em R\$ 484,69¹. Este valor é o gasto diretamente em produtos turísticos, o que significa que existe a perspectiva de um impacto total muito maior na economia, quando aplicado o efeito multiplicador estimado que, no Brasil, é de 2.85, portanto, pode chegar a R\$ 1.381,37 ao utilizar-se o índice nacional, multiplicando-se pela totalidade de turistas que visitam anualmente a região turística da Serra da Bodoquena. Isso quase que triplicaria o impacto atual dos gastos turísticos, atualmente estimados em 36 milhões de reais (Tabela 7.2), causando um impacto de quase 100 milhões de reais a mais. Existe, entretanto, a ressalva de vários autores, de que o efeito multiplicador

¹ Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

para uma localidade ou região não é tão grande. Cunha (1997, p.255), por exemplo, afirma que em países em desenvolvimento, ou em pequenas ilhas, por exemplo, os filtros dos efeitos multiplicadores são muito maiores, com um índice situado entre 0,7 e 1,2.

Tabela 7.2 Evolução do impacto econômico do turismo na Serra da Bodoquena

Evolução	2000	2001	2002	2003	2004
1. Quant. de Ingressos nos atrativos ⁽¹⁾	175 504	178 069	207 819	228 824	224 174
2. Numero estimado de turistas (item 1 ÷ 3 visitas)	58 501	59 356	69 273	76 275	74 725
3. Dispêndio direto total em R\$ (item 2 × R\$ 484,69) ⁽²⁾	28.355.011,	28.769.421,	33.575.930,	36.969.568,	36.218.299,

(1) Fonte: SISTUR – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito

(2) Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

Como alertado anteriormente, o efeito multiplicador pode não ser homogêneo em todos os sistemas turísticos, já que, em sistemas turísticos como o de Cancun, no México, ou Comandatuba, na Bahia, onde existem restrições sobre o controle da cadeia produtiva do turismo e importação da maior parte dos produtos consumidos no local e o efeito multiplicador é menor. Por tudo isso, Rabahi (2003, p.67) alerta que o efeito multiplicador serve apenas como um instrumento de análise para políticas públicas e que sua utilização irrestrita como indicador econômico é passível de críticas em face de distorções que podem ocorrer.

Não foi alvo do presente trabalho uma análise mais detida do efeito multiplicador sobre o sistema turístico da Serra da Bodoquena, mas ele serve de base para uma análise breve de algumas características da economia do turismo na Serra da Bodoquena. Com base no estudo de Barbosa e Zamboni (2000, p. 25) é possível uma melhor aproximação do efeito multiplicador do turismo na região. Considerando que, segundo a pesquisa por eles realizada, permanecem na região, na forma de dispêndio interno (incluindo salários) ou lucros, aproximadamente 70 % das receitas auferidas por atrativos, hotéis, agências, guias, restaurantes e lojas de souvenirs. Considerando-se, ainda, que a este percentual devem ser adicionados 5%, na forma de impostos sobre serviços cobrados pela prefeitura local, é possível arbitrar um total de 75% internalizados na economia. Entretanto, se considerarmos que o lucro é uma variável de poupança dos empresários, que se contrapõe na visão de Keynes à propensão marginal ao consumo não devendo, portanto, ser utilizada para cálculo do efeito multiplicador, verificar-se, a partir das estimativas de Barbosa e Zamboni, que apenas 32% são, efetivamente, impulsionadores da economia local, já que os lucros estimados chegam à, aproximadamente, 43% do faturamento.

Se for aplicada uma estimativa de 36,2 milhões de reais, de receita direta do turismo, na economia os números acima podem antever que entre 32% e 75%, é adicionado à economia pelo reflexo do efeito multiplicador, o que significa algo entre 11,5 e 27,15 milhões de reais. Mesmo na perspectiva mais pessimista, considerando que, apenas sejam 11,5 milhões e que em todos os demais estágios o percentual de propensão ao consumo seja de 32%, é possível chegar a um multiplicador de venda do turismo, após quatro estágios da matriz a uma variável K próxima de 1.1. Isso significa que para cada R\$ 1,00 de receita direta com o turismo, outros R\$ 1,10 são de repercussão do efeito multiplicador, o que pode significar um impacto total na economia, advindo da receita do turismo de, aproximadamente, 76 milhões de reais.

Em um cenário mais otimista, se consideraria que os lucros dos empresários poderiam ser totalmente reinvestidos em negócios como: construções e reequipamentos e suas compras seriam feitas, integralmente, aproveitando a produção local e, ainda, considerando um índice zero de expatriação de lucros, o que é virtualmente impossível, já que a região não consegue prover, por exemplo, soluções tecnológicas para os equipamentos que devem ser utilizados na construção dos hotéis. A partir desta reflexão é possível considerar que existe uma relação direta entre sustentabilidade econômica e origem do capital. Caso haja uma redução do controle sobre a economia do turismo por parte dos empresários locais, existirá uma tendência de redução do índice K , encaminhando-se o espectro do efeito multiplicador para um cenário mais pessimista.

O primeiro ponto é que no sistema turístico da Serra da Bodoquena existe, atualmente, uma predominância de empresários da própria localidade e expatriação de lucros auferidos quase não existe. O movimento de venda de pacotes turísticos, com retenção de grandes operadoras atacadistas é pequeno, embora esteja em constante ascensão, como resultado de ações locais, combinadas com um marketing agressivo que visa o aumento do tempo de permanência dos turistas e a atração de turistas com uma maior propensão marginal ao consumo.

Portanto, se por um lado existe o dispêndio em comunicação e o aumento das retenções externas com redução das margens de contribuição dos negócios turísticos locais¹, de outro, existe a possibilidade do aumento do efeito multiplicador com a seleção de um público alvo que se dispõe a pagar mais caro para visitar os atrativos, restaurantes e hotéis locais. Alguns produtores já percebem um ganho substancial, em seus negócios, advindos das atividades

¹ A margem de contribuição do negócio é definida pela subtração dos custos fixos e variáveis da receita bruta. A redução acima mencionada se refere ao aumento dos custos face ao aumento dos gastos com promoção fora do sistema turístico, em feiras especializadas ou em *merchandising* nas operadoras e em outras mídias.

turísticas. Um dos empresários rurais chegou a declarar que, na atualidade, 40% da sua margem é proveniente das vendas de serviços turísticos em sua propriedade.

Um outro ponto fundamental é o da perspectiva de aumento dos investimentos, tanto por parte da iniciativa privada como do setor público, com reflexos que podem reduzir o coeficiente atual do efeito multiplicador do turismo na região. A perspectiva de aumento da importância econômica do turismo para a Serra da Bodoquena tem justificado os investimentos previstos no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil – PRODETUR para Mato Grosso do Sul, que prevê investimentos de 180 milhões de reais nos três municípios (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p. 157) o que, certamente, provocará investimentos de porte semelhante por parte da iniciativa privada. Segundo Mankiw (2005, p.768) o aumento dos investimentos é um dos reflexos do aumento da demanda agregada provocada a partir do efeito multiplicador, que pode funcionar como um “acelerador do investimento”.

Barbosa & Zamboni (2000, p.27) estimam que o investimento total do *trade* turístico, até o ano de 1999, era de 18,6 milhões de reais. Sugere, ainda, que o *trade* auferiu um lucro de 7,3 milhões. Isso significa um retorno sobre o investimento de, aproximadamente, 40%, ante a perspectiva de um custo de oportunidade de aproximadamente 20% ao ano, verifica-se aí um negócio bastante vantajoso, embora de proporções modestas, em termos de faturamento, quando comparado com outras atividades empresariais.

Essa é uma questão controversa que envolve a discussão das perspectivas de sustentabilidade do sistema turístico local. O aporte de tão grande volume de investimento, com objetivos principais de aumentar o fluxo turístico, o tempo de permanência dos turistas e, conseqüentemente, as receitas auferidas pelo sistema, pode comprometer a sustentabilidade nas demais dimensões, notadamente a ambiental e a cultural. As perspectivas de desenvolvimento de um produto ou destino turístico é uma função de sua capacidade de carga e de seus *inputs* e processos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos.

A dúvida que se coloca é quanto às possibilidades de inclusão dos outros segmentos econômicos locais na produção de bens e insumos consumidos no turismo, bem como, das perspectivas de os pequenos e médios empresários continuarem no negócio. A exemplo do que ocorreu com outros sistemas pré-fabricados, com grandes *resorts* como Cancun ou Comandatuba ou com sistemas recheados de *ecoresorts* como Belise e Costa Rica, por exemplo, a profissionalização do turismo traz, a reboque, a perda do controle da cadeia produtiva do turismo que passa a ser dominada por investidores internacionais interessados no

lucro rápido e no turismo de massa que é, evidentemente, menos sustentável do ponto de vista ambiental e cultural.

7.3.2 Oferta turística, qualidade e sustentabilidade no processo de formação do valor econômico do turismo na Serra da Bodoquena.

Um grande desequilíbrio da oferta local, com óbvios reflexos na perspectiva de sustentabilidade econômica, pode ser observado no sistema turístico da Serra da Bodoquena. A rivalidade interna do arranjo produtivo local, pelo menos por enquanto, não tem produzido o que Porter (op.cit.) considera ideal para a consecução de vantagens competitivas em nível global, ou seja: independência tecnológica e controle sobre os fatores de produção, além da organização do sistema de gestão. Do ponto de vista local, apenas pode ser ressaltado um bom sistema de gestão que inclui na economia formal, por exemplo, um segmento que em outros sistemas turísticos é excluído: o dos guias turísticos.

Contudo, as agências turísticas, o setor dos meios de hospedagens e, até mesmo, o dos atrativos apresentam desequilíbrios que podem comprometer a acumulação de tais vantagens competitivas de forma a aproveitar as perspectivas de crescimento econômico e da complementaridade que pode ser proporcionada pela organização da cadeia produtiva do turismo. O número de meios de hospedagens, agências receptoras de turismo e de atrativos turísticos (Tabela 7.3) já é excessivo para o número de turistas que frequenta o sistema, o que compromete a viabilidade das mesmas

Tabela 7.3 Quantidade de empresas do *trade* turístico na Serra da Bodoquena

	Bonito	Bodoquena	Jardim	Total
Atrativos turísticos	45	2	5	52
Meios de hospedagem comerciais	86	4	6	97
Empresas de transporte turístico	58			58
Agencias de turismo	43		2	45

Fontes: Secretarias Municipais de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito, Jardim e Bodoquena

Segundo a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito, somente neste município se concentram 86 meios de hospedagens comerciais, 43 agências receptoras e 58 empresas de transporte turístico. Alguns desses meios de hospedagens são empresas familiares que não chegam a funcionar durante os períodos de baixa temporada em razão de uma demanda turística insuficiente para sustentar sua abertura. Apesar do excesso de oferta, muitos atrativos e hotéis com melhores níveis de qualidade apresentam demanda reprimida em períodos de alta temporada.

Utilizando-se a metodologia de cálculo para a oferta ideal de meios hospedagens proposta por Goeldner, Ritchie & McIntosh (2002, p.257) é possível visualizar o desequilíbrio existente entre a oferta e a demanda existente, por exemplo, no município de Bonito. Segundo os autores o cálculo é feito utilizando-as a fórmula:

$$R = \frac{T \times P \times L}{S \times N}$$

Onde:

R=Demanda de unidades habitacionais por noite com 100% de ocupação.

T = Numero total de turistas.

P = Percentual de turistas que utilizam hotéis

L = Duração média da estada

S = Número de dias em funcionamento por ano

N = Numero médio de pessoas por apartamento

Em Bonito o número anual estimado de turistas é 75 mil, destes 62% utilizam hotéis em sua hospedagem e permanecem, em média 4 dias na cidade (Mato Grosso do Sul, 2004, p. 113). Assumindo-se um funcionamento de 360 dias por ano e um número médio de 2 pessoas por apartamento a aplicação da fórmula verifica-se que se houvesse 100% de taxa de ocupação a oferta de Unidades Habitacionais nos meios de hospedagem seria:

$$R = \frac{75.000 \times 62\% \times 4}{360 \times 2} = 258,3$$

Considerando-se ainda uma taxa de ocupação que, teoricamente, poderia sustentar economicamente uma empresa hoteleira, em torno de 70%, pode-se considerar que a oferta ideal seria de 370 unidades habitacionais ($258,3 \div 0,7$). Entretanto, a oferta atual é de 1.241 unidades habitacionais (Mato Grosso do Sul, 2004, p.113) o que explica a baixa taxa de ocupação média de 44%, em 1999, indicada por Barbosa & Zamboni (2000, p.22). Isso explica também, porque alguns meios de hospedagem fecham durante os períodos de baixa temporada e durante a alta temporada oferece serviços de qualidade discutível, ocupando, como mão de obra, na maioria destes casos, apenas a família do proprietário da hospedaria.

O mesmo conceito de taxa de ocupação não pode ser aplicado ao atrativo turístico em ambiente natural que, neste caso, deve utilizar o conceito de capacidade de carga. Na Serra da Bodoquena os atrativos em funcionamento, licenciados ou com seus licenciamentos ambientais em andamento, podem receber um limite máximo de, aproximadamente, 4,5 mil

turistas por dia, na soma de suas capacidades limites, o que permite calcular em 1,68 milhão por ano, o limite de visitantes, considerando a atual capacidade instalada.

Em razão das limitações dos serviços urbanos, o sistema de saneamento e, principalmente, dos prejuízos para a qualidade da visita, o sistema como um todo não suportaria tal carga, nem do ponto de vista da capacidade de resiliência do ambiente, tampouco da estrutura de gestão e qualidade possível de atendimento. Com um número tão grande de visitantes o tempo de visita a cada atrativo teria que ser reduzido de tal forma que modalidades como a flutuação, por exemplo, não poderiam ser feitas. Daí a necessidade de considerações do valor turístico e de outros cálculos que considere uma capacidade média e uma distribuição sazonal que permita ao visitante sentir-se realmente próximo à natureza, e não em meio a uma multidão na Avenida Paulista em São Paulo.

Um fator que alimenta o desequilíbrio é a fragmentação das ações mercadológicas existentes entre os três municípios do sistema turístico. Cada qual promove, a seu modo, seu sistema turístico, com predominância para a capacidade do município de Bonito do uso da imagem de seus principais atrativos e, até mesmo, dos existentes nos municípios de Jardim e Bodoquena, o que promove mais conflitos entre os agentes políticos do que entre os agentes econômicos. O empresário do *trade* que tem seu atrativo localizado em Jardim, por exemplo, não se importa de ser incluído no sistema turístico de Bonito, entretanto, as prefeituras locais que têm um papel importantíssimo no investimento na promoção de seus respectivos sistemas turísticos resistem em juntar forças para uma participação mais qualificada, por exemplo, em feiras e na mídia.

Outros desequilíbrios são observados na oferta de agências receptoras de turismo a partir de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito, verifica-se que apenas 4 agências concentram 40% de todo o faturamento do setor enquanto, as demais agências, disputam em meio a uma alta de taxa de mortalidade, o mercado restante. Esse desequilíbrio também pode ser fruto de uma alta sazonalidade que pode ser observado no fluxo de visitas ao sistema turístico.

A figura 7.3 evidencia o comportamento sazonal do fluxo turístico na região, podendo ser observado que os atrativos com demanda reprimida sofrem menos os efeitos desta sazonalidade, como pode se concluir a partir da comparação de um dos atrativos mais procurados da região: a gruta do Lago Azul. No gráfico fica demonstrado que a média dos atrativos tem uma redução maior durante os períodos de baixa temporada que este atrativo, principalmente, no segundo semestre.

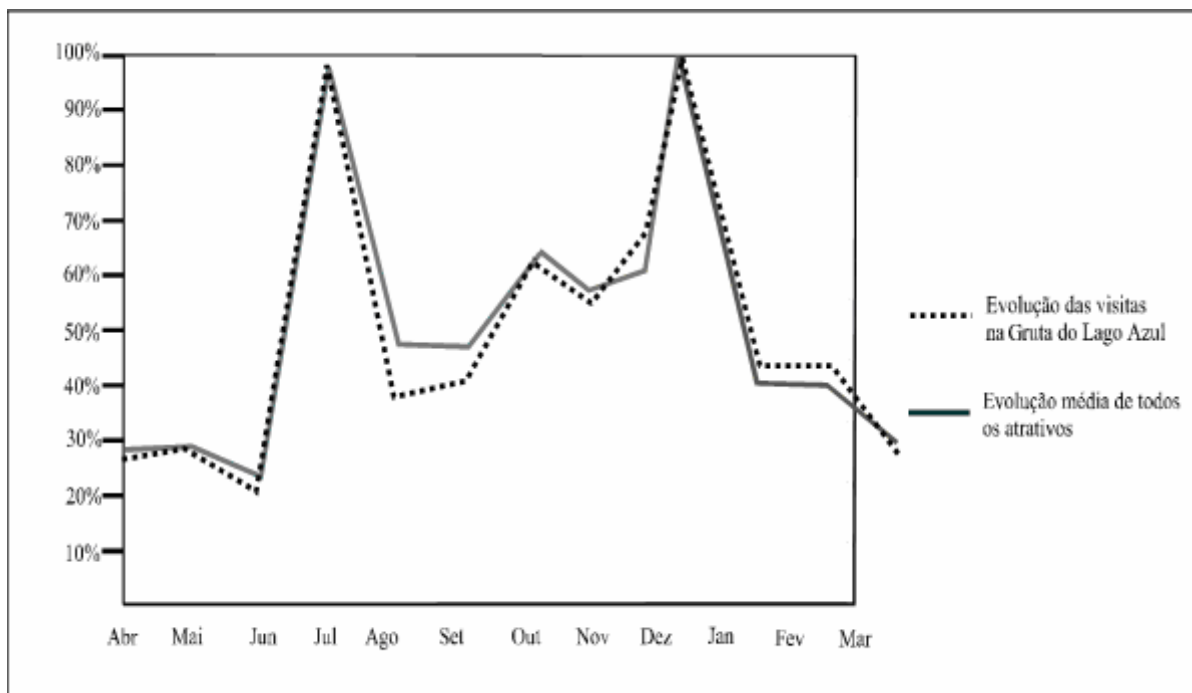


Figura 7.3 Evolução sazonal do fluxo turístico na região
 Fonte: Elaborado a partir de informações do Sistur
 (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo de Bonito – MS)

Um grande desafio para o sistema turístico é reduzir a sazonalidade do fluxo turístico que, conforme pode ser acompanhado na figura 7.3, entre os meses de abril e junho, observa uma queda para quase 20% da demanda observada no mês de janeiro, época de maior visitação. Para isso, o sistema tenta conquistar novos segmentos do mercado turístico, com o planejamento de pacotes turísticos adequados, por exemplo, para o turista da terceira idade, além da tentativa de pacotes turísticos com custos menores, para turistas de menor renda. Uma das ações em destaque, na tentativa de redução da sazonalidade é o planejamento de uma rota turística integrando o sistema Foz do Iguaçu, Serra da Bodoquena e Pantanal, com otimização da utilização do recém inaugurado aeroporto de Bonito.

Os atrativos *premium*¹ produzem distorções de outra natureza. A demanda por estes locais reflete a percepção de Lemos (2005 p. 105), de que, uma vez dentro do sistema turístico, é possível perceber um prejuízo à lei da oferta e da procura, quando se trata de cancelar o valor das proposições únicas da natureza. Alguns turistas optam por hospedarem-se de forma mais espartana, até mesmo em *campings*, parecendo não se importarem em pagar até R\$ 800,00, para frequentar o atrativo com ingresso mais caro da região. Enquanto isso, alguns pequenos balneários particulares, não conseguem se sustentar economicamente e começam a comprometer a sustentabilidade ambiental, quando cobram um valor muito baixo

¹ Atrativos de melhor classificação de qualidade, preço alto e demanda reprimida.

pelo ingresso e sobrecarregam seus espaços disponíveis em períodos como o carnaval ou, em finais de semana durante o período de alta temporada.

Os balneários são os produtos de menor preço de ingresso na região e recebem, principalmente em períodos de feriado prolongado ou carnaval, grandes contingentes de visitantes, comprometendo sua capacidade de carga. Na tentativa de aproveitar ao máximo a rentabilidade da alta temporada, alguns empresários locais, incluído o dos outros setores do *trade* como o dos meios de hospedagem, das agências, dos transportes, dos restaurantes, praticam o que não é nada recomendável do ponto de vista do conceito de *marketing*, exploram o turista, em lugar de explorar o turismo.

O calcanhar de Aquiles do processo de transformação e agregamento de valor do turismo na Serra da Bodoquena é representado justamente pelos setores que podem refletir de forma explosiva na formação da imagem de qualidade dos serviços turísticos: o dos guias turísticos e o dos transportes. Uma característica do sistema local é a grande distância entre o meio de hospedagem e o atrativo que, em alguns casos, ultrapassa, 60 quilômetros, nem sempre confortáveis. Estradas vicinais em más condições, guias obrigatórios e ao mesmo tempo nem sempre preparados em relações humanas e que, na maioria dos casos não falam línguas estrangeiras, obrigando ao turista, principalmente o visitante estrangeiro, a custear um aparato comparável ao de um Safári africano: Família + Veículo microônibus + Motorista + Guia + Interprete.

Percebe-se, portanto, que os desequilíbrios de oferta e procura podem ser observados em todos os setores do *trade* turístico. Estas distorções como não poderia deixar de ser, provocam arranhões na imagem que o sistema turístico tenta passar, como o de preservação da natureza e qualidade de serviços turísticos, comprometendo a sua sustentabilidade econômica.

7.3.3 A economia e o ciclo de vida do sistema turístico da Serra da Bodoquena

Com a elaboração de um gráfico representando uma linha de tendência da evolução dos números da venda de entradas para os atrativos turísticos da região, é possível observar que, em 2004, pela primeira vez desde que o sistema começou a operar, houve uma queda nas vendas de 228,8 mil, em 2003, contra 224,1 mil *pax* vendidos em 2004 (Figura 7.4).

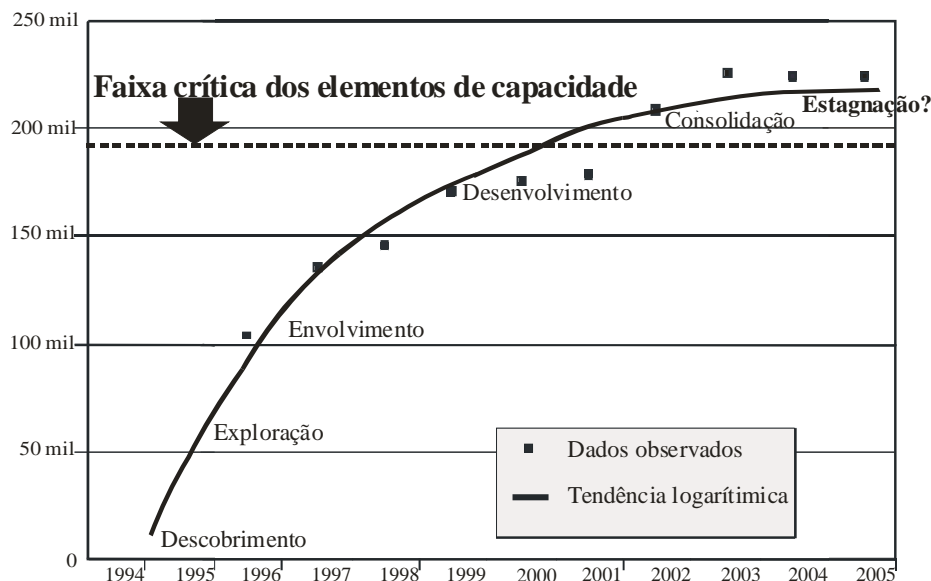


Figura 7.4 Gráfico do ciclo de vida do sistema turístico da Serra Bodoquena.
 Fonte: Elaborado a partir de informações do Sistr – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

Ainda é cedo para dizer que isso representa uma perspectiva de estagnação do sistema, até mesmo porque, os investimentos previstos no PRODETUR-SUL/MS, a inauguração do aeroporto de Bonito e o esforço, recente, de organização de uma rota integrada a Foz de Iguaçu, permitem antever um aumento ainda maior do número de pax vendidos. Entretanto, é possível discutir sinais dos problemas atuais em relação a uma faixa crítica dos elementos de capacidade de carga do Sistema, que pode ser situada, em seu nível mínimo, próxima ao número de 200 mil pax por ano.

Os sinais de *stress* em alguns pontos turísticos e o fato de o principal atrativo da região. A Gruta do Lago Azul se apresenta como o principal gargalo para um eventual aumento no número de visitas anuais. O limite diário para visitação da Gruta   de 320 visitantes/dia o que impõe um máximo de, aproximadamente, 80 mil *pax* anuais, isso se houver uma redução da sazonalidade do fluxo turístico. A sazonalidade impede que a distribuição da venda de ingressos seja mais uniforme ao longo do ano, mas não   só a ela que pode ser atribuída a culpa pelas dificuldades para otimizar a ocupação turística da gruta. Também contribui para isso o sistema de vendas nas pequenas agências, que funciona com um sistema de reservas que nem sempre são confirmadas, de forma que alguns ingressos deixam de ser vendidos para determinados horários.

A oferta limite da gruta representa um número muito próximo dos 75 mil turistas que visitaram a Serra da Bodoquena em 2004, por isso, este atrativo pode ocupar a função de um term metro da faixa crítica dos elementos de capacidade do sistema, considerando que a maior

parte dos turistas que visitarem a Serra da Bodoquena, provavelmente não sairá satisfeita de sua viagem se não visitarem a gruta do Lago Azul.

O ciclo de vida do sistema turístico, portanto, deverá sofrer, em médio prazo, uma renovação, refletindo uma nova fase da consolidação da expansão do fluxo turístico que, por outro lado, começa a preocupar do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e cultural. Segundo Fennel (2002, p. 123), a faixa crítica inferior do ciclo de vida turístico representa uma decisão do Sistema de resistir a um enfoque totalmente econômico. É quando a transformação e o agregamento de valor incorporam os elementos ambientais e culturais em estado mais puro e explora um turismo que resiste a massificação, buscando segmentos de mercado interessados no turismo alternativo. De outro lado, no limite superior, está o turismo que avança para a massificação, investe em equipamentos e interfere de forma mais contundente no ambiente e na cultura com maior potencial de impactos negativos do ponto de vista de sustentabilidade.

Não é possível uma determinação muito precisa da faixa crítica inferior dos elementos de capacidade para a Serra da Bodoquena. Para esta consideração é necessário considerar variáveis que envolvem a combinação dos elementos de sustentação econômica com a capacidade de carga do sistema turístico. Contudo, é possível afirmar que, neste momento da vida desse sistema turístico, consideradas as distorções existentes na oferta e a grande sazonalidade da demanda, a sua faixa crítica inferior se posiciona abaixo da quantidade vendida no ano de 2002. Ou seja, se forem vendidos apenas 200 mil ingressos para os atrativos da Serra da Bodoquena o sistema como um todo não se sustenta economicamente.

A linha inferior da faixa crítica dos elementos de capacidade pode ser movida mais para cima no gráfico, desde que pontos turísticos, que ainda não são explorados, sejam abertos à visitação e promovam a redistribuição da capacidade de carga turística de toda a Região. Existem 223 (duzentos e vinte e três) produtos turísticos, categorizados como completos, potenciais e deficientes em toda a região, segundo levantamento da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul realizado em 1999 (Mato Grosso do Sul, 2004, p.25). Assim sendo, novas ofertas podem ser organizadas sem afetar prejudicialmente o ambiente e a cultura, principalmente nos municípios de Jardim e Bodoquena.

7.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

As reflexões do presente capítulo permitem desconstruir parte do mito que tem sido criado acerca de o turismo ser a melhor solução para o desenvolvimento econômico da

mesorregião da Bodoquena em Mato Grosso do Sul. Constata-se, contudo, que é parte importante desta solução. O turismo tem um melhor e maior efeito multiplicador que a agropecuária, por exemplo, com possibilidades de afetar de forma mais positiva a redistribuição da riqueza produzida localmente. A interação, multiplicidade e diversidade do arranjo produtivo local força uma distribuição mais democrática do seu valor, eliminando, desta forma, a possibilidade de uma grande concentração de renda, como ocorre em outros setores econômicos.

No sistema turístico em análise se observam fatores econômicos com uma considerável receita que se multiplica entre os diversos elementos do processo de transformação e agregamento de valor da produção turística, com conseqüências positivas para o emprego e a distribuição de renda. Entretanto, podem ser percebidas distorções importantes nas relações econômicas que, se não ameaçam a sustentação econômica do sistema turístico, podem comprometer outras dimensões da sustentabilidade. Esta conclusão decorre dos conflitos existentes e potenciais notados a partir da correlação entre sazonalidade, capacidade de carga, demanda reprimida nos atrativos *premium*, e baixa taxa de ocupação de meios de hospedagens de menor porte, além da concentração do faturamento de algumas agências locais.

Por meio do presente diagnóstico econômico notou-se que o sistema passa por um importante momento de redefinição de seu posicionamento estratégico, com possibilidades de consolidação e recuperação de um lado e, de outro, a estagnação ou mesmo declínio. Existem possibilidades de um crescimento econômico que reduza os conflitos, entretanto, isso depende de uma combinação de fatores e das decisões dos atores que passam pela efetivação dos investimentos previstos na infra-estrutura e consolidação dos elementos de marketing do sistema turístico.

Os investimentos são fundamentais para a resolução das distorções observadas na demanda por atrativos turísticos da região e podem promover uma ponte para a formatação de produtos que agreguem maior valor ao turismo da região. O ponto nevrálgico e, ao mesmo tempo o elo de ligação entre estes investimentos e o *marketing*, está na formatação do produto turístico local. Nesse sentido, o aeroporto recém inaugurado em Bonito assume uma enorme dimensão.

Os elementos mercadológicos dizem respeito à capacidade de organização da gestão que permita uma maior integração entre a venda e a entrega do produto turístico regional, incluindo as possibilidades de redução dos conflitos que produzem as distorções de demanda e oferta e fragmentação das ações dos três municípios que compõem o sistema turístico da Serra da Bodoquena.

Não houve qualquer intenção de abordagem de minúcias da microeconomia do turismo e sim a relação da economia com a sustentabilidade no ambiente mesorregional. Desta forma, aspectos, como por exemplo, da formação de preços nos atrativos e hotéis e perspectivas de sustentação econômica das agencias locais de turismo foram preteridos, com privilégio dos aspectos que cercam o efeito multiplicador, a sazonalidade da demanda, a taxa de ocupação e capacidade sobre o ciclo de vida do sistema turístico.

8 A INTERAÇÃO DOS ATORES E A AMBIÊNCIA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

8.1 INTRODUÇÃO

A segunda parte deste trabalho se iniciou com a discussão da dimensão ambiental, onde se assentam todas as demais dimensões, enquanto na dimensão político institucional é decidido o que fazer para integrar todas as outras dimensões, segundo o conceito de Desenvolvimento Sustentável. É natural, por isso, que esta discussão promova o fechamento da análise de ambiência ao se discutir as perspectivas de sustentabilidade da região turística da Serra da Bodoquena.

É possível o questionamento acerca da distinção desta dimensão na análise de ambiência pois, na verdade, os acontecimentos da sustentabilidade se concentram sobre as dimensões ambiental, social, cultural e econômica sendo, portanto, a dimensão política, transversal a todas as outras.

Do ponto de vista do método científico para a contemplação da interdisciplinaridade e da complexidade requeridas na discussão da sustentabilidade, também seria desejável que esta dimensão estivesse entrelaçada a todas as outras.

Contudo, pelo menos neste trabalho, não foi possível metodologicamente abrir mão de uma conduta cartesiana, com a sistematização de todas as dimensões mais importantes e não parece ainda salutar fazê-lo, uma vez que não se apresentaram, ainda, modelos mais ousados, eficientes e eficazes de análise que permitam a compreensão adequada de todas as variáveis que cercam a sustentabilidade do desenvolvimento turístico e que, ao mesmo tempo, dê conta de superar o método da redução sistematizada das realidades conexas.

Ademais, a dimensão político-institucional é para o turismo uma área fundamental. É nesta arena que ocorrem os conflitos e alianças de uma gama bastante diversa de atores, mais freqüentemente e com maiores rivalidades potenciais que em muitas outras atividades econômicas, como, por exemplo, na agricultura.

Assim sendo, justifica-se a inclusão da presente dimensão na análise de ambiência da sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena, em que não se buscará, no entanto, toda a profundidade requerida pelo assunto, pois já seria razão para uma tese específica, a questão dos conflitos de interesses de seus atores, mas, minimamente a discussão de como os conflitos e alianças podem interferir positivamente ou negativamente na sustentabilidade do turismo da região.

A análise de ambiência político-institucional essencialmente se constitui em elemento para a discussão das perspectivas de manutenção da sustentabilidade, ao contrário da análise de outras dimensões discutidas anteriormente que serviram de para balizar a discussão do estado atual de sustentabilidade.

Para a elaboração deste capítulo foram realizadas entrevistas com vinte e oito atores representativos dos atores com interesses diretos no processo de desenvolvimento turístico local. As entrevistas, em profundidade, foram amparadas por um questionário semi-estruturado, com abertura para outras perguntas que pudessem surgir, considerando o nível de envolvimento e conhecimento do ator. Para a análise dos resultados foi utilizada a técnica de análise de jogo de atores proposta por Michel Godet (1993, p.140ss) e por ele denominada de MACTOR[®], que permite identificar os objetivos, as motivações e as condições que cada ator utiliza para interferir no processo de desenvolvimento e realizar seus projetos.

Não é objeto do presente capítulo estabelecer cenários futuros para o sistema turístico, que seria o passo posterior natural da análise do jogo de atores, mas estabelecer hipóteses possíveis para o desenvolvimento sustentável do turismo regional e, eventualmente, na parte final da Tese, recomendar novas posturas aos atores locais.

Conforme afirmou Godet, não é fácil fazer com que o ator revele seus propósitos e meios, é mais fácil explorar sua opinião sobre a ação dos demais, de forma que o questionário foi montado de forma a permitir futuras ilações a partir das suas respostas sobre os entraves que, de maneira geral, atrapalham os planos das entidades representadas pelos entrevistados.

Foi a partir da análise das repostas que se montou a matriz estratégica e a matriz de posições dos atores, que pode ser encontrada no final deste capítulo que se divide em duas partes principais, com uma reflexão teórica inicial sobre planejamento e gestão participativa

do turismo e, a segunda parte se constituindo em uma análise dos atores do processo de desenvolvimento turístico da região, suas estratégias, seus objetivos, conflitos e alianças.

8.2 ATORES, CONFLITOS E ALIANÇAS E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO.

Para discutir a dimensão político-institucional devemos perscrutar alguns elementos teóricos fundamentais. Por isso, se torna necessário o exame do conceito de ator e alguns métodos possíveis para a compreensão de tudo que cerca seu comportamento, o conceito de conflito e os princípios, causas e efeito que permeiam as interferências políticas no desenvolvimento sustentável.

Carlos Matus (1993:I, p.228ss.) define atores como sendo forças sociais e personalidades que controlam os centros de poder e, assim, são produtores de eventos que alteram o situacional, “mas não só produzem eventos; alteram-se a si mesmos como fenoestruturas¹, produzem outras fenoestruturas e competem pela posse dessas e da natureza” Godet (1993, p.139ss.) afirma que cada ator pode se apresentar sob diferentes tipologias e comportamentos. O Estado, por exemplo, é um ator polimorfo já que seus diversos componentes: Ministério da Fazenda, governos etc. diferem em seus objetivos, comportamentos e critérios de decisão.

Em meio a arena de embates dos atores que procuram colecionar elementos de controle, portanto obter o poder para decidir, de preferência em favor de seus objetivos específicos, insere-se a questão das perspectivas de sustentabilidade.

É sabido que a sustentabilidade, assim como o estabelecimento e a perspectiva de um produto turístico de qualidade, depende de uma consciência mais ecológica por parte dos atores transformadores do sistema turístico. Nesse sistema, o processo de planejamento e a gestão deverão levar em conta os fatores chaves que irão determinar as formas de monitoramento e de proposição de ações de desenvolvimento, especialmente em áreas ecologicamente sensíveis.

É importante observar que em um sistema que se encaminha para a autogestão, como parece ser o caso do sistema turístico da Serra da Bodoquena, os fluxos de informações que determinam as decisões de planejamento, gestão e marketing são ordenadamente intuitivos quando partem das demandas das organizações não governamentais ou entidades

¹ Segundo Matus fenoestrutura é um plano da situação em que as acumulações sociais (humanas, físicas, valores fnomênicos, etc.) condicionam a quantidade e qualidade dos fluxos de produção social. A fenoestrutura é uma instância de represamento ou acumulação de diferentes tipos de capacidade.

representativas do *trade* turístico ou outros setores interessados e dedutivos quando são advindos do poder público que lidera a implantação das políticas públicas que julga adequado para que os objetivos de toda a sociedade sejam atingidos.

Para dar conta da construção do futuro os atores entram no embate defendendo cada qual seu objetivo o que resulta em conflitos e alianças. Os objetivos individuais podem ser agrupados em grandes interesses estratégicos, cuja prevalência ou não depende do jogo de forças que serão travados. Godet aponta a análise dos jogos de atores como sendo reconhecidamente uma etapa crucial (talvez a mais importante) para a construção da base de reflexões que permitirá elaborar cenários. A partir dessa percepção concebeu e desenvolveu o método MACTOR que se constitui, segundo o autor, em um instrumento “suficientemente simples para serem apropriáveis (compressíveis) pelos seus utilizadores” e pode desenrolar-se em seis etapas:

- 1) identificar os projetos e as motivações de cada ator, seus condicionalismos e meios de ação (construir o quadro estratégia dos atores);
- 2) identificar os desafios estratégicos e os objetivos associados;
- 3) posicionar cada ator em cada objetivo e identificar suas convergências e divergências;
- 4) hierarquizar os objetivos e recensear as táticas possíveis;
- 5) avaliar as relações de força e formular para cada ator recomendações estratégicas coerentes com as suas prioridades de objetivos e com os seus meios;
- 6) pôr as questões-chave estratégicas de futuro, isto é, formular as hipóteses sobre as tendências, os acontecimentos, as rupturas que vão caracterizar a evolução das relações de força entre atores. É em volta destas questões-chave e das hipóteses sobre as respectivas respostas que se elaborarão os cenários.

Godet (1993) apresenta em seu trabalho as diversas opções para a elaboração de cenários que permitam antever as possibilidades futuras e com isso estabelecer ações planejadas de médio e longo prazo. Além dos métodos que permitem estabelecer e avaliar as variáveis envolvidas no exercício prospectivo, os métodos criados ou relatados por Godet também auxiliam na análise dos atores envolvidos no processo e apresentam opções e critérios para o estabelecimento das estratégias mais adequadas. Este é o fundamento metodológico mais importante para a análise de ambiência do sistema político-institucional da Serra da Bodoquena que se segue.

8.3 A GESTÃO E OS ATORES DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA SERRA DA BODOQUENA.

8.3.1 A organização da gestão do turismo regional

O sistema turístico local mantém muitas semelhanças com tantos outros sistemas turísticos, com relação a sua diversidade de atores e a diversidade de seus particulares objetivos. As sutis particularidades do sistema dizem mais respeito à forma sobre como estes atores se associam e promovem a gestão do turismo.

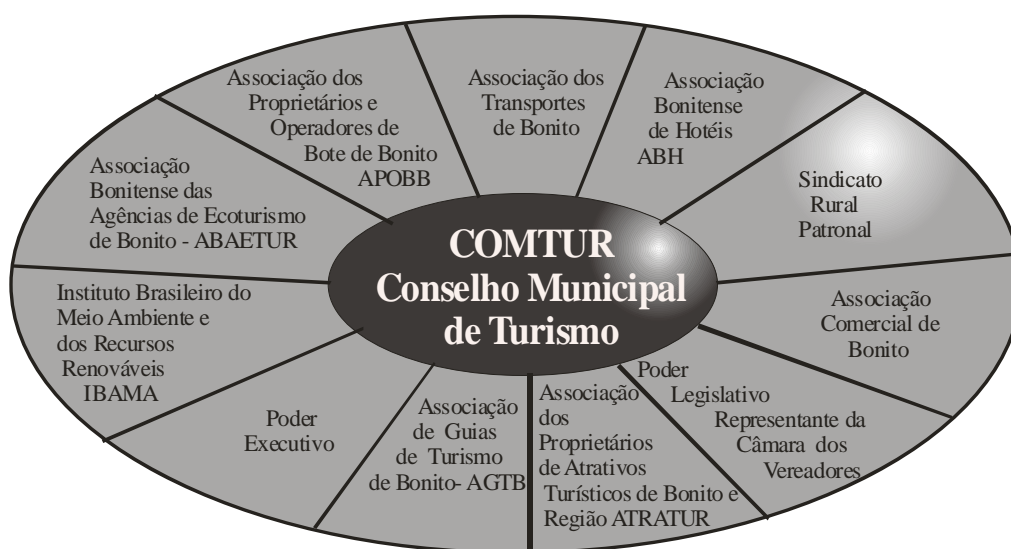


Figura 8.1 Estrutura do Conselho Municipal de Turismo de Bonito

Fonte: Adaptado de Lunas (2000).

Dentro deste sistema turístico regional, o município de Bonito se destaca na organização de uma arena de debates que pode ser considerado modelo, não apenas para os outros dois municípios daquela região turística, como também para muitos outros sistemas turísticos. Não se trata do fato de existir o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (Figura 8.1), mas do fato de a maior parte dos atores já terem conseguido institucionalizar seus órgãos associativos e de os embates internos carregarem as características da autogestão, uma vez que o poder executivo não constitui maioria dentro deste órgão e pelo fato de o COMTUR ter poder efetivo para gerir os recursos do Fundo Municipal de Turismo e de suas resoluções manterem status de lei no que diz respeito à gestão do turismo local.

Nos municípios de Jardim e Bodoquena, o processo de institucionalização não é tão avançado. Embora mantenham seus respectivos conselhos municipais de turismo estes não têm a autonomia observada em Bonito, em relação ao poder executivo municipal e tampouco

conseguem interferir de forma muito contundente nas ações de desenvolvimento do turismo local.

É natural que Bonito tenha avançado mais no quesito autogestão do desenvolvimento turístico em face da importância econômica e social que a atividade já tem no município. Um objetivo dos demais municípios e atores estaduais interessados no turismo local é alcançar um maior equilíbrio nesta situação desigual. Este é o intuito da criação recente do Conselho de Turismo da Serra da Bodoquena – CONTURB com representações dos três municípios e de órgãos do governo estadual. O CONTURB deverá gerir as ações previstas no Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Sul do Brasil para Mato Grosso do Sul PRODETUR-SUL/MS, com investimentos públicos previstos de 40 milhões de dólares americanos na melhoria da infra-estrutura turística e dos recursos humanos dos três municípios, com isso, abrindo caminho para o equilíbrio almejado.

8.3.2 Governança do sistema turístico

A singularidade do sistema de gestão do turismo de Bonito é notória e suas práticas vêm atraindo o interesse de estudiosos e gestores de outros sistemas turísticos que pretendem implantar algo semelhante. Nos municípios de Jardim e Bodoquena iniciativas para a implantação de um processo de autogoverno nos moldes do município líder, Bonito, são ainda insipientes e não foram bem sucedidas. Entretanto, a gestão do turismo influencia decisivamente no funcionamento dos atrativos localizados nos outros dois municípios da região turística. Toda a discussão a seguir fundamenta-se em dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor com o título de *Descrição e Avaliação do Sistema de Gestão do Turismo de Bonito – MS*.

A história desse sistema de gestão começa em 1995 com a inclusão do município de Bonito no Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, promovido pela Embratur. A organização da gestão do turismo local foi desenvolvida em três fases principais, e o momento mais importante foi a criação e implantação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

Com o COMTUR o município criou regras e soluções adequadas às características de sua oferta turística baseada, principalmente, em atrativos localizados em propriedades particulares. Esse colegiado foi, em seu início, composto exclusivamente por membros da administração municipal ligada ao turismo e representantes diretamente ligados a atividade

turística. Atualmente o COMTUR atua com representantes de 11 diferentes entidades ligadas direta ou indiretamente a atividade turística (Figura 8.1).

O Conselho se ocupou da mediação dos conflitos entre os segmentos envolvidos com o turismo instituindo regras de funcionamento e impondo limites, responsabilidades e criando soluções para os problemas de gestão. Também se constituiu em uma instância de pensamento estratégico do desenvolvimento turístico da região ao decidir sobre promoção e investimentos a serem realizados com o Fundo Municipal de Turismo.

Como exemplo dos problemas mediados pelo COMTUR está a própria fonte dos recursos do Fundo Municipal de Turismo que é um foco de conflito. O dinheiro é proveniente da arrecadação com a venda de ingressos da Gruta do Lago Azul, o atrativo mais visitado da região, com aproximadamente 45 mil turistas no ano de 2005. A gruta pertence à União, portanto com interferência do IPHAN em seu manejo, já a área em que se encontra a gruta pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul, mas a administração da venda dos ingressos e a destinação dos recursos dela proveniente é o Município de Bonito.

A lei municipal 695/95 prevê que o Fundo Municipal de Turismo seja constituído com a arrecadação proveniente de aluguéis de espaços públicos para eventos de natureza turística, venda de materiais de divulgação, venda de imagem, créditos orçamentários especiais, entre outros. A principal fonte de recursos do fundo, no entanto, é a venda de ingressos da Gruta do Lago Azul.

Uma interessante solução oriunda do COMTUR foi a criação e implantação do *voucher* unificado que foi apresentado no capítulo 3 deste trabalho (Figura 3.4). A emissão do documento, cujo controle é centralizado pela prefeitura municipal, ordenou o processo de reservas e vendas de ingressos para os atrativos privados além de, praticamente, eliminar a sonegação do imposto sobre esse serviço turístico. O *voucher* serve ainda para que todos os segmentos envolvidos com a transação, a agência de turismo, o guia e o atrativo turístico controlem sua participação no valor da venda. Isso impele todo o sistema a um processo de autogestão da venda de ingressos fugindo do âmbito estritamente governamental de controle.

Advém daí a percepção de que se trata de um sistema com indícios de gestão participativa, aos moldes das formas de autogestão ou autogoverno, mencionada por estudiosos como Carvalho (1995, p.25) como uma forma evoluída de democracia onde o poder do líder eleito na forma representativa deixa de ser o epicentro das decisões da comunidade. Obviamente não se trata de uma manifestação efetiva da antítese da democracia representativa a que Bobbio (1986, p. 45), denomina de democracia direta, pois dentro deste

sistema de gestão existe uma forma de representatividade que nem sempre é efetiva e os interesses atendidos não são necessariamente os da coletividade.

Outras interferências na forma de autogoverno se referem ao manejo dos atrativos turísticos com implicações sobre a carga turística dos atrativos. Decidiu-se, por exemplo, por um controle diferenciado para os balneários e, na ausência de parâmetros e indicadores baseados em estudos técnicos, discute-se no COMTUR, a adoção de limites para o número de visitantes em atrativos particulares e regras para a venda de ingressos. As atribuições e competências do COMTUR de Bonito incluem a decisão e investimentos em ações de promoção e a divulgação com implicações nas estratégias de marketing de toda a região turística.

A gestão do desenvolvimento turístico regional mantém como núcleo catalizador o município de Bonito e o seu conselho municipal de turismo é o centro onde se mediam as questões com impacto em todo o sistema turístico. O COMTUR se apóia nas diversas associações integrantes deste órgão colegiado. Nestas entidades os líderes e liderados deflagram um movimento evolutivo para suas próprias regras de funcionamento e qualidade de serviços e, ao mesmo tempo buscam, por intermédio da representatividade fortalecer suas posições e manter privilégios para seus representados.

A descrição da estrutura organizativa do sistema por meio de um modelo hierarquizado, onde um ou outro segmento do *trade* sobrepõe, não parece refletir totalmente a realidade da gestão de Bonito, embora se perceba a maior influência de quem detém o poder econômico local, os atores proprietários dos atrativos turísticos e, secundariamente, algumas agências de turismo de porte significativo para o turismo local. Todavia, não ocorrem de maneira sistemática interferências hegemônicas comuns a um sistema político recheado de velhas oligarquias rurais. O sistema baseado na representatividade das associações, que evoluíram de maneira surpreendentemente organizada em Bonito, consegue resolver com relativo equilíbrio seus conflitos sem beneficiar sobremaneira um ou outro segmento.

8.3.3 Quem são os atores do desenvolvimento turístico regional

Os atores da região turística da Serra da Bodoquena se declaram, em geral, francamente favoráveis a um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo. Não diferem, em sua totalidade, no objetivo de manter uns fluxos turísticos restrito, que provoque poucos impactos no ambiente natural de que todos dependem. Diferem, no entanto, em muitos de seus objetivos particulares.

A divisão proposta para o quadro de atores componentes do sistema da Serra da Bodoquena leva em consideração a força das suas alianças em torno de objetivos estratégicos particularizados, assim sendo, esse sistema turístico local é composto de atores-chave conforme o que se segue, não necessariamente em sua ordem de importância: 1) agências de turismo; 2) Associação Comercial - proprietários de restaurantes e lojas de souvenirs; 3) comunidade em geral; 4) guias de turismo; 5) meios de hospedagem; 6) operadores de botes; 7) organizações não governamentais – ONG's; 8) poder público federal e estadual e municipal; 9) atrativos turísticos particulares; e, 10) transportadores.

A mídia é um outro ator que poderia ser incluído no rol de atores importantes do sistema, contudo, são de circulação nacional e internacional, os veículos de comunicação que têm ajudado a alavancar o desenvolvimento turístico local com a inserção de notícias sobre as belezas da região, e que, na verdade, foi o que impulsionou o crescimento do fluxo turístico da Serra da Bodoquena. Estes veículos têm interferência apenas pontual e casual, ainda que decisivos, nos objetivos estratégicos do sistema e não participam diretamente de suas alianças e conflitos. Já o jornalismo local ainda não está completamente consolidado para uma participação mais interferente nos embates do desenvolvimento turístico local.

Os atores acima mencionados podem ser divididos em três grandes grupos assim constituídos: 1) *trade* turístico ou indústria do turismo; 2) comunidade e ONG's; e, 3) poder público. Esta classificação, na análise que se segue, poderá ser preferida para facilitar a discussão de suas relações e interferências no processo de desenvolvimento do turismo regional.

Faz-se necessária uma descrição sumária das principais características gerais dos atores iniciando-se pelas *agências de turismo* (1). Sua principal organização associativa é a Associação Bonitense de Agências de Ecoturismo – ABAETUR. Existem apenas duas agências em funcionamento em Jardim, 43 agências em Bonito, segundo informações da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, e nenhuma em Bodoquena. As agências de turismo locais são todas de médio ou pequeno porte e, em sua maioria, vendem apenas os produtos da região. De forma geral são atores fragilizados em seu poder de interferência com os principais atores de suas relações: o atrativo e o guia turístico, com exceção de três agências, de porte médio, que mantêm grande influência e relações de poder com atrativos turísticos.

Embora todos os associados da *Associação Comercial* (2) mantenham interesses no desenvolvimento do turismo, são os proprietários dos restaurantes e das lojas de souvenirs os que se beneficiam mais diretamente. É uma rede, contudo, bastante fragmentada, fazendo com

que este ator não exerça grande influência nas relações de poder, excetuando-se por algumas lideranças mas ativas que se destacam muito mais por sua identificação com o interesse pelo negócio turístico do que pela ligação com a associação representativa.

A *comunidade local* (3) é um elemento bastante passivo na arena política do desenvolvimento turístico local. Uma participação pouco mais efetiva nestes embates pode ser creditada, aos órgãos de representação de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e o CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, por exemplo, e de estudantes e professores de escolas e instituições de ensino superior da região.

Os *guias de turismo* (4) têm demonstrado um interesse pragmático na coalizão, com resultados positivos para seus interesses internos. Segundo informações da Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio de Bonito, existem 110 guias na região, nem todos, porém, registrados na Associação dos Guias de turismo de Bonito, a AGTB. A coalizão dos guias pode ser sentida de forma indelével nas relações de poder da região, a partir da participação política com representantes da classe dos guias ocupando cargos públicos importantes e participando ativamente, por exemplo, dos conselhos municipais de turismo. Além disso, os guias têm conseguido vitórias expressivas, que os beneficiam, na legislação local aplicada ao turismo, como por exemplo a de Bonito, que determina que todos os guias de turismo têm que ser formados e residir na própria região.

Os *meios de hospedagem* (5) são atores polimorfos, com configurações bastante diversas, mas com objetivos comuns. Não se observa, ainda, naquela região turística, a existência de empresas identificadas com as grandes redes internacionais de hotelaria, que acumulam um grande poder, como as descritas por Archer e Cooper:

Nos casos mais extremos o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento do tipo ‘neocolonial’. Esse neocolonialismo retira poder dos níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais. Essas companhias negociam apenas no nível nacional e esperam que quaisquer ‘problemas’ sejam resolvidos pelos governos nacionais, do contrário tiram o investimento (2002, p.91)

A maior parte dos cerca de 100 meios de hospedagem que operam na região são de pequeno porte, na maioria. Apenas dois hotéis podem ser considerados de grande porte, sendo um deles atualmente identificado com uma grande rede internacional de hotéis e o outro é gerido como um hotel independente¹. Embora apresentem uma estrutura de organização

¹ Uma tendência no setor de hospedagem é que, cada vez mais, os hotéis se organizem em redes, seja por meio de fusões ou aquisições, seja pela modalidade de franquias, aumentando sua capacidade de investimento e

atuante e participativa, com a Associação Bonitense de Hotelaria – ABH, despontando como a expressão política mais visível deste ator, tal qual a associação comercial, mantém uma fragmentação de interesses que enfraquece suas relações de poder sobre o sistema turístico regional.

Os *operadores de bote* (6) são o resultado de um desmembramento de seu berço de origem, algumas agências turísticas que se inconformaram com a impossibilidade de dominar um naco maior do negócio turístico, criando seu próprio produto, ao invés de participar apenas da sua venda. Algumas agências locais se organizaram em torno deste produto muito apreciado pelos visitantes e buscam organizar-se na defesa de objetivos que se conflitam, principalmente, com a visão de ambientalistas quanto ao risco que a atividade de passeio em botes representam para as cachoeiras dos rios locais. Estes atores contam, em Bonito, com o apoio da Associação dos Proprietários e Operadores de Bote de Bonito – APOBB.

As *organizações não governamentais* (7) têm se multiplicado na região sendo, muitas delas, identificadas com os interesses específicos dos atores aqui mencionados, mas várias revestidas do legado de Estocolmo em 1972, quando surgiram muitas ONG's preocupadas com o ambiente (McCORMICK, 1992) entre elas, algumas das que se fazem presentes na região turística da Serra da Bodoquena. As ONG's não apenas constituem grupos de pressão das políticas públicas e das ações privadas como, também, têm participado ativamente de ações de recuperação do patrimônio ambiental e de educação ambiental. As principais ONG's, essencialmente ambientalistas, que atuam na região são a Fundação Neotrópica do Brasil e a WWF, além de algumas pequenas organizações como a a IASB, Instituto das Águas da Serra da Bodoquena.

O *poder público estadual, federal e municipal* (8) é o mais polimorfo dos atores, e está presente na região turística principalmente cumprindo seu poder de polícia¹, por meio da fiscalização e monitoramento realizado pelos órgãos ambientais da União e de Mato Grosso do Sul, polícia militar ambiental e pelo Ministério Público. Também atua por meio de ações de controle e promoção do turismo realizado pela Fundação de Turismo. Mais recentemente se juntaram a este grupo, por conta do objetivo de aumentar o número e a permanência do fluxo turístico local, o Ministério de Turismo e a Unidade de Coordenação Estadual – UCE, do PRODETUR-SUL/MS. A reboque destes atores, existe a interferência do Banco

lucratividade. Os hotéis independentes são, normalmente, pequenas ou médias empresas familiares tendo capacidade reduzida de investimento e lucratividade (GOELDNER, RITCHIE, MCINTOSH 2002 p. 129).

¹ O poder de polícia é mencionado pela Constituição Federal como sendo uma das prerrogativas do poder público. Permite que a entidade pública exerça autoridade, inclusive coercitiva, para manter a ordem e a legalidade.

Interamericano de Desenvolvimento-BID que financia o Programa e se constitui em um ator exógeno.

No âmbito dos conflitos e alianças se percebem interferências mais técnicas dos órgãos com poder de polícia, como o Ministério Público, a Polícia Militar Ambiental e o órgão fiscalizador estadual. De outro lado, estão as interferências políticas nos demais órgãos, gerando estes últimos, um ambiente com alguma rivalidade, inclusive com o poder público municipal.

O poder público municipal até poderia ser excluído do rol acima para uma análise específica de seus objetivos. Não se percebe em todos os municípios da região a preocupação de ocupar com técnicos especializados, os cargos-chave para a gestão de políticas para o turismo e de preservação ambiental. O que é comum na arena das disputas que existem em municípios interioranos, assim como pode se perceber no próprio órgão estadual de turismo alguns pecados semelhantes. Mato Grosso do Sul não se constitui em exceção à regra notada por Schlüter:

Com pouquíssimas exceções, as autoridades governamentais da área do turismo são nomeadas por motivos políticos e seus mandatos estão sujeitos as vontades da pessoa que as nomeou. Espera-se que elas apresentem respostas políticas e não técnicas; portanto, consideram mais importante assinar um acordo do que realizar um projeto. (2002, p.240)

No poder público municipal encontra-se muitos focos de conflitos com os demais atores e com os próprios municípios. Não bastasse a lentidão imposta pela legislação que limita, na maioria das vezes positivamente, a ação do investimento público, a dificuldade de integração intermunicipal tem sido bastante prejudicial para o desenvolvimento turístico da região, com atrasos na elaboração e execução dos acordos firmados.

Os *atrativos turísticos particulares* (9) , assim como no caso dos meios de hospedagem, apresentam também, uma diversidade, entre pequenos e médios com parca estrutura e equipamento e os atrativos *premium* com estruturas evoluídas e gestão aprimorada para mercados que podem pagar mais. Percebe-se, contudo, a exemplo dos guias de turismo, uma coalizão mais forte que nos meios de hospedagem, além de um predomínio sobre dois importantes atores locais: as agências de turismo e os guias de turismo. Os atrativos colecionam a vantagem do poder de veto sobre estes atores e podem, assim, determinar algumas regras para a gestão do turismo na região. Além disso, os atrativos turísticos carregam a tradição associativista de seu berço de origem: os sindicatos rurais patronais, onde já se percebeu a vantagem da união de esforços em torno de objetivos comuns. Talvez por

esta razão é que, atualmente, o Sindicato Rural Patronal tenha assento no Conselho Municipal de Turismo de Bonito – COMTUR. A entidade associativa que congrega os atrativos turísticos particulares está em Bonito, é a Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR.

Os *transportadores* (10) não se comportam como atores centrais na arena de embates do desenvolvimento turístico local, embora tenham papel crucial. Só bem recentemente se observa um movimento em busca da organização associativa que assegure benefícios ao corpo que presta um serviço crucial para a qualidade do turismo local e que tem sido uma fonte de insatisfação dos visitantes. Este comportamento satélite talvez seja resultado da indefinição quanto a sua institucionalização no local onde se concentram em maior número: Bonito. A sua institucionalização iniciou-se com a Associação dos Transportes de Bonito que deixou de existir, dando lugar a Cooperativa Prestadora de Serviços Turísticos e Agência de Viagens e Turismo de Bonito – COOPERBON. Como se pode perceber, a instituição sucessora não deixa claro que é uma organização ligada aos transportadores e aparece com um mosaico de atividades que prejudicam o foco da categoria.

Como pôde ser percebido nenhum ator acumula grande poder no processo de desenvolvimento turístico local enquanto vão a reboque dos acontecimentos. Para a discussão de como isso interfere nas perspectivas de sustentabilidade do turismo lançar-se-á mão de algumas técnicas de jogos de atores na análise que se segue.

8.3.4 Análise do quadro estratégico dos atores

Na definição dos desafios estratégicos do sistema turístico da Serra da Bodoquena é necessário levar em conta que nesta arena de embates, como foi dito acima, existem atores que acumulam mais recursos para dominar as ações de desenvolvimento e alguns não passam de quase expectadores no processo. Também é necessário constatar que existem desigualdades entre os municípios componentes do sistema, e que o município de Bonito capitaneia o processo de discussão coletiva do desenvolvimento turístico, em face da dimensão e do domínio que conseguiu impor as demais cidades.

Quadro 8.1 Matriz estratégica dos atores da região turística da Serra da Bodoquena

Ações de Sobre	Agências de turismo	Associação Comercial	Atrativos turísticos particulares	Comunidade em geral	Guias de turismo	Meios de hospedagem	Operadores de botes	ONG's	Poder público federal e estadual e municipal	Transportadores
Agências de turismo	<i>Objetivos:</i> Segmentar mais a demanda turística e sobreviver; Aumentar a oferta de atrativos. <i>Problemas:</i> Dificuldades financeiras e de gestão; Desunião. <i>Meios:</i> Associação com grandes operadoras e cooptação com os atrativos		Busca da melhoria do atendimento ao visitante e capacidade técnica para a venda; Redução dos prazos para repasse dos valores de ingressos; Corte de agências que não melhoram o atendimento e não repassam os valores dos ingressos no prazo estabelecido; Favorecimento de agências para beneficiar pleitos no COMTUR.		Os guias se colocam a favor da adoção de pacotes turísticos populares, principalmente nos períodos de baixa temporada.	Críticas ao grande número de agências e a exigência de que as agências sejam responsáveis tributárias o que impede que operadoras nacionais possam vender pacotes sem a intermediação das agências locais.	Os operadores de bote se rivalizam com algumas agências pois, em geral, tem suas próprias agências receptoras.		As agências são substituídas tributárias ou seja, responsáveis pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços-ISS, cobrado sobre a venda de ingressos e pela emissão do voucher único que permite a gestão e o controle do fluxo turístico local;	
Associação Comercial	Incentivar a participação no atendimento aos turistas e na melhoria da qualidade dos produtos. Incentivar a abertura de novos restaurantes e opções de vida noturna	<i>Objetivos:</i> Participar do mercado turístico. <i>Problemas:</i> Fragmentação política. <i>Meios:</i> Melhoria do atendimento, da qualidade e diversificação.							A fiscalização sobre os restaurantes, quanto a questão sanitária é deficiente; Alguns segmentos do comércio tem ajudado a manter o interesse público pela promoção do carnaval.	
Atrativos turísticos particulares	Regularizar a contabilidade dos ingressos em alguns atrativos particulares; Aumentar o prazo para os repasses do percentual de venda dos ingressos;		<i>Objetivos:</i> Restringir o fluxo turístico aos segmentos mais rentáveis de mercado; Redução dos efeitos da sazonalidade. <i>Problemas:</i> Os balneários representam grande impacto ambiental; Conflitos com agências e guias. <i>Meios:</i> Aumento do preço dos ingressos atrativos e promoção dirigida		Os guias de turismo manifestam preferências pelos atrativos cujo preço do ingresso é mais alto e atrai mais turistas (as nascentes) devido ao maior valor de comissão. A AGTB tenta gerenciar a carência de guias nos atrativos que pagam menos.	Críticas a diferenças de preço dos ingressos nos atrativos entre a alta e a baixa temporada que prejudica a demanda turística da alta temporada; Os preços praticados pelos atrativos estão prejudicando a imagem do turismo local (imagem de turismo caro).	Defendem a remoção das trilhas dentro da faixa de 150 metros nas margens dos rios de classe especial..	Pressão para redução dos impactos ambientais e busca de novas formas de produção; Fazem pressão para a redução do fluxo nos balneários e a recuperação de seus passivos ambientais.	Mobilização para a instituição de normas de segurança nos atrativos; Os atrativos são fiscalizados e existe coerção para a recuperação dos passivos ambientais mas, existe uma permissividade para a atuação dentro de áreas de proteção permanente e nas faixas de proteção especial. Constata-se que existe desrespeito à legislação nas margens dos rios de classe especial.	
Comunidade em geral			Patrocínio de visitas franqueadas a estudantes das escolas da região	<i>Objetivos:</i> Aumento do emprego e renda; acesso ao lazer. <i>Problemas:</i> Municípios com poucos recursos, para ações sociais <i>Meios:</i> Eleições	Os guias participam de ações comunitárias de educação ambiental promovido pelos atrativos para alunos das escolas da região.			Promovem ações de educação ambiental e coleta seletiva de lixo.	O poder público mantém os balneários municipais como alternativa de lazer, com acesso gratuito aos residentes.	
Guias de turismo	Aumento do prazo para repasse da parte de remuneração no ingresso Pressão para o aumento do número de guias. Na alta temporada as agências de turismo tem dificuldades para agendar os passeios- o número de guias se torna insuficiente.		Capacitação técnica dos guias; Restrições aos guias que não participam das capacitações; Escolha informal dos guias preferidos; Os atrativos reclamam do grande número e da atuação dos guias de turismo no COMTUR de Bonito.		<i>Objetivos:</i> Manutenção da proteção ao guia local. <i>Problemas:</i> capacitação deficiente; sazonalidade da atividade; <i>Meios:</i> Participação política, ocupação de espaços nos conselhos.		Cobram dos guias o domínio de outros idiomas para atender aos visitantes estrangeiros.	Associação com os guias para ações de educação ambiental e capacitação.	Pressionam os guias para a participação em cursos de capacitação e ações de educação ambiental.; Tentam impor sanções para quem não participa.	Conflitos potenciais com o transporte de guias junto com os visitantes.

Ações de Sobre	Agências de turismo	Associação Comercial	Atrativos turísticos particulares	Comunidade em geral	Guias de turismo	Meios de hospedagem	Operadores de botes	ONG's	Poder público federal e estadual e municipal	Transportadores
Meios de hospedagem	Pressão para redução dos preços das diárias		Críticas aos altos preços cobrados pelos hotéis durante a alta temporada;			<i>Objetivos:</i> Aumentar a taxa de ocupação e o controle local. <i>Problemas:</i> Fragmentação da participação associativa; Diversidade de portes dos associados; Baixas taxas de ocupação hoteleira. <i>Meios:</i> Implantação de agências turísticas receptivas nos hotéis				
Operadores de botes							<i>Objetivos:</i> Manutenção de sua atividade e aumento do faturamento. <i>Problemas:</i> Oposição ambientalista <i>Meios:</i> associativismo	As ONG's ambientalistas são as maiores opositoras da prática de passeio de Bote.		
ONG's			Associação com ONG's para elaboração de seus planos de manejo, pesquisas e recuperação do passivo ambiental		Alguns guias são associados de ONG's locais.			<i>Objetivos:</i> Aumentar o esforço de proteção e pesquisa. <i>Problemas:</i> Recursos reduzidos e pouco apoio político. <i>Meios:</i> Recrutamento de formadores de opinião e lideranças comunitárias	O ministério público estadual tem atuado conjuntamente com ONG's em ações de diagnóstico de danos ambientais.	
Poder público federal e estadual e municipal	Criar cotas racionais de distribuição; Manutenção dos passeios de botes nas cachoeiras; Cobrança da melhoria da infraestrutura	Pressão pela ampliação das ações promocionais e manutenção de festas como o carnaval. Se preocupam com incentivos fiscais oferecidos para grandes empreendimentos.	Pressão para um redirecionamento e unificação da promoção do sistema turístico; Planejamento estratégico para definição de foco, priorização de ações, produtos turísticos; Exigência da melhoria da infraestrutura; Reestruturação do poder no COMTUR; Existe preocupação dos guias com a possibilidade de instalação de grandes resorts.	Cobra maiores oportunidades de lazer e de emprego no sistema turístico	Buscam e ocupam espaços políticos na administração pública municipal; concorrem a cargos legislativos; atuam na manutenção de seus privilégios no COMTUR. Os guias também manifestam preocupação com a possibilidade de instalação de resorts.	Pregam o redirecionamento e unificação da promoção; Exigência para o ordenamento do crescimento urbano; Defendem uma intervenção mais qualificada do poder público: menos dirigismo no sistema turístico e mais investimentos;	Pressionam o poder público para que as áreas de preservação permanente, às margens dos rios, sejam preservadas. Criticam os balneários.	Pressão para a adoção de normas ambientais mais rígidas; Cobram cumprimento da legislação ambiental. Pressionam o poder público para a regularização do Parque Nacional da Bodoquena.	<i>Objetivos:</i> Aumentar a demanda e permanência do turista e o emprego e renda; Manter e recuperar o patrimônio natural e cultural; <i>Problemas:</i> Rivalidades entre os municípios e organizações governamentais. <i>Meios:</i> Investimentos em infraestrutura e atração de investimentos privados; Regulação da gestão e dos limites de visita.	Pressionam pela melhoria da conservação das vias que acarretam muitos custos; Cobram linhas de crédito que facilitem a renovação dos equipamentos. Querem uma desburocratização do licenciamento das viagens.
Transportadores	Os transportadores representam um custo imprevisível nos pacotes turísticos, o que dificulta a negociação e representa conflitos potenciais entre os visitantes e os transportadores. As agências reclamam da qualidade dos serviços.				Os guias de turismo freqüentemente representam um problema no transporte dos visitantes, quando têm que ser transportados junto com os grupos e seu custo desse transporte tem que ser feito às expensas do visitante e adequação do tamanho dos veículos.	Os meios de hospedagem reclamam da qualidade dos meios de transportes dos turistas. Alguns hoteleiros tem experimentado oferecer este serviço como forma de melhorar a imagem do turismo como um todo.				<i>Objetivos:</i> Participar do crescimento do fluxo turístico e melhorar os equipamentos. <i>Problemas:</i> Não tem representatividade e expressão política; Imagem de má qualidade dos serviços <i>Meios:</i> Cooperativismo

Como dito, inicialmente, a construção do quadro estratégico dos atores (quadro 8.1) foi construído com base na técnica de análise de jogo de atores e reflete os objetivos e motivações, problemas e meios que diversos atores identificados no sistema turístico regional que detêm maior, ou menor poder, sobre o processo de desenvolvimento.

Identifica-se neste quadro, que alguns atores fazem maior pressão sobre os demais e alguns são sujeitos meramente passivos das ações e sofrem uma quantidade maior ou menor de ações de pressão. Obviamente o poder público é quem sofre e exerce maior pressão e se coloca em uma posição difícil ao ter que cumprir com suas obrigações técnicas em meio a necessidade de mediação política do jogo de interesses diversos entre os atores. Neste ponto, se coloca de forma emblemática certa permissividade no uso das áreas das faixas de proteção especial (105 metros das margens) e áreas de preservação permanente (50 metros das margens) nos rios de classe especial, onde se concentram a maior parte dos atrativos turísticos da região.

Também merecem ser destacados, na análise do quadro estratégico dos atores, alguns pontos fundamentais como, por exemplo, a questão da pressão exercida por alguns atores para que haja maior rigor da legislação quanto ao funcionamento dos balneários, o que representa um ponto nevrálgico das relações entre o poder público, comunidade em geral, atrativos turísticos, ONG's, atrativos, agências e guias turísticos, não apenas no município de Bonito, mas também no município de Jardim. No município de Bodoquena os balneários ainda não são um ponto central.

Outro ponto fundamental de disputa é a questão das perspectivas de aumento do fluxo turístico. Muitos atores consideram que não deve haver um grande aumento do fluxo turístico total sob pena de danos ambientais e, talvez, principalmente, pela perspectiva de perda do controle local sobre o processo de desenvolvimento, com a atração de investidores privados de grande porte. Algumas decisões coletivas já foram tomadas nessa direção quando da entrada na região como prioridade para receber investimentos do PRODETUR-SUL/MS, que certamente atrairá novos investimentos privados. A frente de batalha se forma na questão dos incentivos fiscais que podem ser concedidos a estes investidores e na forma de regularização do funcionamento do aeroporto recém inaugurado. Desta forma, conflitos se avizinham entre atrativos particulares, associação comercial, transportadores e poder público.

É preocupante a ausência da questão do Parque Nacional da Bodoquena na agenda dos atores em geral. Embora seja uma das bandeiras da ONG's e todos os atores se declarem preocupados com a sua regularização e do fato de o Parque ser um fator crucial para o futuro

do turismo na região, ele aparece como uma questão muito etérea para os atores e não faz parte de seus itens de mobilização.

Como seria de se prever, a indústria ou o *trade* turístico é o que exerce maior pressão e o poder público o que sofre maior pressão. A novidade neste sistema, é que dentro da indústria turística desponta com um grande poder, os atrativos e os guias de turismo. Alguns atores de menor expressão política como os operadores de bote e os transportadores tentam ganhar espaço em meio a ambiente de alianças e conflitos que serão analisadas em seguida, com a identificação dos desafios estratégicos do sistema e os objetivos associados dos atores.

8.3.5 Desafios estratégicos e posicionamento dos atores

A leitura da matriz estratégica dos atores permite identificar quais são os principais campos de batalha, ou desafios estratégicos, com que se defrontarão os 10 atores enumerados. Dentro destes desafios estratégicos desfilam objetivos coletivos e específicos dos atores que serão a seguir analisados, a partir do quadro 8.2.

Quadro 8.2 Matriz dos desafios estratégicos e objetivos associados

•E1 Ampliação do sistema turístico	<ul style="list-style-type: none"> • O1 Aumentar a oferta de atrativos • O2 Conceder incentivos fiscais para grandes corporações e empreendedores locais • O3 Regularizar o funcionamento do aeroporto • O4 Implantar planos de manejo com ampliação dos limites de visitantes
•E2 Controle local sobre o processo de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • O5 Ampliar o financiamento para os empresários locais • O6 Aumentar a quantidade e diversidade de atores nos conselhos municipais de turismo, meio ambiente e conselho regional da Serra da Bodoquena
•E2 Mercado turístico e promoção	<ul style="list-style-type: none"> • O7 Unificar regionalmente a promoção turística • O8 Aumentar o investimento público em promoção • O9 Organizar pacotes turísticos populares • O10 Aumentar as parcerias com operadoras de grande porte
•E3 Ecoturificação	<ul style="list-style-type: none"> • O11 Retirar trilhas das áreas de proteção permanente • O12 Limitar os ingressos nos balneários • O13 Manter o fluxo turístico nas dimensões atuais ou reduzir o ritmo de crescimento • O14 Proibir a implantação de novos balneários
•E4 Legislação ambiental e Passivo ambiental.	<ul style="list-style-type: none"> • O15 Aumentar o esforço de pesquisa • O17 Ampliar o rigor na fiscalização ambiental • O18 Adotar medidas negociadas para a reparação ambiental • O19 Regularizar a implantação do Parque Nacional da Bodoquena

O primeiro desafio estratégico, *Ampliação do sistema turístico*, diz respeito à decisão de aumentar ou não, internamente, o tamanho da indústria turística, significando isso, um encaminhamento do sistema para uma característica mais próxima do turismo de massa.

O segundo campo de batalha estratégico, *Controle local sobre o processo de desenvolvimento*, é uma disputa surda que se coloca entre a indústria turística local e outros atores como o poder público, principalmente o federal e estadual, pelo poder sobre ações, políticas públicas e legislação.

O terceiro desafio envolve a questão do *mercado turístico* que mantém ligações com outros desafios estratégicos mas traduz, em si, uma importante questão relativa as escolhas que envolvem o poder público e o *trade* turístico, já que é um dos fatores que perturba a manutenção da unidade regional.

Um outro desafio é o da *ecoturistificação* que pode ser traduzido pela defesa da manutenção de limites ao fluxo turístico, contrariamente a busca de ampliação do fluxo ou caracterização de turismo de massa. É uma batalha pela ampliação do dirigismo do poder público e de outros atores, de forma a se impor limites à visitação e a implantação de novos equipamentos, para que se pratique na região um turismo de baixo impacto, sem importar-se com o mercado.

Na esteira da ecoturistificação, aparece o outro desafio, o da disputa pelo espaço da *legislação ambiental e dos passivos ambientais*, que representa um ponto sensível para o sistema local, pois é aí que se discutem limites, nem sempre muito óbvios, entre a racionalidade de uma nova postura ética frente ao patrimônio ambiental que está em constante conflito com os interesses econômicos, políticos e sociais.

Optou-se, na presente análise, por analisar individualmente os objetivos, associando-os a perspectiva de apoio ou não por parte dos demais atores, o método prescreve uma notação +1 para os atores favoráveis ao objetivo, -1 para os atores contrários e, 0, para os atores neutros. A análise da matriz: atores, versus objetivos resultou na Tabela 8.1.

Algumas constatações possíveis, com a análise do produto das colunas desta matriz, são, por exemplo, a de que a comunidade permanece alheia à maior parte dos pleitos e embates existentes no processo de desenvolvimento turístico. Outro ator que se interessa pouco pelos objetivos em geral são os transportadores. Em compensação, outros atores como o poder público, os guias turísticos e os atrativos têm interesse na maior parte dos objetivos.

A outra constatação é que alguns objetivos que dizem respeito tanto a pleitos ambientais como os que pretendem atrair maiores investimentos atraem maiores

antagonismos. É o caso da concessão de incentivos fiscais para que grandes empresas turísticas façam investimentos na região, neste caso, o poder público pretende atender a um dos maiores objetivos da comunidade com o desenvolvimento do turismo que é a geração de mais empregos e renda. O maior antagonismo aparece justamente em um objetivo que parece ser crucial para a preservação do patrimônio ambiental e cultural da região que é o da manutenção da dimensão atual ou mesmo redução do fluxo turístico buscando a *ecoturistificação*.

Tabela 8.1 Matriz de posições simples atores x objetivos

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10		
	Agências de turismo	Associação Comercial	Atrativos turístico	Comunidade em geral	Guias de turismo	Meios de hospedagem	Operadores de botes	ONG's	Poder público	Transportadores	S+	S-
O1 Aumentar da oferta de atrativos	1	1	-1	-1	1	1	-1	-1	1	1	6	-4
O2 Conceder incentivos fiscais	-1	-1	-1	0	0	-1	0	-1	1	-1	1	-6
O3 Regularizar o funcionamento do aeroporto	1	1	1	0	1	1	1	-1	1	1	8	-1
O4 Implantar planos de manejo com ampliação dos limites de visitantes	1	1	1	0	1	1	1	-1	0	0	6	-1
O5 Ampliar o financiamento para os empresários locais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	0
O6 Aumentar a quantidade e diversidade de atores nos conselhos	1	1	1	1	-1	1	1	1	-1	1	8	-2
O7 Unificar regionalmente a promoção turística	-1	1	-1	0	-1	-1	-1	0	-1	0	1	-6
O8 Aumentar o investimento público em promoção	1	1	1	0	1	1	1	-1	-1	1	7	-2
O9 Organizar pacotes turísticos populares	1	1	-1	0	-1	0	1	-1	0	0	3	-3
O10 Aumentar as parcerias com operadoras	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	7	0
O11 Retirar trilhas das áreas de proteção permanente	-1	0	-1	0	-1	-1	1	1	0	0	2	-4
O12 Limitar os ingressos nos balneários	-1	-1	1	-1	1	1	-1	1	-1	0	4	-5
O13 Manter o fluxo turístico nas dimensões atuais ou reduzir o ritmo de crescimento	-1	-1	1	1	-1	-1	-1	1	-1	-1	3	-7
O14 Proibir a implantação de novos balneários	1	-1	1	-1	1	1	1	1	-1	-1	6	-4
O15 Aumentar o esforço de pesquisa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	0
O16 Ampliar o rigor na fiscalização ambiental	-1	-1	-1	0	-1	0	-1	1	1	0	2	-5
O17 Adotar medidas negociadas para reparação ambiental	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	0
O18 Regularizar a implantação do Parque Nacional da Bodoquena	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10	0
S+	12	11	12	6	11	12	12	10	9	9		
S-	-6	-5	-6	-3	-6	-4	-5	-6	-6	-3		

O próximo passo da análise do jogo de atores é a análise de divergências e convergências entre os atores para isso, Godet sugere o cálculo da matriz transposta¹. O produto desta matriz permite vislumbrar quais atores têm uma posição comum, favorável ou desfavorável. Para o cálculo, multiplica-se a matriz atores x objetivos (MOA) pela sua transposta, desta forma, uma matriz atores x objetivos, se transforma em uma matriz atores x atores (MAA) tendo, como produto matricial, o somatório dos resultados somados em separado, os valores negativos (divergências) dos valores positivos (convergências). Em suma, o resultado permite vislumbrar, para cada par de atores, o número de objetivos em que são convergentes e divergentes. A tabela 8.2 apresenta o produto da multiplicação calculado com o uso de uma planilha do *software* Microsoft Excel.

Tabela 8.2 Matriz de convergências e divergências

		A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
		Agências de turismo	Associação Comercial	Atrativos turístico	Comunidade em geral	Guias de turismo	Meios de hospedagem	Operadores de botes	ONG's	Poder público	Transportadores
A1	Agências de turismo		-2	-4	-3	-3	-1	-2	-9	-5	-1
			14	14	6	14	15	15	7	10	11
A2	Associação Comercial	-2		-6	-2	-5	-3	-3	-9	-5	0
		14		10	7	10	11	12	6	9	11
A3	Atrativos turísticos	-4	-6		-2	-3	-2	-4	-5	-8	-3
		14	10		7	14	14	13	11	7	9
A4	Comunidade em geral	-3	-2	-2		-5	-4	-2	-2	-3	-2
		6	7	7		4	5	7	7	6	6
A5	Guias de turismo	-3	-5	-3	-5		-1	-5	-8	-4	-2
		14	10	14	4		14	12	7	10	9
A6	Meios de hospedagem	-1	-3	-2	-4	-1		-3	-6	-5	-1
		15	11	14	5	14		12	8	9	11
A7	Operadores de botes	-2	-3	-4	-2	-5	-3		-7	-5	-2
		15	12	13	7	12	12		8	9	9
A8	ONG's	-9	-9	-5	-2	-8	-6	-7		-7	-5
		7	6	11	7	7	8	8		6	6
A9	Poder público	-5	-5	-8	-3	-4	-5	-5	-7		-3
		10	9	7	6	10	9	9	6		9
A10	Transportadores	-1	0	-3	-2	-2	-1	-2	-5	-3	
		11	11	9	6	9	11	9	6	9	

A tabela acima expressa, na primeira linha de cada ator, o número de objetivos em que cada ator é divergente com os demais e, na segunda linha, o número de objetivos em que são convergentes.

¹ A matriz transposta é o resultado da multiplicação das linhas pelas colunas.

É possível verificar, por meio de uma primeira análise da matriz, que as convergências são mais expressivas que as divergências. A segunda constatação imediata é a do grande número de convergências e pequeno de divergências, que podem ser observadas entre os integrantes da indústria turística. Os atrativos turísticos particulares, agências de turismo, meios de hospedagem, operadores de bote e guias de turismo concordam na maioria de seus objetivos indicando, assim, que a aliança destes atores é um fato determinante para o presente e o futuro do turismo naquela região turística.

Este fato fica mais claro quando se vislumbram a representação gráfica de suas convergências e divergências. A Figura 8.2 representa as ligações entre os diversos atores considerando apenas as suas convergências. Onde as linhas se apresentam mais largas estas convergências são maiores e são menores onde as linhas são mais estreitas. Por meio do gráfico se percebem a coalizão dos atores do *trade* turístico que mantêm um grande número de objetivos comuns, embora, as agências de turismo e os atrativos apresentem uma relação com um menor número de convergências.

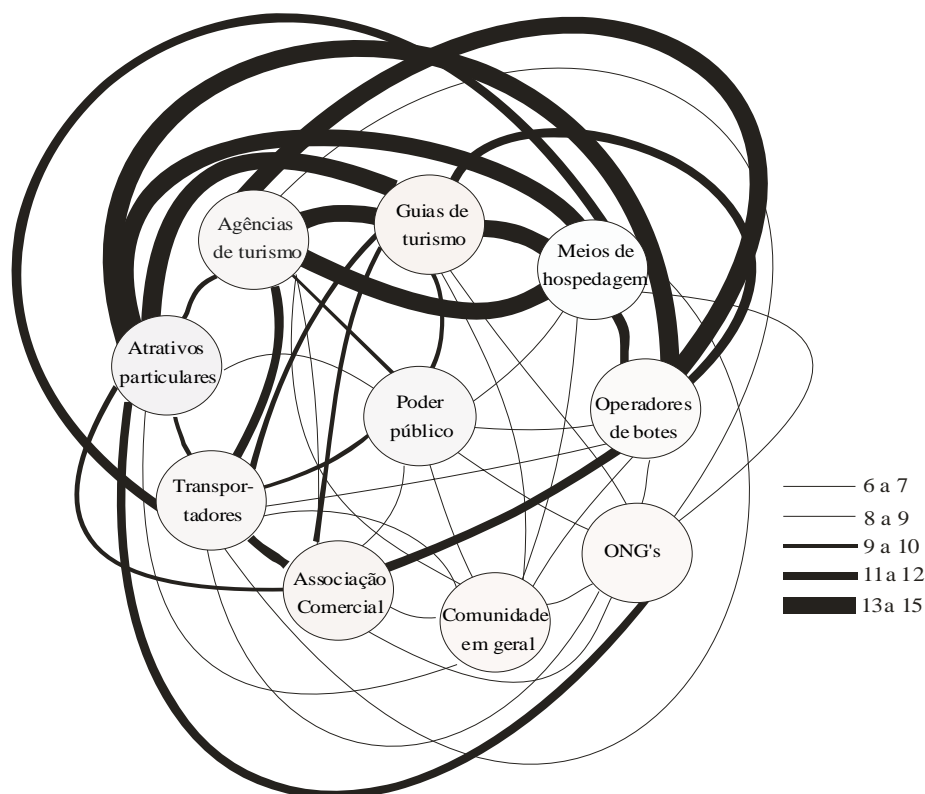


Figura 8.2 Gráfico das convergências dos atores da Serra da Bodoquena.

A análise fica prejudicada para o poder público, já que sendo um ator polimorfo e mantendo complexas relações com os demais atores, a representação de suas convergências

pode não expressar corretamente a realidade. O fato é que muitos dos componentes do poder público manterão maiores convergências com o *trade* e muitos outros como, por exemplo, os órgãos ambientais, não terão muitas convergências. O objetivo da análise, entretanto era demonstrar o comportamento geral dos atores e como o poder público tem a sua atenção fragmentada em razão dos múltiplos interesses a que deve atender. A demonstração desta fragmentação na análise do jogo de atores, embora desejável, seria de difícil execução. Uma alternativa possível para esta análise seria a unificação da indústria turística como sendo um único ator, ampliando do outro lado o número de atores no poder público. Obteria-se, assim, uma análise mais focada nas políticas públicas, o que não é objeto central do estudo desta tese.

Dentro deste quadro de alianças torna-se interessante a tentativa de obter uma análise qualitativa da estratégia de *ecoturistificação*, fundamental para a questão da sustentabilidade do turismo regional. Verifica-se que os objetivos ligados a turistificação são pleitos dos atores que apresentam o menor potencial de coalizão, reduzindo, com isso, as chances de que este campo de batalha se realize plenamente.

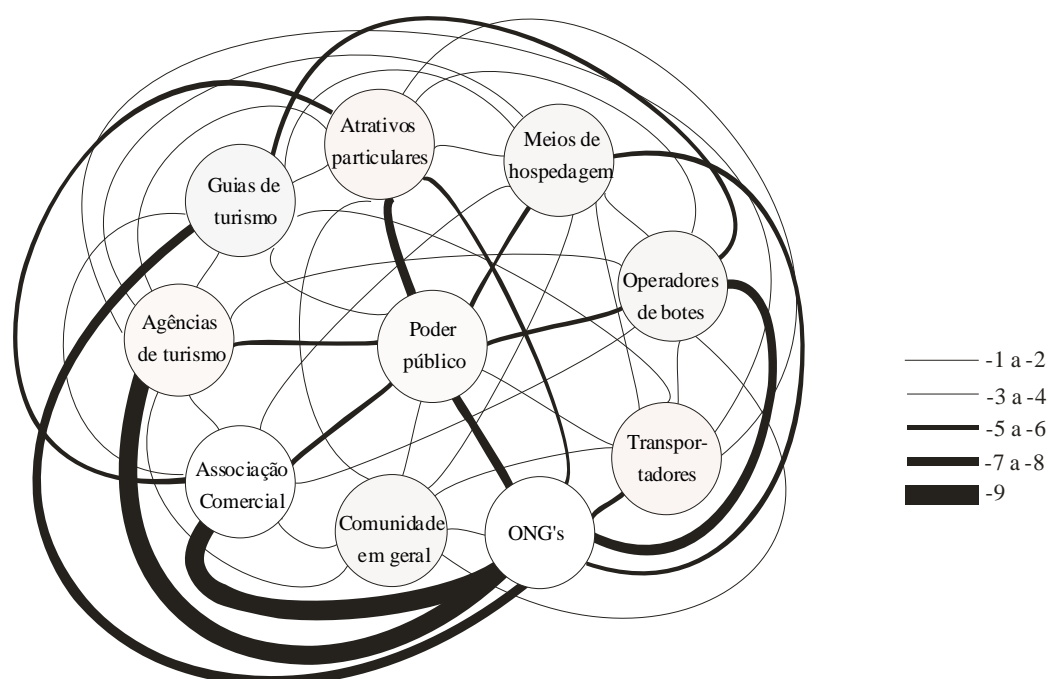


Figura 8.3 Gráfico das divergências dos atores da Serra da Bodoquena

A Figura 8.3 apresenta as relações divergentes entre os atores da Serra da Bodoquena, com os maiores conflitos representados pelas linhas mais largas. Verifica-se,

neste caso, uma confirmação do resultado da análise de convergências, onde o menor número de conflitos se mantém em meio aos atores da indústria turística.

As ONG's representam um foco de conflito, ao se colocarem em oposição aos objetivos gerais da indústria turística que julgam causar um aumento nos impactos ambientais provocados pelo turismo. Estas entidades não têm, contudo, o respaldo político e os meios para conter a força dos atores componentes do *trade*, constituindo-se, por isso, em uma oposição que apenas consegue forçar o sistema a manter uma maior racionalidade do ponto de vista da ética ambiental. Sob a ótica do respaldo político, atores como a comunidade em geral, têm muito mais instrumentos para intervir na mudança de rumos e não o fazem, mantêm-se passivos e distantes das decisões importantes. Enquanto isso as ONG's se sobressaem como ativos participantes mas não conseguem fazer mudanças efetivas por estarem destituídas de meios.

Por tudo que foi exposto, é possível avaliar que os desafios estratégicos que têm grande chance de saírem vencedores nos embates do palco da região turística da Serra da Bodoquena, são os que se colocam sob a ótica da indústria do turismo. Assim sendo, é muito provável que haja uma derrota progressiva da ecoturistificação com o turismo se encaminhando para o crescimento da infra-estrutura turística e do fluxo de visitantes.

Paralelamente, devem crescer as pressões para uma legislação mais rígida e maior rigor na fiscalização para que se coíbam excessos cometidos, isso porque, se existem divergências entre dois fortes atores: o poder público e as ONG's, elas não se referem ao interesse em preservar o patrimônio natural que se constitui no sustentáculo econômico da atividade turística.

Uma grande dúvida que se descortina no desenrolar destas possibilidades é acerca da manutenção do controle local sobre o processo do desenvolvimento. Os atores mais importantes da indústria turística se opõem a instalação de grandes *resorts* ou estrutura de lazer que permitam um fluxo de massa, entretanto, isso parece inevitável com os investimentos previstos, principalmente no PRODETUR/SUL-MS. Este programa prevê a aplicação de aproximadamente 180 milhões de reais, nos próximos anos, provenientes de financiamento público e deverá atrair um volume semelhante de recursos da iniciativa privada.

8.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo acrescentou elementos fundamentais para a discussão das perspectivas futuras de sustentabilidade do turismo na Serra da Bodoquena. É a adoção de uma ou outra estratégia e o embate entre os atores que decidem se o processo de desenvolvimento irá respeitar os limites necessários para que se preserve para as gerações futuras, o patrimônio ambiental e cultural.

As constatações mais importantes são a de que coexistem uma plêiade de atores com boas intenções para com as questões de sustentabilidade do turismo na Serra da Bodoquena. Contudo, na prática, os atores mais expressivos do sistema encaminham seus objetivos e movimentos, para a busca do ganho econômico que pode advir de um crescimento expressivo do turismo, a partir da consolidação do sistema, de investimentos públicos e da instalação do Aeroporto.

Este movimento pode representar, além de um crescimento do fluxo turístico, a redução dos cuidados com o meio ambiente e a perda do controle local sobre o processo de desenvolvimento o que significa, do ponto de vista da dimensão político institucional que, em médio ou longo prazo, a participação política pode se tornar meramente figurativa, submetida que estará, aos interesses dos grandes grupos econômicos.

O antídoto pode estar na atenção aos atores de menor expressão e no fortalecimento da participação da comunidade em geral, com uma discussão responsável para com os mecanismos de planejamento, gestão e fiscalização das condutas que se relacionam ao turismo praticado nos atrativos turísticos da região e nos cuidados com os elementos ambientais e culturais de suas adjacências.

Por fim, é necessário pensar-se a sério na possibilidade de valorização da estratégica de ecoturistificação, como forma de tornar mais ampla a perspectiva de manutenção da sustentabilidade do desenvolvimento turístico da Serra da Bodoquena.

Com estas principais referencias encerra-se a Segunda Parte do presente trabalho, que em suas cores finais, na Terceira Parte, que vem a seguir, aproveita-se desta análise de ambiência e das contribuições do que já ocorreu em outros sistemas turísticos, para discutir as perspectivas atuais e futuras da sustentabilidade do turismo na região turística objeto deste estudo.

TERCEIRA PARTE

PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NA SERRA DA BODOQUENA

“As utopias parecem ser bem mais realizáveis do que se poderia acreditar antigamente. E nós nos encontramos atualmente diante de uma questão angustiante de maneira bastante diversa: como evitar a sua realização definitiva?... As utopias são realizáveis. A vida caminha em direção às utopias. E começa um novo século, talvez um século em que os intelectuais e a classe cultivada sonharam com os meios de evitar as utopias e retornar a uma sociedade não utópica, menos ‘perfeita’ e mais livre”.

Nicolas Berdiaeff
(apud HUXLEY, 1986)

9 DILEMAS E ATUALIDADES DA SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA NA SERRA DA BODOQUENA

9.1 INTRODUÇÃO

Realizar uma síntese das atualidades e perspectivas de sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena, como em qualquer outro sistema turístico, não é tarefa fácil. A organização de sistemas lógicos que permitam vislumbrar a complexidade de um processo que, na realidade prática, encerra uma gama enorme de elementos transformadores e um emaranhado maior ainda de conexões entre estes elementos constitui um grande desafio. Corrobora este argumento o fato de existirem diversas tentativas, nem sempre bem sucedidas, de elaboração de indicadores de sustentabilidade.

As discussões levadas a termo neste capítulo não tem a pretensão de se tornar mais uma das contribuições em termos de indicadores, mas sim, um amparo às reflexões sobre as perspectivas atuais e futuras da sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena.

Não existe um consenso na literatura sobre indicadores de sustentabilidade e, as várias tentativas observadas parecem ser passíveis de críticas. Muitas são as tentativas de obtenção de modelos que permitem analisar, racionalmente, ora os impactos positivos ou negativos, ora a própria noção de sustentabilidade. É o que propõem Yoon, Gursoy e Chen (2001), que organizaram um modelo estatístico para analisar os impactos econômicos, culturais, ambientais e sociais causados pelo turismo em uma localidade, considerando indicadores sociais, ambientais, econômicos e culturais. Contudo, este modelo não expressa uma valoração de aspectos de sustentabilidade e sim, de mensuração de impactos negativos e positivos sem considerar uma gradação que possa avaliar se o sistema é mais, ou menos sustentável.

A questão das divergências de especialistas acerca de indicadores de sustentabilidade foi levantada por Miller (2000), que realizou pesquisa utilizando o painel Delphi, entre especialistas, para verificar quais indicadores poderão ser utilizados para determinar a sustentabilidade e qual a melhor abordagem, se qualitativa ou quantitativa. Miller conclui que existe um grande desacordo entre especialistas no que se refere a quem consultar sobre a sustentabilidade e acerca de qual a melhor abordagem a ser utilizada nesta consulta.

Ressaltar esses aspectos polêmicos, relacionados aos indicadores de sustentabilidade, faz-se necessário para esclarecer que, não faz parte das pretensões deste capítulo, indicar possíveis caminhos para que tais dificuldades sejam enfrentadas, mas, justificar a tentativa de contemplar a complexidade que cerca a análise da sustentabilidade de um sistema turístico. Opta-se, por isso, por uma discussão dialética, baseada nas informações coletadas e organizadas ao longo dos oito capítulos antecedentes, além de informações organizadas a partir de dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Bonito e seu sistema de Gestão do Turismo (GESTUR) para os anos de 2003 e 2004.

Os dados fornecidos por Bonito foram organizados e classificados de forma a permitir uma visão geral dos dilemas enfrentados pelos produtos e pela ocupação do espaço regional. A análise dos produtos será correlacionada com a dimensão econômica, político-institucional e social da sustentabilidade, enquanto que a análise espacial se correlacionará com as dimensões ambiental, cultural, econômica e político-institucional.

Assim sendo, este capítulo se divide em três partes principais: na primeira, são apresentadas as bases sistêmicas fundamentais da sustentabilidade do turismo; na segunda, elementos de sustentabilidade do turismo regional e, finalmente, na terceira parte, estão expostos os dilemas mais desafiadores, com repercussões sobre as condições atuais e futuras da sustentabilidade que, portanto, desafiam os atores do sistema turístico regional.

9.2 BASES SISTÊMICAS DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

O consenso geral é de que o ecoturismo tem que estar carregado de uma preocupação com a boa relação entre a população autóctone, o patrimônio ambiental e o patrimônio cultural, o que o correlaciona de forma direta com o conceito de sustentabilidade. Sob este ponto de vista é possível a proposição da análise de elementos que podem aumentar ou reduzir a sustentabilidade e demonstrar que a *ecoturistificação* corresponde ao encaminhamento de um balanço positivo da sustentabilidade. Na origem dessa discussão se encontra a percepção de que, na realidade, existem elementos e ações que ajudam, e

elementos e ações que atravancam a sustentabilidade com impactos sobre a comunidade, a cultura e o ambiente, como demonstra a figura 9.1.

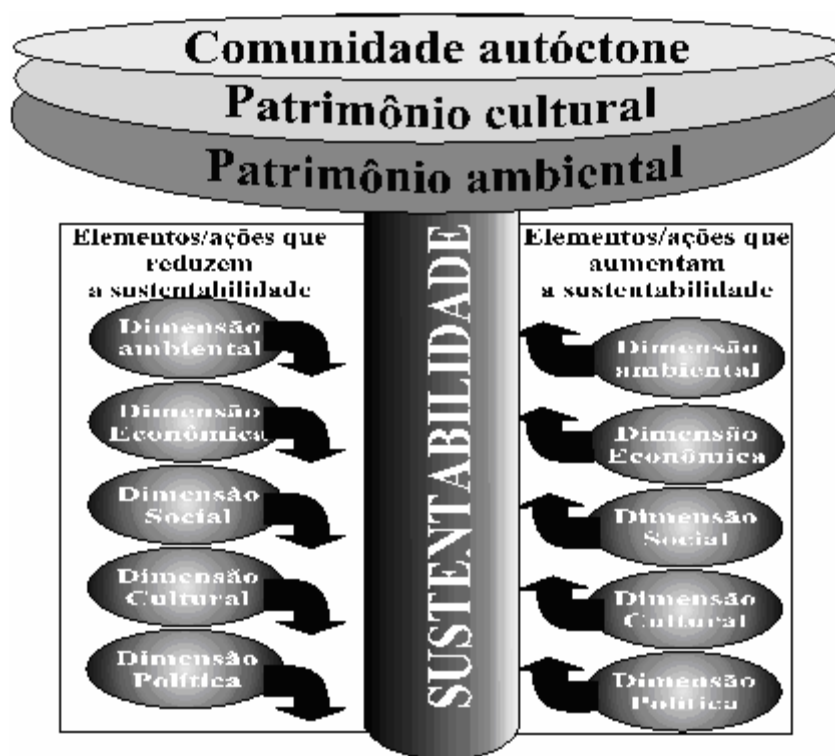


Figura 9.1 Pressões sobre a sustentabilidade

A discussão das perspectivas atuais de sustentabilidade do turismo, na região da Serra da Bodoquena, estará assentada na visão de que existe um pilar com pressões diferenciadas, dentro de cada uma das dimensões de ambiência, e que a sustentabilidade será maior ou menor a partir de um balanço que considere os esforços e elementos prós e contras a sustentabilidade.

Não existe dissenso quanto à possibilidade de se estabelecer um olhar sobre a sustentabilidade, baseado em uma soma positiva dos esforços e elementos que pressionam contra ou a favor. Entretanto, o que não se sabe muito bem é como medir, adequadamente, esses esforços sem que se incorra em erros de avaliação que podem ser causados pelas múltiplas visões e interesses acerca dos impactos do processo de desenvolvimento turístico sobre o patrimônio natural, cultural e a comunidade. A discussão a seguir, intenta esclarecer este assunto à luz do que já foi debatido nos capítulos anteriores desta tese.

9.2.1 Sustentabilidade do patrimônio natural

São três os elementos principais, passíveis dos efeitos de ações antrópicas, determinantes da sustentabilidade na atividade turística. Esses elementos são: 1) o patrimônio natural; 2) o patrimônio cultural; e 3) a comunidade autóctone.

É fundamental, ao se discutir a sustentabilidade, que sejam considerados os efeitos da ação antrópica sobre a natureza, a cultura e a comunidade. Os argumentos utilizados para a discussão final deste trabalho, portanto, serão dirigidos pelo estudo dos efeitos dentro das diversas dimensões, sobre as quais se concentrou a análise de ambiência nos capítulos anteriores.

O que está ocorrendo e o que pode ocorrer com a sustentabilidade, considerando a evolução do turismo em outros sistemas, exemplares e mais maduros e, o que já está acontecendo internamente ao sistema turístico da Serra da Bodoquena, passa a ser o foco da discussão que se segue, iniciando-se pelo patrimônio natural.

Conforme a discussão do primeiro capítulo, a sustentabilidade está ligada à capacidade de a atividade turística conseguir manter a sobrevivência das comunidades onde se instala sem comprometer a herança natural e cultural, ou seja, com o menor impacto possível. Entretanto, como se verificou, surgiu nos últimos tempos um crescente interesse pelo turismo em locais onde o patrimônio natural é o principal produto, e nada indica que este interesse vá se estabilizar ou recrudescer. O ecoturismo, como foi dito, tem crescido a uma taxa superior às demais modalidades turísticas.

Os números do turismo indicam um crescimento anual, propiciado pelo ganho de escala, observado pela indústria de viagens, que demonstra que o maior interesse pelas viagens acaba por permitir uma redução de custos com o aumento do movimento, o que reverte em crescimento do fluxo de turistas, num círculo virtuoso do ponto de vista do crescimento econômico. O ganho de escala é dependente de uma estrutura voltada para o consumo de massa, com uma estrutura receptiva cada vez mais idealizada para grandes volumes de visitantes. Dessa forma, o interesse despertado pelo potencial econômico do turismo pode acabar se voltando contra os interesses pela preservação do patrimônio ambiental, na contramão da sustentabilidade.

A relação do homem com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade de conciliação dos interesses econômicos desperta conflitos éticos fundamentais, traduzidos em toda a preocupação que cerca a conceituação de turismo, turismo sustentável e ecoturismo. O que se conclui com a análise da evolução do turismo é que a mencionada relação homem-

natureza mantém diferenças marcantes, desde que o homem comum começou a ter acesso às viagens.

No início da história do turismo, este se apresentava como um privilégio para poucos, e a relação com a natureza era marcada pela busca ao exótico e um comportamento dominador, no qual havia tentativas, encenadas ou não, de demonstração da superioridade do homem sobre os elementos naturais. Na atualidade, o turismo apresenta uma nova relação com a natureza, a dominação se concentra no interesse econômico, enquanto os turistas, mais numerosos e com padrões de consumo e visão de mundo globalizados, tendem a pensar que alguém deveria fazer alguma coisa para proteger o patrimônio natural, desde que isso não prejudique seu conforto e bem estar.

Paradoxalmente, uma parte dos viajantes atuais tem predisposição a uma relação mais amistosa e, em alguns casos, de adoração religiosa com a natureza. É quando a indústria do turismo apresenta os segmentos de mercado que se voltam ao turismo alternativo e, dentro deste, especialmente, o ecoturismo.

É na encruzilhada entre o turismo de massa e o turismo alternativo que se coloca o sistema turístico da Serra da Bodoquena. O conceito do ciclo de vida turístico de R.W. Butler, adaptado por Fennel (2002, p. 123), indica a tendência de os sistemas reduzirem sua sustentabilidade na medida em que amadurecem e atraem mais visitantes. O direcionamento para um turismo mais massificado e o conseqüente aumento da carga turística pode não ser uma opção compulsória dos atores que, muitas vezes, são paulatinamente compelidos a submeterem-se a imperativos econômicos e políticos em direção a esse crescimento.

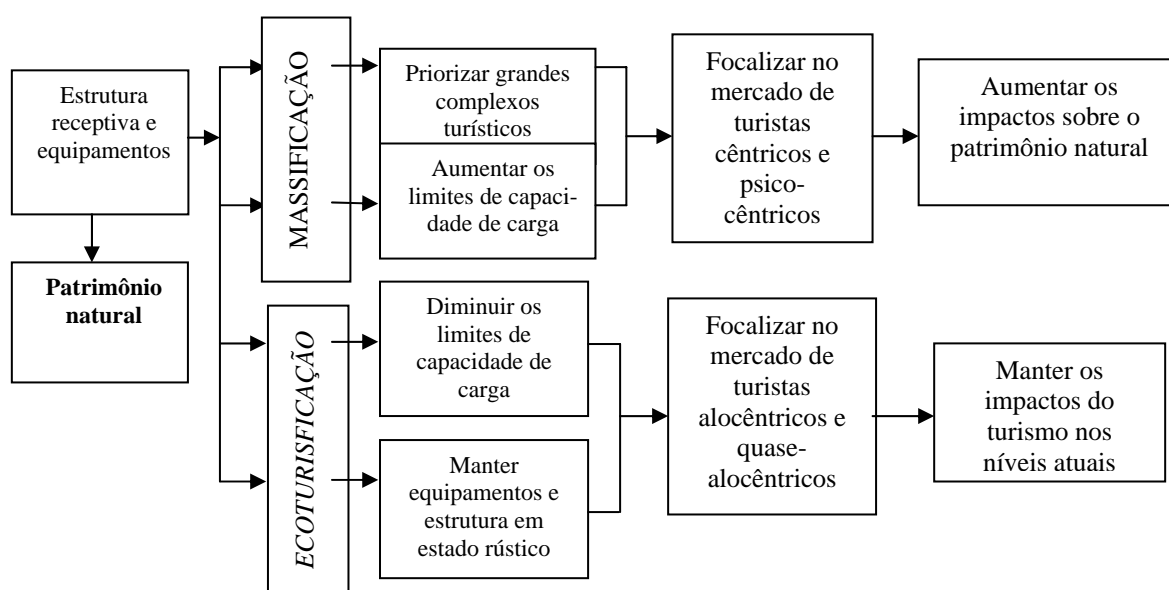


Figura 9.2 Opções estratégicas para apropriação do Patrimônio Natural pelo turismo.

É, por isso, que na análise das opções disponíveis para os sistemas turísticos, relativas a estrutura e equipamentos turísticos interferentes no patrimônio natural, as opções estratégicas se desdobram conforme o fluxograma descrito na Figura 9.2. Neste modelo, os atores se deparam com os elementos que se distribuem em possibilidades de massificação e *ecoturistificação*, com reflexos cruciais na sustentabilidade

As opções estratégicas indicam decisões que encaminham o sistema turístico para a adoção de estruturas receptoras de alto impacto ambiental, preparadas para um grande número de visitantes e, no outro lado do espectro, estruturas rústicas, preparadas para turistas alocêntricos, cujos desejos e interesses são pela busca de opções que os aproximem o máximo possível de um ambiente real, em harmonia com o que existir de mais primitivo representando o patrimônio natural.

9.2.2 Malefícios e benefícios sobre a comunidade autóctone

O segundo elemento fundamental, apropriado pela atividade turística e que causa grandes preocupações quanto à sustentabilidade, é para com a comunidade autóctone. Sobre ela, o advento do turismo provoca interferências diretas e indiretas.

Diretamente, o turismo tem efeitos no emprego, na renda e nas possibilidades políticas que mantenham o controle do desenvolvimento turístico dentro da própria comunidade. Já as interferências indiretas são observadas na oferta de serviços públicos e no custo de vida. A Figura 9.3 ilustra as possibilidades estratégicas que sofrem influências do processo de desenvolvimento turístico.

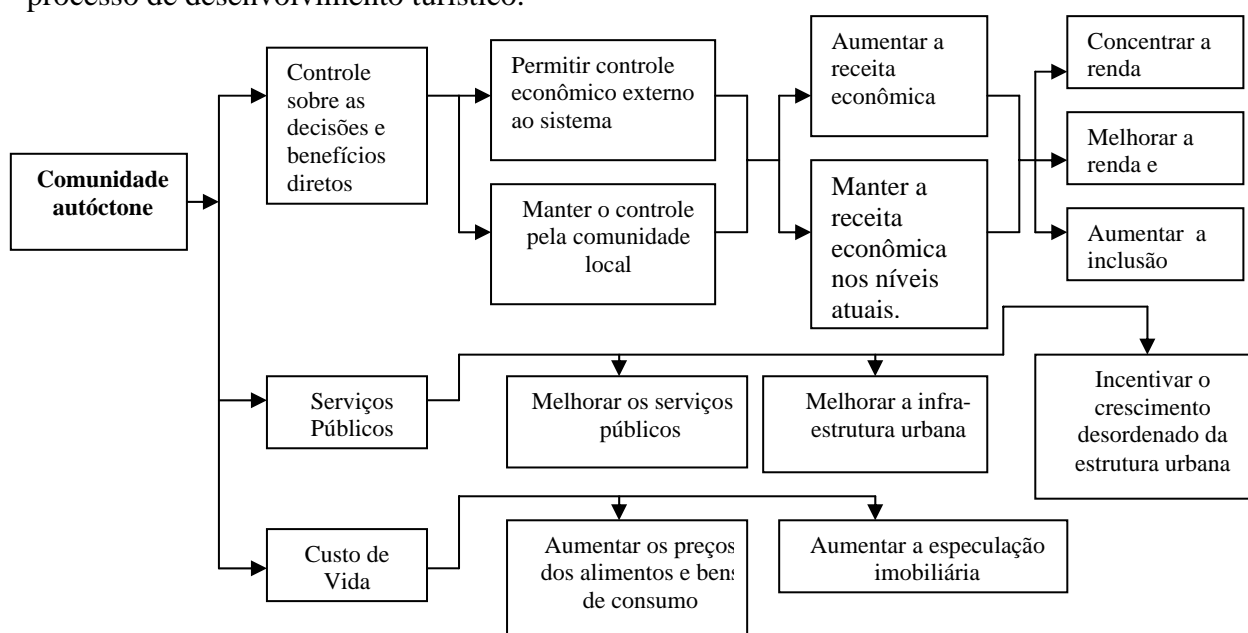


Figura 9.3 Opções estratégicas da interferência sobre a comunidade

No capítulo 2 deste trabalho foi demonstrado que é impossível a implantação de uma estrutura turística em uma determinada localidade, a exemplo do que ocorreu e está ocorrendo no México, na Costa Rica, no Equador e em Belize, sem provocar efeitos negativos, em maior ou menor grau, a depender da amplitude e da forma como o turismo se desenvolve. Os efeitos mais perversos dessa interferência se refletem sobre o custo de vida, na forma de aumento de preços dos alimentos e produtos de consumo, além de provocar um crescimento urbano desordenado e especulação imobiliária. Por outro lado, existem benefícios, tais como: maiores investimentos em saúde e outros serviços públicos, especialmente em infra-estrutura de transportes e lazer.

9.2.3 O patrimônio cultural

As relações do turismo com o patrimônio cultural se concentram nos impactos que podem provocar sobre a cultura local e, em um aspecto importante para a produção turística, a hospitalidade. As relações sobre estes dois elementos são umbilicais e proporcionais, ou seja, se o turismo provocar impactos negativos sobre a cultura local existem muitas possibilidades de que isso também afete, negativamente, a qualidade da produção de hospitalidade. A figura 9.4 expressa as opções com que se deparam os atores do processo de desenvolvimento turístico.

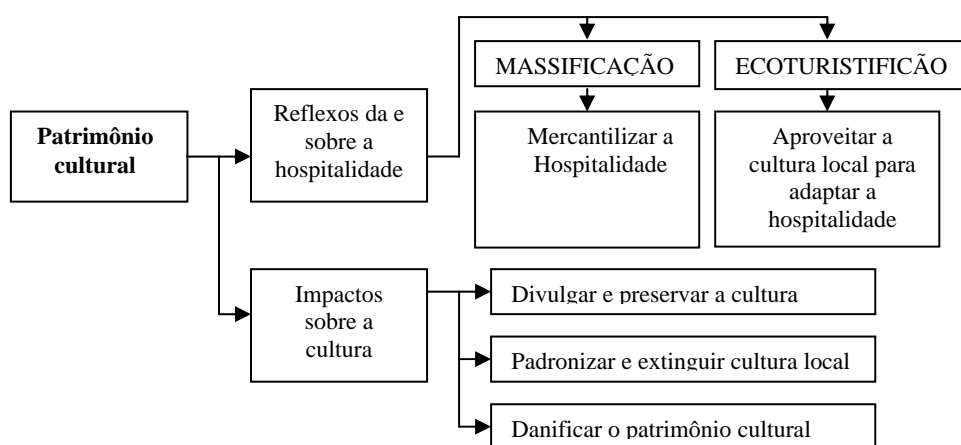


Figura 9.4 Opções estratégicas da interferência sobre o patrimônio cultural.

As opções que se apresentam aos atores quanto à hospitalidade dependem, como nos demais elementos, do nível evolutivo de desenvolvimento turístico da localidade. Quanto maiores os fluxos turísticos e mais massificadas as opções de mercado turístico, maior a perspectiva de mercantilização da hospitalidade. No caso das estruturas em estado mais

rústico o normal é que a cultura local seja aproveitada como um componente do produto turístico local e se torne uma marca singular da localidade.

9.3 ELEMENTOS DA SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO TURÍSTICA DA SERRA DA BODOQUENA.

A segunda parte deste trabalho¹, foi elaborada para analisar quais elementos, atualmente, aumentam ou diminuem a sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena. Ao considerar-se o nível atual da atividade turística nesse sistema, é possível estabelecer importâncias comparativas com valores diferentes dos que poderão ocorrer no futuro, ou seja, alguns elementos de sustentabilidade que têm muita importância hoje podem ter importância reduzida no futuro, enquanto outros podem ter sua importância para a sustentabilidade redimensionada.

O foco da presente análise é a obtenção de um escopo básico para a elaboração de indicadores de sustentabilidade do sistema turístico. Com esse objetivo, organizou-se um inventário dos elementos que podem contribuir ou prejudicar a sustentabilidade. Para isso, foi útil a análise de ambiência que precedeu esta terceira parte do trabalho, onde foram observadas as situações das cinco dimensões da sustentabilidade do turismo na região da Serra da Bodoquena.

A análise de ambiência que permitiu vislumbrar os impactos da atividade sobre o patrimônio natural, o cultural e a comunidade autóctone sendo possível verificar que os efeitos comuns aos sistemas turísticos, em geral, se repetem na região turística da Serra da Bodoquena, com algumas particularidades concentradas no patrimônio ambiental e nas formas encontradas para a gestão do seu desenvolvimento. Também foram imprescindíveis para a elaboração desse inventário, as observações dos efeitos do crescimento do turismo em outros sistemas, as quais foram discutidas no capítulo 2 do presente trabalho.

O principal dilema com que se defronta este sistema turístico, entre a *ecoturistificação* e a massificação, pode ser ponderado com a avaliação da manutenção, ou não, do estado atual de sustentabilidade de seus elementos de produção turística. Para isso, é útil a verificação da importância comparativa atual e futura, tendo como base as dimensões anteriormente descritas.

¹ Capítulos de quatro a oito.

9.3.1 Elementos da dimensão do ambiente natural

Na dimensão ambiental o balanço apresenta resultados gerais desfavoráveis à sustentabilidade. Existem mais elementos contra que a favor da manutenção do patrimônio natural da região, conforme pode ser observado no inventário a seguir. Constatase, por meio da análise desse sistema turístico, que esta atividade econômica não se comporta de maneira tão distinta de outros setores em relação ao consumo de recursos da natureza.

Elementos que exercem pressão negativa sobre a sustentabilidade.

- Exploração turística de nascentes;
- Exploração turística de balneários;
- Exploração de atrativos naturais, baseados no relevo cárstico;
- Exploração de atrativos baseados na flora local;
- Assoreamento dos rios;
- Desrespeito às áreas de reserva legal nas propriedades rurais;
- Invasão das pastagens e áreas agrícolas com destruição das matas ciliares;
- Crescimento urbano desordenado e favelização;
- Descarga ilegal de esgotos;
- Deficiências no tratamento dos resíduos líquidos e sólidos;
- Possibilidade de sobrecarga do fluxo turístico no Aeroporto de Bonito;
- Desbaste das turfas com o trânsito de embarcações (passeio de bote);
- Alterações na flora subaquática;
- Perturbação dos hábitos alimentares de peixes e mamíferos;
- Sobrecarga de visitantes nos balneários.

Elementos que exercem pressão positiva sobre a sustentabilidade

- Interesse pela preservação de áreas remanescentes de mata atlântica;
- A singularidade da flora subaquática atrai o interesse pela sua preservação;
- Criação do Parque Nacional da Bodoquena;
- Aumento das unidades de conservação públicas e privadas;
- Adoção de sistemas de manejo com limites de carga turística;
- Iniciativas de gestão ambiental participativa;
- Negociação jurídica para recomposição de áreas de proteção permanente;

- Licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos.

9.3.2 Elementos da dimensão do ambiente social

Embora apresente um maior equilíbrio entre os elementos prós e contra a sustentabilidade, a dimensão social surpreende pela constatação de que a relação com a comunidade autóctone é pior do que normalmente se propala. O turismo é tido como uma panacéia para a resolução de diversos males sociais das comunidades onde se instala, apenas com alguns efeitos colaterais. De fato, em larga medida, o turismo tem ajudado a melhorar os indicadores sociais, seja pela influência nas decisões do poder público, que se vê obrigado a investir em hospitais e melhoria dos transportes, seja pela geração de emprego e renda. Contudo, verifica-se que mesmo os seus efeitos positivos carregam efeitos colaterais nas discriminações salariais de gênero e contra a comunidade autóctone.

Não é possível ignorar a importância da dimensão social para a sustentabilidade. Os maiores problemas são encontrados no município de Bonito, refletindo ali, o maior impacto do emprego gerado pela indústria do turismo. E, em razão de ser esse aspecto mais significativo nesse município e menos em Jardim e Bodoquena, que enfraquecem a sustentabilidade nessa dimensão. No entanto, nos demais municípios encontram-se reproduzidos os problemas de discriminação de gênero e a contratação que privilegia pessoas vindas de outras localidades.

Elementos que exercem pressão negativa sobre a sustentabilidade

- Discriminação de gênero nos salários;
- Trabalhadores locais ocupam posições subalternas e com salários mais baixos no turismo;
- Trabalhadores de outras localidades têm preferência na admissão;
- População local enfrenta especulação imobiliária;
- Aumento do custo de vida provocado pelo turismo.

Elementos que exercem pressão positiva sobre a sustentabilidade

- Participação do turismo no total de empregos gerados;
- Ações de lazer para estudantes das escolas públicas;
- Os trabalhadores imigrantes, em geral, pretendem permanecer na localidade;

- Envolvimento da população em ações de educação ambiental;
- Ações de qualificação profissional nos municípios;
- Aprimoramento dos serviços de saúde;
- Processos de participação na gestão;
- Melhoria dos serviços de lazer.

9.3.3 Elementos da dimensão do ambiente cultural

Esta é uma dimensão que parece apresentar um balanço positivo da sustentabilidade, ou seja, o advento do turismo parece fazer mais bem do que mal para o patrimônio cultural da Serra da Bodoquena. Com uma identidade cultural difusa pela influência da imigração, o turismo tem ajudado na definição de contornos ligados a tradição pantaneira e influência indígena da região. Contudo, o turismo traz para a região alguns efeitos nocivos já observados em outras regiões como, por exemplo, a mercantilização de bens culturais e distorções na autenticidade de algumas manifestações culturais.

Elementos que exercem pressão negativa sobre a sustentabilidade

- Indefinição de marcas arquitetônicas da própria região;
- Mercantilização da cultura regional;
- Dominação da cultura universalizada;
- Distorção de autenticidade (criação de produtos culturais para o turismo).

Elementos que exercem pressão positiva sobre a sustentabilidade

- Aproveitamento da Influência do homem pantaneiro nos hábitos locais;
- Estímulo à sobrevivência da cultura dos índios Kadweu;
- Realização de festas populares periódicas;
- Definição de marcas da cultura regional;
- Influência indígena nos hábitos culturais locais;
- Levantamento e aproveitamento histórico dos conflitos entre índios e brancos;
- Levantamento e aproveitamento da história da região na Guerra do Paraguai.

9.3.4 Elementos da dimensão do ambiente econômico

Na dimensão econômica, as perspectivas a favor da sustentabilidade voltam a ser negativas, com mais elementos prejudicando que contribuindo para a existência de indicadores positivos. Além disso, nessa dimensão, aprofundam-se as diferenças entre os municípios componentes da região turística da Serra da Bodoquena, já que Bonito é o município que mais se beneficia com a venda de produtos turísticos. A favor da sustentabilidade econômica do turismo conta um efeito multiplicador relativamente alto para um sistema turístico regional, em razão da manutenção do controle local sobre os negócios turísticos.

Elementos que exercem pressão negativa sobre a sustentabilidade

- Investimentos do setor privado em equipamentos turísticos buscam retorno rápido e excluem os empreendedores locais do desenvolvimento do sistema;
- Deficiência de qualidade dos meios de transportes nos três municípios;
- Demanda reprimida em atrativos *premium*;
- Dependência excessiva do setor primário na economia local (agricultura e pecuária) que impõe restrições aos investimentos e fatores de desenvolvimento econômico;
- Excesso de oferta de agências receptoras;
- Excesso de oferta de meios de hospedagem;
- Alta sazonalidade da demanda turística;
- Demanda reprimida no principal atrativo local (Gruta do Lago Azul);
- Concentração de mercado em algumas agências de turismo receptoras.

Elementos que exercem pressão positiva sobre a sustentabilidade

- Efeito multiplicador do turismo na região;
- Avanço da contribuição do turismo no PIB regional;
- Número potencial de atrativos (perspectivas de ampliação da estrutura receptiva);
- Aumento dos investimentos do setor público em infra-estrutura.

9.3.5 Elementos da dimensão do ambiente político institucional

Um jogo de forças com resultados negativos pode comprometer a consolidação do sistema turístico da Serra da Bodoquena. No balanço da sustentabilidade político-institucional as divergências sobrepujam as convergências, do ponto de vista regional, provocando uma fragmentação de interesses entre os três municípios componentes do sistema. As convergências aparecem com mais força dentro dos limites do município de Bonito, o que diminui, ainda mais, as perspectivas de integração intermunicipal, por provocar desconfianças nos atores de Jardim e Bodoquena.

Elementos que exercem pressão negativa sobre a sustentabilidade

- Conflitos entre atrativos turísticos e agências de turismo;
- Conflitos entre ONG's e a indústria turística;
- Fragmentação do poder dos meios de hospedagem;
- Disputas entre os municípios atrapalham ações conjuntas;
- Estágios diferenciados de desenvolvimento turístico entre os municípios;
- Interesses políticos sobrepujam os técnicos nos órgãos de fomento ao turismo;
- Corporativismo dos guias turísticos;
- Hegemonia do poder dos atrativos turísticos;
- Desrespeito à legislação ambiental.

Elementos que exercem pressão positiva sobre a sustentabilidade

- Autogestão do turismo no município;
- Nível de organização de entidades associativas;
- Mobilização de ONG's e entidades associativas;
- Articulação de agências do governo estadual e federal para o desenvolvimento do turismo regional;
- Modelo participativo de gestão municipal do desenvolvimento turístico.

9.3.6 Desequilíbrios de sustentabilidade no Sistema Turístico.

Os elementos acima inventariados não representam a totalidade da realidade sistêmica da sustentabilidade regional, entretanto, são os mais importantes que poderiam constar a partir da discussão travada nos capítulos anteriores.

Os estágios de desenvolvimento turístico e os elementos de sustentabilidade não incidem de maneira uniforme nos três municípios da região da Serra da Bodoquena. Do ponto de vista da perspectiva de massificação do turismo, a pior situação é a do município de Bonito, que embora empreenda os maiores esforços de preservação é, também, o mais atingido pelos danos causados pelo aumento do fluxo turístico nos últimos anos.

O estágio atual de desenvolvimento do turismo em Bonito sobrecarrega o município de responsabilidades no que se refere aos impactos sobre o patrimônio natural, o cultural e a comunidade autóctone. É, portanto, natural que as cobranças lhe sejam maiores no tocante aos quesitos de sustentabilidade. Já o município de Bodoquena, que é o que se apresenta em estágio mais incipiente, os impactos são menores, como são menores seus esforços para manter a sustentabilidade.

A combinação dos aspectos negativos no balanço da dimensão econômica com os da dimensão político-institucional denunciam as dificuldades para um aumento das perspectivas de decisões e ações que possibilitem o aumento da sustentabilidade, principalmente, no município de Bonito. Os fatores negativos na dimensão econômica e política acabam por pressionar a dimensão social e, principalmente, a dimensão ambiental, reduzindo nestas suas próprias perspectivas de sustentabilidade.

A única dimensão que apresenta um balanço positivo é, aparentemente, a cultural. Tal fato talvez possa ser explicado muito mais pela ausência de uma identidade cultural definida na região do que pela ausência dos impactos negativos que, normalmente, são provocados pelo turismo no patrimônio cultural. Isto quer dizer que é mais provável que o turismo provoque a revitalização de hábitos culturais em extinção do que a sua supressão.

A análise das diferenças de comportamento entre os municípios em relação à sustentabilidade parece corroborar a tese de que a ecoturistificação apresenta o melhor balanço pró-sustentabilidade. Isolando-se cada dimensão dentro dos municípios componentes do sistema turístico, verifica-se que os balanços mais negativos são encontrados no município de Bonito, seguido de Jardim e, por último, Bodoquena. Esta seqüência corresponde ao estágio de desenvolvimento turístico da região, pois onde existe um fluxo maior de turistas –

no caso, no município de Bonito - existe, também, mais prejuízo para a sustentabilidade. O fato de Bonito apresentar o maior fluxo turístico também pode indicar que o desenvolvimento e o aumento da carga podem determinar a redução das perspectivas de sustentabilidade. É obvio que isso não é uma regra isenta de exceções, pois, este balanço depende do esforço despendido pelo sistema na busca da sustentabilidade como consequência das decisões e da ação dos atores. Em outras palavras, mesmo que a carga seja muito intensa, pode-se buscar um balanço positivo da sustentabilidade a partir do esforço para mitigar seus impactos negativos.

9.3.7 Influências de outras atividades econômicas sobre a sustentabilidade do turismo.

A análise do balanço da sustentabilidade do turismo tornou possível concluir que esta atividade econômica não se constitui em uma indústria isenta de poluição, conforme se propaga. Entretanto, mantém uma série de predicados positivos que a diferenciam de outras, como, por exemplo, a agropecuária.

A despeito do balanço negativo da sustentabilidade do turismo regional como se processa na atualidade, este apresenta um prejuízo menor que os efeitos negativos provocados por práticas danosas ao patrimônio natural nas fazendas de gado e de plantio. Dois fatores importantes contribuem para isso: no turismo existem resultados mais expressivos em educação e preocupação com a preservação ambiental; nas outras práticas econômicas, mencionadas acima, a inoperância dos órgãos fiscalizadores e a despreocupação com a preservação ambiental.

Os produtores rurais que exploram o turismo perceberam a importância do investimento em pesquisa e manejos mais conscientes, bem como o agregamento de valor aos seus negócios, a partir da divulgação de ações de educação ambiental. Apressam-se, por isso, a envolver os guias turísticos em eventos de treinamento com regras que acabam por tornar obrigatória esta capacitação. Além disso, criam meios para inserir a comunidade, por meio da organização de excursões de alunos das escolas locais aos seus atrativos, e aproveitam os incentivos legais para criarem áreas de proteção particulares em suas propriedades, as RPPN's.

As tentativas de práticas mais conscientes de manejo, o respeito às regras impostas durante o processo de licenciamento ambiental, quanto aos limites de visitação, tornam-se espontâneos e, salvo transgressões esporádicas, durante a época de alta temporada turística, os

proprietários dos atrativos turísticos procuram respeitar essas regras, mesmo por que, quando não o fazem, comprometem a qualidade de seu patrimônio e de seus serviços.

Na atividade econômica mais expressiva da região, os produtores rurais imprimem poucos danos ao patrimônio cultural, por outro, não apresentam bons resultados quanto à sustentabilidade social e, muito menos, quanto ao patrimônio natural. O principal problema que se avizinha nas propriedades rurais é o do desmatamento das margens, que já comprometem, devido ao assoreamento, um dos mais belos rios da região: o Rio Perdido.

Em longo prazo, o assoreamento se constitui no principal fator crítico a comprometer o patrimônio natural da região, mas não é o único. O avanço do desmatamento das áreas de reserva legal, sem um manejo que privilegie os corredores ecológicos, decreta o fim das áreas remanescentes de cerrado e compromete a Mata Atlântica, com conseqüências funestas para sua fauna.

Na dimensão econômica, o turismo também é mais sustentável que a agropecuária, pois apresenta um maior efeito multiplicador e é mais eficiente na exploração dos recursos naturais com menor transformação do ambiente. Ao explorar modalidades com pequenos grupos e baixo impacto de visitação, o faturamento total da região com o turismo pode ser menor que na atividade agrícola e na pecuária, mas, a lucratividade pode ser maior e alcançar uma grande quantidade de outras atividades, dinamizando a economia local.

Acerca dos reflexos sobre a comunidade local, em termos de geração de emprego e renda, o turismo é bem mais positivo que as outras atividades, com melhores indicadores para a redução das disparidades e, proporcionalmente (?), a inclusão social. Vê-se um número maior de empregados em uma empresa turística do que em uma fazenda de gado ou naquelas onde se explora a agricultura. O turismo é uma atividade de serviços, portanto, caracterizado pelo princípio da inseparabilidade, ou seja, é produzido no mesmo momento em que é consumido, o que o torna totalmente dependente das pessoas, exigindo, com isso, crescentes contingentes de trabalhadores na medida em que aumenta o fluxo de visitantes. Portanto, a despeito da percepção de que a inclusão ainda se faz de modo desigual, com privilégio da mão de obra imigrante em prejuízo da população autóctone, não se devem ignorar os efeitos benéficos para a dimensão social, com os do emprego.

Finalmente, na dimensão cultural o balanço se apresenta mais favorável à agropecuária, por se tratar de uma atividade tradicional que vem moldando a cultura regional há mais de 100 anos. Contudo, no caso específico da região da Serra da Bodoquena, essa cultura própria não está tão cristalizada no imaginário popular. Nesse sentido, as transgressões provocadas pela mundialização da cultura não se tornam tão conflitantes, nem aquelas provocadas pelo

fluxo turístico, que são evidentemente mais fortes, nem as provenientes da agropecuária, que também tem importado hábitos culturais universalizados, como a música *country* americana.

9.4 DILEMAS DA REGIÃO TURÍSTICA

9.4.1 Primeiro dilema: Entre a escolha dos atores e a escolha do mercado.

O primeiro grande dilema enfrentado pelo sistema turístico regional se refere à relação do mercado turístico com o portfólio de produtos da região turística da Serra da Bodoquena.

O conceito de ciclo de vida tem que ser revisitado para lançar luz sobre os problemas enfrentados pelo sistema turístico regional para a definição de seus produtos. Repete-se na Serra da Bodoquena o que está ocorrendo com o México e com o Equador, a Região se vê a frente de um dilema de posicionamento, ou seja, não sabe muito bem como encaminhar a estruturação e a promoção dos produtos turísticos que deverão promover uma melhor sustentação econômica.

Conforme foi abordado no capítulo 7 deste trabalho, o posicionamento depende muito mais da percepção do mercado do que das decisões do comprador, na medida em que este tem que estabelecer suas diretrizes de operação de acordo com o comportamento de seus consumidores. Trata-se de um conceito que envolve um processo de consonância entre o que o sistema pretende vender, como ele pretende se apresentar para o mercado e como o mercado o percebe. Quando a Costa Rica percebeu que um bom posicionamento era vital para o sucesso de seus sistemas turísticos investiu fortemente em promoções que a posicionasse como um destino ecoturístico. Ao mesmo tempo, tratou de consolidar seus produtos turísticos ligados a esta modalidade¹. A antítese dessa percepção resulta na dissonância quando o quê o visitante espera ver quando compra um pacote turístico é diferente do que ele encontra quando chega ao destino.

Para uma empresa comum que sobrevive em um mercado competitivo, as decisões e ações de posicionamento são mais simples que em um complexo sistema turístico. No sistema turístico o posicionamento deve envolver as decisões de aproximadamente 50 diferentes atividades econômicas e um número enorme de atores que, com suas decisões, podem afetar diretamente a percepção que o mercado tem da qualidade e classificação de seus produtos. As

¹ Ver o capítulo três deste trabalho.

dificuldades se apresentam quando o sistema segue por um caminho errado em relação a um mercado alvo que lhe permita subsistir com padrões mínimos de sustentação econômica e social, sem agressões ao patrimônio natural e cultural. O problema se agrava quando se percebe muito tarde que o posicionamento está errado, ao se persistir em produtos inadequados.

A escolha do posicionamento deve anteceder a escolha dos produtos prioritários na obtenção de recursos para estruturação e promoção de *marketing*. Em outras palavras, primeiro o sistema escolhe o que quer ser para o grande mercado turístico e, depois, investe no aprimoramento dos produtos que atendem a esta identidade mercadológica que passa a ser a sua marca e diferencial de mercado.

A escolha de posicionamento não seria tão difícil se não fossem os interesses dispersos dos diversos produtores do sistema turístico. Sempre existirão muitas pressões no ambiente político institucional para garantir a sobrevivência de produtos que, do ponto de vista de posicionamento do sistema, não são muito convenientes.

A análise das informações classificadas em oito diferentes tipos de produtos existentes na região turística da Serra da Bodoquena permite visualizar a priorização e as linhas de tendência de seu portfólio de produtos (Figura 9.5). A discussão deve ser completada com o cruzamento dessas informações e com a questão do ciclo de vida do sistema turístico.

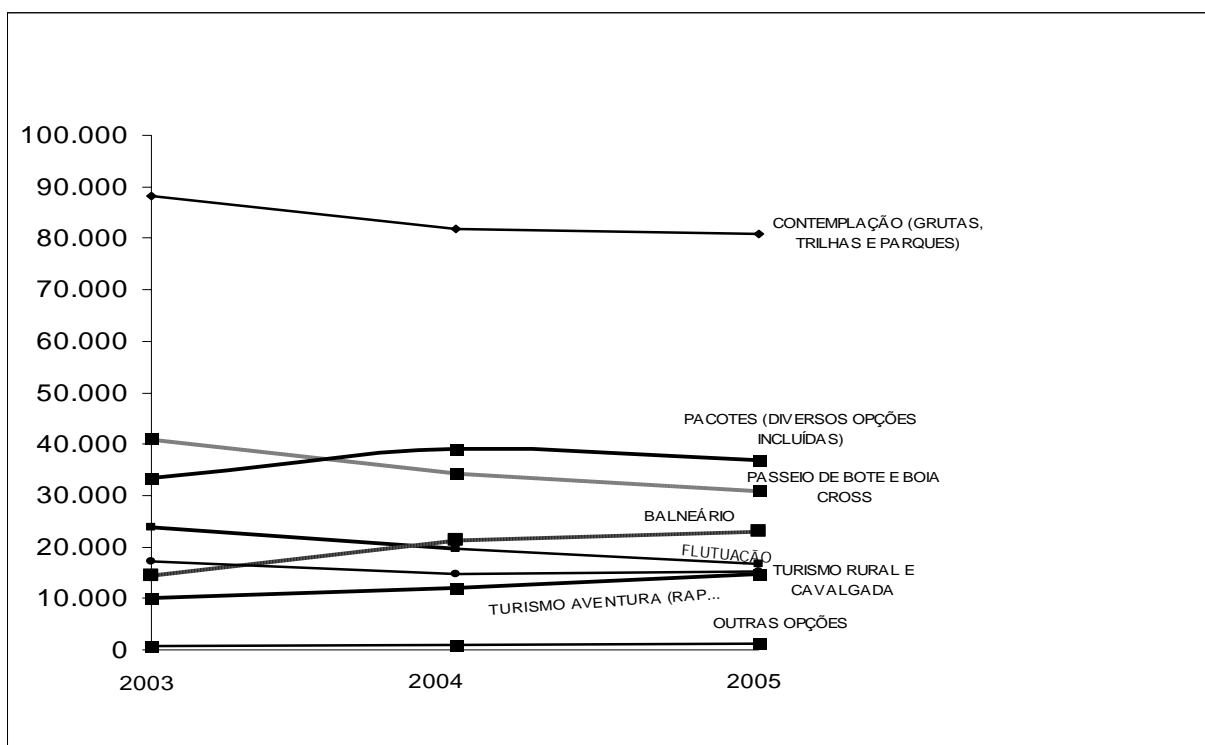


Figura 9.5 Evolução do número de visitantes nos atrativos da região.
Fonte: Elaborado a partir de informações da Prefeitura Municipal de Bonito (GESTUR)

No capítulo 7 foi apresentado um gráfico com uma análise do ciclo de vida do sistema turístico regional. Nesse gráfico a curva de tendência para os anos seguintes a 2005 parece indicar uma queda na venda de ingressos. Nos últimos dois anos a quantidade vendida repetiu uma redução próxima a 2%. Uma queda tão pequena não é uma indicação definitiva do declínio sistema, antes de uma possível estagnação. Entretanto, os dados se mostram mais significativos quando são classificados por tipos de atrativos.

Os tipos de atrativos que deveriam representar o posicionamento do turismo regional, aqueles que exploram a contemplação e trilhas ecológicas, bem como a venda de atrativos de flutuação, apresentaram declínio acentuado (Tabela 9.1). Estes dois tipos de produtos venderam cerca de 10 mil ingressos a menos em 2004 e 2005, comparando com a venda do ano de 2003. O que ajudou a sustentar o crescimento da venda de ingressos no sistema turístico foi o produto que talvez não devesse fazer parte do portfólio da região: os balneários. Neste caso, houve um crescimento de quase nove mil ingressos e, o crescimento pode ter sido ainda maior, pois é possível que nem todos os ingressos nos balneários sejam registrados.

Tabela 9.1 Venda de ingressos classificada por atrativos

Tipo de atrativo		2003		2004		2005		Evolução 2003 2004	Evolução 2004 2005	Evolução média
		Fatura- mento R\$	Quant. visitantes	Fatura- mento R\$	Quant. visitantes	Fatura- mento R\$	Quant. visitantes			
1	Contemplação (grutas, trilhas e parques)	3.218.001	88.222	3.351.854	81.813	3.183.443	80.723	4,2%	-5,0%	-0,4%
2	Flutuação	2.770.847	23.738	2.267.598	19.700	1.909.077	16.747	-18,2%	-15,8%	-17,0%
3	Balneário	223.500	14.571	369.550	21.436	360.745	23.197	65,3%	-2,4%	31,5%
4	Passeio de bote e boia cross	1.629.400	41.151	1.373.830	34.350	1.237.320	30.934	-15,7%	-9,9%	-12,8%
5	Turismo aventura (rapel, bicicleta e mergulho)	889.540	9.968	899.952	12.031	972.484	14.781	1,2%	8,1%	4,6%
7	Turismo rural e cavalgada	948.505	17.083	814.702	14.861	812.904	15.354	-14,1%	-0,2%	-7,2%
8	Pacotes (diversos opções incluídas)	2.097.510	33.394	2.590.044	39.028	2.606.960	36.858	23,5%	0,7%	12,1%
9	Outras opções	26.103	633	53.302	955	80.295	1.259	104,2%	50,6%	77,4%
TOTAL		11.803.406	228.760	11.720.832	224.174	11.163.229	219.853	-0,7%	-4,8%	-2,7%

Fonte: Prefeitura Municipal de Bonito (GESTUR)

[*] Cálculo estimado pelo preço médio dos atrativos

Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22.

Alguns números são significativos na tabela 9.1, como os da redução do número de visitantes nos atrativos de contemplação e, ao mesmo tempo, o aumento de seu faturamento, o aumento do movimento e faturamento dos pacotes turísticos e o crescimento expressivo no fluxo de visitantes e no valor arrecadado pelos balneários.

Os números dos atrativos de contemplação e dos pacotes são indicadores da profissionalização do sistema turístico e segmentação mais eficiente de seus mercados, com

uma maior venda de pacotes turísticos e o aumento de faturamento nas atividades de contemplação, com queda no nível de visitação dos turistas. O fato expressa a tendência de procura pelos atrativos cujos ingressos são mais caros, ou seja, reduz-se o número de turistas, mas os que chegam estão dispostos a gastar mais.

Por outro lado, o crescimento das visitas aos balneários indica uma tendência de crescimento da demanda dos mercados regionais, que não proporcionam boa sustentação econômica para o sistema turístico. A qualificação do balneário como produto turístico é discutível. Mais difícil ainda é sua qualificação enquanto produto ecoturístico, em face dos impactos ambientais que provoca por meio da sobrecarga de visitantes ou das transformações estruturais nas margens dos rios da região¹. A longo prazo, o investimento nos balneários pode comprometer o posicionamento do sistema turístico, pois o mercado pode passar a ver apenas a imagem de turistas que buscam unicamente o lazer em áreas congestionadas, repletas de ruídos e em desarmonia com os ambientes naturais.

A sensação geral é que os atrativos *premium* se desenvolvem muito bem, enquanto que os atrativos de contemplação menos estruturados vêem suas demandas sendo reduzidas. De outro lado, os balneários apresentam crescimento, mas, como pode ser observado, sem muitos reflexos no faturamento total do sistema. Ao inserir este contexto no gráfico do ciclo de vida do produto, verifica-se que existem coincidências entre as exitações mercadológicas do sistema e o fato de os números da venda de ingressos apresentarem uma aparente estagnação. É possível que o sistema se recupere com um crescimento da economia nacional, contudo, para alguns pequenos empreendimentos locais, talvez este remédio venha tarde demais.

9.4.2 Segundo dilema: Distribuição heterogênea da carga turística

A questão da capacidade de carga é crucial para quem opera o turismo baseado em ambientes naturais. No capítulo 1 mencionou-se vários trabalhos que tentam estabelecer parâmetros para o estabelecimento de limites de cargas nos atrativos turísticos, segundo sua capacidade operacional e as possibilidades de resiliência do ambiente natural. O que não se encontra na literatura são parâmetros para a capacidade de carga dos sistemas turísticos.

A idéia da espacialização do turismo na Serra da Bodoquena não está presente em seus sistemas de gestão e, para discutir a distribuição da carga turística, adotou-se neste trabalho, conforme se apresenta no mapa da Figura 9.6, uma convenção para a delimitação de

¹ Ver capítulo quatro deste trabalho.

áreas em que estão localizados os diversos atrativos da Serra da Bodoquena. O sistema turístico foi dividido em seis áreas turísticas, a saber: 1) *Cânion do Rio Salobra* 2) *Rio Mimoso* 3) *Médio Formoso* 4) *Grutas do Mimoso* 5) *Alto Formoso* 6) *Rio da Prata*.

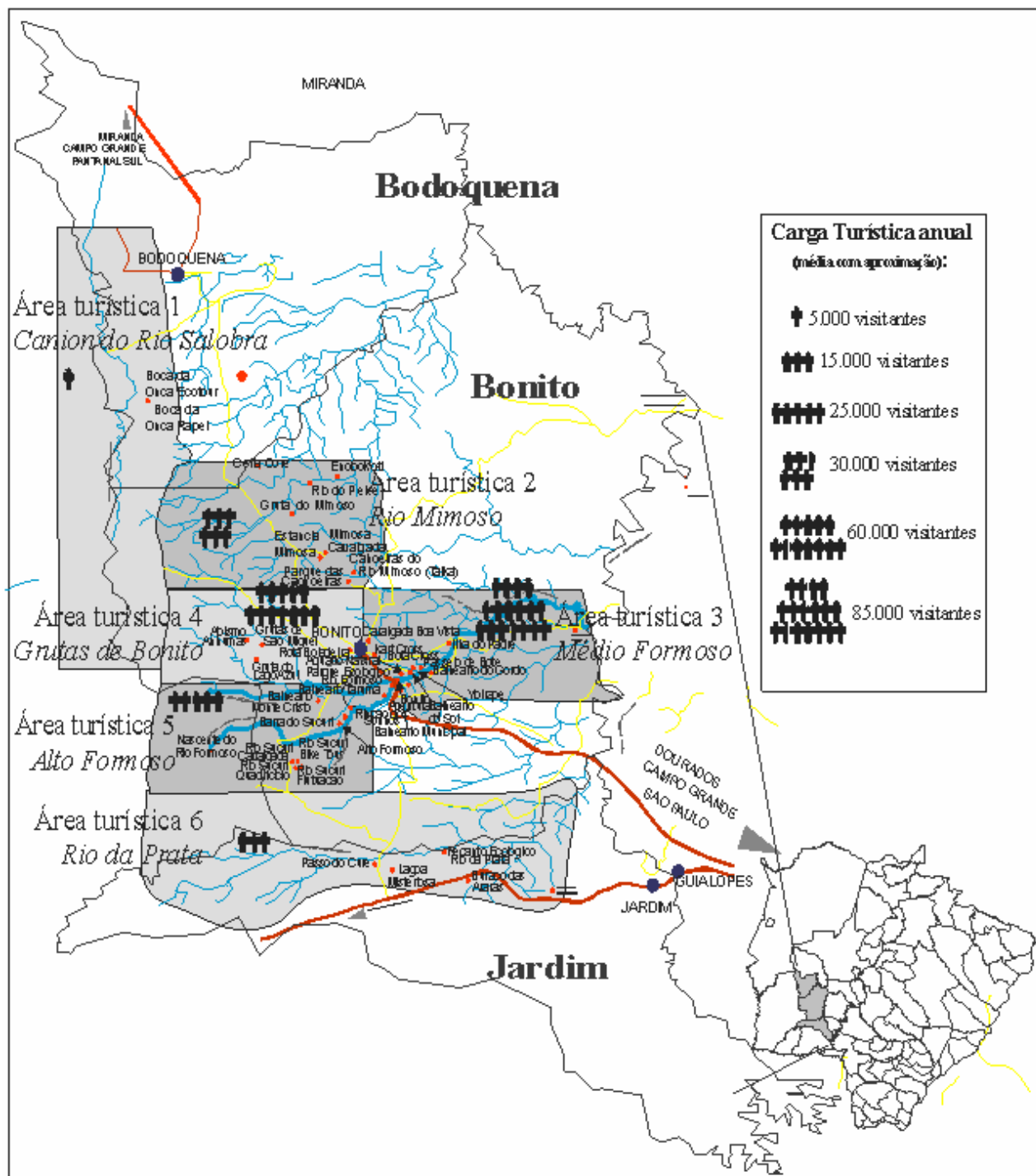


Figura 9.6 Carga turística nos atrativos da região
Fonte: Elaborado com informações do município de Bonito (Gestur 2003/2004)

A inexistência de fundamentos científicos satisfatórios não impede que se percebam os efeitos nocivos dos excessos do número de visitantes em pontos específicos de uma região

turística. Na região da Serra da Bodoquena, além das descargas ilegais no ambiente urbano de Bonito, concorre para um dos piores IQA's do Rio Formoso o excesso de carga turística na área identificada neste trabalho como Médio Formoso.

Com o mapa exposto na figura 9.6 se pode vislumbrar a dispersão irregular do fluxo turístico regional. Enquanto a área turística do Médio Formoso recebe cerca de 85 mil visitantes por ano, a região do *Cânion* do Rio Salobra recebe apenas em torno de 5 mil. O desequilíbrio entre as diversas áreas turísticas é um dos principais dilemas enfrentados pelo sistema turístico e tem forte correlação com a sustentabilidade. Da forma como está, e com o crescimento do fluxo turístico, o problema pode piorar as condições ambientais e a qualidade da visita nas áreas mais congestionadas.

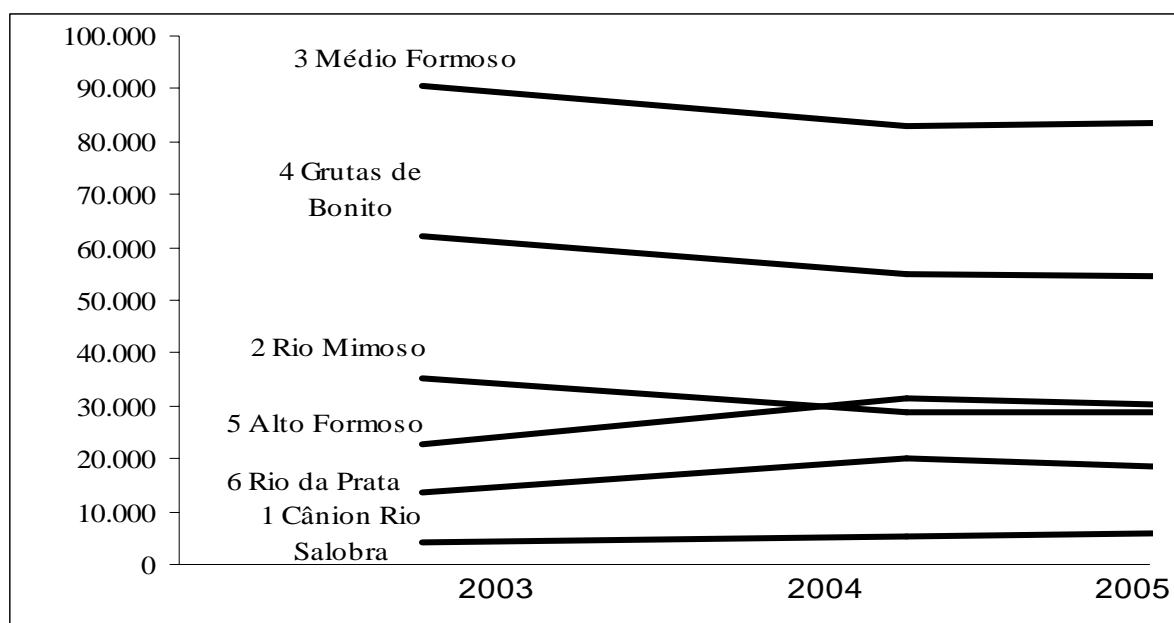


Figura 9.7 Evolução da venda de ingressos por área turística

Fonte: Elaborado a partir de informações da Prefeitura Municipal de Bonito (GESTUR)

Contudo, a julgar pela evolução da visitação entre os anos 2003, 2004 e 2005 essa relação de desequilíbrio pode mudar no futuro. As áreas turísticas mais próximas do ambiente urbano de Bonito sofreram reduções nas vendas de ingressos e as áreas mais próximas do município de Jardim experimentaram um bom incremento (Figura 9.7), isso pode significar um processo de redistribuição da venda de ingressos de uma forma mais dispersa, o que é interessante do ponto de vista dos impactos ambientais.

A questão da pouca dispersão do fluxo de visitas é fonte de animosidades entre os três municípios da região. Enquanto Bonito desponta como carro-chefe em número de visitas do sistema, os demais municípios pouco se beneficiam economicamente do faturamento com

a venda de ingressos para os diversos pontos turísticos. É, portanto, um fator de redução de sustentabilidade na dimensão político-institucional, com fortes repercussões nas dimensões ambiental, social e econômica.

9.4.3 Terceiro dilema: entre a ecoturificação e o turismo de massa.

Os dois dilemas mencionados anteriormente contribuem para a potencialização das dúvidas quanto às perspectivas de massificação do turismo regional. A proposição de que existe uma diferença entre o ecoturismo e o turismo de massa não é consensual. Apesar de todos os indicativos, tais como a literatura, que cita que o ecoturismo apenas se coaduna com um turismo em baixa escala e com baixo impacto, existem correntes teóricas que afirmam que existe a possibilidade de um turismo de massa dentro do ecoturismo. Portanto, não é livre de crítica a afirmação de que existe um espectro bem definido com seus extremos pontuados pela diferenciação entre o ecoturismo e o turismo de massa, justificando a proposição de um termo chamado *ecoturificação* que signifique a antítese da massificação do turismo. Para Weaver (2001, p.106), por exemplo, o ecoturismo pode ser classificado de duas maneiras: o ecoturismo *hard* e o ecoturismo *soft*, sendo, o primeiro, o que se aproveita dos segmentos próximos aos turistas aloclétricos ou aventureiros e, o segundo, o que se aproveita de segmentos diversificados do mercado turístico, incluindo os turistas cêntricos e os psicocêntricos. Este último exige estruturas mais elaboradas e apoio de serviços que podem contrariar o conceito de ecoturismo, já que exige adaptações mais contundentes no patrimônio ambiental. É por este motivo que Weaver argumenta que talvez não existam tantas diferenças entre o turismo de massa e o ecoturismo.

Lascrain (*apud*: SCHEYVENS, 1999, p.245), a quem se atribui a criação do termo ecoturismo, em sua definição não exclui a possibilidade de que a atividade seja feita com grandes grupos de visitantes, mas salienta que este deve manter uma visita com baixo impacto e destinar-se a estudos e a apreciação da paisagem. Já a *International Expeditions* (*apud*: Goeldner, Ritchie & McIntosh 2002, p. 363) insere no conceito a preocupação com a manutenção da integridade dos ecossistemas.

Para uma preservação do patrimônio ambiental e cultural da Serra da Bodoquena é mais recomendável que os atores escolham o caminho da ecoturificação. Todavia, conforme foi discutido no capítulo 8 deste trabalho, um processo de escolha involuntária dos atores e o próprio amadurecimento dos sistemas turísticos o encaminham para uma massificação. A abertura do aeroporto, o esforço para que se estabeleçam rotas ligando outros

sistemas turísticos são iniciativas que buscam aumentar o fluxo turístico. Também contribui para esta percepção o fato de que o sistema pretende aumentar o tempo de permanência dos visitantes e diversificar a oferta de produtos turísticos.

Os dilemas anteriormente mencionados estão articulados com o da massificação. Basta perceber que ao diversificar o produto turístico sem muito critério, como foi mencionado no primeiro dilema, abre-se caminho para a busca a qualquer preço do aumento do fluxo turístico. Em um ambiente assim, as disputas intra-sistema se avolumam, alimentando as diferenças entre as áreas turísticas.

Os dilemas do posicionamento mercadológico, da carga turística e da massificação do turismo se constituem nos elementos chave para a equalização da sustentabilidade do turismo regional em suas diversas dimensões. Estes dilemas constituem-se na gênese dos principais problemas que reduzem o balanço da sustentabilidade na região turística. Por isso, somente com a percepção e o tratamento adequado destas questões, o sistema poderá estabelecer uma gestão fundamentada em parâmetros aceitáveis para o conceito de sustentabilidade da atividade turística.

9.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Este capítulo permitiu vislumbrar, embasado nos capítulos iniciais da tese, os modelos usuais de interferência do turismo nas diversas dimensões consideradas com ênfase sobre o patrimônio ambiental e sobre a comunidade autóctone. Esses modelos abriram caminho para uma abordagem dialética que permita a compreensão dos elementos que compõem a sustentabilidade do desenvolvimento turístico de Bonito, Jardim e Bodoquena.

Verificou-se que o turismo não está isento de impactos ambientais negativos sobre o ambiente e sobre a cultura. Não constitui, portanto, a “santa indústria” que fornecerá emprego e renda e preservará o ambiente e a cultura, como argumentam os defensores de projetos, invariavelmente, atrelados aos interesses de grandes investidores. A discussão permitiu, ainda, verificar que não é possível tratar a sustentabilidade turística sem considerar a complexidade da realidade concreta, desconectando-a de outras questões que cercam o desenvolvimento ou desligando-se da natureza plasmática do conceito de desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista esse quadro, que não é tão nefasto se comparado a outras atividades econômicas presentes na região, percebe-se que é necessário cuidar para que elementos portadores de boas iniciativas e pressões positivas, do ponto de vista da manutenção do patrimônio natural e cultural, passem a fazer parte do rol de investimentos, antes de serem

considerados custos, sujeitos a redução ou eliminação, sob pena de comprometer a viabilidade do negócio turístico em face da exaustão das belezas naturais e da total deturpação da identidade cultural do autóctone.

Todos os elementos deste capítulo substanciam a idéia de que a sustentabilidade pode ser beneficiada no futuro com escolhas que levem a uma ecoturistificação. Da mesma forma, os dilemas do posicionamento e o da capacidade de carga podem ser resolvidos com esta decisão.

Assim a discussão travada neste capítulo objetivou estabelecer um panorama geral da sustentabilidade na atualidade do sistema turístico local sem, entretanto, a pretensão de acabar com os dilemas de decisão por que passa a comunidade, em relação aos caminhos que conciliem a manutenção do patrimônio natural e cultural, com a melhoria de seu nível de vida. A abordagem dessas possibilidades será objeto do próximo capítulo com a projeção das perspectivas de crescimento do turismo e as perspectivas de manutenção do atual patamar de sustentabilidade ou mesmo a melhoria de seus indicadores.

10 CICLO DE VIDA E PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

10.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, além da análise que proporcionou um balanço das dimensões de sustentabilidade, foram apresentados os principais dilemas por que passa o sistema turístico da região da Serra da Bodoquena. No presente capítulo esses mesmos elementos se constituem na base para a projeção das condições futuras de sustentabilidade do sistema turístico.

Para a elaboração deste capítulo foi fundamental a abordagem do conceito de ciclo de vida dos sistemas turísticos (FENNEL, 2002, 123) com a inclusão dos conceitos de limites das capacidades de carga e sustentabilidade, discutidos no capítulo 1 da presente tese. Também foram fundamentais as contribuições de discussões travadas nos capítulos 2 e 3, relativas às tendências do turismo e aos efeitos que normalmente são decorrentes do crescimento do turismo nos destinos turísticos e que podem ser aplicados ao sistema da Serra da Bodoquena.

Dessa forma, o presente capítulo se divide em duas partes principais, sendo a primeira a exploração das perspectivas quantitativas e a segunda, da projeção qualitativa dos elementos de sustentabilidade, ante as possibilidades do crescimento da demanda para os próximos anos, que se arvoram no turismo regional.

Do ponto de vista quantitativo interessa estabelecer parâmetros acerca das dimensões do crescimento econômico e social do turismo explorando os crescimentos projetados do fluxo turístico e seus efeitos sobre a economia e as condições sociais, culturais e ambientais da região. Do ponto de vista qualitativo será possível inferir sobre inúmeras oportunidades e

ameaças diante de gestores, empreendedores e a comunidade do entorno dos sistemas turísticos, quais os desafios para o seu planejamento e gestão e seus efeitos sobre os elementos de sustentabilidade do turismo regional.

10.2 PROJEÇÃO DO CICLO DE VIDA DO TURISMO REGIONAL

A OMT prevê um aumento constante no fluxo turístico mundial de forma que, em 2010, o número de chegadas de visitantes terá crescido mais de 50% em relação ao ano de 2000. Isso significa que de, aproximadamente, 700 milhões o número de visitantes alcançará pouco mais de um bilhão de desembarques e, em 2020 o dobro: 1,5 bilhão de desembarques. Ao analisar-se apenas o ecoturismo este crescimento pode ser ainda mais expressivo, já que as estimativas são de que esta modalidade de turismo tem sido mais procurada que outros segmentos. O forte da região turística da Serra da Bodoquena está no turismo alternativo que inclui, além do ecoturismo, outras categorias de produtos como o turismo de aventura e o turismo rural, ou produtos que combinam todas estas alternativas. São produtos onde se observa um crescimento substancial da demanda mundial, maior que nos segmentos de Sol e Praia.

Isso é resultado das perspectivas de aumento do tempo livre das pessoas e da mudança dos padrões sociais o que permite vislumbrar, para o turismo regional, um crescimento semelhante. Nada parece indicar que haverá uma redução, nos próximos cinco ou dez anos, do fluxo turístico médio na região turística da Serra da Bodoquena, exceto a possibilidade de ocorrência de crises econômicas ocasionais com impactos sobre o mercado nacional.

Não é possível definir a taxa futura de crescimento do turismo regional. Entretanto, uma estimativa de crescimento de 10% ao ano, nos próximos anos, mesmo se considerado o desempenho muito ruim no ano de 2004, parece ser plausível. Ignorados os números de 2004, o turismo regional vinha crescendo a uma taxa anual próxima dos 10%; ao considerar os números do ano passado esta média se reduz para aproximadamente 8%. Trata-se de uma redução anormal nos números de vendas de ingressos para os atrativos da região turística e que podem refletir um problema ocasional de qualidade dos serviços do sistema. Contudo, conforme discussão no capítulo da ambiência econômica, o sistema está prestes a sofrer uma grande renovação com os aportes de investimento do PRODETUR/SUL-MS, o que permite prever que a qualidade da infra-estrutura e dos serviços não deverá se constituir em obstáculos ao crescimento do fluxo turístico, e que será, pelo contrário, uma atratividade a mais do

sistema turístico. A melhoria dos serviços será uma consequência dos investimentos privados em serviços que normalmente ocorrem na esteira do investimento público.

Outras reduções ocasionais já se verificaram em outros sistemas turísticos, assim isso não significa que tais receptivos turísticos estivessem atingindo um momento de declínio em seu ciclo de vida. A consolidação do desenvolvimento, sobretudo em sistemas que exploram o turismo em ambientes naturais, somente se dá após o efetivo e intenso envolvimento dos governos. Este foi o caso da Costa Rica, analisado no capítulo 2 deste trabalho, que, com políticas públicas e investimento, aumentou em 10 vezes o seu fluxo turístico no espaço de 30 anos e em mais de 500 vezes o seu faturamento, que saltou de 19 milhões de dólares para mais de um bilhão de dólares na atualidade.

O fluxo turístico deve continuar crescendo na região turística da Serra da Bodoquena, por tudo isso e pelas opções estratégicas dos atores, conforme analisado no capítulo da ambiência político-institucional, e considerando as projeções internacionais que indicam um crescimento do número de desembarques de viajantes e um aumento substancial na demanda por turismo alternativo. Um dos principais fatores que indicam a perspectiva de crescimento do turismo na região é o Programa PRODETUR/SUL-MS e seus investimentos em infraestrutura turística, que deverão permitir a revigoração do *marketing* turístico do sistema turístico da Serra da Bodoquena. Não obstante à preferência estratégica dos atores e o crescimento global do turismo existe, é claro, o risco de declínio do sistema turístico que somente se confirmará com a ausência dos investimentos previstos pelo programa PRODETUR-SUL.

Tabela 10.1 Projeção dos números do turismo na região turística da Serra da Bodoquena (10% de crescimento).

Evolução	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1. Quant. de Ingressos nos atrativos	219.532	241.485	265.634	292.197	321.416	353.558
2. Numero estimado de turistas (item 1 ÷ 3 visitas) ⁽¹⁾	73.177	80.495	88.545	97.399	107.139	117.853
3. Dispêndio direto total [(item 2 × R\$ 484,69) ⁽²⁾ (em R\$ mil)]	35.468	39.015	42.917	47.208	51.929	57.122

Fontes: ⁽¹⁾ Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Bonito; ⁽²⁾ Lunas (2000, p. 64).
Cotação da moeda americana (US\$) em julho de 2006 – R\$ 2,22

A estimativa de um crescimento anual de cerca de 10% no número de visitantes na Serra da Bodoquena significa que no ano de 2010 o sistema estará vendendo, aproximadamente, 350 mil ingressos nos atrativos turísticos, com um fluxo girando em torno

de 120 mil visitantes por ano, gerando um faturamento direto com os serviços turísticos por volta de 57 milhões de reais. Esses números representam um incremento de quase 60 % em relação aos números de 2004 (Tabela 10.1).

Os números que se referem à receita total do turismo podem até, com a mesma proporção do número de turistas, serem maiores se as medidas para a atração de um número maior de turistas estrangeiros e o aumento do tempo de permanência forem bem sucedidas. Os turistas estrangeiros mantêm um maior dispêndio e o aumento da permanência representa um aumento na venda de ingressos nos atrativos e receita dos hotéis e restaurantes.

Considerando o crescimento inicialmente projetado (10%), algumas projeções podem ser feitas acerca dos impactos econômicos e sociais que esse crescimento provocará sobre o sistema turístico da Serra da Bodoquena.

Na dimensão econômica, o efeito multiplicador deve apresentar um índice menor que o atual, face ao aprimoramento dos equipamentos turísticos e perda de controle dos empresários locais sobre os maiores empreendimentos. Investimentos públicos consideráveis no Programa de Desenvolvimento do Turismo do Sul do Brasil – PRODETUR/SUL-MS irão atrair investimentos privados equivalentes. Por outro lado, a capacidade local de investimento está praticamente estabilizada, o que abrirá espaço para uma profissionalização da atividade turística, com a chegada de grandes grupos especializados em gestão de capital de risco com foco na atividade turística.

Parece ser paradoxal que a opção dos atores locais pelo crescimento do turismo provoque a perda do controle da comunidade no processo de desenvolvimento turístico, mas é justamente o que ocorre com a consecução da maturidade do sistema. Todos os casos estudados no capítulo 2 corroboram com a conclusão de que, à medida que o pólo turístico avança para a maturidade, o turista aventureiro dá lugar ao turista cêntrico e ao turista confiável e o pequeno empresário local cede lugar aos grupos de investidores internacionais.

Como conseqüências desse direcionamento, sobrevêm maiores impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos, cujos desdobramentos e reflexos sobre a sustentabilidade serão considerados a frente.

Sem a ampliação do número atual de atrativos turísticos, a faixa crítica dos elementos de sustentabilidade mencionada por Fennel (2002, p.123) será certamente superada. Embora exista o gargalo dos limites físicos de suporte do fluxo turístico na região, os fluxos turísticos podem ser reorientados para novos atrativos turísticos que venham a ser abertos. O número atual de cerca de 50 atrativos em funcionamento pode ser acrescido e, além disso, uma redução da sazonalidade por meio de campanhas promocionais e estratégias de distribuição

que potencializem a rota Foz do Iguaçu – Serra da Bodoquena – Pantanal, pode possibilitar a otimização das receitas do sistema turístico regional. Se vendidos na totalidade, considerando o limite superior diário de visita dos atrativos atualmente em funcionamento, seria possível acolher, anualmente, perto de 1,5 milhão de visitantes nos atrativos locais.

A resolução do problema dos gargalos físicos representa, da mesma forma, a solução para o dilema da redistribuição da capacidade de carga, que foi discutido no capítulo anterior.

A grande questão é que este cálculo matemático não pode ser aplicado à natureza instável do mercado turístico ou aos anseios do visitante. O que se torna o grande gargalo do processo é a qualidade da visita que implica em possibilitar que a maioria dos visitantes possa ir ao principal atrativo e ícone daquela região turística: a gruta do Lago Azul. Limitada, atualmente, a 305 visitantes por dia, ou 110 mil turistas por ano, este atrativo permaneceu em face da sazonalidade e das dificuldades logísticas, com um total aproximado de 44 mil visitantes em 2004, constituindo uma média diária de 120 visitantes, aproximadamente. O que representa uma taxa de ocupação de menos de 50%. Ainda assim, existe demanda reprimida, principalmente em períodos de alta temporada, quando a gruta se transforma em constante fonte de frustrações, tanto do sistema de gestão, que não consegue otimizar a venda, quanto dos turistas, que não conseguem ingresso.

Estão em curso estudos e projetos que viabilizarão a ampliação da capacidade de carga deste atrativo de forma a permitir até o dobro do número de visitantes. Isso colocaria o limite superior da faixa crítica da capacidade de carga, considerando este gargalo, em um número próximo de 220 mil turistas por ano, desde que a sazonalidade seja reduzida e as dificuldades logísticas, para a gestão do fluxo de visitantes no receptivo da gruta, sejam superadas.

Contudo, é razoável esperar que as dificuldades logísticas e de sazonalidade nunca sejam plenamente equacionadas e a expectativa de uma taxa média de ocupação de 60% represente uma otimização aceitável do ponto de vista da quantidade e qualidade de visita, do ponto de vista dos visitantes e das receitas e do ponto de vista do *trade* turístico. Tal taxa de ocupação e a especulação de que pelo menos 90% dos turistas desejarão visitar este atrativo projeta os limites do fluxo turístico regional, em razão deste gargalo, a um limite máximo de 150 mil turistas por ano, número que deverá ser atingido por volta do ano de 2012. Até lá, outros atrativos, com atratividade e exuberância semelhante, deverão ser promovidos de forma a reduzir as limitações provocadas pelo gargalo do principal ícone da região.

Um crescimento de tal magnitude no fluxo de visitantes na região implica, necessariamente, em uma melhora qualitativa da estrutura turística local, permitindo a sustentação de atividades econômicas ligadas ao setor que, na atualidade, se mostram

inviáveis, como, por exemplo, a manutenção de serviços de transporte mais eficientes e baratos para os atrativos turísticos. Também serão beneficiadas as opções de entretenimento, um dos pontos mais fracos atualmente existentes na oferta.

Do ponto de vista da sustentabilidade, mais importante que o crescimento qualitativo dos serviços, decorrente do ganho de escala, é a alteração potencial sobre o patrimônio ambiental, o cultural e a comunidade autóctone, que serão objetos da discussão a seguir.

As perspectivas de suporte do ambiente, da cultura, da comunidade, somadas à qualidade e capacidade dos equipamentos turísticos, determinam uma faixa crítica teórica dos elementos de capacidade do sistema turístico, conforme demonstra a Figura 10.1.

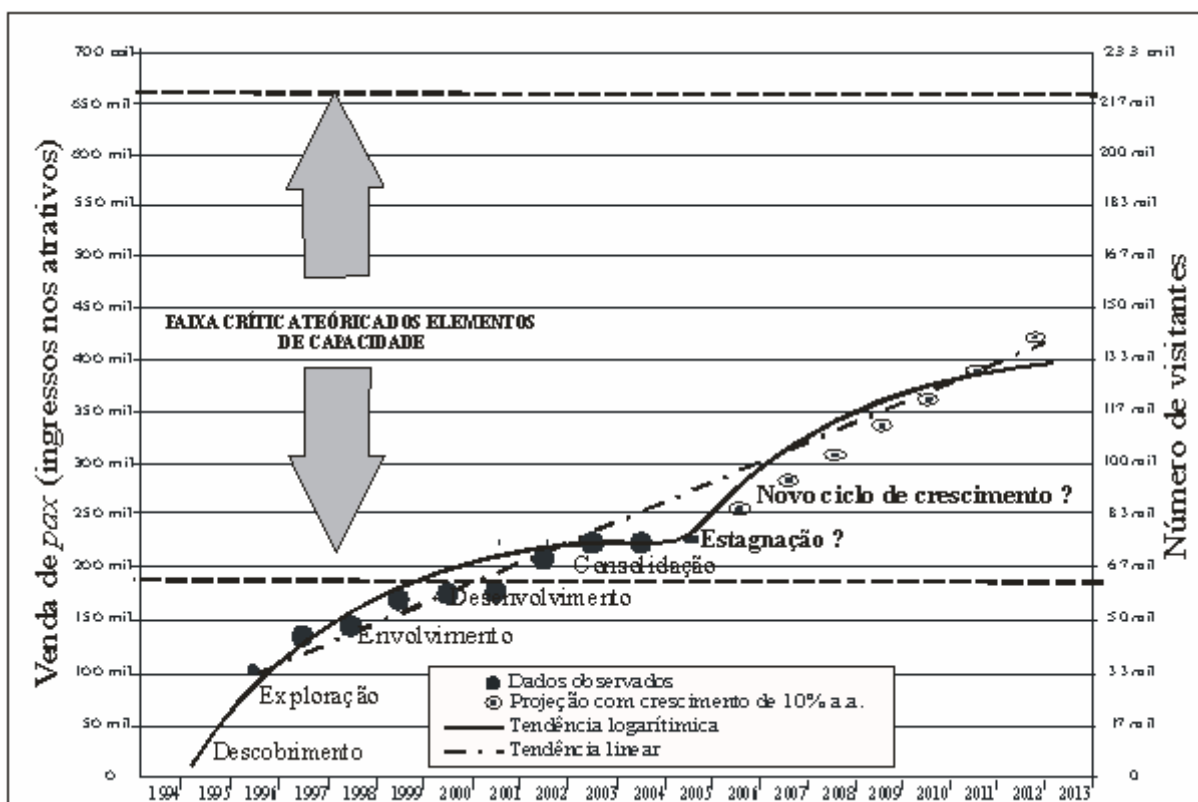


Figura 10.1 Faixa crítica teórica dos elementos de capacidade na Serra da Bodoquena

As condições de sustentabilidade, conforme apresentado no capítulo anterior, dependem dos esforços dos atores para a adaptação dos equipamentos e processos de gestão, de forma a reduzir os impactos das modificações sobre o patrimônio ambiental e cultural que certamente irão ocorrer com o crescimento do fluxo turístico. Por isso, a magnitude da faixa crítica dos elementos de capacidade do sistema turístico sempre estará condicionada pelas decisões de investimento do poder público, do *trade* turístico e da comunidade. Acima da faixa crítica, a

sustentabilidade estará comprometida e abaixo dela os elementos econômicos não são suficientes para prover benefícios sociais e econômicos para a comunidade autóctone.

Dessa forma, as linhas que marcam os limites, inferior e superior, da faixa crítica dos elementos de capacidade podem ser deslocadas verticalmente, a depender dos investimentos em ações de mitigação de impactos ambientais e culturais, em capacitação e em equipamentos que aumentem a competência do sistema turístico para receber um número maior de visitantes ao mesmo tempo.

Restam poucas dúvidas quanto à decisão dos atores por opções estratégicas que direcionam o desenvolvimento turístico para uma massificação. Os atores que compactuam com os objetivos de amplo crescimento são, justamente, os que detêm o maior poder e podem organizar as alianças mais fortes, garantindo a escolha de uma massificação do turismo. Persistem, contudo, dúvidas quanto aos investimentos para a mitigação dos impactos ambientais, tanto do ponto de vista de infra-estrutura quanto da capacidade de suprimento de serviços por parte da iniciativa privada e do próprio setor público, uma vez que este tem sob seu poder a exploração de atrativos, como é o caso do Balneário Municipal de Bonito e da Gruta do Lago Azul.

As dúvidas se originam da percepção geral de que investimentos previstos por parte do poder público podem não se efetivar, pois dependem de fatores externos. O histórico de insucessos em negociações anteriores de grandes projetos de investimento público, como o Programa Pantanal, ajudam a alimentar o ceticismo quanto ao PRODETUR/SUL-MS. Paralelamente, as lideranças empresariais privadas esperam e protelam, de forma voluntária ou às vezes involuntária, seus próprios investimentos que permitiriam reverter uma possibilidade de estagnação, que pode estar se iniciando no momento atual do ciclo de vida daquele sistema turístico (Figura 10.1). A afirmação de que o investimento é voluntário ou involuntário é decorrente da constatação do solapamento de possibilidades de investimento por parte de muitos empresários locais, em face da oscilação do faturamento e, conseqüentemente, da sua lucratividade e “sobras” suficientes de caixa. Isso não ocorre apenas com alguns proprietários de atrativos *premium*, que mantêm demanda reprimida, ou seja, uma pequena minoria no sistema turístico regional.

Disso deduz-se que as projeções aplicadas, neste trabalho, para a região turística da Serra da Bodoquena podem não se concretizar caso uma conjunção de fatores condicionantes não se confirmarem, sendo os mais importantes a reversão das tendências de mercado e a realização de investimentos públicos e privados que permitam a reorganização da oferta de produtos e infra-estrutura turística.

No gráfico apresentado, uma linha de tendência linear espelha a Tabela 10.1, que projeta uma taxa constante de 10% ao ano, entretanto, é mais provável que ocorra uma curva logarítmica, refletindo a tendência de um recrudescimento futuro da taxa de crescimento. Os sistemas turísticos normalmente acompanham a teoria do ciclo de vida proposto por Butler (Apud FENNEL, 2002, p. 123), que foi tratado no capítulo 1 dessa tese, que sugere que em algum momento no futuro o crescimento do número de visitantes chegará a um nível de estabilidade. Com a aplicação desta teoria, a correção no gráfico permite vislumbrar a possibilidade de um crescimento que se situe entre o máximo, representado pela projeção linear e um mínimo provável, da projeção logarítmica. Dessa forma, a faixa futura de crescimento pode situar-se entre 350 e 400 mil ingressos vendidos nos atrativos turísticos da região. No entanto, o crescimento somente se confirmará se houver uma revitalização mercadológica, após os investimentos do programa PRODETUR/SUL – MS.

O cálculo das estimativas para a receita turística é mais complexo, já que envolve outras variáveis além do número de turistas que irão visitar o sistema. Mudanças nos segmentos de mercado, provocadas pela evolução e consolidação da qualidade da oferta turística, como já dito anteriormente, podem aumentar o tempo de permanência, a demanda por atrativos *premium* e, conseqüentemente, o gasto por turista, de forma que um mesmo número de turistas proporcione uma receita muito maior.

Uma pesquisa realizada na região indica, por exemplo, que o turista estrangeiro gasta, em média, 70% (MATO GROSSO DO SUL, 2004, p.119) mais que o turista brasileiro, de forma que um incremento deste segmento de mercado produzirá efeitos substanciais na receita total do sistema turístico. Não existem números confiáveis acerca do fluxo de turistas estrangeiros para a Serra da Bodoquena. Algumas estimativas, a partir de informações do fluxo de visitantes de alguns atrativos na região, permitem situá-lo entre 5 e 10% do fluxo total de turista. Assim, a cada 10 % de substituição dos segmentos do mercado nacional pelo mercado estrangeiro, significa um incremento na receita total do sistema de, aproximadamente, 5 milhões de reais por ano, sem alterar o fluxo total de turistas.

Isso tem óbvios reflexos sobre a sustentabilidade do turismo, pois significa que com a mesma carga turística é possível obter diferentes matrizes que combinem a viabilidade econômica com impactos ambientais e culturais menos significativos.

Do ponto de vista da geração de emprego e renda, uma maior receita significa a possibilidade de um tratamento mais justo em relação à renda dos trabalhadores, mas também maiores exigências quanto à qualificação. Ao atingir o ápice previsto em 2012, com a presença de algo entre 130 e 150 mil turistas, deverão ser gerados, aproximadamente, 2.200

empregos diretos. Em 2012, os municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena contarão com uma PEA - população economicamente ativa – de cerca de 22 mil pessoas. Considerando que atualmente estão empregados em torno de 900 pessoas diretamente na atividade, para uma PEA de 19,4 mil, isso significa passar de 4,6%, para perto de 10% do total de empregos diretos na região.

10.3 PROJEÇÃO QUALITATIVA DAS NECESSIDADES DE ELEMENTOS DE SUSTENTABILIDADE

Uma das conseqüências mais prováveis da evolução do turismo na região turística da Serra da Bodoquena é a da maior equalização das condições de exploração do turismo nos três municípios. O aumento do fluxo turístico, os investimentos em infra-estrutura e em *marketing*, que podem provocar um aumento da demanda, devem estimular os município de Jardim e Bodoquena à criação de alternativas nos meios de hospedagem, atrativos e outros serviços, equilibrando um pouco mais o jogo regional.

O crescimento do turismo na região turística da Serra da Bodoquena, acima projetado, será responsável por importantes transformações do ambiente, da cultura e da vida da comunidade autóctone que poderão ser classificadas de negativas, se boas escolhas e grandes investimentos coletivos não forem feitos para reduzir esses efeitos.

As escolhas e investimentos deverão considerar a ocorrência de fatos portadores de futuro que possam tornar menos sustentáveis os sistemas turísticos. Estes fatos se destacam a partir do que já foi observado em sistemas turísticos mais maduros, conforme foi discutido nos capítulos iniciais do presente trabalho. Os possíveis efeitos mais importantes sobre o sistema, decorrentes dos inúmeros fatores exógenos e endógenos, são resumidos a seguir:

1. *Os sistemas turísticos que exploram ambientes naturais podem se constituir de imensos complexos preparados para receberem grandes contingentes de turistas, operando com serviços em escala industrial ou se constituir em pequenas localidades remotas, com escassos serviços, vias e meios de transporte rudimentar e hospedagens espartanas;*
2. *Embora tentem definir suas identidades como sistemas ecoturísticos, estão sempre sujeitos ao sabor da evolução do seu ciclo de vida. Em geral, começam tímidos, com turismo em baixa escala, explorando diversos tipos de turismo alternativo como o ecoturismo, o turismo rural e o turismo de aventura. O que redefine sua identidade é a mudança da quantidade e do perfil dos visitantes que, com o tempo, começa a se*

transformar, obrigando os sistemas turísticos a uma readaptação de sua oferta de produtos. Quanto mais ele empreende esse esforço para mudar, mais acelera a modificação de sua identidade, até chegar a ser um sistema maduro, atendendo a um grande número de visitantes e provocando maiores impactos sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos;

- 3. O turismo é uma indústria sem chaminés e que apresenta várias vantagens em relação a outros setores. Entretanto, há que se desmistificar a visão, que normalmente se tem, de que se trata de uma atividade totalmente limpa. Indiretamente, o turismo consome recursos naturais não renováveis como, por exemplo, uma grande quantidade de petróleo em uma de suas atividades mais importantes: a de transporte;*
- 4. Quando os sistemas turísticos começam a ficar conhecidos e atrair a atenção dos grandes investidores, em seu estágio inicial provoca a especulação imobiliária e o deslocamento dos moradores originais para áreas marginais, além de imigração, fatores nem sempre positivos para os indicadores sociais da região. Também se experimenta um gradual aumento do custo de vida da comunidade, alimentando o processo de expulsão dos autóctones;*
- 5. Quando maduros, experimentam diversos efeitos nocivos de seu próprio crescimento, como a geração de grande quantidade de lixo, sobrecarga da infra-estrutura existente em períodos definidos de tempo (sazonalidade), destruição e modificação do ambiente com a interferência sobre a fauna e a flora e efeitos sociais nocivos como o aumento do crime, prostituição e a alteração dos hábitos culturais da comunidade autóctone. Experimentam também o preço de seu sucesso na forma de certa hostilidade por parte da comunidade que o recebe e que, com o tempo percebe que ficou de fora da festa;*
- 6. Do ponto de vista da estrutura político-institucional e da acomodação e definição do poder de grupos de pressão, a implantação dos sistemas turísticos em países em desenvolvimento reproduz um processo imperialista, cujas regras são ditadas pelo capital internacional que, apenas faz sua aparição quando tem certeza de que pode transferir para os contribuintes dos próprios países, os maiores riscos da formação dos grandes complexos turísticos. Portanto, um dos importantes critérios para definição de ecoturismo, que é a participação local na gestão, também é uma das que menos freqüentemente ocorre nos grandes sistemas turísticos;*
- 7. Também são observados, nos sistemas turísticos, alguns efeitos positivos como uma maior conscientização das comunidades quanto ao valor da natureza e a criação de áreas protegidas, além dos empregos gerados, embora de forma em geral segregada,*

com a reserva das melhores vagas para pessoas de fora da comunidade e, ainda, algum desenvolvimento local na forma de diversificação da atividade agrícola e melhorias da infra-estrutura de transportes e serviços públicos.

Tais efeitos serão decorrentes das possíveis alterações nos elementos de sustentabilidade em face das oportunidades e recursos que se apresentam ao sistema turístico da Serra da Bodoquena. Considere-se que existe um contexto de opressão contra a capacidade de investimentos e disponibilidade recursos tecnológicos e humanos nos países do Terceiro Mundo e tem-se aí um favorável quadro que predominará na região turística em estudo. As inúmeras mudanças que estão ocorrendo na sociedade, discutidas no capítulo 3, também permitem ilações a respeito de direcionamentos futuros da sustentabilidade do sistema.

A região turística da Serra da Bodoquena tenta planejar seu *marketing* em meio às tentativas do Brasil de aproveitar as oportunidades do aumento do mercado global de turismo, reformulando sua marca e suas relações com esse mercado, ao mesmo tempo em que busca organizar os produtos turísticos brasileiros de forma a aumentar sua capacidade e atratividade.

O posicionamento de seu produto turístico é também um desafio para o sistema turístico da Serra da Bodoquena, cuja identidade frente ao mercado tem que ser consolidada para aproveitar *oportunidades* como: a busca do cidadão do mundo pela diversidade; um novo ambientalismo e ambientes seguros; e ainda, vencer os *desafios* da revolução tecnológica em curso e de uma nova ordem econômica mundial que reduz o espaço de manobra dos poderes públicos, principalmente de países pobres.

A evolução das condições de sustentabilidade depende da combinação de fatores mercadológicos, com recursos internos e externos aportados no sistema, bem como, da sua gestão. Ao se considerar o que normalmente ocorre aos sistemas turísticos, durante seus ciclos de vida, e ao se analisar a situação atual do sistema turístico da Serra da Bodoquena, é possível visualizar duas situações possíveis para o futuro: a primeira considera que haja um fortalecimento das alianças dentro da dimensão político-institucional, que permita a realização de todos os investimentos previstos; e a segunda, que o aumento dos conflitos venha a reduzir as chances de os investimentos previstos se realizarem¹.

No caso de fortalecimento das alianças, potencializam-se as perspectivas de uma evolução menos negativa, com menores prejuízos no balanço da sustentabilidade. Na segunda situação, o aumento dos conflitos aprofunda os problemas ambientais, sociais, econômicos e

¹ Ademais de num contexto econômico favorável ou desfavorável.

culturais, advindos de uma falência das alianças necessárias para a manutenção de indicadores positivos.

Cabe salientar que, mesmo com todos os investimentos previstos no PRODETUR/SUL-MS, e pelos investimentos privados decorrentes de sua implementação, as condições de sustentabilidade não deverão melhorar significativamente. Os esforços para o aprimoramento da gestão, implantação de obras de saneamento, educação ambiental, melhorias tecnológicas e da legislação poderiam melhorar as condições de sustentabilidade, se mantida a demanda atual de mercado. Contudo, espera-se um crescimento do fluxo turístico e tais investimentos apenas deverão compensar o aumento da carga turística por vir. Do outro lado, a ausência dos investimentos, principalmente em saneamento, incluído sistemas de drenagem, irá comprometer, irremediavelmente, a sustentabilidade do sistema turístico, pois a qualidade das águas dos rios da região tende a piorar muito.

10.3.1 Perspectivas dos elementos de sustentabilidade da dimensão ambiental

De todas as dimensões analisadas, a ambiental é a que mais deve sofrer com o aumento da carga turística. A manutenção do estado atual do patrimônio ambiental depende da concretização dos esforços de aprimoramento da gestão, legislação e investimentos previstos no PRODETUR/SUL-MS e investimentos da iniciativa privada.

Um dos principais elementos do patrimônio ambiental da região, o Parque Nacional da Bodoquena, é o que mais terá necessidades de investimentos para a regularização de suas áreas e a implementação de um plano de manejo eficiente. Sem esses investimentos as áreas remanescentes de Mata Atlântica deverão, no futuro, ceder ao desmatamento para exploração de atividades agropecuárias.

Outros elementos, como as nascentes e turfeiras, também devem sofrer, pois são extremamente sensíveis e suscetíveis às modificações provocadas pelo aumento das cargas turísticas e dependentes da consolidação e diversificação dos produtos turísticos que reduzam a pressão sobre os atrativos que exploram estes ambientes na atualidade.

A ausência dos investimentos em infra-estrutura e estrutura turística pode provocar uma redução do fluxo turístico com predomínio de segmentos de mercado economicamente menos rentáveis. Isso pode fazer com que uma disputa fratricida pelos turistas, que ainda se dispuserem a ir ao sistema, provoque um aprofundamento das dificuldades em relação aos impactos ambientais e culturais.

Entre as principais dificuldades estará a questão da gestão da capacidade de carga dos balneários públicos, que representam uma alternativa de lazer para as comunidades locais, e ainda uma opção de baixo preço para segmentos menos abastados do mercado. Os balneários podem ser listados, na atualidade, como o principal problema do ponto de vista de impactos do turismo regional. A redução das perspectivas de viabilidade econômica futura do sistema como um todo pode piorar a situação, não apenas destes locais, como a de outros atrativos de baixo custo, em razão do aumento da procura.

O aumento das áreas de proteção permanente também é determinado pelo aumento das perspectivas de investimentos. Sem a consolidação do turismo como alternativa econômica para a região, cresce a opção pela agropecuária, com conseqüências nocivas para as áreas de reservas e destruição das matas ciliares nas propriedades rurais.

Por tudo isso, pode afirmar-se que uma sinergia positiva deverá ser formada para que as condições de sustentabilidade do ambiente sejam mantidas no futuro. A preservação do patrimônio natural é uma função da própria capacidade resiliência¹ e natureza do impacto antrópico. A sustentabilidade, do ponto de vista ambiental, é uma função dessa capacidade de manutenção combinada com o nível de esforço coletivo para a mitigação dos impactos e do aumento da eficiência econômica na exploração dos recursos naturais.

10.3.2 Perspectivas dos elementos de sustentabilidade da dimensão social

As condições de sustentabilidade social não devem se alterar profundamente no futuro, independentemente dos investimentos que forem feitos. Indicadores de discriminação em relação a gênero e diferenças de qualificação entre trabalhadores locais e imigrantes continuarão a existir². As diferenças deverão ficar na conta da quantidade de empregos gerados, no aumento gradual da criminalidade, da especulação imobiliária e custo de vida.

No caso do aumento do fluxo turístico e evolução profissional do turismo regional, a predominância de trabalhadores imigrantes, que hoje é maior no município de Bonito, deve estender-se para os demais municípios, aumentando o fosso dos salários entre os locais e imigrantes.

Com a concretização dos investimentos devem diminuir as condições de subemprego causadas, principalmente, pela sazonalidade da demanda turística. Todavia, a segregação dos espaços imobiliários, a prostituição e a criminalidade em bairros favelizados na periferia

¹ Capacidade de absorção dos impactos ambientais.

² Salvo se houver um grande investimento na finalidade da educação básica, fator que pode reduzir a defasagem.

tendem a aumentar. O aumento dessas condições negativas se deve, além das condições de empregabilidade, como foi visto no exemplo da expansão do sistema turístico de Cancun, no México, de outras condições sociais fora do sistema. A simples menção de que investimentos serão feitos atrai uma massa de trabalhadores desqualificados de outras regiões, muitas vezes para trabalhar nas construções de novos hotéis, *resorts* e complexos de lazer, que passam a se aglomerar nas periferias destes novos destinos turísticos, em moradias precárias e a agravar o quadro social, pois nem sempre são absorvidos pelo *trade* turístico.

O aumento do custo de vida parece ser inevitável quando uma comunidade começa a receber mais visitantes. Se, na atualidade, esse aumento é mais perceptível em Bonito e menos nos municípios de Jardim e Bodoquena, no futuro, essa condição deverá se generalizar na região com aumentos, principalmente, nos preços dos imóveis e nos alimentos.

Os aspectos positivos devem vir do aumento da participação do turismo na geração de empregos na região e do aprimoramento dos serviços públicos de transporte, saúde, educação e lazer ¹.

10.3.3 Perspectivas dos elementos de sustentabilidade da dimensão cultural

O crescimento do fluxo turístico deve provocar, também, alterações na dimensão cultural, com efeitos negativos da mercantilização. Haverá, provavelmente, um aumento nas tentativas de exploração econômica das potencialidades culturais da região alterando, com isso, as condições dos elementos de sustentabilidade nessa dimensão.

O município de Bodoquena se posiciona, estrategicamente, como o pólo e a referência do sistema na exploração dos produtos culturais, pois mantém algumas festas tradicionais e mantém muito próximo de seus limites geográficos, a maior e mais conhecida atratividade cultural da região: a aldeia Kadweu. A definição dos ícones culturais regionais a serem aproveitados pela promoção do turismo certamente se originará dessa potencialidade, razão por que, se não houver cuidado com o planejamento e a gestão, os efeitos negativos do crescimento turístico sobre a dimensão cultural deverão ser mais intensos neste município. Bodoquena pode sofrer mais, porque tem mais a perder com a invasão de uma cultura universalizada.

Com o avanço da profissionalização do turismo crescem, também, as chances de interferência da universalização cultural sobre o sistema turístico, reduzindo as influências tradicionais, como os hábitos pantaneiros e os traços culturais dos colonizadores gaúchos e

¹ Sobretudo se houver um planejamento e iniciativas governamentais.

mineiros, questões que foram tratadas no capítulo relativo à dimensão cultural da presente tese.

Por outro lado, haverá estímulos para levantamentos científicos da rica história e pré-história da região, que inclui a questão do surgimento das diversas etnias indígenas e os episódios ligados à Guerra do Paraguai e o banditismo que ali existiu.

10.3.4 Perspectivas dos elementos de sustentabilidade da dimensão econômica

O município de Bonito, com seus diversos produtos turísticos e processo de distribuição, simboliza uma base ainda tímida de sustentação econômica do turismo da Região. Isso pode significar que, no futuro, na dimensão econômica, os elementos de sustentabilidade possam vir a ser preservados, criando um círculo virtuoso que equilibraria o embate entre o crescimento da demanda *versus* a dependência cada vez maior de investimentos em mitigação dos impactos ambientais do turismo. Quanto mais cresce o fluxo turístico, maiores são os impactos e maiores as necessidades de ações que os controlem, de forma a reduzir os seus danos. Por outro lado, aumentam a viabilidade econômica e as possibilidades de suprimento desses recursos financeiros.

As dimensões econômica e político-institucional são as variáveis independentes desta equação, que determinam as chances de futuro da sustentabilidade do turismo regional. São duas dimensões intimamente correlacionadas, com influências mútuas sobre o humor e a disposição dos atores e investidores.

Na dimensão econômica, a questão dos investimentos é crucial para a evolução do panorama da sustentabilidade. A progressão do negócio turístico do ponto de vista da receita, via aumento da demanda e da permanência dos turistas, exige dos investidores uma disposição para a profissionalização do destino turístico, sob pena de solapamento da qualidade da recepção dos visitantes e, conseqüentemente, das perspectivas de sobrevivência do sistema.

A reestruturação do sistema turístico com recursos do PRODETUR/SUL-MS e da iniciativa privada econômica deve manter as condições de sustentabilidade nos mesmos patamares da atualidade. De um lado, cresce a receita do turismo e os ganhos coletivos e, de outro, gradativamente, diminui o controle local sobre o negócio e, com isso, os índices do efeito multiplicador dessa receita. Conforme foi tratado no capítulo da dimensão econômica, pode sair de um índice próximo de 1,1 para 0,7. Isso significa que no lugar de uma adição de um real e dez centavos para cada real gasto pelo turista na economia local, haveria o

acréscimo de apenas 70 centavos. Trata-se, este último, de um índice mais próximo de sistemas turísticos dominados por investidores corporativos com menor controle local.

Na dimensão econômica essa perspectiva permite antever uma linha que pouco oscilará para cima ou para baixo no balanço da sustentabilidade, se confirmados os investimentos necessários. Caso contrário, a ausência dessa reestruturação pode confirmar a tendência que começa a transparecer no gráfico do ciclo de vida do turismo regional: a estagnação.

As reclamações mais crônicas de vários segmentos, principalmente dos turistas provenientes do mercado nacional e do mercado regional, já se fazem sentir em relação aos preços dos atrativos *premium*, dos serviços dos hotéis, guias e transportes. São turistas que, provavelmente, farão divulgações negativas e influenciarão o principal mercado do sistema já que, em nível de significância, são os turistas do Sudeste e do Centro-Oeste, classes B e C¹, que fazem a diferença na receita turística local. Por outro lado, é a fatia de 5 ou 10% de turistas estrangeiros que fazem disparar os preços dos atrativos com demanda reprimida, e induzem os demais atrativos a seguir-lhes o exemplo. Nessa linha de reflexão, os estrangeiros são mais significativos em termos de faturamento para os atrativos *premium* do que para sistema turístico como um todo e isso pode provocar distorções importantes na economia local.

Uma tendência *darwiniana* poderá ser notada na oferta de agências locais de turismo. Esse é o tipo de negócio que apresenta as menores barreiras à entrada na economia local, exigindo pouca experiência, baixos investimentos e níveis mínimos de tecnologia. O que explica a enorme quantidade de agências receptoras locais. Esse quadro está mudando e ficará cada vez mais restritivo com a evolução do fluxo turístico.

Uma das primeiras conseqüências da profissionalização do turismo é o aumento do nível de exigência dos atrativos turísticos em relação aos serviços prestados por essas empresas que deixam, progressivamente, de ser meros agentes da agenda dos guias e dos locais de visitação e passam a ser prospectores de mercado e vendedores, com profundo conhecimento, dos atrativos que devem vender. Um dos fatores que começa a mudar esse quadro é a evolução da distribuição do produto turístico pela rede mundial de computadores e a entrada, com mais peso, de grandes operadoras como, por exemplo, a CVC e a TAM viagens.

¹ Classificação da Associação Brasileira dos Anunciantes – ABA e da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado - ABIPEME, equivalente a classe média alta e classe média baixa. Nessa classificação os consumidores são divididos nas classes: A, B, C, D e E.

A mesma tendência poderá ser observada em relação aos meios de hospedagem que, atualmente, perfazem um grande número e, no geral, com baixa qualidade. Ainda assim, é possível observar um crescimento do número de hotéis com maior nível de conforto e dificuldades crescentes para hotéis e pousadas de pequeno porte, que, em períodos de baixa temporada, simplesmente deixam de existir. No futuro, muitos desses pequenos negócios estarão irremediavelmente comprometidos mesmo em períodos de alta temporada.

10.3.5 Perspectivas dos elementos de sustentabilidade da dimensão político-institucional

A atual hegemonia de poder, com alicerces na elite agrária, ainda não é ameaçada pela tênue estrutura de alianças do *trade* turístico. Contudo, um processo de autogestão, iniciado em Bonito, e que paulatinamente avança para os municípios de Jardim e Bodoquena, pode consolidar-se definitivamente com o crescimento do turismo e confirmar o movimento, que ganha visibilidade no momento, entre os guias turísticos de Bonito.

Trata-se de uma preocupação com a ocupação política dos espaços públicos e um movimento mais pragmático de defesa coletiva de interesses de classe, que ainda não encontra paralelo nos atores dos meios de hospedagem ou nas agências de turismo locais. O ator mais importante da indústria turística, o proprietário de atrativo, em crise de identidade, mantém ainda um pé no turismo e outro na sua classe de origem, a hegemônica elite agrária, e dessa forma não fortalece a aliança da indústria turística.

A consolidação de uma aliança entre os principais atores do *trade* turístico, que são, os proprietários de atrativos, os hoteleiros, os proprietários de agência de turismo e os guias de turismo reflete diretamente nas perspectivas de sustentabilidade do turismo, pois, como foi dito, essa dimensão representa uma variável independente que influencia todas as demais dimensões e disputa, com a dimensão econômica, o privilégio da definição das estratégias do desenvolvimento turístico.

Como resultado, aparece a possibilidade de, futuramente, haver uma perda do controle local sobre o desenvolvimento turístico e, na ocorrência de uma superposição da importância econômica do turismo em relação à agropecuária, na perda dos espaços políticos para outras forças econômicas, com prejuízo para o processo de autogestão que se encontra em evolução.

A redução dos conflitos potenciais, atualmente existentes entre elementos do sistema turístico, é crucial também para a concretização dos investimentos previstos no PRODETUR/SUL-MS, já que, como foi demonstrado na figura 10.2, a dimensão político-

institucional representa o elemento que pode provocar o desequilíbrio ou equilíbrio das condições de sustentabilidade nas demais dimensões.

Torna-se crucial, por tudo isso, considerar as perspectivas para a formação de coalizão de grupos de pressão e *stakeholders* com o poder público e a resolução de pontos de tensão existentes entre os municípios, como forma de viabilizar um ideal de sustentabilidade que privilegia e fortalece os elementos políticos e as comunidades locais, antes do avanço de um interesse pelo lucro a qualquer preço do capital de risco internacional. Os imperativos devem localizar-se, portanto, em:

- fortalecimento da autogestão e das instituições de controle;
- redução das diferenças entre os municípios;
- implementação de planejamento e gestão participativos no processo de desenvolvimento turístico.

10.4 PROPOSTA DE ZONEAMENTO E GESTÃO DO TURISMO ANTE AS PERSPECTIVAS DE MASSIFICAÇÃO

As expectativas depositadas sobre o ecoturismo enquanto uma importante solução para problemas sócio-econômicos de países em desenvolvimento e as decisões dos atores na região da Serra da Bodoquena permitem concluir que o processo de massificação deverá intensificar-se, caso todos os investimentos ali previstos se confirmem. Ante tal perspectiva, cabe ao sistema adotar medidas de zoneamento e gestão que ampliem a sustentabilidade do turismo regional.

O zoneamento é uma ferramenta que tem sido muito utilizada em parques que exploram o ecoturismo e prevê a adoção de variações do acesso de visitantes conforme as características de zonas predefinidas. Juntamente com a restrição diferenciada do acesso é possível adotar medidas de gestão que considerem a sazonalidade turística a capacidade biológica de carga dos habitats mais frágeis. No Peru este tipo de zoneamento foi experimentado na Reserva da Biosfera e Parque Nacional de Manu no Peru, onde os turistas são progressivamente excluídos dos ecossistemas mais frágeis à medida que se aproximam das nascentes dos rios (DAVENPORT *et. al.*, p.316).

A região da Serra da Bodoquena incorpora outras boas práticas encontradas em sistemas mais sustentáveis como, por exemplo, a otimização das taxas cobradas aos usuários como forma de limitação da visitação. Em locais mais sensíveis, cuja diversidade é mais rica, são cobrados valores mais altos, limitando automaticamente a carga turística.

Ao concentrar a maior carga turística nos locais menos frágeis, tornar-se-a viável a inserção de *ecoresorts* e outras medidas que consolidam a massificação, como a maior utilização do Aeroporto de Bonito com vôos fretados e o incremento de venda de pacotes turísticos em grandes operadoras de turismo.

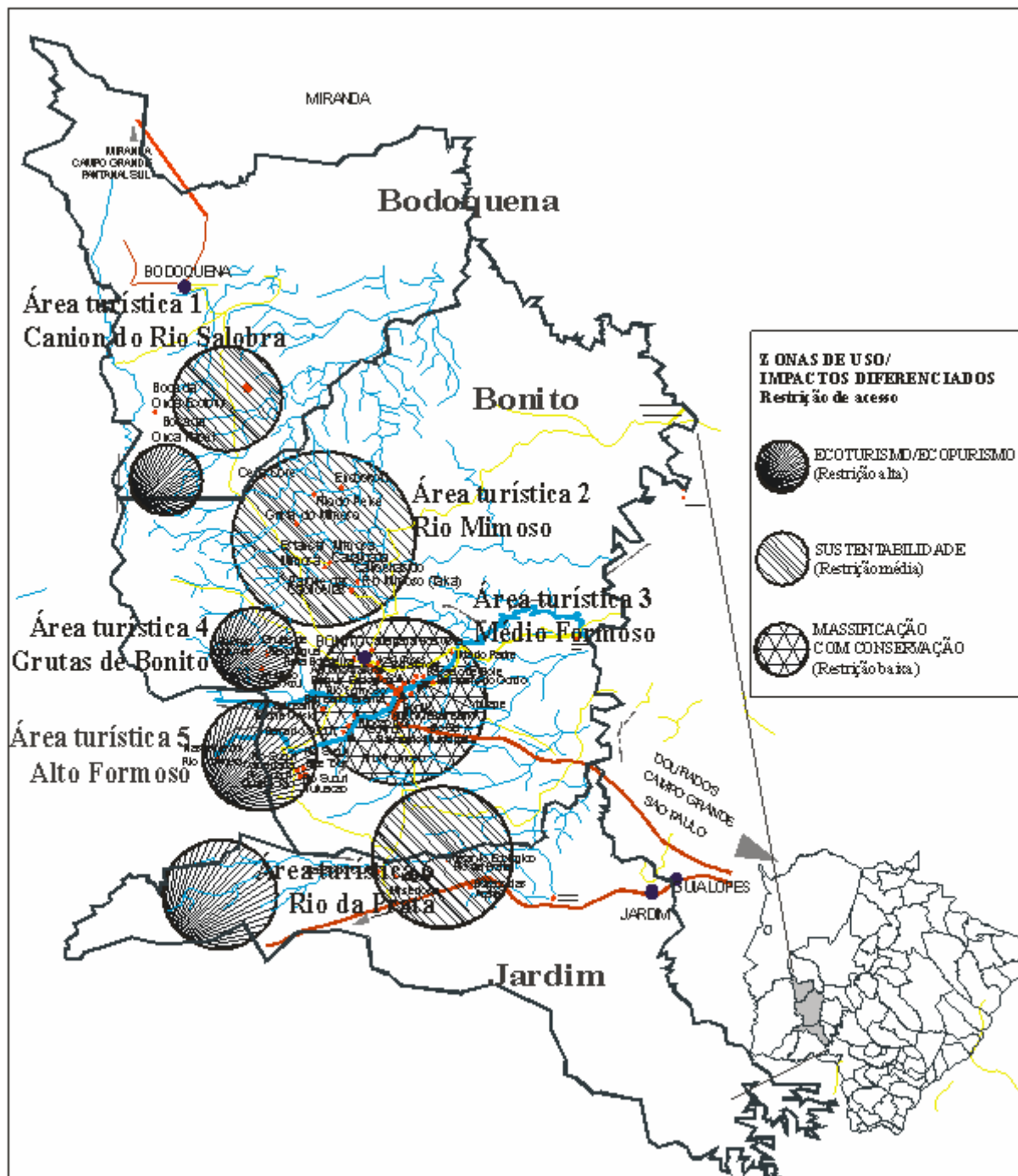


Figura 10.2 Perspectivas de adoção de zonas de impactos e manejos diferenciados na região

A Figura 10.2 apresenta uma proposta de zoneamento que considera a carga turística atual e, ao mesmo tempo, a necessidade de proteção de alguns pontos mais frágeis do

ecossistema. A proposta abaixo se serve da idéia de divisão das mesmas regiões turísticas analisadas no capítulo 9. Conforme foi discutido no capítulo 2 deste trabalho, citando Krippendorf (1989, 202-203), o crescimento do turismo de massa acaba tornando necessária a presença dos *resorts*. A industrialização dos serviços proporcionada por estes enclaves permite a absorção dos impactos em pontos concentrados do ambiente. Este princípio, da mesma forma, pode ser aplicando a alguns atrativos turísticos que permitirão uma melhor gestão dos impactos do aumento da carga turística.

No zoneamento deve levar-se em consideração, principalmente, a capacidade de carga do ambiente, mas outros fatores críticos para sua definição são importantes. A questão da capacidade de gestão dos atrativos e, no caso específico de um sistema turístico com as características da região da Serra da Bodoquena, a dispersão dos visitantes pelos diversos atrativos da região. Alguns atrativos são mais procurados que outros e este processo tende a se intensificar com a massificação. É necessário, para o bem da sustentabilidade, admitir que em alguns lugares fatalmente haverá uma sobrecarga como, por exemplo, no Balneário Municipal de Bonito ou no de Jardim. A concentração pode facilitar a gestão dos impactos desde que sejam bem planejadas e executadas ações mitigadoras nesses locais. Assim, na gestão do zoneamento do turismo a área próxima a Bonito seria a única onde se pode admitir a idéia de *massificação com conservação*, assumindo uma baixa restrição ao acesso de visitantes desde que tomadas as medidas para mitigar os impactos decorrentes.

A área turística denominada aqui do Médio Formoso parece ser a ideal para a concentração deste turismo massificado, até mesmo porque será impossível, em razão de preferências mercadológicas, reduzir a carga turística já existente. Também deve ser considerado que por estar muito próxima da área urbana de Bonito deverá sempre atrair um número maior de pessoas, pois o Balneário Municipal é uma das poucas áreas acessíveis à população local de baixa renda. Esse atrativo acabou por se tornar um dos poucos franqueados a população local, além de receber um grande número de turistas. A existência de um local que permite acesso irrestrito aos autóctones acaba por se tornar um fator positivo na melhoria de suas relações com o negócio turístico.

Em alguns outros locais, que já apresentam alterações significativas no ambiente e o turismo se apresenta como uma alternativa menos danosa que outras, como a agropecuária, é possível combinar um turismo com baixo impacto ambiental e as necessidades sociais e econômicas próprias aos princípios do desenvolvimento sustentável. As áreas com média restrição de acesso são convencionadas como as de *sustentabilidade*, combinando à otimização dos benefícios sociais e econômicos que podem ser auferidos com o turismo.

A denominação do ecoturismo no sentido mais puro, designada com a figurativa palavra *ecopurismo*, aplica-se aos locais mais frágeis do ambiente. São, principalmente, as áreas onde se localizam as nascentes dos principais rios cênicos da região, o Formoso, o Prata e o Perdido. Nesses locais deve haver alta restrição ao acesso de visitantes assumindo-se o tipo de visitação que atendam aos princípios centrados no ecoturismo: visitas de baixo impacto, pequenos grupos de pessoas, educação ambiental e rígido controle da carga turística.

10.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Não foi intenção no presente capítulo o exercício de futurologia, mesmo por que o devir é impossível de se prever, mas antes realizou-se uma análise de algumas possibilidades de futuro do sistema turístico da Serra da Bodoquena, em que busca-se a apresentação de traços de cenários da região em estudo.

Esta parte apenas complementa a discussão iniciada no capítulo 9, onde a análise se concentrou sobre os vários elementos de sustentabilidade no momento presente. Ante as possíveis escolhas dos atores e as perspectivas de contexto que cercam o sistema turístico, quais seriam as chances da sustentabilidade manter-se nos mesmos patamares ou reduzir as suas condições positivas? Não é possível saber o que irá acontecer, apenas é possível vislumbrar quais são as alternativas, o que permitirá aos atores estarem avisados de antemão das possíveis conseqüências de suas escolhas.

Os mais importantes elementos de análise do presente capítulo foram a projeção do ciclo de vida do sistema turístico e as perspectivas de mudanças que podem ocorrer em face das alternativas que lhe são oferecidas. A análise do ciclo de vida, fundamentada na proposição de Butler e aprimorada com a visão dos limites de sustentabilidade de Fennel, foi fundamental para a compreensão de que o sistema turístico se encontra em um momento crucial de sua existência, em que decisões e ações terão influências importantes sobre os seus componentes e, sobretudo, sobre as perspectivas da sustentabilidade do turismo regional.

Independentemente das alternativas é certo que ocorrerão mudanças sobre as condições de sustentabilidade. A existência desses elementos e suas possíveis variações, especialmente aplicadas ao turismo, que se constituem na atenção central da presente tese, serão ainda exploradas na discussão das conclusões e recomendações do trabalho.

CONCLUSÃO

Talvez não seja possível para a atual e mesmo para as futuras gerações de pesquisadores dimensionarem e explicarem toda a complexidade multidimensional do turismo sustentável. Neste trabalho se buscou adicionar contribuições para elucidar a questão, de modo a fornecer suportes teóricos para a análise da sustentabilidade do turismo na Serra da Bodoquena e contribuir para a sua gestão.

Foi possível vislumbrar, por meio da discussão teórica da sustentabilidade no turismo, que não existem certezas definitivas e as controvérsias teóricas sobre o assunto podem demorar a ser superadas. Pode-se citar, dentre tais controvérsias, a dos indicadores de sustentabilidade no turismo e as indefinições quanto às abordagens qualitativa e quantitativa de sua análise. Apesar de persistirem dúvidas, fortaleceu-se a convicção de que o turismo de maneira geral pode se constituir em uma atividade sustentável. Difícil é dizer quão sustentável pode sê-lo, em face das muitas dificuldades de delimitação teórica de seus componentes.

Não havia, no âmbito deste estudo, a pretensão de elucidar todas estas questões; entretanto, a existência destes percalços teóricos, sem dúvida, configurou-se como fator de dificuldade para o presente estudo. A exploração teórica realizada permitiu perceber que as lacunas ali verificadas constituem-se em oportunidades que poderão ocupar por bom tempo a academia no que diz respeito à sustentabilidade do turismo.

Também foi possível estabelecer parâmetros mínimos que potencializaram respostas para a questão definida como objeto central da tese, ou seja, a indicação das *condições atuais de sustentabilidade do turismo na Serra da Bodoquena e quais as conseqüências da evolução de um turismo que começa a se massificar*. A partir desta questão central, foram delineados os parâmetros teóricos e empíricos do trabalho.

A hipótese principal que instigou, constantemente, a investigação foi a de que *os elementos de sustentabilidade do turismo não permanecem os mesmos ao longo do tempo e são determinados pelas decisões políticas, fortemente influenciadas pelo poder econômico local, com conseqüências para o patrimônio ambiental, cultural e para a equidade social da população autóctone*, por estarem sujeitos a um sistema dinâmico, multidimensional e complexo.

A mutabilidade destes elementos, mediante fatores econômicos, sociais e culturais, afeta diretamente os patrimônios ambiental e cultural, assim como o estilo de vida das comunidades que se tornam destinos turísticos, necessitando, por isso, de constantes revisões e aprimoramentos nos processos de planejamento, gestão e controle.

O objetivo principal do trabalho guiou-se por essa provocação: *Investigar e analisar as condições e elementos que assegurem o desenvolvimento sustentável do turismo na região da Serra da Bodoquena, considerando fatores endógenos e exógenos e os interesses, decisões e ações da comunidade, do trade turístico e dos governos.*

Um objetivo tão interdisciplinar e amplo constitui um desafio para uma tese de doutorado. Todavia, é justamente a incursão pelos terrenos acidentados da multidisciplinaridade que tem proporcionado destaques em âmbito nacional e internacional ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, provavelmente porque a humanidade tem descoberto, ao sofrer cada vez mais com desastres naturais de grandes proporções, que não é possível entender as questões ambientais e, conseqüentemente, sua gestão e políticas, sem um olhar multidisciplinar e abordagens da filosofia da complexidade.

Este trabalho em seus procedimentos analíticos carrega a pretensão, ainda não explorada em todas as suas possibilidades, de alcançar um enfoque interdisciplinar que dê conta da complexidade na ciência emergente do turismo, saindo do abrigo seguro da visão compartimentada apenas do planejamento e gestão, normalmente afeita às áreas de pesquisa da administração e do turismo, para trilhar novos delineamentos, não isentos de riscos e erros, nas áreas da sociologia, economia, antropologia e ecologia, todas com interfaces com o desenvolvimento do turismo.

Para a análise geral das condições de sustentabilidade, os elementos em estudo foram incorporados à discussão de referenciais teóricos imprescindíveis a partir das proposições de Ignacy Sachs e outros autores contemporâneos acerca da multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável. Na sequência, emergiram as contribuições sobre sustentabilidade do turismo que apenas recentemente vêm ganhando corpo.

O passo seguinte constituiu no aprendizado com outros destinos mais maduros, notadamente os sistemas que vêm se aprimorando na exploração do turismo alternativo em ambientes naturais, encontrando entre os seus erros e acertos elementos para a avaliação das perspectivas do turismo na região da Serra da Bodoquena. Além de referenciais teóricos e dos exemplos de outros sistemas, a fase analítica, que fortaleceu as convicções para a elaboração da presente tese, foi amparada por uma análise exógena, com uma visão panorâmica dos números e das principais tendências para a atividade turística, e de uma análise endógena,

com um amplo levantamento dos elementos componentes do patrimônio ambiental, cultural, econômico e social da Serra da Bodoquena.

Dentre as principais conclusões advindas do levantamento dos referenciais teóricos está a questão multidimensional da sustentabilidade do turismo. Além dos ditos contextos e dimensões, torna-se importante analisar, em separado, as dimensões cultural e político-institucional. A dimensão cultural aparece inserida na social, e a político-institucional é transversal às demais. A importância dessas dimensões sugeriu a necessidade de analisá-las em suas especificidades, de maneira a contabilizar adequadamente todos os elementos componentes da sustentabilidade na região pesquisada.

Igual destaque merece o conceito de ciclo de vida do turismo, com a adição da faixa crítica dos elementos de capacidade dos sistemas turísticos, que contribuiu decisivamente para as discussões que cercam a pergunta central da presente tese, no que diz respeito à evolução e à projeção dos elementos da sustentabilidade turística regional.

Por fim, foi relevante a discussão dos conceitos de turismo de massa e o turismo alternativo e, dentro deste último, os de *ecoturismo*, que, conforme foi discutido, são carregados de controvérsias, boa parte delas aplicáveis ao sistema turístico da Serra da Bodoquena onde os atores do *trade* turístico dizem explorá-lo. As dúvidas em relação ao enquadramento da região nesta modalidade se originam ora na classificação presente nos discursos dos turistas que visitam o destino, quase sempre priorizando a busca de lazer e descanso (e não de opções para admirar a natureza), ora na transgressão das regras que caracterizam o ecoturismo, por parte de quem o oferece como produto.

Na esteira dessa controvérsia, a presente abordagem apresenta um neologismo para designar uma possibilidade estratégica para a região turística da Serra da Bodoquena: a *ecoturistificação*. A alternativa da *ecoturistificação* pressupõe escolhas mais sustentáveis, pois reduzem as perspectivas de impactos sobre o patrimônio ambiental, valorizam o patrimônio cultural e produzem efeitos mais positivos sobre a comunidade autóctone como, por exemplo, um maior efeito multiplicador na dimensão econômica.

Outro neologismo incorporado à análise é o de *ecopurismo*, utilizado pelo professor Donald Rolfe Sawyer, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, na proposta de zoneamento mencionada no capítulo 10, para designar as áreas onde o conceito de ecoturismo deveria ser mais preservado como uma alternativa de gestão que leve em conta a extrema fragilidade, por exemplo, das nascentes dos principais rios cênicos do lugar.

A despeito das aparentes vantagens mencionadas, depreende-se a partir do panorama traçado que a ecoturistificação não é a escolha mais provável do sistema turístico da Serra da

Bodoquena, em razão (a despeito?) de todas as indicações em contrário. Fica evidenciada a escolha da massificação pelas decisões dos atores de investir fortemente em estrutura e expansão do sistema, pelo esforço de divulgação de um destino ecoturístico em feiras, ou por meio de folhetos distribuídos nas operadoras de turismo, e pelo farto *merchandising* de Bonito na mídia de massa.

Por meio da observação do conjunto das dimensões de sustentabilidade regional do turismo se depreende que o sistema sonha com um aumento substancial do fluxo turístico, que deverá ser impulsionado por um sentimento geral de que existem, atualmente, equipamentos demais para turistas de menos. Essa percepção predomina, principalmente, entre os hoteleiros, acompanhados das agências receptoras de turismo, operadores de bote, guias e os atrativos de menor porte, pois os atrativos *premium* enfrentam uma demanda reprimida e, em geral, não têm do que reclamar em relação ao atual número de visitantes que é satisfatório para a sustentação econômica de todos.

Esse fato constitui o cerne da tese de que, no turismo, as condições e elementos de sustentabilidade não se mantêm inalterados ao longo do tempo, e dependem das escolhas e do nível de investimento e esforços em planejamento e gestão por parte dos atores de uma destinação.

Na evolução normal do ciclo de vida de um destino turístico, todas as evidências indicam uma tendência de gradual profissionalização da estrutura e uma redução do número de ecoturistas na acepção conceitual tradicional, substituídos que são por turistas mais confiáveis (psicocêntricos, quase cêntricos ou cêntricos), que não se sujeitariam às acomodações espartanas e desconfortos no transporte até os atrativos mais remotos. Este crescimento vem acompanhado de uma perda do controle local sobre o processo de desenvolvimento e uma redução de seu efeito multiplicador na economia local.

A *ecoturistificação* significaria a antítese desse movimento, com a assunção de uma proposta de aproveitamento do nicho do mercado dos ecoturistas. O foco não deveria ser, contudo, em um ecoturista qualquer e sim, conforme foi discutido no capítulo 1 deste trabalho, em uma faixa de visitantes classificados como os *ecoturistas autoconfiantes*, que são os viajantes individuais ou em grupos de menos de 10 pessoas, que visitam áreas relativamente remotas, usando transporte não-motorizado, em locais onde praticamente não existem serviços; e como os *ecoturistas de pequenos grupos*, que são os praticantes mais abertos à visita em locais menos remotos e grupos maiores, com busca de serviços e atendimentos mais rudimentares.

Permanecendo nessa opção estratégica, o turismo local provavelmente teria que aceitar o fechamento de muitos dos precários meios de hospedagem e agências de turismo, principalmente de Bonito, que não têm viabilidade econômica para seu funcionamento e crescimento, e reduzir as expectativas em relação a uma rota que objetiva a otimização da rota de integração entre o destino Foz do Iguaçu, Serra da Bodoquena e Pantanal.

Contudo, o encaminhamento estratégico mais provável para o turismo da Serra da Bodoquena é o da tentativa de massificação dos mercados turísticos, com intensificação do movimento no aeroporto recém inaugurado e a efetivação mais intensa da rota acima mencionada.

Assim sendo, a existência futura de suficientes elementos para possibilitar o aumento ou, pelo menos, a manutenção das perspectivas de sustentabilidade do turismo, depende de uma conjunção de potencialidades endógenas e oportunidades exógenas. Tudo isso não parece ser possível sem o fortalecimento político-institucional da região e sem a concretização de investimentos previstos pelo poder público.

Alguns pendoros da atividade turística podem, todavia, potencializar a consecução de objetivos estratégicos de sustentabilidade. O turismo é uma atividade mais sustentável que outras atividades econômicas desenvolvidas na região, por se apresentar menos impactante no patrimônio natural do que, por exemplo, a agropecuária. Também apresenta resultados de maior efeito multiplicador na economia local, e resultados mais positivos do ponto de vista de educação ambiental.

Tudo isso pode indicar a viabilidade da manutenção da atividade turística mesmo em uma situação em que um quadro de estagnação, em seu ciclo de vida, se instale e as condições de sustentabilidade se reduzam no futuro. Entretanto, esse cenário, possivelmente, deixaria uma sensação geral de frustração, pois os atrativos *premium* e as maiores agências de turismo locais continuariam, de forma segregada, a manter um quadro de demanda reprimida, acentuando a antipatia geral da comunidade anfitriã, gerando isolamentos, disputas do *trade* turístico e perda de apoio político para a atividade.

Alguma frustração da comunidade anfitriã já é evidente, no momento, em relação, por exemplo, à questão do emprego. A pesquisa de campo e a análise das condições do emprego e geração de renda na atividade turística da Serra da Bodoquena permitiram verificar que o turismo, como qualquer outro negócio, premia quem está mais qualificado e se preocupa antes com sua lucratividade e competitividade, relegando a comunidade autóctone não-qualificada a cargos subalternos e com menores salários. Os empregos melhor remunerados são ocupados, em sua maior parte, por pessoas de fora da comunidade.

Outro aspecto, não menos importante e igualmente visível para a comunidade, refere-se aos danos ao patrimônio natural causados pelo turismo. O autóctone percebe que o avanço do turismo impede seu acesso a locais antes irrestritos, e que a natureza exuberante que conhecia começa a sofrer com a presença constante dos visitantes.

A avaliação das diversas dimensões sobre as quais ocorre o desenvolvimento turístico da Serra da Bodoquena e a constatação de que essas convergem, de forma decisiva, para a dimensão político-institucional, permitiu compor o panorama geral de sujeição dos elementos de sustentabilidade a decisões e embates que se resolvem ou se sustentam no âmbito dessa dimensão.

A comprovação da importância da dimensão político-institucional para o processo de desenvolvimento do turismo foi um dos grandes resultados do presente trabalho. A dedicação de boa parte do tempo despendido em entrevistas, contatos com a comunidade e observações *in loco* foi decisiva para o reforço de convicções que vêm sendo perseguidas por muitos pesquisadores de que a dimensão política deve ser cada vez mais um objeto importante de preocupação de pesquisas nesta área de conhecimento emergente do desenvolvimento sustentável.

É no campo das decisões estratégicas, advindas da dimensão político-institucional, que está a chave para a manutenção, ou não, da sustentabilidade do turismo. É possível concluir que, conforme as discussões travadas nos dois últimos capítulos deste trabalho, o quadro atual de sustentabilidade apresenta uma situação de relativo equilíbrio e que, apesar de todos os danos que já foram causados, o esforço em curso pode dar conta de manter por bastante tempo a integridade do patrimônio ambiental e cultural e ainda ajudar a melhorar, de forma relativa, a vida da comunidade autóctone. Não obstante, ainda restam dúvidas acerca da manutenção do quadro atual de sustentabilidade, ante a perspectiva do aumento do fluxo turístico, em face do aumento crescente da demanda pelo turismo em ambientes naturais e dos esforços de *marketing* do trade turístico local.

A esfera determinante das decisões dos atores é a econômica. Os atores que detêm o poder econômico na região, notadamente os proprietários dos atrativos turísticos, fazem valer suas decisões, mas para isso eles têm que agir na esfera político/institucional. É nessa esfera predominante **que** o sistema de gestão do turismo regional tem demonstrado maturidade. A mediação dos conflitos e estabelecimento de soluções para o aprimoramento do funcionamento do sistema surpreende positivamente quem busca um modelo, ainda que com algumas falhas, para uma gestão mais sustentável do turismo.

Paradoxalmente, é a busca desregrada pelo aumento das vendas, sem um equivalente esforço para reduzir os efeitos da sobrecarga, que pode comprometer decisivamente o futuro do sistema turístico da Serra da Bodoquena. Para que esse desequilíbrio não ocorra, recomenda-se a consolidação de um pacto coletivo que se privilegie o esforço para reforçar os elementos que aumentem a sustentabilidade local, dentre eles o planejamento e gestão participativos, o aumento e aprimoramento das estruturas de fiscalização e controle do poder público e do esforço em pesquisa científica.

Um grande passo para o aumento da sustentabilidade seria dado com a reformulação da conduta do poder legislativo local que, de forma geral, ignora ou não contribui para instituição de mecanismos de participação no planejamento e gestão das políticas públicas do turismo. São os demais segmentos da iniciativa privada e setores organizados da sociedade que dão o bom exemplo de participação, na contramão do comportamento dos vereadores dos três municípios, é claro que com algumas poucas e honrosas exceções entre seus integrantes.

Na contramão desse comportamento, o Ministério Público tem encontrado fórmulas mais racionais de negociação com a sociedade e, principalmente, com os proprietários rurais, de forma a reduzir o passivo ambiental e melhorar as relações institucionais para a construção de um futuro mais sustentável para todas as atividades econômicas da região.

A evolução da racionalidade da sociedade local para condutas mais sustentáveis passa pela instrumentalização dos órgãos fiscalizadores e ainda por seu controle externo. A legislação ambiental brasileira é bastante avançada, contudo, ainda não foram concebidos todos os instrumentos e conhecimentos necessários para que a iniciativa empresarial tenha uma conduta adequada em relação ao patrimônio ambiental. Todos os avanços existentes para o licenciamento ambiental esbarram nas dificuldades de monitoramento e avaliação dos reais efeitos que a atividade econômica causa.

Por certo, a conclusão geral deste trabalho é que o melhor caminho para o turismo regional seria o da *ecoturistificação*, mas não é o mais provável. Todos os indícios apontam para uma massificação que já começa a se fazer sentir com toda a força de suas conseqüências para a sustentabilidade.

Deve-se ressaltar, contudo, que a massificação não compromete necessariamente a sustentabilidade. A primeira consideração para essa conclusão é a de que os enclaves nem sempre representam um mal para a sustentabilidade dos sistemas turísticos e para as comunidades que os acolhem, pois, conforme foi discutido no capítulo 10, representam uma forma de absorção de grandes volumes de visitantes concentrando-os em espaços preparados para minimizar os impactos decorrentes do aumento de carga.

Depreende-se então que, apesar de mudarem-se os elementos, a massificação exige que os atores tomem medidas para que a sustentabilidade permaneça, melhor dizendo, para que o patrimônio natural e cultural seja preservado e, principalmente, que a comunidade autóctone seja participante dos benefícios advindos do desenvolvimento econômico do turismo. O centro da sustentabilidade deve ser a equidade social que atinja as atuais gerações, em todas as suas camadas sociais, e não comprometa as perspectivas das futuras gerações também se beneficiarem da atividade turística.

As conclusões acima permitem recomendar um maior esforço em pesquisas para que o complexo conhecimento da sustentabilidade seja ampliado, dentre as quais destacam as mais importantes, relacionadas a seguir:

- a) *Elaboração de indicadores e de abordagens qualitativas e quantitativas de sustentabilidade do turismo, que se constituem em uma óbvia fragilidade na área emergente do desenvolvimento sustentável;*
- b) *Elaboração de pesquisas mais refinadas para o reconhecimento do perfil e dos fluxos dos visitantes de forma a apoiar as decisões de posicionamento do sistema turístico;*
- c) *Desenvolvimento de cenários estratégicos para suporte ao planejamento do turismo regional, como etapa seguinte ao reconhecimento dos jogos de atores desenvolvidos no presente trabalho;*
- d) *Aplicações de sistemas de informações georeferenciadas no apoio ao planejamento e gestão ambiental das áreas de preservação, reservas legais e ampliação de corredores ecológicos;*
- e) *Pesquisas sobre os efeitos da presença de grupos de turistas sobre a fauna e a flora, assim como, de aprimoramento para os conhecimentos de formas de manejo e limites de capacidades de carga nos atrativos turísticos em ambientes naturais;*
- f) *Estudos de caso específicos para atrativos turísticos enriqueceriam grandemente a visão de sustentabilidade de forma a complementar a visão de sustentabilidade de um sistema turístico desenvolvida no presente trabalho;*
- g) *Estudos para organização de informações mais precisas quanto ao quadro quantitativo de empregos indiretos gerados pelo sistema turístico, posto que os estudos do presente trabalho foram estritamente qualitativos.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHN, Bum Yong; LEE, BongKoo & SHAFER, C. Scott, Operationalizing sustainability in regional tourism planning: an application of the limits of acceptable change framework. **Tourism Management**, Great Britain: Elsevier Science, 23, 1–15. 2002.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

ALVES, Reginaldo Donizete. **Passos e Descompassos da Educação Profissional: A experiência do turismo em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMS, 2003.

AMUDSEN, Roald. **Pólo Sul: O relato da primeira expedição a conquistar o Pólo Sul**. Tradução de Roberto Cardoso dos Santos. São Paulo: Alegro, 2001.

ANDERECK, Kathleen L. Environmental consequences of tourism: a review of recent research. In: McCOOL, Stephen F. e WATSON, Alan. **Linking Tourism, the Environment, and Sustainability**. Topical volume of compile papers form a special session of the annual meeting of the National Recreation an Park Association. Minneapolis, MN, 1994.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: Fundamento e dimensões**. 2ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANDRADE, Karla V.S.A.; RODAL, Maria Jesus N. Fisionomia e estrutura de um remanescente de floresta estacional semidecidual de terras baixas no nordeste do Brasil. **Revista Brasil. Bot.**, Vol.27, Nº.3, jul.-set. 2004, pp.463-474.

ANDREU, Marta G. N. **Ecoturismo, conservació de la natura i desenvolupament local: els casos de Méxie, América Central I les Grans Antilles**. Tesi Doctoral, Universitat Rovira I Virgili, 2003.

ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Editora Unb, 2001.

ARCHER, Brian; COOPER, Chris. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In: THEOBALD, Willian F. (org.) **turismo Global**. Traduzido por A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J. R. B. Penteadó. 2a. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

ARENDIT, Ednilson José. **Introdução à economia do turismo**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

ARRILLAGA, José Ignácio de. **Introdução ao Estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

BAPTISTA, Mario. **Turismo e Competitividade Sustentável**. Lisboa: Editora Verbo, 1997.

BARBOSA, Maria Alice Cunha. & ZAMBONI, Roberto Aricó. **Formação de um 'Cluster' em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS**. Texto para discussão n°. 772. disponível em url:<www. http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0772.pdf. acesso em: junho 2005.

BARROS, Abílio Leite de. **Gente pantaneira: (crônicas de sua história)**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.

BARTHOLO Jr, R.S. **A crise do industrialismo: genealogia, riscos e oportunidades**. In: BURSZTYN, M., LEITÃO, P. & CHAIN, A. (orgs.) **Que crise é esta?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Os Labirintos do Silêncio**. Cosmovisão e Tecnologia da Modernidade, São Paulo: Marco Zero, 1986.

BELIZE, Government of Belize. **About Belize**. Disponível em: < <http://www.belize.gov.bz>>. Acesso em janeiro de 2005.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do turismo**. 2 Ed. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

_____. Dimensão e dinâmica de clusters no desenvolvimento sustentável do turismo. **Revista Dimensões e Perspectivas**, Faculdade Nobel. Vol.1, Maringá-PR, setembro de 2001.

BERNARDES, Cyro. **Teoria Geral da Administração**. A análise integrada das organizações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia: Uma defesa das regras do jogo**. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1986.

BOGGIANI, Paulo C. **Por que Bonito é bonito?** In: : SCREMIN-DIAS, Edna *et al.* (org) . **Nos Jardins submersos da Bodoquena: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

BOGGIANI,P.C.; COIMBRA,A.M.; GESICKI,A.L.; SIAL,A.N.; FERREIRA,V.P.; RIBEIRO,F.B.; FLEXOR,J.M. **Tufas Calcárias da Serra da Bodoquena**. In: Schobbenhaus,C.; Campos,D.A.; Queiroz,E.T.; Winge,M.; Berbert-Born,M. (Edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1999, Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep/sitio034/sitio034.htm>>, acesso em Outubro de 2004.

BOGGIANI. P.C. & CLEMENTE, J. A questão do Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Turísticos no Planalto da Bodoquena – Mato Grosso do Sul. **Revista de Geografia, UFMS, AGB-Dourados, (9): 24- 32, 1999.**

BOGGIANI; Paulo C., FAIRCHILD, Thomas R; e, COIMBRA Armando M. O Grupo Corumbá (Neoproterozóico-cambriano) na região central da Serra da Bodoquena (faixa Paraguai), Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Geociências** 23(3):301-305, setembro de 1993.

BONFIM, Manuel. **América Latina**. Coletânea Intérpretes do Brasil, vol. I, p. 607-883. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2000.

BONITO. **Decreto nº 011/95**, Dispõe sobre a Regulamentação da Lei 689/95 de 12 de Abril de 1995, que torna obrigatório o acompanhamento do guia de turismo local, nos Passeios Turísticos no Município.

_____. **Lei nº 919/02**, Dispõe sobre as atribuições do Guia de turismo local, a obrigatoriedade de seu acompanhamento nos passeios turísticos no Município e dá outras providências.

BOYD, Stephen W. & BUTLER, Richard W. Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach. **Tourism Management**, Great Britain, Elsevier Science, Annals of Tourism Research, Vol. 17, No. 8, pp 557-566, 1996.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Base de dados ajustada do PIB dos municípios 1999-2002**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em: maio de 2005.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **O Brasil município por município**. disponível em: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em: janeiro de 2006.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatcart**. Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas. 2002.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>, acesso em: março de 2005.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA IPEA. **Dados da População Economicamente Ativa (2000)**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>, acesso em: em março de 2005.

_____. **Lei 9.985. de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**: Estatuto das cidades. Regulamenta os arts. 182 e 183 da constituição federal, estabelece diretrizes Gerais da política urbana e dá outras providências.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai – PCBAP**. Vol II, Tomo II-A. 1997.

BRENNER, Ludger; AGUILAR, Adrián Guillermo. Luxury Tourism and Regional Economic Development in México. **The Professional Geographer**, 54(4), pages 500-520, Oxford-UK: Blakwell Publishing, 2002.

BRIASSOULIS, Helen. Sustainable tourism and the question of the commons. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 29, No. 4, pp. 1065–1085, 2002.

BRITES, Guilhermina *et al.* **Fatos e Relatos: “Retirada da Laguna”**. Jardim – MS, s.ed., s.d.

BROHMAN, John. New directions in tourism for third world development. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Elsevier Science, Vol. 23, No. I, pp. 48-70, 1996.

BRUNT, Paul; COURTNEY, Paul. Host Perceptions of Sociocultural Impacts. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Elsevier Science, Vol. 26, No. 3, pp. 493-515, 1999.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUCKLEY Ralf. Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Elsevier Science, Vol. 30, No. 2, pp. 497–499, 2003.

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. Trad. Dayse Batista. São Paulo: Chronos, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **Estado e meio ambiente no Brasil desafios institucionais**. In: _____ (org.) **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Políticas Públicas para o Desenvolvimento (Sustentável)** In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A Difícil Sustentabilidade**. Política energética e conflitos ambientais. 2001. Primeira Parte 59-76.

CARPENTER, Bruce Rogers. **Puerto Rico’s Planned Development of Tourism**. Ph.D. Thesis. Political Science, International law and relations. Michigan: The American University, 1964.

CARVALHO, Nanci. **Autogestão: O Nascimento das ONGs**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX**. 2ª ed. Caxias do Sul – RS, EDUCS, 1990.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome**. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. **Do local ao global: O turismo litorâneo catarinense.** Campinas-SP: Papirus, 1998.

CUNHA, Licínio. **Economia e Política do turismo.** Lisboa, Portugal: McGraw-Hill, 1997.

DANTE – Die Arbeitsgemeinschaft für Nachhaltige Tourismus Entwicklung (Grupo de Trabajo para um Desenvolvimento Sustentável del turismo) - **¿Tarjeta roja para el turismo?:** 10 princípios y demandas para un desarrollo sostenible del turismo en el siglo XXI. Grupo de trabajo Rio+10. Madrid: Espanha. Disponível em: <<http://www.iz3w.org>> acesso em março 2004.

DAVENPORT, Lisa *et al.* **Ferramentas de ecoturismo para parques.** In.: TERBORGH, J.; SHAIK, C.V.; DAVENPORT, L.; RAO M. (Orgs.) **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

DIAS, Jailton. A Região Cárstica de Bonito – MS: Uma proposta de Zoneamento Geológico a partir de unidades da paisagem. **Revista Ensaios de Ciência**, Vol. 1, ano 1. Campo Grande: Editora Uniderp, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais.** In: SERRANO, Célia M. & BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). **Viagens à Natureza: turismo, Cultura e Ambiente.** 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

EAGLES, Paul F. J.; MCCOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management.** World Commission on Protected Areas – WCPA. Best Practice Guidelines Series Nº.8. IUCN – International Union for Conservation and Nature: Cambridge –UK, 2002.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de turismo. **Anuário Estatístico da EMBRATUR.** Vol. 30. Brasília, Julho, 2003. Disponível em < <http://www.embratur.gov.br> >, acesso em Janeiro de 2005.

_____ **Anuário Estatístico da Embratur – 2004,** Brasília: Ministério do turismo/ Instituto Brasileiro de turismo/ Diretoria de Estudos e Pesquisas, 2004. Vol. 31 xxx p. dados de 2003. Disponível em < <http://www.embratur.gov.br> >, acesso em Janeiro de 2005.

_____ **Estudo da demanda turística internacional 2003.** Brasília: Julho de 2004. Vol. 31 xxx p. dados de 2003. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>>, acesso em Janeiro de 2005.

_____ **Estudo do Mercado Interno de turismo 2001.** 2002. Disponível em < <http://www.embratur.gov.br> >, acesso em Janeiro de 2005.

_____ **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados - Relatório Final.** São Paulo, dezembro, 2002. Disponível em < <http://www.embratur.gov.br> >, acesso em Janeiro de 2005.

_____**Evolução do turismo no Brasil 1992 - 2002.** (s/d.). Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>>, acesso em Janeiro de 2005.

ENZNSBERGER, Hans-Magnus. **Contribución a la Crítica de la Ecología Política.** Traducido do original: José Maria Pérez Gay. Puebla, Pue, Mexico: Universidad Autónoma de Puebla, 1976.

FENNEL, David. **Ecoturismo:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2002.

FERNANDES, Daniel Dias & ASSAD, Maria Leonor. **A pecuária bovina de corte da região pantaneira.** In: ROSSETO, Ornélia C. e BRASIL Jr. Antonio C.P. Brasil (orgs.) **Paisagens Pantaneiras e Sustentabilidade Ambiental.** Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002.

FISHER, David. The demonstration effect revisited. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier, Vol. 31, N° 2, pp. 428–446, 2004.

FOKIALI, P. **Tourism and Sustainable development in the Mediterranean.** Disponível em <<http://www.fundp.ac.be>> acesso em Março de 2004.

FRANCE, Lesley (ed.). **The Earthscan Reader in Sustainable Tourism.** London-UK: Earthscan Publications Limited, 1997.

FREDLINE, Elizabeth; FAULKNER, Bill. Host Community Reactions:a Cluster Analysis. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 27, N° 3, pp. 763-784, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala.** São Paulo: Circulo do Livro, 1933.

FROEHLICH, Otávio. **Muito mais que alimento.** In.: SCREMIN-DIAS, Edna *et al.* (org) . **Nos Jardins submersos da Bodoquena:** guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

FUENTES, Ana Garcia de. **Cancun Turismo y Subdesarrollo Regional.** México: Universidad Autónoma de México, Série Cuadernos, 1979.

GANDIN Danilo. **A prática do planejamento participativo na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político religioso e governamental.** 2ª ed. Petrópolis-RJ:Vozes, 1994.

GARROD, Brian. & FYALL, Alan. Beyond the rhetoric of Sustainable tourism? **Tourism Management**, Great Britain: Elsevier Vol. 19, N° 3, pp. 199-212, 1998.

GIACOMINI (Fo.), Gino. **Consumidor versus Propaganda.** São Paulo: Summus Editorial Ltda, 1991.

GODET, Michel. **Manual de Prospectiva Estratégica:** da antecipação a acção. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

GOELDNER, R. C.; RITCHIE, J.R.B. & MCINTOSH, R.W. **Turismo: Princípios Práticas e Filosofias**. 8ª. Ed. Trad. Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Bookman, 2002.

GÖSSLING, Stefan. Human–environmental relations with tourism. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 29, Nº. 2, pp. 539–556, 2002.

GOULET, D. **Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável**. In: CLOVIS Cavalcante (org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997, pp.72-82.

GOUVEIA, Merícia; DUARTE, Teresinha. **O Cluster turismo em Portugal**. Setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.gee.min-economia.pt>>, acesso em Março de 2004.

GROSSBERG, Rebecca; TREVES, Adrian; NAUGHTON-TREVES, Lisa. The incidental ecotourist: measuring visitor impacts on endangered howler monkeys at a Belizean archaeological site. **Environmental Conservation** 30 (1): 40–51. 2003.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Tourism and cultural revival. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 29, Nº. 4, pp. 1004–1021, 2002.

GUIN/FERL. **Costa Rica/turismo**. In: Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo-Rio de Janeiro, 1979. Vol.6.

GURSOY, Dogan & RUTHERFORD Denney, G. Host attitudes toward tourism an improved structural model. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 31, Nº. 3, pp. 495–516, 2004.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. In: NELISSEN, Nico; STRAATEN, Jan Van Der & KLINKERS, L. (eds.). **Classics in Environmental studies**. Amsterdam, Netherlands: International Books, 1997.

HAWKINS Donald E.; KAHN, Maryam M. **Oportunidades para o turismo Ecológico nos Países em Desenvolvimento**. In: THEOBALD, William F. **Turismo Global**. Traduzido por A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J.R.B. Penteado. 2ª. ed.. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

HERNANDEZ, Sigfredo A.; COHEN, Judy; GARCIA, Hector, L. Residents' attitudes towards an instant resort enclave **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 23, Nº. 4, 1996, pp. 755-776.

HERRERA, Amílcar. O. **A crise da espécie**. In: BURSZTYN, M., LEITÃO, P.; CHAIN, A. (orgs.) **Que crise é esta?** São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 67-101.

HEUMAN, Daniel. Hospitality and reciprocity: Working Tourists in Dominica. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 32, Nº. 2, 2005, pp. 407–418.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções**. Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São: Companhia das Letras, 2000.

HORA, C. R.; SOUZA, Paulo R. **Onde até as cachoeiras crescem**. In. : SCREMIN-DIAS, Edna *et al.* (org.) **Nos Jardins submersos da Bodoquena**: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

HORTA, C.F. de Melo Marques & MANZO, Maurizio. **O grande livro do folclore**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2000.

HUXLEY, Aldous. **Admirável Mundo Novo**. São Paulo: Globo, 1987.

IBANHES, Brígido. **Selvino Jacques: o último dos bandoleiros: o mito gaúcho sul-mato-grossense**. 2ª ed. São Paulo: João Scortecci Editora, 1995.

INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **Ecotourism Statiscal Fact Sheet** (2000). Disponível em: < <http://www.ecotourism.org> >, acesso em março de 2003.

JUDD Dennis R. El turismo urbano y la geografía de la ciudad. **Revista eure**, Santiago de Chile, Vol. XXIX, Nº 87, septiembre 2003, pp. 51-62.

KANITZ, Stephen. **Turistificando o Brasil**. Veja, 19 de janeiro de 2000.

KAPLAN, Max. **Leisure: Thory and Policy**. New York: Jonh Wiley & Sons, Inc. 1975.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992.

KHAN, Maryam. Ecoserv: Ecotourist's: Quality Expectations. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Eselvier Science, Vol. 30, Nº. 1, 2003, pp. 109-124.

KISS, Agnes. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? **Trends in Ecology and Evolution**, Whashington – DC, Vol.19, Nº.5 May 2004.

KOUSIS, Maria. Tourism and the Environment: A Social Movements Perspective. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 27, Nº. 2, 2000, pp. 468-489.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. Contexto traduções Ltda. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, Betriz H. G. & MILONE, Paulo Cezar. **Economia do turismo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LASCURÁIN, Hector-Ceballos. **Estratégia Nacional de Ecoturismo para México**. Disponível em <<Gopher://csf.colorado.edu>>, acesso em 04/12/1999.

_____. **Ecotourism and Protected Areas:** The state of nature based tourism around the World and Guidelines for its development. Grand Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 1996.

LEA, J. **Tourism economics impacts.** In: FRANCE, Lesley (ed.). **The Earthscan Reader in Sustainable Tourism.** London – UK: ETC, 1997.

LEFF, Henrique, **Ecologia capital e cultura:** Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa e Desenvolvimento Sustentável. Blumenau: Edfurb, Universidade, 2000.

LEIPER, Neil. A conceptual analysis of tourism-supported employment which reduces the incidence of exaggerated, misleading statistics about jobs. **Annals of Tourism Research,** Great Britain, Vol. 20, 1999, pp. 605-613.

LEIS, Hector Ricardo. **Um modelo político-comunicativo para superar o impasse do atual modelo político-técnico de negociação ambiental no Brasil.** In: CAVALCANTI, Clovis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.** 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade.** São Paulo: Aleph, 2005.

LEUZINGER, Cláudio. **Ecoturismo em Parques Nacionais:** A compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais. Brasília: W.D. Ambiental, 2002.

LICKORISH, L. J. & JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LINO, Clayton F. **Cavernas:** o fascinante Brasil subterrâneo. 2ª ed. São Paulo: Editora Gaia, 2001.

LOUBET, Luciano F. & CONSTANTINO, Ricardo. **Projeto Formoso Vivo – a união de forças em prol da conservação ambiental.** (MIMEO) s.e., s.d.

LUNAS, José Roberto S. **Turismo Sustentável:** Descrição e Avaliação da Gestão do turismo de Bonito-MS. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável/ Universidade de Brasília, 2000.

MACHADO, Vilma de Fátima. **A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável:** de Estocolmo à Rio-92. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – DF: 2005.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia.** Trad. Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira, 2005.

MANSON, Kaley. Sound and meaning in aboriginal tourism. **Annals of Tourism Research,** Great Britain: Elsevier Science, Vol. 31, Nº. 4, 2004, pp. 837–854.

MATO GROSSO DO SUL. Instituto de Estudos e Planejamento de Mato Grosso do Sul - IPLAN. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste**. 2002.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente/Instituto do Meio Ambiente Pantanal. **Relatório de Qualidade das Águas Superficiais da Bacia do Alto Paraguai, MS, 2001**. Campo Grande, 2003.

_____. Secretaria de Estado de Produção e turismo. **Plano de Desenvolvimento Integrado do turismo Sustentável – PDITS**. Campo Grande, 2004.

_____. RESOLUÇÃO SEMADES/MS N°. 331/98, regulamenta o licenciamento ambiental dos empreendimentos turísticos de Mato Grosso do Sul. 1998.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento & Governo**. Brasília-DF: IPEA, 1993.

MBAIWA, Joseph E. The socio-economic and environmental impacts of tourism development on the Okavango. **Journal of Arid Environments**, Delta, north-western Botswana, (2003) 54: 447–467.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**. A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

McGEHEE, N. Gard. Alternative tourism and social movements. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 29, N°. 1, 2002, pp. 124–143.

McMINN, Stuart; CATER, Erlet. Tourism typology: observations from Belize. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Vol. 25, N°. 3, 1998, pp. 675–699.

MÉXICO, Secretaria de Turismo. **Boletín hechos y tendencias del turismo**. N° 11, Septiembre de 2002, primera edición 16 pp. Disponível em: <<http://www.sectur.gob.mx>>, acesso em: Março 2004.

_____. **Ecoturismo**. Disponível em: <<http://www.sectur.gob.mx>>, acesso em: Dezembro 2004b.

MIHALIC, Tanja. Environmental management of a tourist destination A factor of tourism competitiveness. **Tourism Management**, Great Britain, 2, 2000, pp.65-78.

MILLER, Graham. The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. **Tourism Management**, Great Britain N°. 22, 2001, pp. 351-362.

MONTEROS, Roberto Lopez-Espinosa. **Evaluating ecotourism in natural protected areas of La Paz Bay, Baja California Sur, Mexico: ecotourism or nature-based tourism?** *Netherlands: Biodiversity and Conservation* 11: 2002, pp.1539–1550.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Indicadores ambientais no Brasil: Aspectos ecológicos, de Eficiência e Distributivos**. IPEA Texto para discussão N°. 403, Brasília-DF, 1996.

MOURÃO, Laís. **O futuro ancestral**: tradição e revolução científica no pensamento de C. G. Jung. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

MOWFORTH, Martin & MUNT, Ian. **Tourism and sustainability**, London-UK: Routledge, 1998.

MÜLLNER, Antje & PFROMMER, Albrecht. Turismo de bosque húmedo y su impacto en especies seleccionadas de la fauna silvestre del Río Cuyabeno, Ecuador. **Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ)**. Eschborn: Alemania, 2001.

NAISBITT, John. **Paradoxo Global**: quanto maior a economia mundial, mais poderosos seus protagonistas menores. Trad. Ivo Korytovski. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

NÖTH, Winfried & SANTAELLA, Lucia. **Imagem**: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

OMT – Organização Mundial do turismo. Introdução ao turismo. Direção e redação de: Amparo Sanches. Traduzido por Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PATTERSON, Trista; GULDEN, Tim; COUSINS, Ken; KRAEV Egor. Integrating environmental, social and economic systems: a dynamic model of tourism in Dominica. **Ecological Modelling**, Great Britain, Elsevier Science, 175 (2004) 121–136.

PETROCCHI, Mario. **Gestão de Pólos Turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

_____. **Turismo**: planejamento e gestão. 5ª ed., São Paulo: Futura, 2001.

PLOG, Stanley C. **Por que a preservação do destino tem sentido econômico**. In: THEOBALD, William F. (org.) **turismo Global**. Traduzido por A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J.R.B. Penteadó. 2ª. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: As origens de nossa época. – 2ª ed.- Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PORTO, Cláudio; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; BUARQUE, Sérgio C. **Cinco cenários para o Brasil 2001-2003**. Rio de Janeiro: Nórdica, 2001.

POTT, Joana Vali. **Riqueza verde em meio azul**. In: SCREMIN-DIAS, Edna *et al.* (org) . **Nos Jardins submersos da Bodoquena**: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

PRIESTLEY Gerda e MUNDET Lluls. The post-stagnation phase of the resort cycle. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 25, Nº. 1, 1998, pp. 85-111.

PÜHRETMAIR Franz. **It's time to make Tourism accessible**. In: MIESENBERGER, Klaus, KLAUS, Joachim, ZAGLER, Wolfgang, *et al.* (Ed.) **Lecture Notes in Computer Science**, Paris, France, July 7-9, Springer-Verlag GmbH, 2004.

RÁBAGO, Nora L. Bringas; REVAH, Lina Ojeda El ecoturismo: una nueva modalidad del turismo de masas? México: **Economía, Sociedad y Territorio**, Vol. II, Nº. 7, 2000, pp. 373-403.

RABAHY, Wilson Abrahão. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. Barueri – SP: Manole, 2003.

RAMALHO, Newton Corrêa. **O fator humano na empresa: aspectos técnicos, psicossociais e gerenciais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1977.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RIES, Al e TROUT, Jack. **Posicionamento: como a mídia faz sua cabeça**. 3ª ed. Trad. J.R. Whitaker Pentead. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1991.

RIVERA-ARRIAGA, Evelia; VILLALOBOS, Guillermo. The Coast of Mexico: approaches for its management. **Ocean & Coastal Management** (44)729–756. 2001.

ROBB, John G. Tourism and legends: archaeology of heritage. **Annals of Tourism Research**, Great Britain, Elsevier Science, Vol. 25, Nº. 3, 1998, pp 578-596.

ROCHA, Adriana Marques; LIMA, Luiz Cruz; CORIOLANO, Luzia N. M. T. **A Luta pelo Direito à Terra, à Cultura e ao turismo: o caso de Batoque-Aquiraz-CE**. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T; LIMA, Luiz Cruz (orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Sócioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

ROGOZINSKI, Jacques. **The Impact of Tourism in the Economy**. The Mexican Case. PHD Thesis, University of Colorado, 1980.

ROSSETO, Ornélia C. e BRASIL Jr. Antonio C.P. **Cultura material e modernização econômica elementos para discussão da sustentabilidade ambiental dos pantanais matogrossenses**. In: ROSSETO, Ornélia C. e BRASIL Jr. Antonio C.P (orgs.) **Paisagens Pantaneiras e Sustentabilidade Ambiental**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

RYAN, Chris. **Recreational Tourism, a Social Science Perspective**. New York: Routledge, 1991.

SABINO, José & ANDRADE, Luciana Paes. **Aquário Natural de Bonito, mito da sustentabilidade ecológica**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/ciencia>>, acesso em outubro de 2003.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**. Desenvolvimento e Meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTANA, Ricardo Felix & MOTA, José Aroudo. O valor econômico de existência do Parque Nacional do Jaú (amazonas). **Economia**, Curitiba: Editora da UFPR. Vol. 30, Nº. 1 (28), jan./jun. 2004, pp. 49-63.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVERIADES, Alexis. Establishing the social tourism carrying capacity for the tourist resorts of the east coast of the Republic of Cyprus. **Tourism Management**, Great Britain Vol. 21, 2000, pp.147-156.

SAYAGO, Doris A. Villamizar. **A invenção burocrática da participação: Discursos e práticas do Ceará**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2000.

SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**. Palmerston North, New Zealand, 1999, pp. 245–249.

SCHLÜTER, Regina. **Desenvolvimento do Turismo as Perspectivas na América Latina**. In: THEOBALD, Willian F. (org.) **turismo Global**. Traduzido por A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J.R.B.Penteado. 2a. ed.. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

SCREMIN-DIAS, Edna. **O retorno à origem aquática** In.: SCREMIN-DIAS, Edna *et al.* (org). **Nos Jardins submersos da Bodoquena: guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região**. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

SEATON, A. V.; PALMER, C. Understanding VFR tourism behaviour: the first five years of the United Kingdom tourism survey. **Tourism Management**, Great Britain, Vol. 18. Nº 6, 1997, pp. 345-355.

SEGURA Gustavo; INMAN, Crist. Inman. **Turismo en Costa Rica: La Visión a Largo Plazo**, Noviembre, 1998. disponível em: <<http://www.uwstout.edu>>, acesso em: Abril 2004

SHLEVKOV, Andrey. **Global Tourism Trends and Prospects for Central and Eastern European Countries**. In: World Tourism Organization Europe Conference, Zakopane, Poland, 13 December 2002.

SILVEIRA Ricardo de Jesus, **Planejamento Urbano Participativo: A experiência de CAMBÉ-PR**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1989.

SIMPSON, Patty; WAL, Geoffrey. Consequences of resort development: a comparative study. **Tourism Management**, Great Britain, 20, 1999, pp. 283–296.

SMITH, Adam (1723-1790). **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Vol. I, 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SMITH, Michael D.; KRANNICH, Richard S. Tourism Dependence and Resident Attitudes. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 25, Nº 4, 1998, pp. 783-802.

SONMEZ, Sevil. Tourism, terrorism, and political instability. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science. Vol. 25, Nº. 2, 1998, pp. 416-456.

STAKEHOLDER FORUM'S. **Sustainable tourism – turning the tide**. Tourism Briefing Paper. Towards. London: Earth Summit 2002 project. Disponível em <www.earthsummit2002.org>, acesso em dezembro de 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Vol 3. 2ª. ed. São Paulo: Aleph, 2000.

_____. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. Vol. 2. 2ªed. São Paulo: Aleph, 2000b.

SWISS. Swiss Federal Statistical Office, **Leisure And Tourism**, disponível em: <<http://www.swisstourfed.ch>> acesso em Setembro 2004.

SZIVAS, Edith; RILEY, Michael; AIREY, David. Labor mobility into tourism: Attraction and Satisfaction. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 30, Nº. 1, 2003, pp. 64–76.

THEOBALD, Willian F. **Significado, âmbito e dimensão do turismo**. In: THEOBALD, Willian F.,(org.) **turismo Global**. Trad. A. M. Capovilla, M.C.G. Cupertino e J.R.B. Penteadó. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda: A Morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOMLJENOVIC, Renata; FAULKNER, Bill. Tourism and older residents in a sunbelt resort. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 27, Nº. 1, 2000, pp. 93-114.

TORRES, Rebecca. Linkages between tourism and agriculture in Mexico. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Vol. 30, Nº 3, 2003, pp. 546–566.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e Civilização: Mergulhando nos berços da humanidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. Campinas: Papirus, 1993.

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza. **Preparación de Métodos y Prácticas de Utilización Sostenible de los Recursos Biológicos – turismo**. Cuarta Reunión del Organo Subsidiario de Asesoramiento Científico, Técnico y Tecnológico (Montreal, Canadá, del 21 al 25 de junio de 1999). Disponible em < <http://www.uicn.org>>, acesso em dezembro de 2004.

UPCHURCH Randall S.,TEIVANE, Una. Resident perceptions of tourism development in Riga, Latvia. **Tourism Management**, Great Britain: Elsevier Science, 21 (2000) 499-507.

URRY, Jonh. **O olhar do turista** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel – SESC. 1996.

VEJA. Revista Semanal. São Paulo: Editora Abril, edição 1891, ano 38, Nº 6, 9 de fevereiro de 2005.

WAHAB, Salah-Eldin A. **Introdução à Administração do turismo**: Alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional, teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1977.

WAITT, Gordon. Consuming Heritage: Perceived Historical Authenticity. **Annals of Tourism Research**, Great Britain: Elsevier Science. Vol. 27, Nº 4, 2000, pp. 835-862.

WARNKEN, Jan; RUSSELL, Roslyn, FAULKNER, Bill. Condominium developments in maturing destinations: potentials and problems of long-term sustainability. **Tourism Management**, Great Britain: Elsevier Science, 24 (2003), pp. 155–168.

WEARING, John & NEIL, Stephen. **Ecoturismo**: Impactos, Potencialidade e Possibilidades. Barueri-SP: Editora Manole, 2001.

WEAVER, D. Bruce. **Ecotourism as Mass Tourism: Contradiction or Reality? What's the difference between ecotourism and mass tourism? Not much, perhaps**. Hotel And Restaurant Administration, Cornell University: Tourism –Cornell: Quarterly, Abril. 2001.

_____. **Ecotourism in the Less Developed World**. New York/London: CAB International, 1998.

WEBER, Astor. **Os Eyiguagui-mbayá-guaicuru: Encontros e confrontos luso-brasileiros na capitania de Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, 2002.

WIGHT, Pamela, A. Ecotourism accommodation spectrum: does supply match the Demand? **Tourism Management**, Great Britain: Elsevier Science, Vol. 18, Nº. 4, 1997, pp. 209-220.

WÖBER Karl W. Standardizing City Tourism Statistics. **Annals of Tourism Research**, Grait Britain. Vol. 27, Nº. 1, 2000, pp. 51-68.

WOOD, Megan Epler. **Meeting the Global Challenge of Community Participation in Ecotourism: Case Studies and Lessons From Ecuador**. Arlington, U.S.A: América Verde Publications. The Nature Conservancy.1998.

WORD TOURISM ORGANIZATION – WTO. **WTO World Tourism Barometer**. Volume 2, No. 1, january 2004. Disponível em <[http:// www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org)> acesso em março de 2004.

_____. **WTO World Tourism Barometer**. Vol. 2, Nº. 3, october, 2004c. Disponível em <[http:// www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org)> acesso em janeiro de 2005.

_____. **International Tourist Arrivals by Country of Destination**. Disponível em <<http://www.world-tourism.org>> acesso em janeiro de 2005.

_____ **WTO News**: 4th quarter. 2004b. Disponível em <[http:// www.world-tourism.org](http://www.world-tourism.org)> acesso em janeiro de 2005.

YÁSIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar**. turismo planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

YOON, Yooshik, GURSOY, Dogan, CHEN, Joseph S. Validating a tourism development theory with structural equation modeling. **Tourism Management**, Great Britain: Elsevier Science. N° 22, 2001, pp. 363-372.

YUNIS, Eugênio. **El desafío del turismo sostenible y lo del ecoturismo**. In: I Forum de espacios Naturales.

APÊNDICE I

A pesquisa que se planeja a seguir pretende levantar, junto aos trabalhadores de segmentos envolvidos com o turismo na região da Serra da Bodoquena, informações que permitam avaliar tais impactos.

Amostra

Será empregada, no presente estudo, uma amostragem mista com a determinação de estratos e cotas do universo de trabalhadores no turismo regional.

Para os empregados a amostragem será estratificada por níveis de funções:

- Gerenciais;
- Intermediárias e auxiliares;
- Guias turísticos.

Secundariamente, por tipo de empresa/atuação:

- Agências de turismo;
- Hotéis;
- Restaurantes;
- Atrativos.

É impossível determinar, preliminarmente, dentre o contingente de trabalhadores do turismo regional, um número preciso de gerentes, pessoas alocadas; portanto, para o primeiro estrato, optar-se-á por uma distribuição que não comprometa as chances de representação da amostra total. Por conveniência da preservação da representatividade e por que a análise será feita em cada nível de função, a amostra será dividida proporcionalmente, considerando um ponto ótimo entre o quantitativo real de funções e a quantidade viável para a realização da pesquisa.

Uma estimativa indica que existem, no turismo da região, perto de 1100 empregos diretos, de acordo com informações contidas no Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Turismo na Serra da Bodoquena (MATO GROSSO DO SUL, 2004). Considerando este número, uma amostra que preveja uma margem de erro de 5 % e um intervalo de confiança de 68% (1 *sigma*) deverá conter um mínimo de 100 respondentes. Dentre esses respondentes, 10% serão de nível gerencial, 70% de funções intermediárias e auxiliares e 20% de guias turísticos.

A amostra será obtida com sorteios sucessivos das respectivas funções em uma listagem de agências de turismo, hotéis, restaurantes e atrativos, até que se obtenha o número de respondentes desejado. Dentro de cada empreendimento a definição do respondente será por cota, dependendo da sensibilidade do pesquisador para a definição dos respondentes adequados.

O questionário foi elaborado com o suporte das seguintes hipóteses sobre a situação do turismo:

- H1 – Os empregos gerados na região pelo turismo, não são, em sua maioria, aproveitados pela população local;
- H2 – Há diferenças salariais entre os empregados que são da localidade e os empregados oriundos de outras regiões
- H3 - As diferenças salariais decorrem da desqualificação da população local (quando ela está em desfavor do empregado oriundo da região)
- H4 – A sazonalidade do turismo tem alto impacto na empregabilidade
- H5 – Os empregados tem uma percepção da consciência e comportamento dos turistas em relação ao meio ambiente
- H6 – Os funcionários são incentivados a ajudar na redução da produção de lixo e do consumo
- H7 – O advento do turismo provocou um aumento dos preços no comércio local
- H8 – O advento do turismo melhorou as condições de vida da comunidade em geral
- H9 – O advento do turismo provoca um sentimento de orgulho e atrai novos moradores para a região.

QUESTIONÁRIO:

Organização pesquisada		Nº de funcionários	Data ____/____/2004			
1. Nome:		1. Língua estrangeira? Qual? A. Sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/> _____				
3. Idade	4. Sexo: A. masc <input type="radio"/> B. Fem <input type="radio"/>	5. Formação				
6. Origem (Região / cidade)		7. Há quanto tempo mora na região?				
8. Veio por causa do emprego no turismo? A. Sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/>		9. Função/ocupação				
10. Em que faixa de salário o sr(a) se enquadra dentre as opções do cartão? Letra no cartão → <input type="text"/>		11. Fez algum curso de qualificação ligado ao turismo? A. Sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/>		12. Quantos cursos?		
13. Qual a duração destes cursos? A. Até 20 hrs → qt. de cursos [] B. de 21 a 40 hrs → qt. [] C. Mais de 40 hrs → qt. [] D. Pós grad. → qt. []						
14. Foi obrigado a mudar de emprego devido à diferença de movimento entre a baixa e alta temporada? A. Sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/>		15. Quantas vezes?		16. Já ficou desempregado na baixa temporada? A. Sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/>		
18. Com relação ao cuidado com a natureza e atitudes mais ecológicas por parte do turista em geral você acha que eles são: A <input type="radio"/> indiferentes B <input type="radio"/> poucos conscientes C <input type="radio"/> muito conscientes		19. Você é incentivado pelo seu empregador a ajudar na redução da geração de lixo e na economia? A. sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/>				
20. Existe alguma política da empresa para isso? A. Sim <input type="radio"/> B. Não <input type="radio"/>		21. Em relação ao custo de vida da comunidade, vc acha que o turismo provocou um aumento em geral? A <input type="radio"/> Não houve aumento B <input type="radio"/> os preços aumentaram pouco C <input type="radio"/> os preços aumentaram muito				
22. Qual a sua opinião sobre os serviços de atendimento da cidadã às questões sociais?		2	1	0	-1	-2
		ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo
Qual sua avaliação para o atendimento à saúde?		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Qual sua avaliação para o atendimento a educação pública?		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para as condições de acesso ao trabalho da população em geral?		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para as condições de acesso à água, esgoto e coleta de lixo?		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para as condições de acesso da população em geral ao lazer?		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23. Tem vontade de mudar-se da região ou pretende permanecer aqui		A <input type="radio"/> permanecer		B <input type="radio"/> mudar		C <input type="radio"/> não sabe.
24. que cursos na área de turismo devem ser oferecidos?						

CARTÃO DE FAIXAS SALARIAIS

G – de R\$260,00

P de R\$260,00 a R\$ 300,00

C de R\$ 301,00 a R\$ 350,00

D de R\$ 351,00 a R\$ 400,00

F de R\$ 401,00 a R\$ 450,00

R de R\$ 451,00 a R\$ 500,00

N de R\$ 501,00 a R\$ 600,00

A de R\$ 601,00 a R\$ 700,00

Q de R\$ 701,00 a R\$ 800,00

K de R\$ 801,00 a R\$ 900,00

O de R\$ 901,00 a R\$ 1.000,00

E de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.200,00

H de R\$ 1.201,00 a R\$ 1.400,00

B de R\$ 1.401,00 a R\$ 1.600,00

L de R\$ 1.601,00 a R\$ 1.800,00

I de R\$ 1.801,00 a R\$ 2.000,00

M de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00

J Mais de 2.501,00

TABELA UTILIZADA PARA
O SORTEIO DE EMPRESAS
DO TRADE TURÍSTICO DA
SERRA DA BODOQUENA

Atrativos

- (1) Balneário Municipal.
- (2) Gruta do Lago Azul,
- (3) Gruta Nossa Senhora Aparecida.
- (4) Bóia Cross.
- (5) Ilha do Padre.
- (6) Passeio de Bote pelo rio Formoso.
- (8) Cachoeira do Mimoso
- (9) Lagoa Misteriosa.
- (10) Aquário Natural (Rio Baía Bonita).
- (11) Rio do Peixe.
- (12) Rio Sucuri.
- (13) Rio da Prata.
- (14) Aquidabam.
- (15) Cachoeira do Hormino.
- (16) Gruta do Mimoso.
- (17) Projeto Vivo.
- (18) Rapel no abismo de Anhumas.
- (19) Cave Dive (Buraco das Abelhas).
- (20) Monte Cristo Parque.
- (21) Equitação Ecológica.
- (22) Bonito Aventura.
- (23) Ceita Core
- (24) Serra Aventura.
- (25) Mergulho na Nascente do rio Formoso.
- (26) Parque das cachoeiras.
- (27) Passo do Cure
- (28) Recanto Ecológico Rio da Prata
- (29) Buraco das Araras
- (30) Santuário do Prata
- (31) Balneário Camping do Assis
- (32) Balneário Verano
- (33) Balneário do Anicézio

Hotelaria

- 01-Chalé Apart Hotel
- 02-Resort Hotel Zagaia
- 03-Pousada Olho D'Água
- 04-Hotel Tapera
- 05-La Paloma Residence
- 06-Gemila Palace Hotel
- 07-Hotel Lago Azul

- 08-Hotel Canaã
- 09-Pousada do Sol
- 10-Pousada Aconchego
- 11-Pousa Nova Era
- 12-Pousada Muito Bonito
- 13-Pousada Caramanchão
- 14-Pousada Vila Verde
- 15-Pousada do Grilo
- 16-Pousada Vila Rica
- 17-Hotel Fazenda Cachoeira
- 18-Hotel Bonanza
- 19-Hotel Paraíso das Águas
- 20-Pousada Fazenda Mimoso
- 21-Posada Casa da Gente
- 22-Pousada Piracema
- 23-Pousada Arara Azul
- 24-Pousada Kaliandra
- 25-Hotel Floresta
- 26-Hotel Alvorada
- 27-Pousada da Praça
- 28-Pousada do Peralta
- 29-Hotel Pousada Bonsai
- 30-Pousada **Ilha Bonita**
- 31-Pousada Água Bonita
- 32-Piraputanga Park Hotel
- 33-Pousada do Jota
- 34-Pousada Remanso
- 35-Pousada Tuiuiú
- 36-Pousada Flamboiant
- 37-Pousada Tia Yvy
- 38-Albergue da Juventude
- 39-Pousada Sonho Meu
- 40-Pousada do Estudante
- 41-Pesqueiro e Camping Arizona
- 42-Cabana do Pescador(Pesqueiro)
- 43-Chalé do Eden
- 44-Pousada Buriti
- 45-Pousada JM
- 46-Pousada Beija Flor
- 47-Pousada Recanto dos Pássaros
- 48-Pousada Guarany
- 49-Excel Park Hotel
- 50-Pousada do Edu
- 51-Pousada Pé da Serra
- 52-Pousada Jacaré
- 53-Pousada Tabaporã
- 54-Hotel Morruá
- 55-Pousada Paraíso
- 56-Pousada Perto Gruta Mimoso
- 57-Hotel Ilha Bonita

- 58-Pousada Rancho do Netinho
- 59-Hotel Brasil
- 60-Hotel Rio Branco
- 61-Hotel Ipanema
- 62-Hotel do Edir
- 63-Hotel Tropical
- 64-Jardim Palace Hotel
- 65-Novo Hotel Jardim
- 66-Hotel Presidente
- 67-Vitória Hotel

Agências de turismo

- Agências de turismo em Bonito
- 1 Ygarapé Tour
 - 2 Crisval Tour
 - 3 Natura Tour
 - 4 Iberê Tour
 - 5 Panamericana
 - 6 MS Tour – Viagem
 - 7 Karajá
 - 8 Boni Tour
 - 9 Muito Bonito Tur
 - 10 Tape-Tur
 - 11 Hapakany Tour
 - 12 Canaã Turismo
 - 13 Olho d'Água
 - 14 Big Tour
 - 15 Gemila Tours
 - 16 Cacaí Operad.
 - 17 Caramachão Tour
 - 18 Nandai Turismo
 - 19 Taíka Tour
 - 20 Tucano Tour
 - 21 Pitanguá Tour
 - 22 Arara Tour
 - 23 Ivy Tour
 - 24 Baía Bonita Tour
 - 25 Diving Collage
 - 26 Jateikaa Tour
 - 27 Secretaria de Turismo de Bonito
 - 28 Rio Sucuri

TOTAL DE EMPRESAS NO
SORTEIO: 129

TOTAL DE EMPRESAS
VISITADAS: 63

APÊNDICE II



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

ENTREVISTA QUALITATIVA COM ATORES DO SISTEMA

Esta entrevista destina-se a levantar informações que irão amparar uma pesquisa que está sendo feita sobre as perspectivas de sustentabilidade do turismo na região da Serra. Trata-se de uma pesquisa para uma Tese de Doutorado, que será submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, levada a termo em uma pesquisa empreendida com ajuda da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Professor: José Roberto da Silva Lunas
Doutorando do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB
Pesquisador - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Nome do participante da pesquisa.

Endereço:

Nº Cidade

telefones:

Emails:

Profissão/Função/Ocupação:

Entidade que representa:

Não quero que meu nome figure na listagem de respondentes do questionário.

1. Quais são os problemas e quem (quais são os órgãos, empresas ou entidades), a seu ver, dificultam o desenvolvimento do turismo da região?
2. Quais os fatores e quem, a seu ver, ajudam o desenvolvimento do turismo da região?
3. O que o Sr/ Sr^a. acha que pode acontecer no futuro para emperrar ou ajudar o desenvolvimento do turismo?
4. O que o Sr/Sr^a (sua instituição) espera do turismo no futuro?"
5. Como o turismo interfere na vida de sua comunidade?
6. Em que projetos ou trabalho o Sr/ Sr^a (sua instituição) está (ou estará envolvido) que interferem no desenvolvimento de turismo nessa região?

ATORES REPRESENTATIVOS ENTREVISTADOS

1 Afonso Ramão Rodrigues Júnior	Meios de hospedagem
2 Alcyr Canepa	Poder Público
3 Carlos Grubert	Poder Público
4 Clademar Jose Sovernigo	Poder Público
5 Claudete Constantino	Atrativos
6 Edson Perdigão	Operadores de Bote
7 Eduardo Coelho	Atrativos
8 Elcio Gomes Maciel	Poder Público
9 Fátima Moreira Salomão	Poder Público
10 Fernando de Freitas	Poder Público
11 Gemerson Romerio Tomasi	Comunidade em Geral
12 Gilberto Peres	Meios de hospedagem
13 Guilherme Poli	Meios de hospedagem
14 Henrique Ruas	Meios de hospedagem
15 Ione Galtieri	Poder Público
16 Juca Igarapé	Agência de turismo
17 Luciano Loubet	Poder Público
18 Luis Marculino	Comunidade em Geral
19 Maria Leopoldina	Meios de hospedagem
20 Marinhazinha	Guias turísticos
21 Mario de Souza	Transportadores
22 Neto Dalbian	Meios de hospedagem
23 Presidente da AGTB	Guias turísticos
24 Presidente da Coperbon	Transportadores
25 Proprietário de restaurante	Associação Comercial
26 Representante dos guias turísticos	Guia Turístico
27 Rufino Khunehen	Poder Público
28 Valdemir Garcia Martins	Guias turísticos e Poder público
30 Yujiro Matsuo	Meios de hospedagem
31 Sergio Ferreira Gozales	Guias turísticos
32 Nao autorizou identificação	ONGs

APÊNDICE III

Cálculo da matriz transposta (Matriz de convergências e divergências)

Essa matriz, que resulta em outra de convergências e divergências, é calculada com a multiplicação de cada uma das variáveis da matriz de oposição simples (tabela 8.1) pela outra variável correlacionada. Desta forma, obtém-se um cálculo que permite a soma total da situação de cada ator em relação aos objetivos do outro (Tabela 8.2).

	TRANSPOSIÇÃO																	(-)	(+)
A1 x A2	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	0	0	1	1	-1	1	1	1	-2	14
A1 x A3	-1	1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	1	1	1	1	-4	14
A1 x A4	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	-1	1	0	1	-3	6
A1 x A5	1	0	1	1	1	-1	1	1	-1	1	1	-1	1	1	1	1	1	-3	14
A1 x A6	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	-1	1	1	1	0	1	-1	15
A1 x A7	-1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	1	1	1	1	-2	15
A1 x A8	-1	1	-1	-1	1	1	0	-1	-1	0	-1	-1	-1	1	1	-1	1	-9	7
A1 x A9	1	-1	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	1	1	-1	1	-1	1	-5	10
A1 x A10	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	-1	11
A2x A1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	0	0	1	1	-1	1	1	1	-2	14
A2x A3	-1	1	1	1	1	1	-1	1	-1	0	0	-1	-1	-1	1	1	1	-6	10
A2x A4	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	1	1	0	1	-2	7
A2 x A5	1	0	1	1	1	-1	-1	1	-1	0	0	-1	1	-1	1	1	1	-5	10
A2x A6	1	1	1	1	1	1	-1	1	0	0	0	-1	1	-1	1	0	1	-3	11
A2x A7	-1	0	1	1	1	1	-1	1	1	0	0	1	1	-1	1	1	1	-3	12
A2x A8	-1	1	-1	-1	1	1	0	-1	-1	0	0	-1	-1	-1	1	-1	1	-9	6
A2x A9	1	-1	1	0	1	-1	-1	-1	0	0	0	1	1	1	1	-1	1	-5	9
A2x A10	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	11
A3x A1	-1	1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	-1	-1	1	1	1	1	-4	14
A3x A2	-1	1	1	1	1	1	-1	1	-1	0	0	-1	-1	-1	1	1	1	-6	10
A3x A4	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-1	1	-1	1	0	1	-2	7
A3 x A5	-1	0	1	1	1	-1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	1	1	-3	14
A3x A6	-1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-1	1	1	0	1	-2	14
A3x A7	1	0	1	1	1	1	1	1	-1	1	-1	-1	-1	1	1	1	1	-4	13
A3x A8	1	1	-1	-1	1	1	0	-1	1	0	-1	1	1	1	1	-1	1	-5	11
A3x A9	-1	-1	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	-1	-1	-1	1	-1	1	-8	7
A3x A10	-1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	-1	-1	1	0	1	-3	9
A4x A1	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	-1	1	0	1	-3	6
A4x A2	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	1	1	0	1	-2	7
A4x A3	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-1	1	-1	1	0	1	-2	7
A4 x A5	-1	0	0	0	1	-1	0	0	0	0	0	-1	-1	-1	1	0	1	-5	4
A4x A6	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-1	-1	-1	1	0	1	-4	5
A4x A7	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	-1	1	0	1	-2	7
A4x A8	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-1	1	-1	1	0	1	-2	7
A4x A9	-1	0	0	0	1	-1	0	0	0	0	0	1	-1	1	1	0	1	-3	6
A4x A10	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	-1	1	1	0	1	-2	6
A5x A1	1	0	1	1	1	-1	1	1	-1	1	1	-1	1	1	1	1	1	-3	14
A5x A2	1	0	1	1	1	-1	-1	1	-1	0	0	-1	1	-1	1	1	1	-5	10
A5x A3	-1	0	1	1	1	-1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	1	1	-3	14
A5 x A4	-1	0	0	0	1	-1	0	0	0	0	0	-1	-1	-1	1	0	1	-5	4
A5x A6	1	0	1	1	1	-1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	14
A5x A7	-1	0	1	1	1	-1	1	1	-1	1	-1	-1	1	1	1	1	1	-5	12
A5x A8	-1	0	-1	-1	1	-1	0	-1	1	0	-1	1	-1	1	1	-1	1	-8	7
A5x A9	1	0	1	0	1	1	1	-1	0	1	0	-1	1	-1	1	-1	1	-4	10
A5x A10	1	0	1	0	1	-1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	-2	9
A6x A1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	-1	1	1	1	0	1	-1	15

A6x A2	1	1	1	1	1	1	-1	1	0	0	0	-1	1	-1	1	0	1	1	-3	11
A6x A3	-1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	-1	1	1	0	1	1	-2	14
A6 x A4	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-1	-1	-1	1	0	1	1	-4	5
A6x A5	1	0	1	1	1	-1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	-1	14
A6x A7	-1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	1	1	0	1	1	-3	12
A6x A8	-1	1	-1	-1	1	1	0	-1	0	0	-1	1	-1	1	1	0	1	1	-6	8
A6x A9	1	-1	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	-1	1	-1	1	0	1	1	-5	9
A6x A10	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	1	-1	11
A7x A1	-1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	-1	1	1	1	1	1	1	1	-2	15
A7x A2	-1	0	1	1	1	1	-1	1	1	0	0	1	1	-1	1	1	1	1	-3	12
A7x A3	1	0	1	1	1	1	1	1	-1	1	-1	-1	-1	1	1	1	1	1	-4	13
A7x A4	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	-1	-1	1	0	1	1	-2	7
A7x A5	-1	0	1	1	1	-1	1	1	-1	1	-1	-1	1	1	1	1	1	1	-5	12
A7x A6	-1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	-1	-1	1	1	1	0	1	1	-3	12
A7x A8	1	0	-1	-1	1	1	0	-1	-1	0	1	-1	-1	1	1	-1	1	1	-7	8
A7x A9	-1	0	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	1	1	-1	1	-1	1	1	-5	9
A7x A10	-1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	1	-2	9
A8x A1	-1	1	-1	-1	1	1	0	-1	-1	0	-1	-1	-1	1	1	-1	1	1	-9	7
A8x A2	-1	1	-1	-1	1	1	0	-1	-1	0	0	-1	-1	-1	1	-1	1	1	-9	6
A8x A3	1	1	-1	-1	1	1	0	-1	1	0	-1	1	1	1	1	-1	1	1	-5	11
A8x A4	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	-1	1	-1	1	0	1	1	-2	7
A8x A5	-1	0	-1	-1	1	-1	0	-1	1	0	-1	1	-1	1	1	-1	1	1	-8	7
A8x A6	-1	1	-1	-1	1	1	0	-1	0	0	-1	1	-1	1	1	0	1	1	-6	8
A8x A7	1	0	-1	-1	1	1	0	-1	-1	0	1	-1	-1	1	1	-1	1	1	-7	8
A8x A9	-1	-1	-1	0	1	-1	0	1	0	0	0	-1	-1	-1	1	1	1	1	-7	6
A8x A10	-1	1	-1	0	1	1	0	-1	0	0	0	0	-1	-1	1	0	1	1	-5	6
A9x A1	1	-1	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	1	1	-1	1	-1	1	1	-5	10
A9x A2	1	-1	1	0	1	-1	-1	-1	0	0	0	1	1	1	1	-1	1	1	-5	9
A9x A3	-1	-1	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	-1	-1	-1	1	-1	1	1	-8	7
A9x A4	-1	0	0	0	1	-1	0	0	0	0	0	1	-1	1	1	0	1	1	-3	6
A9x A5	1	0	1	0	1	1	1	-1	0	1	0	-1	1	-1	1	-1	1	1	-4	10
A9x A6	1	-1	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	-1	1	-1	1	0	1	1	-5	9
A9x A7	-1	0	1	0	1	-1	1	-1	0	1	0	1	1	-1	1	-1	1	1	-5	9
A9x A8	-1	-1	-1	0	1	-1	0	1	0	0	0	-1	-1	-1	1	1	1	1	-7	6
A9x A10	1	-1	1	0	1	-1	0	-1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	-3	9
A10x A1	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	1	-1	11
A10x A2	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	11
A10x A3	-1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	-1	-1	1	0	1	1	-3	9
A10x A4	-1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	-1	1	1	0	1	1	-2	6
A10x A5	1	0	1	0	1	-1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	1	-2	9
A10x A6	1	1	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	1	-1	11
A10x A7	-1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	-1	1	0	1	1	-2	9
A10x A8	-1	1	-1	0	1	1	0	-1	0	0	0	0	-1	-1	1	0	1	1	-5	6
A10x A9	1	-1	1	0	1	-1	0	-1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	-3	9